

Vito Giannotti

# HISTÓRIA das LUTAS dos TRABALHADORES no BRASIL



981

686/IFCH

NPC

Mauá X

Imagine uma pessoa que, todo dia, quando acordasse, perdesse completamente a memória. Não sabe seu nome, profissão, endereço, quem são seus amigos e inimigos. Perdida no mundo, dependerá dos outros. Eles dirão tudo que ela deve saber sobre si mesma. Poderá ser manipulada, utilizada, vendida.

Agora, pense numa classe social numa situação semelhante. Os outros – talvez seus inimigos – dirão a ela, a cada momento, quem ela é, qual é seu lugar no mundo, seus deveres e direitos. Inventarão para ela uma história, um passado, alguns heróis e, claro, um destino.

Este livro é um tratamento contra essa doença: procura recuperar a consciência de classe trabalhadora através de sua história, da identificação de suas forças e fraquezas, de seus inimigos e de seus amigos, de suas misérias e de suas grandezas.

Não é um caminho fácil nem rápido. Não vale para ele aquilo que o camelô diz para vender o aparelho que oferece: "Um aqui para o freguês, não requer esforço nem tampouco habilidade". Não: este é livro para ser lido e relido, refletido e analisado. Para ser completado, em cada momento, com nossas lembranças, com o esforço criativo de comparar as situações e atitudes de nossos companheiros com as nossas próprias dificuldades e desafios de hoje. É um livro grande? O suficiente para ser um grande livro. Você não pode perder.

*Regis Moraes*

Professor do Departamento de Ciências Políticas  
da Unicamp

Vito Giannotti

**HISTÓRIA  
DAS LUTAS dos  
TRABALHADORES  
NO BRASIL**

UNICAMP  
Biblioteca - IFCH

*Mauad X*

2010/4/51

Copyright @ by Vito Giannotti, 2007

Direitos desta edição reservados à  
**MAUAD Editora Ltda.**

Rua Joaquim Silva, 98, 5.º andar  
Lapa — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20241-110  
Tel.: (21) 3479.7422 — Fax: (21) 3479.7400  
[www.mauad.com.br](http://www.mauad.com.br)

**Núcleo Piratininga de Comunicação**  
Rua Alcindo Guanabara, 17, sala 912  
CEP: 20031-130 — Centro — Rio de Janeiro  
Fone-Fax: (21) 2220-5618 / 9923-1093  
E-mail: [npiratininga@uol.com.br](mailto:npiratininga@uol.com.br)  
[www.piratininga.org.br](http://www.piratininga.org.br)

*Projeto Gráfico:*  
Núcleo de Arte/Mauad Editora  
*Revisão:*  
Ana Barbosa

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G372h

Giannotti, Vito, 1943-

História das lutas dos trabalhadores no Brasil / Vito  
Giannotti. - Rio de Janeiro : Mauad X, 2007.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7478-211-9

1. Sindicalismo - Brasil - História. 2. Trabalhadores - Brasil -  
Atividades políticas - História. 3. Sindicatos - Brasil - História. 4.  
Brasil - Política e governo. I. Título.

07-0401.

CDD: 331.880981

CDU: 331.105.44(81)

## AGRADECIMENTOS

Este livro é o resultado de muita leitura entre uma reunião e outra, um piquete e uma assembléia, entre uma fuga da polícia e um congresso de trabalhadores. Foi construído durante longos anos de luta coletiva de centenas e milhares de companheiros. Cada um tinha uma experiência vivida, uma história para contar. Algo para acrescentar. A primeira vez que pretendi escrever algo sobre a história da classe operária no Brasil foi em 1970, ano da mais dura repressão no Brasil. A idéia era ter na mão um livretinho, com assuntos para conversar com os companheiros, na fábrica.

Com o tempo, foram feitas novas edições, cada vez mais detalhadas. A vida me exigia, a partir de 1990, viagens pelo Brasil afora para falar da história da classe trabalhadora. A cada curso, minhas informações eram enriquecidas. Cada participante contava novos detalhes, casos ricos, interessantes. Precisava divulgá-los.

Procuramos, no mercado editorial, um livro que desse uma visão geral da história dos trabalhadores, do ponto de vista dos próprios trabalhadores. Encontramos alguns. Mesmo assim, resolvemos escrever um outro que fosse uma síntese de bons livros e que incorporasse as ricas informações colhidas de milhares de atores sociais.

Assim, em 1996, decidi escrever estas páginas. A correria da vida e a necessidade de oferecer um livro útil à luta da classe trabalhadora fizeram com que este produto, pensado como uma ferramenta de luta, demorasse uns dez anos.

No começo de 2006, o livro estava quase pronto. Resolvi mostrá-lo a vários amigos e amigas que teriam muito a acrescentar e a retirar do trabalho quase pronto. Assim o texto foi para as mãos de amigos historiadores e formadores sociais, acostumados a dar aulas de história e formação política para trabalhado-

res. Estes amigos se prontificaram a ler, analisar, corrigir, acrescentar, retirar ou retificar partes confusas, erradas ou faltantes. Agradeço imensamente a todos. Sem eles, este meu livro seria muito mais pobre e insuficiente para cumprir seus objetivos.

Enumero em ordem cronológica todos os que devolveram o meu texto melhorado. É claro que nenhum deles é responsável pelos eventuais erros, imprecisões ou lacunas. São de minha exclusiva responsabilidade. Reafirmo minha gratidão pela ajuda recebida a Ernesto Germano Pares, Marcelo Badaró Mattos, Nadine Habert, Rubim Aquino, Reginaldo Moraes, Sérgio Domingues, Augusto César dos Reis Leitão, Guilherme Marques Soninho e a Aluisio Lemos.

Aos muitos que me sanaram dúvidas e enviaram informações preciosas, meu forte agradecimento. Entre eles, destaco Augusto Buonicore, Sebastião Lopes Neto, Rafael Borges Dominicis, Milton Lopes, Altamiro Borges, Gustavo Codas, Bernardo Joffily, Adelaide Pereira Gonçalves, Sergio Luis Bertoni, Glauco Gouvea e João Pedro Stedile.

A todos os companheiros que me contaram suas histórias, aos inúmeros alunos do Brasil inteiro que pediram um livro desse tipo e me deram informações preciosas. Particularmente, agradeço aos amigos que se dispuseram a ler e a rabis-car, melhorando estas páginas, agradeço em nome dos que virão a ler este livro.

Finalmente, meu muito obrigado à visão crítica e à verificação exigente passo a passo de Cláudia Santiago, que me forçou a rever e a analisar cada linha deste livro. Agradeço muito, também, à insistência de vários amigos que me convenceram sobre a utilidade de colocar no papel o que falava sobre as lutas dos trabalhadores em cursos e palestras. Entre eles, destaco Eudes Xavier, do Instituto Florestan Fernandes, de Fortaleza; Cícero Umbelino, do CEEP(SP); Waldemar Novais, dos metalúrgicos de Limeira; Clara de Aguiar, dos sapateiros de Franca(SP); Raimundo Costa, dos bancários do Maranhão; Moacyr Lopes, dos previdenciários do Paraná; António Carlos Góis, dos urbanitários de Sergipe.

A todos, meus agradecimentos sinceros.

*Vito Giannotti*

## ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>11</b>
<i>Rubim Santos Leão de Aquino</i>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	
<b>Por Que Conhecer Nossa História</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>A Revolução Industrial e a Classe Operária na Europa (1800–1900)</b>	<b>25</b>
* A vida nas fábricas 200 anos atrás	27
* Inglaterra: o primeiro país industrializado	29
* França: país campeão de revoluções burguesas	31
* Século XIX: revoltas, greves, sindicatos e primeiras conquistas	33
* Dos sindicatos às centrais sindicais e aos partidos políticos	36
* 1900: os trabalhadores começam a conquistar as 8 horas	38
* A redução da jornada de trabalho no mundo	43
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>O Nascimento da Classe Operária no Brasil (1850–1900)</b>	<b>47</b>
* Uma industrialização a passos de tartaruga	48
* Da escravidão à imigração europeia	50
* A organização dos trabalhadores na Europa e o liberalismo	54
* As primeiras greves e os primeiros jornais operários no Brasil	57
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>As Lutas Operárias do Começo do Século XX (1900–1920)</b>	<b>61</b>
* Greves, greve geral e insurreições: cronologia esquemática	63
* Primeiras organizações, sindicatos e congressos operários	72
* O anarquismo e o anarco-sindicalismo no Brasil	74

* Cem anos de imprensa anarquista, comunista, alternativa e sindical	78
* Panorâmica de alguns jornais operários	81

#### **CAPÍTULO 4**

<b>Do Anarquismo ao Partido Comunista e a Getúlio Vargas (1920–1930)</b>	<b>85</b>
* É fundado o Partido Comunista: 1922	87
* A burguesia industrial quer mais espaço: 1930	90
* Revoltas de Tenentes: a marca registrada da década de 1920	92
* A imprensa dos trabalhadores de 1920 a 1930	94
* As quatro tendências políticas no meio operário: 1920–1930	95
* Leis trabalhistas até 1930	99
* A repressão dos patrões e as lutas dos trabalhadores	101
* A lutas do 1.º de Maio e as 8 horas no Brasil	104

#### **CAPÍTULO 5**

<b>Vargas: Industrialização, Leis Trabalhistas e Ditadura (1930–1945)</b>	<b>111</b>
* Panorama dos conflitos mundiais do período	112
* Visão panorâmica do Brasil dos anos 1930 a 1945, no Brasil	116
* Da Revolução de 30 à tentativa do levante de 1935	118
* Da ANL à deposição de Vargas em 45	121
* Modernização capitalista e controle sobre a classe operária	129
* Industrialização e substituição das importações	129
* Sindicalismo controlado pelo Estado	130
* Propaganda: arma do Governo Vargas	133
* A legislação trabalhista na Era Vargas	135
* Principais leis trabalhistas e sociais	136
* Resumo da atuação do movimento operário sob Getúlio	137

#### **CAPÍTULO 6**

<b>Do Fim da Segunda Guerra à Ditadura Militar (1945–1964)</b>	<b>139</b>
* O Brasil e o quadro mundial neste período	145
* Os trabalhadores no novo quadro político do pós-guerra	147

* A volta de Vargas, em 1950, e a política populista	153
* Juscelino e os <i>anos JK</i> : indústria, inflação e greves	159
* Politização das lutas sociais: CGT e Ligas Camponesas	166
* A caminho do Golpe	175

#### **CAPÍTULO 7**

<b>Do Golpe de 64 à Explosão das Greves (1964–1979)</b>	<b>183</b>
* A implantação da Ditadura e a classe operária após o Golpe	184
* O quadro político mundial de 60 a 70 e a América Latina	188
* A esquerda brasileira faz autocrítica após o Golpe	193
* As lutas operárias de 1964 a 1970	197
* Os anos de chumbo e o “milagre econômico” (1969 a 1974)	203
* A resistência à Ditadura de 1975 a 1979	210
* A sociedade se mexe: padres, artistas e estudantes voltam à cena	215
* A retomada dos movimentos e a explosão das greves, em 1978	220

#### **CAPÍTULO 8**

<b>Década de 80: Greves, Greves Gerais e Centrais Sindicais (1978–1990)</b>	<b>227</b>
* Panorama internacional da década de 80	228
* O Brasil no quadro mundial dos anos 80	233
* O movimento sindical: das greves à criação da CUT	235
* Cronologia do movimento dos trabalhadores na década de 90	245
* A transição da Ditadura à Nova República e ao neoliberalismo	261

#### **CAPÍTULO 9**

<b>Anos 90: do Triunfo ao Desastre do Projeto Neoliberal (1990–2002)</b>	<b>265</b>
* Efeitos desastrosos do neoliberalismo no mundo	269
* A revolução produtiva, organizativa e ideológica no mundo do trabalho	271
* Os trabalhadores, da vitória de Collor à eleição de Lula em 2002	275
* Novo século, velhas lutas dos trabalhadores	297

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	<b>307</b>
----------------------------	------------

## APRESENTAÇÃO

Vito Giannotti, este brasileiro, nascido na Itália, nos brinda com um estudo extremamente claro, didático e pleno de precisão histórica.

Assim acontece com *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*, que trata de um tema não muito abordado pelos autores de História da sociedade brasileira.

Estudo importante por relatar a luta dos trabalhadores brasileiros, buscando conquistar seus direitos, não só no âmbito de sua profissão, mas também como cidadãos do Brasil.

Preciso em seu estudo, Giannotti analisa o nascimento do proletariado na segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial na Inglaterra. Essas transformações se deram com a implantação, consolidação e expansão do sistema capitalista.

Assim nasceu a contradição capital X trabalho, originando a luta de classes opondo burguesia X proletariado.

A chamada “questão social” retratou as condições miseráveis em que vivia a classe trabalhadora, que lutava por melhores salários, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, melhoria do local de trabalho e uma infinidade de direitos negados pelo empresariado, empenhado em apenas multiplicar seus lucros.

Por muito tempo não havia leis que assegurassem direitos aos trabalhadores. Mas estes sempre lutaram. Uma das suas primeiras manifestações foi o “ludismo”, movimento em que os trabalhadores destruíam as máquinas das fábricas. Equivocadamente, a elas eram atribuídas as péssimas condições de sua existência. Não possuíam ainda consciência política para com-

preender que o sistema capitalista e a burguesia eram os responsáveis pela exploração que lhes era imposta.

Foi com a organização de sindicatos, denominados *trade-unions* nos países anglo-saxônicos, que a luta ganhou maior consistência, desde os primórdios do século XIX.

O movimento operário inglês foi o primeiro a existir, porque foi na Inglaterra onde primeiro se implantou o capitalismo. Greves e passeatas, embora duramente reprimidas, ocorriam sob a direção de sindicatos e associações operárias.

A luta do operariado, como Vito bem aponta, chegou a assumir claras conotações políticas e até revolucionárias.

Assim foi que ocorreu a propagação das idéias socialistas e anarquistas presentes nos movimentos operários ao longo do século XIX, avançando, depois, pelo século XX.

Vito destaca a importância da publicação do *Manifesto Comunista*, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, além das efêmeras conquistas durante a Comuna de Paris (1871). Tanto esta quanto as revoluções de 1848 foram esmagadas em verdadeiros banhos de sangue comandados pela burguesia.

Marco significativo nessas lutas foi a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, mais conhecida como Primeira Internacional, em 1864. Dois anos depois, organizou-se o primeiro partido socialista da história: o Partido Operário Socialdemocrata Alemão.

Em 1917, o proletariado conquistou o poder na Revolução Russa, possibilitando a construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Aponta o autor que, devido à falência da Segunda Internacional – montada em 1889 –, por apoiar a participação na Primeira Guerra Mundial (1914–1918), formou-se a Terceira Internacional, em 1919. Mais conhecida como Internacional Comunista, seu grande idealizador foi Vladimir Illitch Ulianov (1870–1924), que teve Lênin como nome de guerra e que a ela imprimiu um caráter internacionalista e revolucionário.

No pós-guerra, governantes de sociedades capitalistas, temendo a difusão das idéias revolucionárias, criaram a Organização Internacional do Trabalho (OIT), para estabelecer normas universais de funcionamento das relações entre capital e trabalho. Visando amortecer o movimento dos trabalhadores, a OIT divulgou orientação para que todos os países adotassem a semana de 48 horas.

Com precisão de pesquisador, Giannotti indica a sucessão das datas principais da luta pela redução da jornada de trabalho, entre 1817 e 1933.

Já no capítulo 2, Vito nos mostra o processo inicial de industrialização no Brasil (1850–1900) e o nascimento da classe operária. Indica as primeiras greves operárias e a importância dos primeiros jornais da classe trabalhadora no Brasil.

O capítulo 3 trata das lutas operárias entre 1900 e 1920. Relaciona greves de categoria, greves gerais e insurreições, destacando as ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro, em 1917. Registra as primeiras organizações, sindicatos e congressos operários. Destaca, ainda, a importância do anarquismo e do anarco-sindicalismo no Brasil, bem como o papel de jornais anarquistas, alternativos, comunistas e sindicais.

O capítulo 4 relaciona-se ao período de 1920 a 1930, assinalando que nessa década a sociedade brasileira esteve quase que permanentemente sob estado de sítio. Viviam-se, então, a sucessão de rebeliões tenentistas, iniciadas pouco depois da fundação do Partido Comunista, em 1922. Mostra a legislação trabalhista existente, as três tendências no movimento operário dessa época, a política repressiva dos patrões e do Estado, além da evidente ascensão da burguesia industrial. Analisa o impacto da crise de 1929 na sociedade brasileira, devido à qual a República Velha chegou ao fim com a chamada Revolução de 1930. Destaca também o papel da imprensa operária nesta fase, bem como os marcos cronológicos da luta pela jornada de oito horas, de 1887 a 1932.

A denominada Era Vargas (1930–1945) é analisada no capítulo 5. Sob a sucessão de governos do caudilho Getúlio Vargas (1883–1954), destaca o crescente intervencionismo do Estado na sociedade, na economia, na cultu-

ra, tudo culminando na ditadura do Estado Novo (1937–1945). Explica as razões básicas da implantação da legislação trabalhista. Enfatiza o processo de industrialização, incentivado inclusive pela criação de inúmeras empresas estatais. Não esquece de traçar um panorama da conjuntura internacional convulsionada pela Grande Depressão, pela ascensão do nazi-fascismo e pela Segunda Guerra Mundial (1939–1945), precedida por sucessivas crises internacionais. Traça igualmente um panorama do período de 1930 a 1945, no Brasil, quando os sindicatos foram atrelados ao Estado. Vito indica que a Aliança Nacional Libertadora (ANL), precedida, em 1933, pela fascista Ação Integralista Brasileira (AIB), lançou um programa revolucionário em 1935, que culminou no Levante Comunista. Duramente reprimido, foi utilizado como fator justificador da implantação do Estado Novo. Mostra, enfim, a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, e como a guerra contribuiu para a deposição de Vargas. Conclui discorrendo sobre as eleições de 1945, sobre como a propaganda foi eficientemente utilizada no período (1930–1945) e a seqüência da legislação social e trabalhista de 1930 a 1943.

O capítulo 6 abrange a fase que se estendeu do fim da Segunda Guerra Mundial ao golpe de 1.º de abril de 1964. Neste período tumultuado, apenas dois presidentes concluíram seus mandatos: Eurico Gaspar Dutra (1946–1951) e Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956–1961). Um se suicidou, Getúlio Vargas (1951–1954); outro renunciou, Jânio Quadros (1961); e três foram depostos: João Café Filho (1954–1955), Carlos Luz (1955) e João Belchior Marques Goulart (1961–1964), o Jango. Giannotti nos mostra esse período no seu quadro mundial – rico em grandes mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais – e como a sociedade brasileira nele se inseriu e se comportou. Destaca os blocos mundiais existentes na Guerra Fria, o Concílio Vaticano II (1962–1965) e a Revolução Cubana. Entre 1945 e 1964, no Brasil ocorreram milhares de greves, cada vez mais assumindo conotações políticas. Houve também o aceleração da industrialização, o populismo, a atuação da ala progressista da Igreja Católica, o crescimento das lutas nas zonas rurais e a preparação e consecução do golpe militar de 1964.

O capítulo 7 trata do Golpe de 1964 até à explosão das greves de 1978–1979. O autor, com riqueza de informações, analisa os mecanismos de repressão política adotados, bem como o mecanismo econômico imposto. Enfatiza a repressão a que ficaram submetidos os trabalhadores do campo e das cidades, assim como a sociedade em geral, sobretudo após o Ato Institucional n.º 5 (AI-5). Discorre sobre o quadro político internacional (1964–1970), a América Latina (década de 1960) e o esfacelamento do PCB, em consequência de organizações partidárias da luta armada. Aborda ainda as lutas operárias na conjuntura de 1964 a 1979. Caracteriza os “Anos de Chumbo” durante a ditadura de Emílio Garrastazu Médici (1969–1974) e, como nos demais capítulos, destaca a presença da imprensa alternativa, legal ou clandestina. Trata da oposição parlamentar, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Campanha da Anistia.

O foco do capítulo 8, penúltimo desse brilhante trabalho do amigo Giannotti, está voltado para o período de 1979 a 1991. De pronto, assinala a grande incidência de greves e a formação de centrais sindicais na chamada “longa década de 1980”. Traça um panorama do quadro internacional, marcado pelo fim da URSS e do mundo socialista (o denominado Segundo Mundo), pela ascensão das idéias e práticas neoliberais – pondo fim ao *Welfare State* –, pelo papel conservador e profundamente anticomunista do papa João Paulo II (1978–2005) e pelo domínio dos Estados Unidos com sua política acentuadamente belicista, bem como pelo refluxo das ditaduras na América Latina. Analisa o Brasil no contexto daquele quadro mundial. Assinala a crise da Ditadura Militar, evidenciada pelo colapso dos modelos político e econômico, o que implicou uma “abertura lenta, gradual e segura”, a sucessão de greves e protestos. Destaca, ainda, o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), empenhados na construção de um novo modelo de sociedade no país. Salienta a área do ABCD, em São Paulo, as greves de 1978, 1979 e 1980, bem como a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), agentes propulsores da contestação à Ditadura Militar. Aponta a recessão econômica de 1980 a 1985 (a chamada “crise da dívida externa”) e lista os



principais acontecimentos ligados à luta da classe trabalhadora no período de 1980 a 1990. Ressalta, nesse contexto, os anos de 1985 a 1990, quando se aprovou uma nova Constituição (denominada de “Constituição Cidadã”); a sucessão de planos econômicos; o início do governo Fernando Collor de Mello, durante o qual se adotou uma política neoliberal e criou-se a Força Sindical.

Do triunfo ao desastre do projeto neoliberal é o tema desenvolvido no capítulo 9. Indica que o período de 1980 a 1990 constituiu-se na fase de ouro do neoliberalismo no mundo, para isso contribuindo a atuação dos governos de Ronald Reagan (Estados Unidos), Margareth Thatcher (Inglaterra) e Helmut Kohl (Alemanha Ocidental). Assinala que, a partir de 1991, os Estados Unidos assumiram um papel hegemônico, arrogando-se como “polícia do mundo” e empenhando-se em realizar intervenções violentas, sobretudo no Oriente Médio e na Europa Balcânica. Analisa os efeitos desastrosos do neoliberalismo no mundo. Discute a revolução organizativa e ideológica no mundo do trabalho e conclui seu magnífico estudo indicando os principais acontecimentos dos governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, até a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

Caro leitor, não perca esta oportunidade de conhecer o mundo em que vivemos, lendo *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Conheça um tanto da nossa história, intensamente marcada pela luta dos que pouco ou nada possuem contra aqueles que tudo têm. É a conscientização da nossa realidade que nos permitirá lutar por uma sociedade justa, soberana, digna e socialista.

Vamos lá, leia, pense e aja para ousar lutar para melhor vencer!

*Rubim Santos Leão de Aquino*

## INTRODUÇÃO

### POR QUE CONHECER NOSSA HISTÓRIA

Nas escolas se estuda história, é evidente. Desde o primeiro ano escolar até o fim do ensino médio ou secundário, a disciplina história está em todos os currículos. História do Brasil e do mundo. Não faltam livros, revistas, enciclopédias, CD-Roms e documentários sobre qualquer época e fato histórico. Mas há poucos livros que destaquem, dentro da História Geral, a história da classe trabalhadora. Fala-se de nomes e mais nomes de presidentes, ministros, generais, reis e rainhas. Fala-se dos grandes empresários, dos coronéis de antigamente ou dos capitães da indústria. Do “rei da soja”, do “rei do gado”, rei disso, rei daquilo. Dos fundadores de institutos e fundações, e dos chefes de organizações disso e daquilo. Fala-se de todo tipo de secretário: secretário da Fazenda, do Tesouro, da ONU, da Unicef, do FMI, do Banco Mundial, de todos eles.

Só não se fala dos trabalhadores. Fala-se dos que criaram seus reinos, seus impérios. O império dos Matarazzo, ou dos Ermírio de Moraes. Da família dos Moreira Salles ou dos Pignatari. E tome mais generais, coronéis, almirantes, juristas, deputados e senadores. Quando se fala de uma ponte, logo se acrescenta: “a ponte que fulano de tal fez”. Este fulano sempre é ou o prefeito da cidade, ou o engenheiro que a projetou. Os quatro ou cinco mil trabalhadores que a construíram, de fato, não existem. Ninguém fala deles. A ponte Rio-Niterói, “foi Médici que fez”. A glória desta construção é do ditador, o maior responsável pelas torturas e mortes de centenas de presos políticos nos anos de Ditadura Militar, entre 1960 e

1970. Para estes contadores da História ou, diria, de histórias, quem construiu a tal ponte foi aquele ditador, embora, provavelmente, nunca tenha segurado na mão uma simples colher de pedreiro. Poucas ou nenhuma palavra sobre os milhares de peões de obras que ali penaram e de muitos deles que perderam suas vidas.

Há um exemplo típico que nos mostra como a classe dominante trata a história dos trabalhadores. A Editora Abril, em 1989, no centenário da Proclamação da República, produziu um documentário muito bonito e, à primeira vista, educativo. A um olhar mais atento, este é o melhor exemplo de como a burguesia conta sua história e se esquece dos que não são de sua classe. Peguemos, a título de exemplo, os vinte minutos nos quais este documentário, com o nome pomposo de “Cem anos de República”, relata o período que vai de 1944 a 1964. Vinte anos nos quais a classe operária, saindo da ditadura de Vargas, apareceu em cena. Legalizou seu partido, o Partido Comunista, pelo qual elegeu 16 deputados federais e um senador, logo em 1945. Em 1946, este partido chegou a ter oito jornais diários. Realizou, ao longo daqueles vinte anos, milhares de greves, algumas delas de longa duração, como a “greve dos 300 mil”, em São Paulo, em 1953. Nesse período, na época de Juscelino, os trabalhadores fizeram mais de três mil greves por aumento de salários. A agitação da classe operária crescia dia a dia, a ponto de a direita, a partir de 1961, decidir firmemente concretizar o golpe que estava sendo ensaiado desde o suicídio de Vargas, na década anterior. Este golpe acontecerá em 1964, exatamente contra a mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo, contra as greves, contra a esquerda.

E daí? Como o documentário da Abril trata os trabalhadores? Simplesmente não trata. Eles não aparecem. Não existiam. Nos vinte minutos daquele pedaço de História do Brasil, a palavra *operário* não aparece. Não está no vocabulário da Abril. Do mesmo jeito, a palavra *greve* é absolutamente inexistente. Operário, greves, classe trabalhadora não interessam à burguesia. Por isso devem ser escondidos.

Em compensação, qualquer idiotice é noticiada. Tudo é útil para encobrir a luta e a própria existência dos trabalhadores.

Vejam quantos segundos esse documentário “didático” dedica aos vários fatos ou factóides da História do Brasil, durante aqueles vinte anos. Quantos segundos ele gasta com os trabalhadores e quantos com os outros assuntos que a editora da revista *Veja* julga importantes. Eis o peso de algumas das notícias que estão nesta fita.

- Cassação do PCB, partido com seus 16 deputados federais, etc., - 5 segundos
- Criação da Petrobrás - 7 segundos
- Cassação de um ilustre desconhecido e insignificante deputado, por ter entrado de casaca e cueca, bêbado, para urinar na Câmara Federal - 12 segundos
- Derrota da candidata brasileira no concurso de Miss Universo, por causa das famosas duas polegadas a mais nos quadris - 17 segundos
- Quantas vezes é falada a palavra *greve* - 0 vezes
- Quantas vezes é falada a palavra *operário* - 0 vezes
- Quantas vezes é falado o termo *classe operária* - 0 vezes

E pensar que o Golpe foi dado exatamente para acabar com as greves, para calar a boca da classe operária. E daí? Daí que este documentário histórico da Editora Abril é uma bela aula de como a burguesia trata a nossa história.

Cadê o povo, cadê os trabalhadores? Analisando muitos livros de história, usados em nossas escolas, poucos são os que falam dos atores que estão na base da pirâmide. O mesmo acontece com filmes e novelas televisivas.

Por isso, os trabalhadores que querem mudar o mundo e a sociedade na qual vivem precisam conhecer sua história. Pesquisar, estudar, aprofundar e tirar lições. Lições da sua história. Daquela que não é falada na maioria das escolas. Este trabalho não tem a pretensão de aprofundar os fatos da nossa história. Deseja, porém, oferecer apenas uma primeira visão panorâmica, geral, rápida, da história da classe operária no Brasil.

Por que só isso? Porque para aprofundar esta história é preciso estudar muito, ler muito, pensar e pesquisar. Há dezenas e dezenas de ótimos livros sobre a classe operária no Brasil. Muitos deles são bons, alguns excelentes. Mas todos eles têm em comum o fato de tratarem de aspectos específicos da luta dos trabalhadores e de quase nunca chegarem às mãos dos próprios trabalhadores.

Sabemos que, infelizmente, o hábito de leitura entre a classe operária brasileira é bem baixo. Lê-se muito, muito, muito pouco. As estatísticas de leitura de jornais, no Brasil, estão aí para provar. Qualquer indicador mostra que os que lêem jornais, em nosso país, não chegam a 5% da população total. Causas e explicações para este fato há muitas: nossa formação histórica, as condições e a qualidade do nosso ensino, a existência de uma TV altamente cativante e, ao mesmo tempo, alienante, e os salários miseráveis de uma enorme parcela da população. Mas não vamos analisar aqui as causas do baixíssimo índice de leitura no Brasil. Vamos só partir desta análise para decidir escrever este livro destinado a quem lê pouco.

Estes 5% são o percentual geral que abrange toda a população. Se olharmos mais detalhadamente para os trabalhadores, o índice de leitura cai ainda mais assustadoramente. Estou me referindo a trabalhadores das fábricas, dos estaleiros, das ferrovias, dos portos, dos canteiros de obra. Trabalhadores que mal chegaram a completar o ensino elementar. O Ministério da Educação (MEC) nos lembra, numa estatística de 2002, de que no Brasil somente 19% da população alcançavam o patamar dos 11 anos de estudo. Ou seja, somente 19% possuem o diploma de segundo grau. De lá para cá, as estatísticas até melhoraram um pouco, mas o que continua um problema grave é a qualidade cada vez pior do ensino elementar. Na prática, a realidade, hoje, permanece quase a mesma de cinco anos atrás.

Quanto à leitura de livros, as estatísticas são bem mais trágicas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2004, nos dizia que dos 5.506 municípios existentes no país, somente em 1.927 havia algum tipo de livreria. Por isso decidi fazer um livro resumido. Uma síntese que seja um tira-gosto inicial para quem não é um grande leitor de livros. Um livro que dê vontade de querer saber mais. De ler mais. No final, indico uns oitenta livros

básicos que poderão ser lidos por quem chegou ao fim deste e deseja saber mais. Uma bibliografia mínima, possível de atrair leitores para um ou outro livro que lhe desperte a curiosidade ou o interesse.

Neste texto, pretendo dar elementos básicos para combater algumas idéias dominantes repetidas em muitas escolas e, sobretudo, nos telejornais e programas de televisão e de rádio. Idéias antigas e novas. Peguemos, como exemplo, duas das mais difundidas – uma antiga e outra mais recente.

A primeira, é a velha idéia de que tudo que o trabalhador brasileiro tem, hoje, veio de graça. Presidentes, deputados, senadores e até patrões resolveram, um belo dia, dar esse ou aquele “benefício”. Eles foram os benfeitores que concederam tal privilégio. Quase um agrado, uma bondade. Não se fala de direitos arrancados, conquistados com longos anos de lutas. Essa seria uma característica hereditária do trabalhador brasileiro: a alienação e passividade. Uma atitude de ficar esperando que tudo caia do céu. Pretendo mostrar, neste livro, o quanto é falsa essa visão e como a burguesia usa essa mentira para manter sua dominação.

A segunda, é uma idéia moderna, nascida com o neoliberalismo da década de 1990. Repete-se a toda hora que, hoje, estes “benefícios” ou “privilégios” que os antigos chamavam de direitos, atrapalham o crescimento da economia. Bloqueiam a economia do país. No final das contas, são os causadores do desemprego e das conseqüentes miséria e violência do Brasil. É preciso, então, retirá-los. Fazer as “reformas”. Para fazer crescer o emprego, é necessário reduzir o “custo do trabalho”, o chamado “custo Brasil”, como afirmam os neoliberais e seus cúmplices.

Para se defender dessas idéias venenosas, o trabalhador precisa ter argumentos, conhecer, saber. E tudo isso se consegue lendo. Começar com um livro para dar um primeiro passo. Depois, outros e outros e outros passos serão dados.

Este livro se limita a dar uma visão geral da história dos trabalhadores urbanos no Brasil. Uma breve história do trabalho e de seus atores, nas cidades, a partir do final do século XIX. Começarei a falar dos trabalhadores das primeiras fábricas, criadas entre 1880 e 1890.

Não vamos falar aqui dos milhões de trabalhadores escravizados que foram trazidos da África. Durante três séculos eles formaram a imensa maioria da força de trabalho. Em campos, minas e outras atividades pesadas faziam funcionar a sociedade daquela época.

Calcula-se que entre quatro a dez milhões de escravos tenham chegado ao Brasil, de 1550 a 1850, para trabalhar e gerar lucro para os colonizadores portugueses e seus descendentes. Esses trabalhadores, a maioria deles vindos do campo, deram seu suor e suas forças para produzir todos os bens materiais da época. Mas também deram seu sangue, defendendo seus quilombos e lutando por sua libertação.

Neste texto não falarei do Quilombo de Palmares e dos mais de mil outros quilombos que pontilharam o mapa da então colônia de Portugal. Não vamos falar de Ganga Zumba, Ganga Zona, Zumbi e Dandara. Nem dos milhões de Josés, Marias, Zeferinos, Penhas ou Beneditos que morreram trabalhando e lutando pela liberdade, contra a exploração da qual eram vítimas, que naquele tempo tinha a forma de escravidão.

Não falaremos das famosas revoltas de centenas de milhares de negros daquele país que era sustentado pela escravidão. Não falaremos da Revolta dos Malês na Bahia, nem da Balaiada no Maranhão, da Cabanagem no Pará, ou de centenas de outras lutas destes trabalhadores escravos por sua libertação. Há livros excelentes sobre estes assuntos. *Brasil: uma História Popular*, do professor Rubim Aquino, e outro mais recente, do mesmo autor, *Pernambuco em Chamas*, nos dá um quadro extremamente rico de dezenas de lutas populares. Lutas desconhecidas pela maioria dos livros utilizados em nossas escolas, que formam ou deformam os milhões de futuros trabalhadores do Brasil.

Neste livro, falarei o mínimo necessário nos nomes de generais, ministros, presidentes da República ou chefes de fundações. Os milhares de livros que existem já falam demais sobre eles. Falarei somente dos trabalhadores das cidades, durante os últimos 110 ou 120 anos. Este foi o período em que começou a ser implantada, em nosso país, a industrialização. Até 1850, no Brasil, não havia fábricas. E não havia, conseqüentemente, trabalhadores das fábricas, os chamados operários. A classe operária, no Brasil,

tem pouco mais de cento e poucos anos. Quem eram esses trabalhadores? E como essa classe trabalhadora evoluiu? Quais suas conquistas, suas derrotas e vitórias? Quando começaram a existir as leis trabalhistas e como eram, no início? E essa classe operária, lutou ou ficou esperando que as coisas caíssem do céu? E como se organizou, no início da industrialização? E hoje, como está? O neoliberalismo, do qual tanto se fala hoje, de onde saiu? Quais seus fundamentos e como ele se reflete na vida de cada trabalhador, hoje?

As respostas, para quem estiver desbravando seu primeiro livro, a essas e dezenas de outras perguntas começarão a ficar mais claras após a leitura destas páginas. Pelo menos é o que espero.

O objetivo deste livro é o de que, através de um maior conhecimento de sua história, muito mais trabalhadores estejam preparados para entender o mundo em que vivemos e, com isso, mais dispostos a se engajar e a se comprometer com a sua transformação.

O que pretendo com este livro é que muitos trabalhadores fiquem animados para ler outros livros. Muitos. Livros que ajudem a lutar melhor por uma outra sociedade. Uma sociedade socialista como as gerações que trabalharam e lutaram em nosso país, de 1880 pra cá, sonharam em construir. A sociedade pela qual lutavam e que, por isso, foram presos, torturados e mortos centenas e milhares de trabalhadores brasileiros, arrancados da África, vindos da Europa, e depois, em sua imensa maioria, nascidos aqui no Brasil.

## CAPÍTULO 1

### A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A CLASSE OPERÁRIA NA EUROPA (1800–1900)

Podemos dizer que a classe operária começou a existir, na Europa, entre 1760 e 1780, aproximadamente 250 anos atrás.

Claro que não foi num dia 1.º de janeiro de um daqueles anos. É só para termos uma idéia geral. Naquele tempo, o trabalho nas cidades era realizado em galpões com algumas dezenas de trabalhadores. Ferramentas manuais e pequenas máquinas primitivas eram movidas com a força das águas ou com os pés e as mãos de homens e mulheres.

No final do século XVIII, bem antes de 1800, ocorreu, na Europa, a que ficou conhecida como Revolução Industrial. A invenção da máquina movida a vapor permitiu a introdução, nas oficinas de trabalho, de novas máquinas a cada dia. Foi a passagem gradual da manufatura para a indústria. Os produtos, que antes eram feitos manualmente ou com máquinas simples, passaram a ser produzidos com máquinas a vapor. Foram introduzidas novas técnicas e novas formas de organização do trabalho. O pequeno barracão de poucos trabalhadores transformou-se em grandes construções cheias de máquinas e de gente. Os trabalhadores desses novos galpões passaram a ser chamados de operários: eram os que operavam as máquinas. Recebiam, em troca, salários de fome. A generalização do trabalho assalariado trouxe novas formas de exploração e concentrou, mais ainda, o lucro nas mãos dos patrões. Esta época marcou a implantação, con-

solidação e expansão do capitalismo. De início, na Inglaterra, depois, em outros países. Suas raízes já existiam há tempos, mas a árvore da indústria nasceu nessa época.

As chaminés de onde saía a fumaça do carvão queimado, que gerava o vapor que movia as máquinas, eram o símbolo da chamada Revolução Industrial.

Surgida na Europa, a Revolução Industrial expandiu-se, logo depois, para os Estados Unidos. Toda a riqueza que esses países tinham roubado da América Latina e do resto do mundo colonizado era usada para investir em novas descobertas técnicas e na criação de imensos parques industriais. Além disso, os lucros vindos das fábricas asseguravam o bem-estar e a satisfação das necessidades para o luxo da burguesia empresarial.

Todo o capital acumulado pelos países europeus durante 300 anos de exploração, fruto de roubos, pilhagens e destruição de civilizações inteiras foi direcionado para a criação das primeiras fábricas, estaleiros, bancos e redes comerciais.

A época que vai do início das grandes expedições marítimas européias, de 1450–1500 até 1750, foi chamada de mercantilismo, ou Revolução Comercial. Naqueles anos, grande número de embarcações era enviado pelos reis europeus para descobrir o que havia além do mar que eles avistavam. A primeira dessas expedições foi para a África, em 1415. A época de ouro do contato da Europa com outros povos se deu na segunda metade do século XV e no decorrer do século XVI. Durante todo este período houve uma grande transferência de riqueza dos países “descobertos”, na verdade invadidos, para os países que financiavam as expedições. Esse período ficou conhecido como o da “acumulação primitiva do capital”. Marx localiza a época pré-capitalista, ou da “acumulação primitiva”, entre 1450 e 1770, os anos de ouro da Revolução Comercial.

O fruto da pilhagem do ouro, da prata e de outras riquezas da América, da África e da Ásia era comercializado entre os países da Europa. Os principais países que ficaram com as riquezas do mundo, fruto do intenso comércio nesses séculos, foram a Inglaterra, a França e a Bélgica. Essa riqueza acumulada era transformada, pouco a pouco, em máquinas para a

nascente indústria. A Holanda, que também expandiu grandemente seu capital acumulado, não se tornou uma grande potência industrial.

Foi nesses países europeus que nasceu a industrialização. E assim nasceram as fábricas. Espanha e Portugal, com seus imensos impérios coloniais, tiveram um papel fundamental na acumulação primitiva do capital. Eram, basicamente, sobretudo Portugal, entrepostos intermediários para os países que pilhavam os vários continentes. Estes dois países não participaram da fase da industrialização européia do século XIX.

Essa é a origem do capitalismo. Foi assim que a Europa acumulou quantias enormes de capital para se industrializar. Com o capitalismo nascerá um exército de despossuídos, complemento natural do novo sistema econômico.

As condições de vida dos milhões de trabalhadores das fábricas eram as piores possíveis. Os patrões impunham sua vontade absoluta. Do início da industrialização até aproximadamente 1850, podemos dizer que não havia nenhuma lei que garantisse direitos para a classe operária. Para esta, só havia leis repressivas. Os trabalhadores demoraram algumas décadas para criar suas primeiras associações e sindicatos para se defender.

A filosofia política criada pela burguesia européia e norte-americana, para justificar este sistema econômico, foi o liberalismo. Liberalismo, nos livros, significava liberdade total às forças produtivas: capital e trabalho. Na prática, significava liberdade aos patrões para explorar os trabalhadores, sem limite algum. Por isso não eram feitas leis para a defesa do trabalhador. Não poderia haver nenhuma proteção para a nova classe trabalhadora. Qualquer lei seria uma limitação e uma concessão e diminuiria os lucros do capital.

### A vida nas fábricas 200 anos atrás

Quantas horas os operários trabalhavam naqueles tempos? Simples: tantas quanto o patrão quisesse. E ele sempre queria o máximo. Até os trabalhadores morrerem de cansaço. Eram 12, 15 e até 18 horas por dia. E isso era repetido durante 365 dias por ano... até a pessoa morrer de fome, cansaço e miséria.

No início da exploração capitalista, aos trabalhadores – homens, mulheres e crianças – não eram permitidos direitos, apenas deveres. Deveres que custavam a saúde e a vida de milhões de homens, mulheres e crianças. Era o domínio da sociedade burguesa. Uma sociedade organizada de acordo com os interesses dos proprietários das fábricas, lojas, armazéns, bancos, terras, empresas de transportes e de tudo o mais.

Os locais de trabalho eram “terra de ninguém”. O Estado não podia fazer leis que regulamentassem as relações entre capital e trabalho. Era a filosofia política liberal a serviço do lucro do capital.

Depois da exploração na fábrica, o trabalhador enfrentava mais um sofrimento, ao chegar em casa. Cansado, sujo e sem roupas para trocar, via a família passar todo tipo de necessidade, inclusive fome. E era esse trabalhador atormentado, cansado e ferido que voltava, no dia seguinte, para a fábrica. Ainda mais cansado e ferido na sua condição humana.

E como a classe operária reagiu? A classe operária, rapidamente, começou a exigir a diminuição das horas de trabalho. Em todos os países onde havia fábricas e oficinas, os operários organizaram revoltas por essa reivindicação mínima. Ninguém agüentava trabalhar 14 ou 16 horas por dia, durante sete dias por semana, durante o ano inteiro. Na Europa que começava a se industrializar, há 200 anos, não se falava em descanso aos domingos ou em férias anuais.

A redução da jornada de trabalho foi só a primeira reivindicação. Os trabalhadores não queriam morrer esgotados de tanto trabalhar. Duas outras reivindicações vieram em seguida: ter um salário que permitisse alimentar a família e não ficar desamparado devido a acidentes de trabalho provocados pelas máquinas.

Aos poucos, a nova classe operária ia descobrindo a necessidade de pressionar os patrões para obter alguma conquista. E o único argumento que os patrões escutavam era o das máquinas paradas. Fazer o que, depois, ficou conhecido como greve. Ou seja, o patrão queria produção. O jeito era parar a produção para pressionar. Para exigir.

Foi assim que a greve passou a ser a principal arma dos trabalhadores. Mas antes de descobrir a greve, houve muitos tipos de revoltas e de ataques a armazéns para conseguir alguma comida. Os trabalhadores, sobretudo na Inglaterra, chegaram até a destruir máquinas que, na visão deles, eram as responsáveis pelas péssimas condições nas quais viviam e pela falta de um maior número de empregos. Foi o chamado Movimento Luddista, nome dado para homenagear o seu maior incentivador, o inglês John Ludd.

Nos primeiros anos do século XIX, marchas começaram a ocupar o centro das cidades e, ao final, eram realizados comícios. A todas essas manifestações os governos dos vários países respondiam da mesma forma: com a polícia e até o exército. Foram muitos os presos, feridos e mortos em todas essas manifestações.

### Inglaterra: o primeiro país industrializado

A Inglaterra foi o país onde começou a industrialização. Ela tinha acumulado muito ouro, prata e produtos das Américas, da Ásia e da África, durante três séculos. Muita pirataria, muitas chacinas de povos inteiros e roubos de todo tipo haviam permitido um grande acúmulo de riquezas naquele país. Dessa acumulação nasceu a nação mais industrializada do mundo naquela época. Os produtos de suas indústrias eram feitos com matérias-primas vindas do mundo inteiro e eram vendidos em todos os países.

Por volta de 1820, em Londres, cidade mais industrial da Inglaterra, a idade média de vida dos operários era de 21 anos. Os patrões viviam três vezes mais. Crianças de 5 anos já trabalhavam em fábricas, nas piores condições.

Não havia nenhuma lei que defendesse aqueles trabalhadores. Na Inglaterra havia leis para tudo. Menos para os trabalhadores. A doutrina liberal não admitia que o trabalhador tivesse direitos, sobretudo para se organizar e se defender. Era expressamente proibida qualquer forma de organização operária. A classe burguesa podia se organizar de mil formas. Todas as associações eram permitidas, menos as dos trabalhadores. Mesmo assim, eles tentavam se organizar.

Em Londres, em 1720, nasce a Associação dos Alfaiates, que lutava por melhores salários. Contra esse tipo de atrevimento, o parlamento inglês, em 1799, votou a *Combination Laws* (Leis sobre as Associações), que proibia a criação de sindicatos. Mas essas leis repressivas não impediram que a nova classe trabalhadora tomasse, gradativamente, consciência da sua situação de exploração. Pouco a pouco, vai surgindo, entre os trabalhadores e os intelectuais que lhes eram solidários, a consciência de que eram explorados e oprimidos. Dessa consciência inicial, brotarão, futuramente, as idéias do socialismo, do anarquismo e, mais adiante, do comunismo.

O movimento operário inglês foi o primeiro a existir e a lutar. Isto porque foi na Inglaterra que primeiramente se implantou o capitalismo. Aos poucos, os operários ingleses foram aumentando sua resistência e criaram as primeiras formas de organização.

Manifestações e comícios exigiam pão e menos horas de trabalho. Junto com essas reivindicações imediatas, os trabalhadores também exigiam o direito à liberdade de se reunirem e criar suas associações. Nas cidades industriais da Inglaterra (Londres, Liverpool, Manchester), eram muitas as revoltas. Em 1818, novas formas de protesto, como as “Marchas da Fome”, têm início. Foram as primeiras manifestações dos trabalhadores, que não queriam morrer de fome.

Em 1819, em Londres, um grande comício operário reuniu mais de oitenta mil pessoas. E o governo, a serviço exclusivo da burguesia industrial, financeira e comercial, mandou o exército e a polícia reprimi-lo. Foram dezenas de mortos. Os trabalhadores eram tratados como “inimigos internos”, tão perigosos quanto os “inimigos externos” de três anos antes, os exércitos franceses de Napoleão. Finalmente, em 1825, o parlamento inglês reconheceu o direito de livre associação para os operários, direito esse que a classe burguesa já tinha há quase dois séculos.

Ainda em 1825, foi criada, em Manchester, capital da indústria têxtil inglesa, a União dos Fiadores de Algodão. O nome inglês, *trade union*, significava exatamente sindicato. A palavra inglesa *union* aproxima-se da idéia de associação, de união. O termo francês *syndic*, que dará origem à palavra sindicato, sugere mais a idéia de coordenação, como veremos adiante. Orga-

nização e luta. Basicamente, o sentido é o mesmo, nas duas línguas. Foi assim que a *union* de Manchester constituiu-se no primeiro sindicato estruturado do qual se tem notícia.

As reivindicações dos operários ingleses não visavam somente redução da jornada de trabalho e melhores salários. Passaram também a exigir o direito ao voto universal secreto e vários outros direitos sociais, como a escola gratuita para todos.

Era o chamado Movimento Cartista. Os trabalhadores reivindicavam uma Carta Constitucional que garantisse direitos no trabalho e no conjunto da vida de todos enquanto cidadãos.

Em 1842, no norte da Inglaterra, aconteceu a primeira greve geral da história da industrialização. E sua principal exigência era a redução da jornada de trabalho.

Em 1847, o parlamento inglês aprovou uma lei que estabelecia o limite da jornada de trabalho, para o adulto, de 10 horas diárias. Esta lei passou a vigorar no dia 1.º de maio de 1848. Nesta época, na Inglaterra, já existiam mais de seis milhões de operários nas fábricas.

### França: país campeão de revoluções burguesas

A França foi um país que, a partir de 1800–1810, também entrou em um rápido processo de industrialização. Em 1850, eram mais de quatro milhões e meio de operários. Suas reivindicações foram aumentando, reunindo exigências específicas da classe operária e outras reivindicações, mais gerais, enquanto cidadãos.

No ano de 1840, uma greve de mais de cem mil operários agitou o país, sobretudo a capital, Paris. Sua principal reivindicação era a jornada de trabalho de 10 horas diárias. A burguesia fez uma enorme gritaria. Jornais falavam em conspiração externa, em agitadores. A história de sempre: quando o trabalhador se mexe contra a injustiça, é agitador e baderneiro, mas o patrão, que comete a injustiça, é gente de bem.



Em 1847, a França vivia um período de grande crise econômica. Faltava comida. As autoridades da época, vendo que a insatisfação popular crescia, passaram a proibir as reuniões políticas. Estas eram realizadas em praças públicas ou em banquetes, que se tornavam palco de inflamados debates políticos. Em fevereiro de 1848, a proibição de uma dessas reuniões levou a pequena burguesia e a classe operária a levantarem barricadas pelas ruas da cidade.

Na mesma época, em Londres, a Liga dos Comunistas manda imprimir o livreto *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por dois membros daquela organização clandestina revolucionária, Karl Marx e Friedrich Engels.

A cidade de Paris ficara totalmente ocupada pelo proletariado. Proletário era o mesmo que dizer operário. Era aquele cuja única riqueza era a prole, os filhos. O proletariado era a classe operária. Os outros eram os patrões, chamados de classe burguesa, ou burguesia.

A burguesia, sob pressão, foi obrigada a decretar o fim da escravidão nas colônias da França e a redução da jornada de trabalho, só na capital, para 10 horas. Mas não foi só isso. Espertamente, a burguesia aproveitou-se da disposição de luta do proletariado e a ele aliou-se para enfrentar a nobreza. A nobreza tinha voltado ao poder, após o fim do ciclo da grande Revolução Francesa, com a derrota de Napoleão pelo exército inglês, em 1815. A burguesia precisava das mãos dos operários e dos assalariados do campo para derrotar o exército do rei da França. Assim, uniu-se aos trabalhadores para derrubar o rei e a nobreza. E conseguiu.

Logo depois, em julho de 1845, a burguesia traiu os seus aliados provisórios. Eliminou as conquistas revolucionárias que haviam sido obtidas pelo proletariado meses antes. Milhares de trabalhadores foram fuzilados e outros tantos deportados.

Os operários parisienses foram esmagados num verdadeiro banho de sangue. Bandeiras ensanguentadas passaram a aparecer nas mãos dos trabalhadores. Este foi o começo da utilização de uma bandeira vermelha como símbolo da luta operária, segundo Karl Marx.

Em setembro, sob o domínio da burguesia vitoriosa, a jornada de trabalho voltou a aumentar, por determinação do novo governo. Os operá-

rios perdiam, assim, a conquista das 10 horas e seus salários continuaram miseráveis.

Pouco mais de vinte anos depois, em 1871, os operários franceses farão uma nova revolução, limitada à capital, no município de Paris. Conhecida como a Comuna de Paris, nesta revolução os trabalhadores tiveram papel principal. A burguesia empresarial fugiu junto com o governo. Seu exército foi expulso de Paris pelo povo em armas. Proclamou-se um novo governo em torno do qual se agruparam principalmente os trabalhadores e, junto com eles, pequenos proprietários, comerciantes e setores médios da sociedade. Imediatamente foram criadas novas leis que implantavam um sistema democrático nunca conhecido antes. Uma das primeiras medidas do novo governo foi garantir o direito de voto a qualquer cidadão, homem ou mulher. A educação primária passou a ser obrigatória e gratuita para todos.

Mas a burguesia francesa não permitiu que esse novo sistema político vingasse. Aliou-se à Alemanha, país com o qual a França estava em guerra havia um ano, e os exércitos dos dois países, até ontem inimigos, se uniram para, juntos, esmagar a Comuna de Paris.

A vitória burguesa foi selada, após três meses de resistência, com a morte, nas barricadas ou por fuzilamento, de trinta a cinquenta mil lutadores da Comuna. Karl Marx escreveu, logo depois, que a Comuna foi “o maior movimento proletário até nossos dias”. Ele disse que “os operários tomaram o céu de assalto”.

### Século XIX: revoltas, greves, sindicatos e primeiras conquistas

Durante os primeiros sessenta, setenta anos de existência da classe operária, em vários países os trabalhadores viveram a mesma situação. E responderam de forma parecida: revoltas de desespero; depois, as primeiras greves; e, em seguida, as várias formas de organização.

Na Inglaterra, vimos que, já no começo do século XIX, foram permitidos os sindicatos. Mas nos outros países, não. Na França, os sindicatos só serão legalizados em 1864.

Mesmo sem sindicatos, os trabalhadores criavam outras formas disfarçadas para se reunir: sociedades beneficentes, clubes, ligas, associações de ajuda mútua e, pouco a pouco, uniões operárias, sindicatos. Era a classe trabalhadora procurando se unir para se defender da exploração patronal que contava com todo o apoio dos governos burgueses.

Nos países de língua inglesa, a organização operária firma-se com o termo *union*. Palavra de origem latina, significava exatamente a união dos trabalhadores para a luta. Nos países de língua latina, o termo utilizado para a organização dos trabalhadores era sindicato. Esta palavra, de origem grega, significa exatamente o mesmo que união. Sindicato significa “junto”. Todos juntos para se defender.

Em 1862, vários operários franceses foram para Londres montar uma exposição mundial de indústria têxtil. Naturalmente, encontraram-se com os membros dos sindicatos ingleses e com revolucionários de alguns países da Europa, sobretudo franceses, que ali estavam exilados. Juntos, marcaram uma reunião internacional, na capital da Inglaterra, para dois anos depois. A idéia de que a classe operária era internacional estava se expandindo, assim como a percepção dos trabalhadores de que o capitalismo não tinha pátria. Eles viam que o capitalismo investia, unicamente, nos países que garantissem os mais elevados rendimentos. Sem nenhuma preocupação humanitária.

Assim foi que, em setembro de 1864, reúnem-se na capital inglesa aproximadamente cinquenta trabalhadores de diversos países e criam a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Esta entrará para a história como a *Internacional*. Após decidirem pela criação desta associação permanente, aprovam a idéia de uma luta comum, em seus países, pela redução da jornada de trabalho, sem fixar, ainda, uma meta única.

Em 1866, na primeira conferência da AIT, os delegados dos países participantes decidiram que esta luta, unificada mundialmente, seria pela redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. “Propomos que a jornada de 8 horas seja reconhecida como o limite da jornada de trabalho.”

No mesmo ano, nos Estados Unidos da América, um congresso operário, realizado na cidade de Baltimore, decidiu realizar greves, em todo o

país, pela legalização da jornada de trabalho de 8 horas. Esta luta também acontecia na Inglaterra, Alemanha, Bélgica e em outros países industrializados da Europa.

A luta mais famosa pela conquista das 8 horas ainda teve que esperar vinte anos para acontecer, e se deu nos Estados Unidos, no dia 1.º de maio de 1886. Na região central do país, no centro industrial de Chicago, começou uma greve que tinha sido decidida dois anos antes. O panfleto distribuído, em Chicago, na madrugada do primeiro dia de greve, dizia: “A partir de hoje, nenhum operário deve trabalhar mais de 8 horas por dia: 8 horas de trabalho, 8 horas de repouso e 8 horas de educação.”

No terceiro dia da greve, a polícia matou seis trabalhadores num piquete. No final de um comício, no quinto dia, a polícia atacou os manifestantes e matou mais de cem pessoas. Feriu mais de mil e prendeu os líderes que estavam no palanque. Estes líderes foram rapidamente condenados, num julgamento que foi uma farsa total. Cinco foram condenados à morte, dois à prisão perpétua e um a 15 anos de cadeia.

A greve acabou sem vitória. Dois anos depois, porém, a central sindical norte-americana, a American Federation of Labor (AFL), junto com outros movimentos de tendência anarquista, como os Cavaleiros do Trabalho, marca uma nova greve com manifestações para o ano de 1890. A data foi a mesma: 1.º de Maio. Fora escolhida para lembrar a greve pelas 8 horas, de 1886, conhecida como a greve dos “Mártires de Chicago”. Não é sem razão que a burguesia dos EUA resolveu marcar o “Dia do Trabalho” para a primeira segunda-feira do mês de setembro de cada ano. Foi uma tentativa de fazer esquecer a violência por ela praticada contra os trabalhadores, em Chicago, em maio de 1886.

Em 1891, a Internacional Socialista, criada dois anos antes, declarou o dia 1.º de Maio como o Dia Internacional da Luta dos Trabalhadores a ser comemorado, todo ano, com greves e manifestações. Esta decisão, nunca esquecida no mundo, marcará todos os dias 1.º de maio seguintes. É o dia em que homenageamos os que tomaram naquela luta e os que nela prosseguiram com suas reivindicações.

A conquista da jornada de 8 horas pelos trabalhadores demorará ainda uns vinte anos para ser alcançada. Em vários países, o direito a essa jornada de trabalho diário somente será conquistado no final da década de 1910. Voltaremos a esse assunto ainda neste capítulo.

Enquanto isso, nos países mais industrializados, como Inglaterra e Alemanha, entre 1860 e 1870 começaram a ser elaboradas leis trabalhistas. Eram leis de proteção aos trabalhadores, como fixação de níveis salariais, descanso semanal, proteção contra acidentes. Gradativamente, estava sendo criada toda uma legislação social sobre saúde, previdência, aposentadoria etc. Esses anos foram marcados por um crescimento muito acelerado do capitalismo mundial e pelas lutas dos trabalhadores. A classe operária inglesa e alemã, sobretudo, realizou muitas greves exigindo uma série de leis de proteção ao trabalho. Essas vieram como resultado de longas lutas e da divulgação de idéias anarquistas e socialistas.

### Dos sindicatos às centrais sindicais e aos partidos políticos

Logo após a criação da primeira organização internacional de trabalhadores, a AIT, em 1864, começaram a surgir, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, as primeiras centrais sindicais e os primeiros partidos políticos dos trabalhadores.

Em 1869, na Alemanha, país altamente industrializado e com uma forte tradição política, surgiu o primeiro partido socialista da história, o Partido Operário Socialdemocrata Alemão (SPD).

A burguesia, há tempos, tinha seus partidos para defender seus direitos. Os trabalhadores alemães também começavam a ter um.

Desde a década de 1840, já se tem notícia de discussões políticas entre trabalhadores sobre a necessidade da criação de partidos operários. Em 1848, Marx e Engels, no seu *Manifesto do Partido Comunista*, resumiram e aprofundaram um conjunto de idéias socialistas que, de maneira clandestina, circulava entre a classe operária de vários países. A idéia central do *Manifesto* era que entre a classe operária e a burguesa existia uma luta per-

manente: a chamada luta de classes. O *Manifesto* também falava da necessidade de se criar uma nova ordem social, no mundo inteiro. Na criação de uma sociedade sem explorados e exploradores. Uma sociedade socialista, comunista.

As páginas do *Manifesto* apontavam para a necessidade de uma melhor organização da classe explorada, em todos os níveis: desde as fábricas, até a união mundial de todos os explorados. "Proletários de todos os países, uni-vos!" tornou-se, desde então, a principal palavra de ordem dos trabalhadores. Marx insistia na necessidade de os trabalhadores se organizarem em sindicatos e em um partido político, como instrumento da classe para a derrubada da burguesia e a conquista do poder.

Dessas idéias nasceram, nos anos seguintes, novas formas de organização, como as centrais sindicais, os partidos socialistas e as associações internacionais. No começo do século XX, nascem várias confederações sindicais de abrangência internacional.

Com os sindicatos multiplicando-se em todos os países industrializados, em 1868 são criadas as duas primeiras centrais sindicais. Na Inglaterra, os sindicatos fundam a TUC e, na Alemanha, a DGB, duas centrais que existem até hoje. Pouco a pouco, nos anos seguintes vão surgindo centrais em outros países: nos EUA, em 1881, a AFL; na Espanha, também em 1881, a UGT; e na França, em 1895, a CGT.

Ao mesmo tempo que começam a nascer as primeiras centrais sindicais, também aparecem os primeiros partidos socialistas. Alemanha e França são os primeiros países em que aparecem partidos socialistas.

Em 1889, em Paris, renasce a Internacional. Mas não era um simples renascimento. Era a continuação da mesma idéia, adaptada às novas realidades sociais e históricas. A antiga AIT, criada em Londres em 1864, do ponto de vista estrutural e organizativo, tinha sido extinta. As causas do quase desaparecimento da AIT foram várias: desde a derrota da Comuna de Paris até a luta interna entre a tendência mais centralizadora, liderada por Marx, e a mais libertária, anarquista, liderada por Mikhaïl Bakunin.

Esta nova Internacional, criada em Paris, era uma organização política que agrupava os partidos socialistas existentes na época. Ficou conhecida como a Internacional Socialista. Lênin, líder do bloco bolchevique no Partido Operário Socialdemocrata Russo, 25 anos depois, chamará a Internacional Socialista de 2.<sup>a</sup> Internacional e a Associação Internacional dos Trabalhadores, de 1864, de 1.<sup>a</sup> Internacional. Pouco tempo depois, afirma a necessidade da criação de uma nova Internacional. Esta ficará conhecida como a Internacional Comunista.

Assim, chegamos ao ano de 1900, com os trabalhadores organizados em sindicatos, centrais sindicais, confederações internacionais e em partidos políticos e associações internacionais. Nos países onde a classe operária estava mais organizada, já se arrancavam dos patrões várias conquistas. Dessa maneira, era transformado em leis muito do que fora conquistado com luta, suor e sangue de milhões de trabalhadores.

### **1900: os trabalhadores começam a conquistar as 8 horas**

Estamos em 1900. No mundo inteiro a classe trabalhadora ainda não conquistou o limite de 8 horas de trabalho diário. Somente em alguns poucos setores industriais e em algum ramo de funcionários públicos, os trabalhadores haviam alcançado essa conquista que, em geral, não era aplicada.

Em 1906, na França, vinte anos depois do Massacre de Chicago, nos EUA, os trabalhadores organizaram fortes campanhas pela jornada de 8 horas. Os patrões e o governo não queriam ceder de jeito nenhum. Greves eram realizadas constantemente. Ao mesmo tempo, uma forte propaganda era feita, diariamente, através de jornais operários e cartazes, sobre o tema da jornada de trabalho.

No começo do século XX, o capitalismo mundial continuava a se expandir a todo vapor. Desde 1870, inteiros continentes vinham sendo partilhados, cada vez mais, entre os vários países capitalistas. Era a época da construção dos grandes impérios coloniais. No início da década de 1900, era forte a disputa entre os países que já possuíam seus impérios e os que,

havendo chegado atrasados, tentavam entrar nessa partilha. Esses retardatários exigiam sua parte nos novos mercados consumidores e nas fontes de fornecimento de matérias-primas para suas indústrias. Além disso, os vários países capitalistas procuravam áreas nos quais investir ou emprestar seus capitais.

Foi a época da explosão do capitalismo imperialista. Época da consolidação dos grandes impérios coloniais. Inglaterra e França tinham os maiores desses impérios. Os Estados Unidos, desde há muito tempo, já consideravam a América Latina como seu quintal natural, como se fosse sua colônia. Essa visão sobre a América Latina pode ser resumida por uma célebre frase de James Monroe, presidente norte-americano, em 1825: “A América para os americanos”. Evidentemente faltou completar a frase: “para os americanos... do Norte!” Esta foi a tal “Doutrina Monroe”, batizada com o seu nome. A Rússia tinha seu vastíssimo território na Europa do Leste e na Ásia. Holanda e Bélgica, igualmente, possuíam suas colônias na Ásia e na África. Portugal e Espanha ainda possuíam colônias no “além-mar”, em vários continentes, sobras da enorme pilhagem da época anterior.

Quem exigia seu pedaço de bolo, apoiada na forte voz do seu exército, era a Alemanha. Reclamava que precisava de mercados e de matérias-primas para as suas indústrias.

Em agosto de 1914, com o assassinato do príncipe Francisco Ferdinando, em Sarajevo, foi detonado o estopim que fez explodir uma terrível guerra entre os vários países do mundo. Pelo jogo de alianças estabelecido nos anos anteriores, a guerra generalizou-se mundo afora.

A Internacional Socialista, durante anos, repetia declarações contrárias a qualquer guerra. Os vários partidos socialistas deveriam rejeitar qualquer proposta dos governos capitalistas que levasse à guerra. O ideal socialista pregava o internacionalismo proletário. Era assim que a frase final do *Manifesto Comunista* resumia o pensamento socialista: “Proletários de todos os países, uni-vos.” Qualquer socialista deveria ser contra qualquer guerra.

Mas dentro da Internacional havia divergências. Alguns achavam que, se viesse uma guerra, os socialistas não poderiam ficar neutros. Caso contrário, se isolariam do povo. Seriam tachados de antipatriotas.

Em agosto de 1914, o maior partido socialista da Internacional, o alemão, aprovou o aumento dos financiamentos do governo para os preparativos da guerra. Esta votação, no começo do mês de agosto, se repetiu em todos os parlamentos da Europa e os partidos socialistas se dividiram. De um lado, ficaram os que estavam a favor da guerra. Do outro, os que se colocavam contra.

A burguesia dos vários países entrou em conflito. E Lênin classificou essa guerra de “guerra interimperialista”.

De 1914 a 1918, a Europa foi varrida pela *Grande Guerra*, a Primeira Guerra Mundial. Esta foi uma guerra entre os vários países imperialistas, para ver quem ficaria com mais fontes de matérias-primas e mais mercados consumidores. Nessa guerra, entre os vários países capitalistas do mundo, quem “pagou o conta” foi a classe trabalhadora. Foram milhões de mortos na Europa. E a imensa maioria das vítimas era formada por operários – homens, mulheres e seus filhos e filhas.

Durante a Grande Guerra, na Rússia, um dos países envolvidos nesse conflito mundial, estourou uma revolução que mudou completamente o quadro político do mundo. Os operários, camponeses e soldados russos tomaram o poder através da famosa Revolução Russa. O ano de 1917 foi o divisor de águas entre os socialistas do mundo inteiro.

A revolução conquistou, num primeiro momento, o poder para os trabalhadores. Tornou-se exemplo para os comunistas do mundo inteiro. O sonho de uma vida melhor para os milhões de operários e camponeses de cada país poderia tornar-se realidade.

Houve forte impulso às lutas dos trabalhadores nos vários países do mundo. De 1918 a 1921 foram várias as tentativas de revoluções socialistas em muitos países europeus. Na Europa, os trabalhadores intensificaram as greves, manifestações, barricadas e exigiam o atendimento de suas antigas reivindicações. Porém, mesmo entre os que defendiam o socialismo, não havia consenso sobre a oportunidade e sobre os rumos da Revolução Russa.

O grupo que, em 1914, havia apoiado a participação na guerra, procurava manter viva a Internacional Socialista. Era o grupo que reunia os socialis-

tas contrários à idéia de que a revolução era o caminho para se alcançar o socialismo. Eles defendiam um caminho de reformas graduais da sociedade. Para eles, o caminho para o socialismo não deveria ser o de uma revolução e sim o da reforma da sociedade, com medidas socializantes. Nos anos seguintes, este grupo passou a ser conhecido como socialdemocrata ou reformista.

Em 1919, o bloco dos que apoiavam a Revolução Russa criou, em Moscou, uma nova Internacional, a 3.<sup>a</sup> Internacional, conhecida como a Internacional Comunista.

O nome 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Internacional foi formalizado por Vladimir Illitch Ulianov, o Lênin. Em seguida à aceitação da guerra em 1914, Lênin escreveu vários textos sobre “A falência da 2.<sup>a</sup> Internacional”. Foi o líder teórico e organizativo da futura Revolução Russa. Lênin, a partir daquele momento passava a defender a necessidade de se criar uma nova Internacional que fosse revolucionária e que se propusesse a uma revolução mundial. Foi esta nova organização internacional que nasceu cinco anos depois, em 1919.

Em 1918 termina a grande carnificina que foi a Primeira Guerra Mundial. Os países envolvidos na guerra se reuniram em Versalhes, na periferia da capital francesa, Paris, e estabeleceram as condições da paz.

As decisões que tomaram estão listadas no Tratado de Versalhes. Uma delas foi a criação da Sociedade das Nações, uma espécie de Organização das Nações Unidas (ONU) dos nossos dias. Outra decisão, que veio em seguida ao término da guerra, foi a de que todos os países deveriam ter uma legislação trabalhista parecida.

Para tal, criaram a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT deveria estabelecer normas universais de funcionamento para as relações entre capital e trabalho. Deveria exigir que nos países membros fossem aplicadas leis trabalhistas semelhantes. A partir daí, a OIT, a cada sessão anual, publicava suas orientações em documentos chamados “Convenções”, cada uma com um número. Eram as chamadas *Convenções da OIT*.

Mas para que foi criada a OIT? Não foi porque os patrões e os vários governos capitalistas do mundo estavam com dó dos coitadinhos dos tra-

balhadores. Havia dois motivos muito simples. Primeiro, porque temiam que a revolução feita pelos operários russos se espalhasse pelo mundo. Queriam impedir o avanço da revolução socialista. E a OIT deveria ser um poderoso instrumento para combater a possibilidade de novas revoluções.

A nova Rússia, que em 1922 passou a ser chamada de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), não fazia parte da OIT. Ela condenava a prática da OIT de semear a idéia de *tripartismo*. Ou seja, condenava a reunião de governos, patrões e trabalhadores com um objetivo único, como se fossem parceiros, como se este fosse um mecanismo neutro. Esta idéia era vista pelos comunistas como uma ilusão de unir capital e trabalho. Uma mentira que procurava apresentar os governos como uma terceira parte neutra, como um mediador. Para os comunistas, cada governo representava os interesses da classe social hegemônica, no sistema econômico vigente em cada sociedade. Como todos os países membros da OIT possuíam governos capitalistas, em qualquer discussão, o resultado sempre seria de dois a um, a favor do capital.

Outra razão para a criação da OIT foi a necessidade de se garantir uma concorrência em iguais condições entre os países. Todos teriam leis parecidas e, conseqüentemente, custos de trabalho parecidos.

Na primeira reunião da OIT, em outubro de 1919, foi divulgada a Convenção n.º1, que definia a adoção, por todos os países membros, da semana de 48 horas, ou seja, uma jornada de 8 horas. Assim acabariam as lutas e as greves por esta reivindicação. Acabaria a longa agitação em torno do 1.º de Maio. Pelo menos, esse era o sonho da burguesia dos diversos países membros da OIT.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, após quase cem anos de lutas, quase todos os países regularam a jornada de trabalho, fixando-a em 8 horas diárias.

Em 1920, no meio sindical, encontramos três organizações mundiais e três confederações. A Federação Sindical Internacional (FSI), ligada à 2.ª Internacional, ou seja, à Internacional Socialista; a Federação Sindical Vermelha (FSR), criada pelos comunistas que seguiam a orientação da 3.ª Internacional; e a pequena Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC).

### A redução da jornada de trabalho no mundo

A luta pela fixação e redução da jornada de trabalho foi uma das mais longas batalhas da classe operária européia e norte-americana. A luta começou com o início da industrialização e se estendeu por todo o século XIX. No começo, qualquer redução da jornada seria bem-vinda. A 1.ª Internacional, como vimos, em 1866 realizou sua primeira conferência, dois anos após sua criação. Nesta conferência, era unânime a reivindicação pela redução da jornada de trabalho para 8 horas. Essa passou a ser a reivindicação unificada da classe operária mundial. Inúmeras lutas foram travadas, em todos os países, visando conquistar essa reivindicação.

Mortes, prisões e perseguições marcaram todo o século XIX, mas as 8 horas não eram alcançadas. Só começarão a vigorar na segunda metade da década de 1910. A batalha das 8 horas foi uma luta exemplar que marcou profundamente a história da classe operária mundial. Vale a pena ver, mesmo que esquematicamente, as principais datas referentes a essa luta que varou dois séculos. Vejamos:

- 1817 – Robert Owen, um burguês intelectual que sonhava com um “socialismo utópico”, introduziu em suas fábricas, na Inglaterra, a jornada de 8 horas, de modo experimental.
- 1827 – Greve dos carpinteiros da Filadélfia (EUA), pela redução da jornada.
- 1827 – Em Nova Iorque, aconteceram as primeiras manifestações pelas 8 horas.
- 1833 – A Inglaterra fixou o horário de trabalho entre 5h30min. e 20h30min., com intervalo de 1h30min. para as refeições. Ficava proibido o trabalho para menores de 9 anos de idade.
- 1836 – Na França, iniciam-se dois anos de grandes lutas pela redução da jornada de trabalho.
- 1841 – Após uma greve que parou Paris, uma nova legislação, na França, limitou para 8 horas diárias o trabalho de crianças de 8 a 12 anos de idade e em 12 horas o daquelas com idades entre 12 e 16 anos.

- 1847 – Trabalhadores da indústria têxtil inglesa conseguiram reduzir a jornada, de 13 para 10 horas diárias.
- 1848 – Na França, no governo formado pela revolução de fevereiro, o trabalho dos adultos foi limitado a 10 horas, em Paris, e a 11 horas, no interior. A lei, no entanto, foi derrubada rapidamente pelos patrões, voltando a jornada de 12 horas. Na Inglaterra, o horário de trabalho para mulheres e crianças foi reduzido para 10 horas.
- 1850 – Na Inglaterra, a jornada de 10 horas foi derrubada pelos empresários. No mesmo ano, nasceu, nos EUA, a “Liga das 8 horas”
- 1861 – Na Inglaterra, a jornada volta a ser de 11 horas para mulheres e crianças.
- 1868 – Os Estados Unidos estabelecem as 8 horas para funcionários do serviço federal.
- 1871 – A Comuna de Paris não teve tempo para pensar em horário de trabalho. Era necessário mobilizar todas as forças contra os dois exércitos que sitiavam Paris e queriam acabar com a Comuna: o exército francês e o alemão. Os dois se juntaram, com o mesmo objetivo de reprimir a rebelião dos trabalhadores.

Até 1880, a conquista das 8 horas continuava um sonho. Foram necessários mais quarenta anos de duríssimas lutas para que em vários países se começasse a ter alguma vitória na redução da jornada para 8 horas.

**A conquista das 8 horas, no mundo,  
durante os primeiros anos do século XX:**

Ano	País	Observações
1908	Grã-Bretanha	Para trabalhadores das minas.
1909	Bélgica	Para trabalhadores das minas.
1912	Estados Unidos	Para trabalhadores das estradas de ferro.
1914–1918	Europa	Durante a Primeira Guerra Mundial, em vários países, os trabalhadores conquistam as 8 horas.
1917	Rússia	A primeira medida da Revolução Russa foi estabelecer a jornada de 8 horas.
1919	Grã-Bretanha	8 horas para todo trabalhador inglês.
1919	OIT	Na Conferência de Washington, a Convenção n.º 1 recomenda a todos os países a regulamentação da jornada de 8 horas.
Pós-1920	Mundo	A partir de 1920, quase todos os países implantam a jornada de 8 horas.
1933	BRASIL	Vargas decreta as 8 horas para o trabalhador urbano. Para os do campo, nenhuma lei trabalhista. Desde 1900, algumas categorias, em algumas cidades, já tinham arrancado, provisoriamente, com muitas greves, esta conquista.

## CAPÍTULO 2

### O NASCIMENTO DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL (1850–1900)

A industrialização no Brasil começou cem anos depois da industrialização dos países europeus. Vimos, no capítulo anterior, que a Revolução Industrial começou, na Europa, por volta de 1800. Na Inglaterra, entre 1760 e 1770. Na França e na Bélgica, entre 1800 e 1815. Na atual Alemanha e no norte da Itália, por volta de 1830, e na Rússia, na segunda metade do século XIX.

No Brasil, as primeiras indústrias só começaram a se instalar no princípio do século XX. As datas, evidentemente, estão arredondadas. As primeiras fábricas não começaram a funcionar na Inglaterra exatamente no ano de 1800, e nem no Brasil em 1900. Mas esta foi a forma que encontrei para facilitar a compreensão sobre esses dois períodos históricos. Na Inglaterra, a indústria começou a aparecer por volta de 1760/70 e, no Brasil, cem anos depois, entre 1850 e 1870. Assim, podemos dizer que a indústria, no mundo, tem pouco mais de dois séculos, e no Brasil, pouco mais de um século.

Documentos da época nos mostram que existiam no Brasil de 1900 aproximadamente oitenta mil trabalhadores urbanos. Outros nos mostram que, em 1906 havia, no Rio de Janeiro, 115 mil operários, incluindo os artesãos de pequenas oficinas. No mesmo ano, em São Paulo, havia 24 mil operários. De qualquer maneira, estes dados demonstram que no Brasil daquela época a classe operária era pouco numerosa e que, conseqüente-



mente, a industrialização ainda era pequena. Nos países da Europa e nos Estados Unidos, havia várias dezenas de milhões de operários. Até o Japão, que havia iniciado a sua industrialização na década de 1870, já contava no começo do século XX, com vários milhões de operários.

### Uma industrialização a passos de tartaruga

Até 1900, o Brasil, do ponto de vista da industrialização, vivia “deitado em berço esplêndido”. E esse berço era feito com as enormes riquezas naturais que a Terra de Santa Cruz produzia e oferecia com extrema facilidade, desde o começo da era colonial. A cana-de-açúcar era enviada para Portugal junto com madeiras nobres, ouro e couro. Eram muitos os pastos para o gado. Além de todos esses produtos, um novo, o *ouro verde*, também saía do Brasil para os mercados mundiais. Este era o apelido do café, fonte da enorme riqueza do Brasil a partir de meados do século XIX.

Com todas essas riquezas, com uma terra que “em se plantando tudo dá” e com milhões de escravos à disposição, os senhores de terras não precisavam se preocupar com a construção de fábricas. A lógica da colonização portuguesa era a de simplesmente extrair matérias-primas para exportar. Ou seja, pilhagem para beneficiar a “mãe pátria”. No Brasil, tudo o que os colonizadores precisavam vinha de lá. Tudo o que era comprado, vinha de Portugal. Na verdade, não eram mercadorias produzidas nas terras lusitanas. Portugal vivia trocando as riquezas roubadas de suas colônias, e sobretudo da rica terra brasileira, por produtos ingleses. Tudo o que havia de industrializado no Brasil vinha das oficinas e fábricas inglesas. E depois da independência, tudo o que o Brasil necessitava passou a ser comprado diretamente da mesma industrializada Inglaterra.

Foi por isso que o Brasil, mesmo depois de 1900, por vários anos, permaneceu sendo um país agrícola voltado para a exportação. Sua economia era baseada na exportação dos seus produtos primários: cana, café, cacau, algodão, borracha, madeiras etc. Outra fonte de riquezas eram os produtos do solo, como minérios, ou agropecuários, como o gado e seus derivados. Esta facilidade toda, nas mãos dos grandes latifundiários

escravistas, bloqueou o caminho para uma rápida industrialização. Foi com a introdução das lavouras de café e o nascimento de uma burguesia cafeeira, que se originou o capital que seria usado na nascente indústria. Estas indústrias, porém, não aceitariam, como trabalhadores, ex-escravos, mas, sim, imigrantes europeus.

Para se ter uma idéia da lentidão do nosso processo de industrialização, basta olhar para o começo da industrialização do Japão. Este país, do tamanho do estado de São Paulo, sem nenhuma das riquezas naturais abundantes no Brasil, começou sua industrialização na década de 1870. Foi quase ao mesmo tempo que no Brasil Império de Pedro II surgiram as primeiras fábricas. A rápida explosão industrial do Japão deveu-se, em parte, a interesses do capitalismo inglês, que precisava de um aliado forte na Ásia Oriental, a fim de barrar a expansão da Rússia czarista. Com esse objetivo, a Inglaterra concedeu empréstimos, técnicos, máquinas, apoio diplomático e até militar para este país do Extremo Oriente. Com isso, já em 1900, o Japão tornou-se uma nação poderosa, com uma forte industrialização. Mas esta é outra história.

Os latifundiários brasileiros ficaram até 1900 sem precisar produzir quase nada industrializado, salvo o açúcar, que era moído em engenhos importados. Até a pimenta era chamada de “pimenta-do-reino”, ainda que fosse cultivada no Brasil! O Brasil produzia dezenas de tipos de pimenta, mas a boa tinha que ser de lá, da terrinha. Na verdade, no começo da colonização, a pimenta vinha da Índia. Do reino, vinham pregos, enxadas, facões e qualquer utensílio ou ferramenta. Na verdade, eram quase todos produtos de fabricação inglesa. As primeiras máquinas, como engenhos ou impressoras gráficas, estas sobretudo, vinham do grande reino: do reino da Inglaterra, através de Portugal.

As primeiras fábricas que surgiram no Brasil foram criadas para o setor têxtil. Entre os anos de 1844 e 1866, foram instaladas no país nove tecelagens de algodão. Dessas, cinco localizavam-se em Salvador (BA). Por volta de 1890, o Brasil já contava com 48 fábricas do ramo têxtil, assim distribuídas: 13 em Minas Gerais; 12 na Bahia; 11 no Rio de Janeiro; 10 no Maranhão; e 9 em São Paulo. Em 1890, calcula-se que existissem 55 mil

operários no Brasil. Muitos trabalhavam nos portos e nos arsenais da Marinha. Depois, foi a vez das fábricas de bebidas, como a Bohemia, constituída em 1853, em Petrópolis; e a Brahma, em 1888, no Rio de Janeiro. As máquinas dessas fábricas vinham todas do exterior. Eram pagas com o suor dos trabalhadores dos ricos cafezais do Sul, ou dos que trabalhavam nas grandes fazendas de cana-de-açúcar ou de algodão do Norte e Nordeste.

O Brasil, que na época de Tiradentes vivia do ouro, do clássico ouro de cor amarela, naquele momento, vivia de outro ouro: o café, o chamado *ouro verde*. Antes, o país também vivera do *ouro branco*: o algodão. Só para se ter uma idéia, na ocasião da Guerra de Secessão nos EUA, o Maranhão, sozinho, exportou para a Inglaterra 75% do algodão de que ela precisava. E as fábricas inglesas teciam a maioria do algodão produzido no mundo. Era o chicote sobre os escravos negros que garantia essa produção fabulosa de *ouro branco*, como antes tinha acontecido com o ouro de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Não podemos esquecer que, antes da chamada *era do café*, o Brasil tinha sido, durante mais de um século, o maior exportador mundial de cana-de-açúcar.

### Da escravidão à imigração europeia

Os primeiros pólos industriais do Brasil localizaram-se no Rio de Janeiro, a capital, em Juiz de Fora (MG) e, logo em seguida, em São Paulo.

São Paulo foi o estado que mais investiu na imigração europeia. Os primeiros trabalhadores de suas oficinas e fábricas eram imigrantes europeus vindos das regiões mais pobres daquele continente. A imigração, em São Paulo, concentrou muitos italianos. No Rio de Janeiro, onde a maioria dos trabalhadores era brasileira, havia um terço da população composta por imigrantes, a maioria deles portugueses e espanhóis.

Também chegaram ao Brasil muitos alemães do sul da Alemanha. Saíam da miséria e das guerras, sonhando em “fazer a América”. Na década de 1890 a 1900, chegaram ao Brasil um milhão de imigrantes, sendo que mais de 90% deles eram de italianos.

O grande fluxo de imigração continuou até 1914, quando começou a Primeira Guerra Mundial. Em 1913, foi batido o recorde de imigrantes chegados ao país: 192.683. De 1875 a 1914, chegaram ao Brasil 4,5 milhões de imigrantes: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, sírio-libaneses e, em seguida, japoneses, poloneses e ucranianos.

Os EUA, no mesmo período, receberam dez vezes mais imigrantes: 45 milhões. A industrialização por lá estava a todo vapor. Aqui no Brasil, além do Rio de Janeiro, São Paulo e Juiz de Fora, novas indústrias começavam a aparecer em Recife, Porto Alegre, Curitiba e Belém. Em menor escala, implantou-se uma incipiente indústria têxtil em Maceió (AL), Aracaju (SE) e em cidades do interior e na capital do Maranhão, São Luís.

Em 1900, o Brasil tinha 26 milhões de habitantes. A maior cidade era a capital, Rio de Janeiro, com 600 mil habitantes. São Paulo tinha bem menos: 240 mil. Cidades com mais de cem mil habitantes, além do Rio de Janeiro e de São Paulo, só Salvador e Belém. A estrutura produtiva era quase que exclusivamente agrária. Nesta economia exportadora e importadora, os portos, com grande número de estivadores, eram pólos de crescimento das cidades e focos de luta dos trabalhadores. Célebres ficaram as greves dos portuários de Santos (SP), Recife e Rio de Janeiro.

Quem continuava a trabalhar no campo eram os ex-escravos que, em 1888, tinham sido “libertados”. Bela libertação! Receberam um “chute no traseiro” e nenhum pedaço de terra. Mas estavam absolutamente livres. Para tentarem sobreviver, de um jeito ou de outro. Ou para morrerem de fome. A partir de 1850, passou a vigorar no Brasil a Lei 601, conhecida como “Lei de Terras”. Só poderia ter acesso a terras quem se dispusesse a comprá-las. Era uma lei a serviço total da concentração da posse da terra e da manutenção do latifúndio. Uma lei muito útil para manter a mesma realidade da época colonial. Uma sociedade com uma elite de senhores com seus agregados, donos de tudo, e milhões de miseráveis, “sem eira nem beira”, como se dizia na época, sem terem onde cair mortos.

O que os donos das terras e o governo não admitiam era a idéia de distribuir lotes de terra aos ex-escravos. Não havia interesse em qualquer tipo de reforma agrária no país. E foi assim que começou a se formar o

enorme exército de miseráveis que até hoje mora em cortiços e favelas em todas as capitais do país.

Nos EUA, poucos anos antes, também havia sido extinta a escravidão, no meio da Guerra Civil (1865–1877), que deixou mais de meio milhão de mortos. Nesta guerra, negros escravos lutaram, aliados aos abolicionistas radicais brancos, para conseguir seus direitos políticos. No meio da guerra civil, Abraham Lincoln baixou uma lei conhecida com o nome de *Homestead Act*, que garantia o direito de moradia, de ter um lugar para viver.

Na prática esta lei transformou-se numa lei de reforma agrária. Por ela, o Estado deveria garantir o direito de propriedade a toda família que fosse morar e trabalhar na terra. Durante a invasão final do Sul, alguns generais mais radicais do Exército do Norte confiscaram plantações e distribuíram terras entre os ex-escravos. Em alguns estados, para as famílias dos ex-escravos eram destinados alguns pedaços de terra. É verdade que os resultados foram mais modestos do que estava escrito na lei. Em 1877, no fim da guerra, somente 20% dos negros tinham conseguido alguma terra. Mesmo assim, há uma distância enorme entre o resultado da abolição da escravatura, nos EUA, e o bloqueio total à idéia de reforma agrária, no Brasil. Após o fim da escravidão, nos EUA, vários negros chegaram a ser senadores e deputados federais e a ter cargos importantes em alguns governos estaduais.

No Haiti, já em 1803, o povo escravo fez uma revolução e declarou a sua independência da França. Foi o primeiro país das Américas, depois dos Estados Unidos, a conquistar sua independência. Junto com esta, o povo em armas fez a distribuição das terras dos colonizadores entre a população ex-escrava. Ou seja, lá também foi feita a reforma agrária.

Até hoje, no Brasil, ainda não houve uma reforma agrária geral. As poucas famílias beneficiadas, só o foram “na marra”, quase como num parto a fórceps, poderíamos dizer. O tímido começo de reforma agrária, assinado em 1964 pelo então presidente da República, João Goulart, foi o estopim para a eclosão do Golpe Militar, poucos dias depois. Hoje, mais de dez milhões de famílias, expulsas dos férteis campos brasileiros, dominados e devorados cada dia mais pelo latifúndio, vivem em todo tipo de fave-

las, cortiços e casebres nas periferias das grandes cidades. E milhões de sem-terra tentam forçar uma reforma agrária que deveria ter sido feita há 120 anos e não foi.

Onde trabalhavam os negros ex-escravos no começo do século XX? A política dos governos do fim do Império e do começo da República era a de deixar os negros abandonados à própria sorte. Apostava-se no “branqueamento” do Brasil, por meio da imigração européia.

As primeiras fábricas só selecionavam para o trabalho imigrantes europeus. Os ex-escravos ficavam com os piores serviços, pequenos biscates ou qualquer coisa que desse um prato de comida para a família. Mesmo assim, nas fábricas, a vida, que era um pouco melhor, também era difícil.

As condições de trabalho para os primeiros operários das fábricas e para os trabalhadores da construção civil eram péssimas. Exatamente iguais às de cem anos antes na Inglaterra. Jornada de trabalho sem limite: 12h, 14h, 16h ou mais. Nenhum descanso semanal. Nada de férias... ninguém nem conhecia essa palavra. Trabalho pesado, num ritmo que esgotava qualquer um.

O ambiente daquelas fábricas, movidas a vapor, era completamente nocivo à saúde. Insalubre. Umidade, fumaça de carvão, vapor vazando e uma alimentação de miséria eram o caldo ideal para a tuberculose e outras doenças infecciosas, como o tifo e a cólera. Em 1910, nas fábricas de São Paulo, a idade média de vida do trabalhador chegava a 19 anos. Exatamente como nos relatam levantamentos da Prefeitura de Londres, cem anos antes. Nas fábricas da capital inglesa, até crianças com 5 anos de idade já trabalhavam. Em 1819, a idade média de vida dos operários ingleses era de 21 anos.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1910, também havia, nas fábricas, crianças de 7, 6 e até 5 anos. Podemos comprovar esta realidade com depoimentos dos próprios patrões, como o do deputado federal Jorge Street, empresário do ramo têxtil. Um dos livros clássicos sobre as origens do sindicalismo no Brasil, *Sindicato e Estado*, de Azis Simão, nos fornece muitos dados sobre a realidade da vida nas fábricas no começo do século XX.

Por este relato, mulheres grávidas recebiam alguns dias de repouso a critério dos seus patrões. Azis Simão escreve: “Mas não apenas jovens em idade de aprendizagem eram empregados nas indústrias, tendo sido observada aí a presença de crianças de até 5 anos.” Logo em seguida, transcreve o depoimento de um empresário: “O que vos dizer das mulheres grávidas que trabalhavam até a véspera, o que vos dizer?”

Diante dessa situação, os trabalhadores reagiam e lutavam.

### A organização dos trabalhadores na Europa e o liberalismo

Vimos que mais de 90% dos trabalhadores urbanos eram imigrantes europeus. Os patrões lhes davam preferência, pois a maioria deles já tinha uma certa familiaridade com o trabalho em fábricas. Ou já haviam trabalhado em alguma fábrica ou algum membro da sua família havia tido algum contato com a realidade das fábricas.

Mas essa vantagem era uma faca de dois gumes. Era verdade que, nas fábricas dos seus países, tinham aprendido a arte de lidar com as máquinas. Mas também haviam tido contato com a luta operária. Na Europa industrializada de 1890, havia sindicatos, partidos operários socialistas, centrais sindicais e até organizações internacionais, como vimos no capítulo anterior. E a classe operária, com cem anos de experiência nas costas, fazia greves, protestos e manifestações de todo tipo.

Foi assim que, muito rapidamente, os trabalhadores imigrantes repetiram aqui os mesmos passos da classe operária na Europa. E os patrões também aplicavam aqui a mesma filosofia política que, há cem anos, não reconhecia a organização operária na Europa. Do mesmo jeito, os donos das fábricas brasileiras reprimiam os trabalhadores que se organizavam.

A visão político-econômica da burguesia da época foi chamada de liberalismo. Liberalismo é uma palavra simpática. Deriva da palavra liberdade. E quem não gosta de liberdade? Mas tudo isso acaba sendo só um jogo de palavras. Uma ilusão. O liberalismo é uma doutrina político-econômica que pretende defender a liberdade total para as chamadas “forças

produtivas”: capital e trabalho. Considera que o Estado não deve se intrometer na economia e nos assuntos do capital e do trabalho. É no livre mercado que o capital e o trabalho se entendem e que, automaticamente, toda a economia se regula. Cada operário deve estar livre para negociar ou exigir do seu patrão o que quiser. Quem pode mais, chora menos.

Na prática, os operários eram proibidos de criar organizações para se defender coletivamente. Cada trabalhador só podia se relacionar com seu patrão. Se não, estaria pressionando e forçando o patrão, o “capital”. Dessa forma, não se podiam organizar associações, ligas, uniões ou sindicatos.

Essa era a “liberdade” para as forças produtivas que o liberalismo pregava e ainda prega. O liberalismo econômico nasceu e se consolidou na Inglaterra com as teorias de Adam Smith, Davi Ricardo e John Locke. Na França, acabou sintetizado na expressão atribuída a François Quesnay, “laissez faire, laissez passer”, ou seja, deixar as coisas se ajeitarem sozinhas, sem interferência do Estado. Foi na Inglaterra, país-chefe do capitalismo mundial, que esta teoria econômico-política se expandiu e se aprofundou.

O liberalismo também fez sucesso na França, que se industrializou somente a partir do governo de Napoleão Bonaparte, de 1799 a 1815. A burguesia européia, seguindo a doutrina liberal, durante um século tentou impedir qualquer forma de organização operária ou de luta de classes. Mas, na segunda metade do século XIX, teve que tolerar a organização da classe operária. Passou a ceder direitos e a reconhecê-los por lei. A pressão de milhões de operários em luta foi mais forte. No Brasil, cem anos depois, aconteceu da mesma maneira que na França, Inglaterra, Alemanha e outros países europeus.

Os patrões brasileiros seguiam a mesma visão do velho liberalismo. Não admitiam nenhuma organização de trabalhadores e nenhuma regulamentação em lei de direito conquistado. As únicas leis que existiam eram repressivas, e iam da simples prisão à expulsão dos imigrantes considerados indesejáveis. Mas os operários das fábricas brasileiras já tinham visto o exemplo de lutas, greves e conquistas nos seus países de origem e logo entraram em confronto com o liberalismo defendido pela burguesia brasileira. Propunham uma nova visão política, defendida pelos seguidores do

anarquismo e do socialismo. Uma visão centrada nos trabalhadores e em seus direitos. Uma visão totalmente oposta à visão liberal. Para o anarquismo e o socialismo, a construção da sociedade com a qual sonhavam começava pela luta operária nas fábricas. Por melhores salários e liberdade. Daí a importância dada às lutas nas fábricas, à circulação de centenas de jornais e à organização dos operários para o confronto com os inimigos de classe.

Assim, rapidamente, em 1900, os trabalhadores das fábricas brasileiras já começavam a se organizar em sindicatos, a fazer greves e a lutar por uma nova sociedade: justa, livre e igualitária.

As primeiras formas de organização dos trabalhadores, entre 1880 e 1900, foram caixas beneficentes, caixas de socorro mútuo e associações de bairro. Essas eram simples manifestações de solidariedade entre os trabalhadores. Mas logo, nas vésperas do novo século, começaram a surgir novas formas de organização, com outros nomes, como as Ligas Operárias, as Sociedades de Resistência e as Uniões dos Trabalhadores. Nessa época, as organizações operárias passam a ter, cada vez mais, um caráter de resistência e de luta. Foi este o caminho que rapidamente levou à formação de sindicatos. Já no início do século XX, a palavra sindicato era adotada para indicar a organização operária.

Mas não foram só os sindicatos que nasceram rapidamente devido à influência dos imigrantes europeus. A partir de 1890, apareceram vários agrupamentos com o nome de partido. Vários partidos operários nasceram e desapareceram em alguns meses. O mesmo se deu com os partidos socialistas.

Só como exemplo, em 1890, tanto no Rio de Janeiro quanto na cidade de São Paulo, grupos de ativistas socialistas criaram um Partido Operário. Dois anos depois, no Rio de Janeiro, houve tentativa de criação de um Partido Socialista. Esta tentativa, frustrada, se repetiu novamente na capital do país, em 1895.

### As primeiras greves e os primeiros jornais operários no Brasil

A primeira greve organizada da qual temos notícia, no Brasil, foi a dos gráficos de três jornais diários do Rio de Janeiro, em 1858. Os gráficos da capital pararam por uma semana e, no segundo dia de greve, imprimiram o seu próprio jornal: o *Jornal dos Tipógrafos*.

Antes de 1858 existem relatos a respeito de uma greve dos trabalhadores das oficinas da Casa das Armas da Marinha Imperial, na capital, no Rio de Janeiro, em 1791. Em 1815, sabe-se de uma greve de pescadores no Recife, e em 1854 temos notícias de uma outra, organizada pelos ferroviários da primeira estrada de ferro brasileira, criada pelo Barão de Mauá. Aliás, os trabalhadores no Brasil começaram a reivindicar seus direitos ao mesmo tempo que surgiram as primeiras estradas de ferro.

Em 1863, os ferroviários do Rio de Janeiro fizeram uma greve por aumento de salário e melhores condições de trabalho. Em 1877, aconteceu a greve dos portuários de Santos (SP) que, logo em seguida, criaram a Sociedade União Operária.

Mas foi a partir da década de 1880 que as greves se multiplicaram nas fábricas e oficinas das cidades que se industrializavam. Em 1881, no Ceará, os jangadeiros entraram em greve por se recusarem a transportar escravos. O Ceará foi um dos principais pólos de oposição à continuidade da escravidão no país. O líder deste movimento foi Francisco José do Nascimento, conhecido como o *Dragão do Mar*. Devido a esta greve, o Ceará foi o primeiro estado que aboliu a escravidão, sete anos antes da Lei Áurea.

As razões dessas greves, salvo a dos jangadeiros do Ceará, que foi absolutamente política, eram exatamente as mesmas das primeiras greves na Europa, um século antes:

- a) **Salário:** pelo aumento de salário, para não se morrer de fome, e contra o atraso e a redução de valores que os patrões sempre impunham aos operários.
- b) **Horário:** a partir de 1890, após a Internacional Socialista haver declarado o 1.º de Maio como o dia de luta pelas 8 horas de trabalho, em todas as greves, no Brasil, exigia-se a redução da jornada para 8 horas.

c) **Condições de vida:** os trabalhadores exigiam que as máquinas oferecessem segurança e proteção como forma de diminuir os acidentes de trabalho.

Essas foram as primeiras reivindicações comuns a todos os trabalhadores brasileiros, no fim do século XIX.

Em 1889, com a nova Constituição da recém-proclamada República, foi instituído o “voto universal só para os alfabetizados”, que mal alcançavam os 8% da população. Neste ambiente político no país, segundo a filosofia positivista que reinava, na época, começam a aparecer algumas propostas de leis de proteção aos trabalhadores.

Em 1890, um decreto governamental concede o direito à aposentadoria aos empregados das estradas de ferro federais. Na verdade, essas primeiras leis não eram aplicadas e os trabalhadores não tinham onde reclamar. Em 1891, na Assembléia Legislativa de Pernambuco, foi apresentado um projeto, que não foi aprovado, que estabelecia a jornada de 8 horas de trabalho. Vale ressaltar que, a partir de 1.º de Maio de 1890, no mundo inteiro, os trabalhadores socialistas, alinhados com as orientações da 2.ª Internacional, tinham começado uma longa tradição de greves e manifestações exigindo as 8 horas de jornada.

O porto de Santos, o principal porto de exportação de café, foi palco das primeiras greves no país. Em 1897, uma greve de 15 dias parou a cidade inteira e só acabou com a intervenção da polícia e do exército. Nesta época, o café representava 75% das exportações totais do país.

Essas lutas eram divulgadas através de muitos jornais operários, proibidos pela burguesia liberal. Mesmo assim, circulavam de mão em mão, divulgando as reivindicações da classe trabalhadora e as idéias políticas das lideranças. Esses jornais defendiam idéias socialistas e anarquistas, comuns entre os operários europeus da época.

Maria Nazaré Ferreira, estudiosa do assunto, lista a existência de 343 jornais diferentes, entre 1875 e 1920. A historiadora cearense Adelaide Gonçalves, nos seus muitos trabalhos sobre este tema, nos fala de mais de 500 jornais operários, socialistas ou anarquistas, que apareceram no Brasil,

entre 1850 e 1930. Muitos tinham o mesmo nome em várias cidades. O mais comum era *O Operário*.

Vejamos alguns dos primeiros jornais produzidos em várias cidades do país:

- *O Socialista* – 1845 – Niterói
- *O Proletário* – 1847 – Recife
- *O Periódico dos Pobres* – 1850 – Rio de Janeiro
- *O Brado da Miséria* – 1853 – Recife
- *O Operário* – 1864 – São Paulo
- *O Operário* – 1879 – Recife
- *O Socialista* – 1890 – Salvador
- *A Gazeta dos Operários* – 1890 – Recife
- *O Operário* – 1892 – Ceará
- *O Operário* – 1892 – Manaus
- *Primo Maggio* – 1892 – São Paulo
- *A Luta* – 1894 – Porto Alegre
- *O Clarim Socialista* – 1898 – Pernambuco
- *El Grito del Pueblo* – 1899 – São Paulo
- *O Protesto* – 1899 – Rio de Janeiro

Jornais operários pipocavam em todas as cidades onde havia alguma fábrica. Seus nomes demonstravam claramente sua ideologia. Definiam-se como jornais da classe trabalhadora e da luta operária. Seus nomes não deixam dúvidas: *O Brado dos Pobres*, *O Lutador*, *O Anarquista*, *A Gazeta Operária*, *O Trabalho* e tantos outros. Mas o florescimento da imprensa operária, de caráter anarquista, se dará a partir de 1900 até 1920.

### CAPÍTULO 3

## AS LUTAS OPERÁRIAS DO COMEÇO DO SÉCULO XX (1900-1920)

Os anos de 1900 a 1920 são o período em que realmente se formou a nossa classe operária. Podemos dizer que o período anterior foi de gestação. Em 1900, a classe operária contava com, aproximadamente, 85 mil operários. Em 1920, contava com 200 mil e chega a 275 mil no final do ciclo da chamada República Velha, em 1930. Vimos que o crescimento da indústria e da classe operária foi muito lento, se comparado com a rápida industrialização da Europa, dos Estados Unidos e do Japão.

A base econômica desta fase ainda era a agricultura de exportação, capitaneada pelo café. Quem mandava no país eram os coronéis latifundiários, integrantes da burguesia agrária. O núcleo deste poder político estava em São Paulo e em Minas Gerais, o que caracterizou a expressão “política do café-com-leite”. Uma política a serviço dos fazendeiros de café de São Paulo e dos criadores de gado de Minas Gerais. As eleições eram uma farsa, e a fraude eleitoral era a regra.

Vamos ver, agora, como os trabalhadores reagiram, nesses anos, à exploração que lhes era imposta nas fábricas, nos canteiros da construção civil, nas pedreiras, nas estradas de ferro, nos armazéns, nos portos e nas lojas comerciais. Vamos ver como se organizaram e como criaram centenas de jornais para difundir suas idéias e politizar suas lutas. Durante todo este período, o tratamento dado pelos patrões às lutas operárias se resumia

na frase atribuída ao último presidente da República Velha, Washington Luiz: "A questão social é um caso de polícia."

Durante os primeiros cinquenta anos da República, os patrões responderam à luta operária unicamente com repressão. Deportavam os militantes e ativistas imigrantes, enviavam líderes para regiões remotas como o Acre e a fronteira com a Guiana. A polícia prendia e matava, para manter a ordem estabelecida. O objetivo era garantir o sistema capitalista com sua doutrina liberal.

Neste capítulo veremos quais eram as idéias políticas da classe trabalhadora durante as duas primeiras décadas do século XX. Já no final do século XIX, surgiram as primeiras idéias e organizações socialistas no Brasil, inspiradas na 2.<sup>a</sup> Internacional. Mas, rapidamente, os ideais anarquistas, trazidos pelos imigrantes da Itália e da Espanha, tornaram-se mais influentes. Depois, a predominância inicial do anarquismo deu lugar à influência dos comunistas, a partir do começo da década de 1920.

Durante os primeiros trinta anos do século, não havia leis que protegessem os trabalhadores. Tudo se resolvia nas patas dos cavalos da polícia, chamada, então, de Força Pública. Esta, na verdade, como hoje, nada tinha de pública. Era força repressiva do governo a serviço dos patrões, da cidade e do campo.

Vamos ver, no final do capítulo, como evoluiu a organização dos trabalhadores. Sindicatos, federações sindicais e vários tipos de organizações operárias, rapidamente, chegaram à criação de uma central sindical. Central que, de acordo com a visão e a prática anarquista predominante entre os trabalhadores da época, era chamada de confederação, a Confederação Operária Brasileira (COB).

Junto com as variadas formas de organização que a classe, embora pouco numerosa, rapidamente construiu, nasceram centenas de pequenos jornais que circulavam pelas fábricas. Foi o começo daquela que podemos chamar de *imprensa dos trabalhadores*. Uma imprensa alternativa ao sistema. Alternativa ao que a sociedade chamava de ordem mas que, para esses jornais, era uma completa desordem.

## Greves, greve geral e insurreições: cronologia esquemática

No livro de Azis Simão, do qual já falamos, são enumeradas mais de 400 greves organizadas entre o começo do século e o ano de 1920. A maioria dessas greves teve um caráter parecido: lutas pelos direitos mínimos, como aumento de salário e redução da jornada de trabalho e exigência do direito à livre organização dos trabalhadores. Porém, em diversas ocasiões foram realizadas greves de caráter unicamente político. Foi assim com várias greves e boicotes contra a guerra ou em solidariedade a alguma luta internacional dos trabalhadores.

### • 1900-1906: as primeiras greves e a criação da COB

Já no último ano do século XIX aconteceram, no Brasil inteiro, dezenas de greves exigindo direitos mínimos como aumento de salário, melhores condições de trabalho e redução da jornada para 8 horas. No Rio de Janeiro, os estivadores entraram em greve. Em São Paulo, os sapateiros.

Em outubro de 1901, no Rio de Janeiro, uma greve dos trabalhadores das pedreiras reivindica a redução de 12 horas para 8 horas de trabalho. Conseguem reduzir a jornada para 10 horas. Em São Paulo, no mesmo ano, as greves mais fortes foram as dos sapateiros, tecelões e vidreiros. Todas reprimidas com muita violência.

Em 1903 generalizaram-se as greves pelas 8 horas, em todo o país. No Rio, os trabalhadores têxteis conseguem 9 horas e meia, num movimento que atingiu outras categorias, configurando-se numa greve geral de toda a cidade.

Em Recife, uma greve generalizada estende-se por duas semanas. Começa nas estradas de ferro, sob a liderança do ferroviário Manoel do Ó, e logo ganha a adesão dos estivadores. A cidade de Recife ficou paralisada durante uma semana.

Neste mesmo ano, acontece a primeira greve geral em Porto Alegre. Iniciada pelos marmoristas, também reivindicava jornada de 8 horas. Teve a forte adesão dos pedreiros, têxteis, coureiros e marceneiros. Conseguiram a redução para 9 horas diárias.



Em São Paulo, em maio de 1903, estourou uma greve que se estenderá por mais de um mês. Mais de dez mil operários de várias categorias exigiam a jornada de 8 horas.

Durante todo o ano de 1903, greves se intensificam, no Rio, em Juiz de Fora e em muitas cidades que possuíam entroncamento ferroviário nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e Bahia.

Em 1904, em São Paulo, comemora-se pela primeira vez no Brasil o 1.º de Maio.

Em 1905, os portuários de Santos (SP) realizam uma greve política e suspendem o carregamento de café. Essa greve foi organizada em solidariedade aos operários russos que estavam numa forte luta revolucionária contra a opressão do czar. Lá na Rússia estava ocorrendo um ensaio geral da futura revolução que será vitoriosa 12 anos depois. Os marinheiros amotinados do encouraçado Potemkin tornam-se o símbolo desta primeira fase daquela revolução que, mais tarde, a partir da Rússia, abalará o mundo. Aqui no Brasil, em várias cidades, acontecem dezenas de greves, sobretudo em São Paulo, no Rio e em Recife, em apoio àquele levante popular.

Em maio de 1906, mais uma greve exigia a redução da jornada de trabalho para 8 horas, desta vez na estrada de ferro que ligava Santos a Jundiaí. Esta se arrastou por duas semanas. A Força Pública feriu e prendeu centenas de ferroviários. Doze grevistas foram sumariamente fuzilados. A conquista das 8 horas estava ainda bem longe! É importante destacar que os nomes desses grevistas assassinados não foram divulgados.

Ainda em 1906, realiza-se, no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Operário da história brasileira. Entre outras decisões, os participantes dos vários estados decidiram a realização de uma greve geral, no país, que se iniciaria no dia 1.º de maio de 1907. Era mais uma luta pela conquista das 8 horas. Este era o método adotado por todos os sindicatos do mundo: transformar o 1.º de Maio no estopim para a eclosão de muitas greves. E o Brasil se inseriu nesta prática mundial.

### • 1907–1915: crescimento do movimento operário e o Comitê de Defesa Proletária

No dia 1.º de maio de 1907, greves reivindicando a jornada de oito horas estouraram nas principais cidades industriais do país. São Paulo se desenvolvia muito rapidamente e o setor da construção civil era o que mais crescia. Foi neste setor que a greve durou mais tempo. Os trabalhadores da construção civil pararam por um mês exigindo as 8 horas. Os patrões cederam às exigências. Mas foi só no papel. Não cumpriram o acordo. Nesta greve, várias fábricas do grupo Matarazzo também pararam. Este grupo, três anos depois, torna-se o maior complexo industrial da América do Sul.

Nesse mesmo período, em Porto Alegre uma greve geral paralisa a cidade e conquista 9 horas de jornada para todo trabalhador e trabalhadora. No Rio, vários setores da construção civil, entre eles o dos marmoristas, também conseguem redução da jornada de trabalho.

Em 1907, diante das numerosas greves que aconteciam por todo o país, a burguesia reforça seus ataques aos trabalhadores. A primeira medida, logo no início do ano, foi o Decreto Governamental n.º 1.637, que regulava a criação de sindicatos e cooperativas. Foi a primeira medida contra a livre organização dos trabalhadores. Aparentemente reconhecia a existência dos sindicatos, mas, na prática, era uma tentativa de controlá-los.

A segunda medida foi uma lei para a expulsão de estrangeiros que “comprometessem a segurança nacional e a tranquilidade pública”. O autor desta lei foi o deputado Adolfo Gordo, que representava os interesses da elite formada por membros do governo, industriais e grandes proprietários de terras.

No ano seguinte, em 1908, na capital do país, a companhia de gás pára durante cinco dias. Em Santos (SP), os portuários exigem o fim das 18 horas de trabalho diário. A greve foi duramente reprimida pela polícia, que matou vários trabalhadores.

Ainda em 1908, houve uma greve de 800 trabalhadores da construção da Estrada de Ferro do Sul, no Espírito Santo, que exigia o pagamento de salários que estava atrasado há dez meses. O educador e historiador carioca

Ernesto Germano Pares relata que no quinto dia de greve, quando os trabalhadores retornavam ao trabalho, soldados enviados do Rio de Janeiro abriram fogo contra os grevistas. Resultado: setenta mortos e mais de 200 feridos.

Este fato é exemplar para demonstrar o descaso dos livros com a história dos trabalhadores. Só encontramos o relato desta chacina num artigo do *Jornal do Diretório Municipal do PT* de Vitória (ES), de 1981, com o título: “*Espírito Santo: a história e a luta da classe operária*”. O artigo cita o historiador capixaba José Teixeira de Oliveira. Oliveira relata que, em setembro de 1908, eclodira uma greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro do Sul, em Cachoeiro de Itapemirim. Ao final da greve, segundo o historiador, deu-se um conflito com as forças policiais enviadas do Rio de Janeiro que culminou na morte de 72 operários. O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, de 21 de setembro de 1908, arquivado na Biblioteca Nacional, faz referência a uma greve na construção da Estrada de Ferro do Sul, onde ocorreu “um conflito entre trabalhadores grevistas e soldados”, como se fosse a coisa mais natural do mundo. As palavras empregadas pelo jornal, para descrever o massacre, são as mesmas usadas até hoje pelos jornais quando relatam o movimento dos trabalhadores e a repressão que sobre eles se abate. Este é um belo exemplo de como é contada a história dos trabalhadores.

Em 1909, uma greve dos ferroviários de Recife dura quase duas semanas e paralisa todo o porto da cidade.

Neste mesmo ano, no jornal da COB, a *Voz do Trabalhador*, que existia desde 1908, no número 10, de 1.º de maio, é publicada, pela primeira vez no Brasil, a letra do hino *A Internacional*.

Na nova década, as greves continuam. Em 1912, no estado de São Paulo, uma greve paralisa cem mil operários.

Ainda em 1912, o filho do presidente da República Hermes da Fonseca convoca um Congresso Operário, no centro do Rio de Janeiro, no palácio do Senado. Era uma tentativa de atrair os trabalhadores e tirá-los da influência dos anarquistas. As reivindicações, ao final do congresso, resumiam as mesmas exigências apresentadas nas inúmeras greves da primeira década das lutas operárias no Brasil e que já vigoravam no resto do mundo.

Eram as seguintes: indenização para acidentes de trabalho; limitação da jornada para mulheres e crianças; seguro de vida e pensão para a velhice; salário-mínimo; e educação primária obrigatória.

A COB, em 1913, realiza o seu 2.º Congresso Operário, com a participação de mais de 117 delegados de todos os estados brasileiros. Estes representavam duas federações estaduais (do Rio de Janeiro – FORJ e de São Paulo – FOSP), 52 sindicatos e vários tipos de uniões e ligas operárias. O tema central do Congresso foi a importância da unificação do movimento operário para as lutas futuras. Há várias deliberações contra a guerra que estava para estourar na Europa. Há também a indicação de que, caso o Brasil tomasse parte no conflito, os trabalhadores brasileiros fariam uma greve geral de caráter revolucionário. Após o Congresso, *A Voz do Trabalhador* foi reativado, com uma tiragem de três mil exemplares que, logo em seguida, passou para quatro mil.

Neste mesmo ano, o presidente da República, Hermes da Fonseca, revoga a Lei Adolfo Gordo que autorizava a expulsão de estrangeiros. Mas foi por pouco tempo, pois a lei retorna, revigorada.

Ainda em 1913, acontece a greve dos ferroviários da Estrada de Ferro de Goiás, e no Rio de Janeiro, greves de várias fábricas de tecidos.

Em 1914, em Belém, no Pará, há uma forte greve de sapateiros e carroceiros.

Em 1915, em São Paulo, é criado o Comitê de Defesa Proletária, um organismo de unificação da luta dos trabalhadores que estimulará uma onda de greves durante o período de 1915 a 1920. Com a guerra na Europa, o Brasil passa a fornecer produtos primários aos países que combatiam a Alemanha: EUA, Inglaterra, França e Rússia. Os trabalhadores sofriam as conseqüências: aumento da carga horária de trabalho e redução dos salários. Só nos anos de 1915 e 1916 eclodiram 144 greves em São Paulo.

#### • 1917: crescimento do movimento operário e o Comitê de Defesa Proletária

Em fevereiro de 1917, na Rússia submetida à opressão do imperador, o czar Nicolau II, na cidade de São Petersburgo, uma série de greves e

manifestações populares obtêm o apoio de soldados e marinheiros. Este levante, conhecido como Revolução de Fevereiro, fez cair o czar e, com ele, o seu regime opressor. Rapidamente, os bolcheviques (setor revolucionário do Partido Socialdemocrata Russo) assumem a liderança das lutas e, em outubro, deslancham e dirigem a grande Revolução Russa. Operários, camponeses e soldados, com um levante final de dez dias, tomam o poder e proclamam o nascimento do primeiro país comunista do mundo, a República Socialista Soviética. Já vimos, no capítulo anterior, que, pela Constituição de 1922, passou a ser denominada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esta revolução mudou a face do mundo durante setenta anos.

No Brasil, como em muitos outros países, sua influência se fez sentir no aumento das lutas operárias, na sua duração e radicalização. Além disso, essa revolução levará à criação dos Partidos Comunistas, a partir de 1917, em muitos países, entre os quais o Brasil.

Em maio de 1917, várias fábricas de tecidos, no Brasil, paralisam suas atividades. A exigência principal dos operários era o aumento de salário. A expressão usada na época era “contra a carestia de vida”.

Em junho, em São Paulo, estoura a greve mais significativa deste período. Começa, no bairro operário da Mooca, no Cotonifício Crespi, com dois mil trabalhadores reivindicando 20% de aumento, regulamentação do trabalho das mulheres, abolição das multas e mudanças no regime interno da fábrica.

Imediatamente, a greve se expande por todos os bairros operários da cidade e cinquenta mil grevistas cruzam os braços. As reivindicações se ampliam: fim do trabalho noturno de mulheres e crianças; aumento salarial entre 25% e 30%; jornada de 8 horas; sábados com meio dia livre (a chamada “semana inglesa”); pagamento de horas extras; fim da carestia e direito de organização.

Logo no começo da greve, a polícia ataca e mata, num piquete, o operário anarquista Antonio Martínéz. Seu enterro pára o centro de São Paulo, com dez mil pessoas desfilando e cantando *A Internacional*.

O Comitê de Defesa Proletária, durante três dias, assume o controle da cidade de São Paulo. O governo abandona a cidade e, no final, é obrigado a negociar com os grevistas, representados pelo Comitê. Foi a primeira vez, no Brasil, que o governo aceitou intermediar uma disputa entre trabalhadores e patrões. Como resultado desta greve, os trabalhadores conseguem 20% de aumento e a promessa, não cumprida, da jornada de 8 horas. Foram necessários 35 dias de greve para obter essas conquistas. Podemos dizer que essa foi a greve que mais se aproximou de uma greve geral. Durante mais de um mês, a greve atingiu toda a cidade de São Paulo e se estendeu a várias cidades vizinhas, como Itu, Sorocaba e Campinas, entre outras. Além disso, logo após o fim da greve em São Paulo, várias outras capitais, como Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, tiveram movimentos semelhantes.

Em Recife, nas tecelagens da zona industrial do Bairro da Torre e no porto, aconteceram várias greves com barricadas e enfrentamentos diários com a repressão.

Em Curitiba, quatro dias após o fim vitorioso da grande greve paulista, acontece um movimento parecido. O mesmo se repete em Porto Alegre, onde os grevistas chegaram a criar *comandos de greve*. Estes requisitavam todos os mantimentos da cidade ou os que estivessem chegando de trem, charretes e nos primeiros caminhões, distribuindo-os para cada família, de acordo com o número de membros.

Em agosto de 1917, a greve atinge a cidade de Recife, Salvador, Joinville (SC) e várias outras cidades do interior gaúcho, como Pelotas, Bagé e Santa Maria. Em todas essas cidades há fortes choques com a polícia.

Em outubro, estoura nova onda de greves no estado de São Paulo que atinge quase todas as fábricas do Grupo Matarazzo.

No Rio de Janeiro, continuam as greves. Grandes tecelagens como a Bangu e a Aliança param, num forte clima de agitação. Para acabar com as greves, o governo decreta estado de sítio, proíbe manifestações e fecha sindicatos.

• **1918–1920: aumenta a onda de greves e insurreições localizadas**

Em 1918, principalmente no Rio de Janeiro, dezenas de greves exigem 8 horas de trabalho e aumento nos salários. Ao mesmo tempo, aumenta o número de sindicatos e de seus filiados.

Na capital do país, o Sindicato da Construção Civil decreta, por conta própria, a jornada de 8 horas. Esta decisão passa a ser imposta a muitos canteiros de obra, a partir de 1.º de maio daquele ano.

Em novembro de 1918, uma greve geral, no Rio de Janeiro, adquire caráter de insurreição. Mais de vinte mil têxteis, metalúrgicos e trabalhadores da construção civil cruzam os braços. A burguesia responde com uma violentíssima repressão. Mata trabalhadores em manifestações e expulsa as lideranças, compostas principalmente por imigrantes acusados de serem “agitadores”. Estes eram, em sua maioria, anarquistas que pretendiam tornar realidade o sonho da revolução social e da derrubada do poder burguês.

O ano de 1919 continua com a onda de greves e revoltas. Já em janeiro acontecem várias greves em Curitiba e São Paulo. O dia 1.º de Maio, no Rio de Janeiro, é comemorado com uma grande manifestação. Quase 10% da população da capital (60 mil pessoas) participam do comício. Os manifestantes dão vivas à Revolução Russa e a Lênin, seu líder mais popular.

Em São Paulo, o 1.º de Maio também é comemorado com vinte mil pessoas na Praça da Sé. A principal reivindicação, no país inteiro, era a jornada de 8 horas. Nas cidades operárias do estado, Santos, Jundiá, Sorocaba e Atibaia, acontecem também numerosas greves pelas 8 horas. A onda grevista repercute no Rio, em Recife e Porto Alegre. É quase uma greve nacional. Em São Paulo, os grevistas formam o Conselho Geral dos Operários, uma iniciativa de unificação das lutas.

Em junho de 1919, em Salvador, uma greve geral reivindica a jornada de 8 horas. O governador, pressionado, assina uma lei que determina “8 horas para todos os estabelecimentos industriais e oficinas pertencentes ao Estado”.

Em outubro, mais uma greve generalizada paralisa Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Em Recife, cidade cuja população ainda não chegava a 250 mil habitantes, 15 mil grevistas cruzam os braços.

Em São Paulo, a polícia fecha o principal jornal anarquista, *A Plebe*, e expulsa do país seus três diretores.

Uma longa greve, também em outubro de 1917, em Porto Alegre, paralisa totalmente a cidade, por vinte dias. Há comícios e barricadas e a polícia intervém, matando vários operários.

As reivindicações de todas essas greves eram parecidas: aumento de salário, 8 horas de trabalho; descanso remunerado aos domingos; regulamentação do trabalho de mulheres e de menores; e liberdade de organização operária.

Em dezembro, há uma tentativa de greve geral no país, que acaba fracassando.

Em 1920 continua a onda de greves iniciada em 1917. Em março, a Companhia Mogiana, na cidade de Campinas, pára. A greve se estende a outras cidades. A Força Pública é convocada para reprimir e matar.

No mesmo mês de março os ferroviários da Estrada de Ferro da Leopoldina param, no Rio de Janeiro. Dias depois, a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e a dos Condutores de Veículos anunciam uma greve geral de apoio aos ferroviários. Esta greve atinge metalúrgicos, alfaiates, padeiros, comerciários e trabalhadores da construção civil. A repressão é fortíssima. Quatro dias antes do 1.º de maio daquele ano, a polícia da capital do país prende mais de 1.200 operários num só dia. Pela primeira vez, surgem os sindicalistas católicos, chamados de “amarelos”, sempre dispostos a aceitar qualquer proposta dos patrões. Estes trabalharam ativamente contra a greve convocada pela Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ). O movimento acaba sem nenhuma vitória.

Dezenas de greves aconteceram em 1920. A maior delas foi em São Paulo, que já tinha se tornado a maior cidade da América Latina, superando o Rio de Janeiro. A categoria que mais reivindicava e fazia fortes greves era a dos doqueiros, estivadores e todo tipo de trabalhadores dos portos.

Estes e os ferroviários, em geral, puxavam as greves que, em seguida, atingiam os outros trabalhadores. Dos trabalhadores das fábricas, os mais numerosos e organizados eram os do setor de tecelagem. A greve de março, em São Paulo e Rio, iniciada pelos trabalhadores têxteis, logo se transformou em greve geral. Todo o ano de 1920 foi repleto de greves parciais e greves gerais em cidades inteiras. Foi um ano quase insurrecional. Na maioria das greves erguiam-se barricadas contra a polícia, realizavam-se comícios e manifestações diárias.

Neste mesmo ano, temos notícia da greve dos tecelões da Fábrica Santa Helena, em Petrópolis, e de dezenas de outras categorias no Rio de Janeiro e São Paulo. Todas fracassam, devido à repressão e à ação dos líderes “amarelos”. Conciliadores, os “amarelos” não apostavam na greve como instrumento central da luta operária e, quase sempre, se colocavam do lado dos patrões.

A repressão aumentava a cada dia e, a partir de 1921, as greves tornam-se mais escassas. Neste ano passou a ser comum o fechamento de sindicatos, prisões generalizadas de operários e expulsão das lideranças de origem estrangeira. No Rio de Janeiro, em 1922, é criada a 4.<sup>a</sup> Delegacia Auxiliar, um embrião da Polícia Política, cujo principal objetivo era o de reprimir os movimentos e organizações dos trabalhadores.

### Primeiras organizações, sindicatos e congressos operários

Vimos que, tão logo a classe operária começou a existir, nasceram as primeiras organizações cujos nomes indicavam ajuda mútua entre os seus membros: sociedades beneficentes, associações, sociedades de mútuo socorro etc. Esta ficou conhecida como a *fase mutualista*.

Muito rapidamente, em 1906, os trabalhadores brasileiros organizam o primeiro Congresso Operário Brasileiro. Na capital do país, para este Congresso, reúnem-se 43 delegados de 31 organizações operárias, dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e Pernambuco. Foram dias de intensas discussões nas quais predominava a visão, generalizada no sindicalismo daquela época, do anarquismo.

A principal decisão desse congresso foi a criação da Confederação Operária Brasileira (COB), que era, como o nome indicava, uma espécie de central sindical.

Mais de cinquenta associações de classe de vários tipos passam a fazer parte da Confederação: grupos operários locais, sindicatos e até seções isoladas de fábricas. Também participam da COB, Uniões Gerais de vários ofícios, as Federações Operárias de São Paulo e do Rio (Fosp e a Forj) já estruturadas, e até grêmios por nacionalidade (italianos, espanhóis, alemães).

Dentre as principais deliberações do Congresso, destacamos:

- A luta central dos trabalhadores do Brasil deveria ser pela conquista das 8 horas de trabalho diário. Como primeiro passo unificado foi marcada uma greve geral para o dia 1.<sup>o</sup> de maio de 1907.
- A criação do jornal *A Voz do Trabalhador*, que será publicado somente no dia 1.<sup>o</sup> de maio de 1908.
- A criação de um organismo unificador da luta operária no país: a Confederação Operária Brasileira (COB).
- Incentivo às mulheres para criarem suas organizações e participarem dos sindicatos.
- Outra orientação, também importante, foi para que as várias organizações operárias passassem a se chamar, todas, *sindicatos*. A tarefa dos sindicatos deveria ser a de organizar a luta operária, sem se perder em tarefas de assistencialismo. Além disso, o Congresso reafirmou todas as idéias centrais da visão anarquista dominante.

A luta político-ideológica deveria se basear nos temas centrais da visão dominante entre os trabalhadores lutadores daquela época, que era o anarquismo. Jornais operários e discursos sempre falavam do antimilitarismo, do anticapitalismo, do internacionalismo proletário e do combate à alienação religiosa.

Assim, em 1908, é formada a Confederação Operária Brasileira (COB), reunindo cinquenta organizações operárias dispostas a lutar contra o governo e os patrões. A COB se alinhava às idéias da antiga AIT, a chamada

1.<sup>a</sup> Internacional. Embora houvesse sido extinta oficialmente, em 1876, em Filadélfia (EUA), a AIT continuava a existir.

Vimos que, em 1912, o filho do presidente da República, junto com os sindicalistas “amarelos”, organizou um congresso operário para neutralizar os anarquistas e outros lutadores da COB. Era mais uma tentativa de domesticar o movimento operário brasileiro, transformando-o em capacho do governo.

Em 1913, a COB organiza o 2.<sup>o</sup> Congresso Operário Brasileiro. Neste são reafirmadas as teses do 1.<sup>o</sup> Congresso de 1906. Grande ênfase é dada à luta mundial contra a possível explosão da guerra e, localmente, contra a alta do custo de vida.

Anos depois, em 1920, no Rio de Janeiro, a COB organiza o 3.<sup>o</sup> Congresso Operário. Já no início deste ano, a repressão estava muito forte e a COB, sob pressão externa e com fortes divisões internas, acaba por desaparecer. A partir de 1920, podemos dizer que a COB foi completamente desarticulada. As greves escasseiam durante toda a década de 20.

Merecem destaque, neste período, as várias greves organizadas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, em julho e agosto de 1927, em solidariedade a Sacco e Vanzetti. Estes dois anarquistas italianos, que tinham emigrado para os EUA, haviam sido presos e condenados à morte na cadeira elétrica, acusados, falsamente, de organizarem um atentado anarquista. No mundo inteiro, muitas greves de solidariedade procuraram anular o julgamento mentiroso armado contra os dois operários. No Brasil, até a imprensa burguesa noticiou, com destaque, as greves pela anulação da condenação de Sacco e Vanzetti.

### O anarquismo e o anarco-sindicalismo no Brasil

Ao falarmos do nascimento da classe operária no Brasil, sempre nos referimos ao anarquismo, ao anarco-sindicalismo. Mas qual o significado de anarquia, anarquismo e anarco-sindicalismo? De onde vieram essas idéias em nosso país?

Para compreendermos esses termos, precisamos dar uma rápida olhada na história européia do século XIX.

O anarquismo é uma corrente política cuja idéia básica é a oposição a qualquer opressão e dominação. A origem da palavra já explica seu conteúdo. Anarquia significa, simplesmente, “sem governo”. Uma nova sociedade, sem governo algum, baseada na produção coletiva e na apropriação desta, de forma coletiva e solidária. Na realidade, os anarquistas são contra o Estado e contra qualquer forma de poder, que, segundo afirmam, é sempre opressor. A palavra anarquia, na linguagem popular moldada pela ideologia dominante da direita, acabou levando à idéia de bagunça, desordem, baderna, desvirtuando o seu real significado.

Encontramos a visão anarquista principalmente entre os operários da primeira fase da industrialização. Havia anarquistas na França, Itália, Espanha, Suíça e em todos os países da Europa. Mas essa tendência do movimento operário se fortaleceu e ficou mais popular a partir da entrada, na Internacional, do revolucionário russo Mikhail Bakunin. Bakunin passou a fazer parte da Associação Internacional dos Trabalhadores com seu grupo, a Aliança Democrática, alguns anos após sua fundação. Na Associação, a maior autoridade era o comunista Karl Marx.

Marx e Bakunin queriam uma nova sociedade, justa e igualitária. Uma sociedade socialista. Mas os dois defendiam idéias bem diferentes quanto ao caminho para levar a tal meta. Sobretudo divergiam quanto à organização operária, necessária para derrubar o capitalismo e implantar um novo sistema que fosse justo, igualitário e socialista. A preocupação dos anarquistas com a liberdade individual e com o combate a qualquer autoritarismo separava profundamente os dois caminhos.

Marx apontava para a necessidade de uma organização política centralizada, capaz de enfrentar a burguesia numa revolução que levaria ao socialismo. Em contrapartida, Bakunin defendia uma sociedade socialista, com forte tom libertário, fruto da livre e espontânea organização autônoma dos trabalhadores.

As diferenças na Internacional foram aumentando e, após a derrota operária na Comuna de Paris, em 1871, ficou impossível manter a aliança entre as duas principais tendências revolucionárias. A Internacional foi extinta, em 1876, por iniciativa do grupo que se orientava pelas idéias de

Marx. Mas os anarquistas, que se recusavam a reconhecer a legitimidade de sua extinção, continuaram a mantê-la viva, mesmo que precariamente. Para os anarquistas, a AIT permanece viva até hoje.

O anarquismo na Europa ficou, então, praticamente reduzido aos países do Sul: Itália, Espanha, Portugal, França. No auge do confronto entre Marx e Bakunin, houve uma divisão de territórios. Marx ficou responsável pelo Norte industrializado da Europa (Alemanha, Inglaterra, Bélgica etc). Bakunin, pelos países agrários e menos desenvolvidos do Sul: Itália, Espanha, Portugal e por sua terra natal, a Rússia. E foi assim que o anarquismo passou a exercer forte influência, sobretudo na Espanha e Itália.

A maioria dos imigrantes que chegou ao Brasil veio exatamente desses países. Vários fugiram da miséria, outros das perseguições e prisões que acompanhavam a militância anarquista.

Esta é a causa da grande influência do anarquismo em nosso país, no começo da industrialização. Muitos dos nossos imigrantes traziam, em suas malas rotas, livros, jornais, e na cabeça, idéias anarquistas. Desembarcavam, sobretudo, nos portos do Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande, no Sul, e alguns iam para Recife, Salvador e Belém. Nessas cidades, difundiam suas idéias nas fábricas e escolas por onde passavam.

Nessa mesma época, fenômeno semelhante acontecia na Argentina e nos Estados Unidos, países que também receberam milhões de imigrantes espanhóis e, principalmente, italianos.

O anarquismo condenava qualquer forma de capitalismo e queria uma sociedade livre e igualitária. A expressão que sintetiza melhor esta visão é “sociedade libertária”. Socialismo sem autoritarismo. O anarquismo, como o marxismo, lutava por uma sociedade socialista, comunista. O que os diferenciava era o caminho a ser adotado. Para os seguidores de Marx, a idéia de partido era uma idéia central na construção do poder da classe operária. Em contraposição, os anarquistas rejeitavam veementemente qualquer idéia de centralização e, especificamente, de partidos políticos. Não aceitavam a luta parlamentar com seus vereadores, deputados, senadores e ministros, ou com qualquer tipo de governante.

Posicionavam-se violentamente contra qualquer religião e, especificamente, contra padres, freiras e bispos católicos. Era o famoso anticlericalismo, característico desta fase anarquista da luta operária. Não admitiam a idéia de Estado com seus aparelhos repressivos: polícia e exército. Eram contra qualquer guerra e manifestação de militarismo. Opunham-se ao serviço militar.

Na visão anarquista, os sindicatos eram a forma mais importante de organização dos trabalhadores. A principal forma de luta era a “ação direta”: lutas espontâneas com o máximo de autonomia para cada organização operária. Recusavam a idéia de qualquer central sindical. O máximo que admitiam eram as confederações que não impusessem suas decisões e assim respeitassem as decisões autônomas das bases.

A greve era um instrumento de pressão, aliado a manifestações e protestos de todo o tipo. O instrumento principal de luta e confronto com a burguesia era a greve geral. Esta, prorrogada por tempo indeterminado, seria o instrumento que derrubaria a burguesia.

Não admitiam a organização partidária, pois acreditavam que ela tiraria a autonomia dos trabalhadores, gerando uma nova forma de dominação e opressão. A ênfase era dada à luta econômica. Os anarquistas apostavam no desenvolvimento autônomo, isto é, não tutelado, das possibilidades da classe trabalhadora. Por isso, davam muita importância à cultura e à formação política. Teatro, espetáculos, círculos de leitura e escolas operárias eram atividades privilegiadas pelos anarquistas.

Foi neste clima que, em 1905, o anarquista português Neno Vasco traduziu do francês, para a nossa língua, o hino *A Internacional*. Assim, pouco a pouco, nas manifestações operárias, nas greves e piquetes, *A Internacional* passou a ser cantada. Já em 1906, nas greves e manifestações, esse hino começava a ser conhecido e cantado pela jovem classe operária brasileira. Era o símbolo do “internacionalismo proletário” que os anarquistas tanto defendiam.

### Cem anos de imprensa anarquista, comunista, alternativa e sindical

Vimos que, desde os primeiros anos da história da classe operária brasileira, nasceram pequenos jornais que circulavam nas fábricas, canteiros de obras, portos e oficinas.

Livros especializados referem-se a 500 jornais diferentes que existiram desde o surgimento das primeiras oficinas até 1930, quando Getúlio Vargas tomou o poder. O primeiro deles foi o *Jornal dos Tipógrafos*, que nasceu no Rio de Janeiro, em 1858, numa das primeiras greves de que temos notícia no Brasil.

Nesses jornais operários, escritos por militantes anarquistas, encontramos dois blocos de temas. O primeiro, era diretamente relacionado às reivindicações do dia-a-dia: salários, condições de vida e de trabalho, redução da jornada e conquista de direitos que começavam a ser reconhecidos no mundo industrializado. Entre estes direitos básicos, estavam o direito de livre associação, o descanso semanal aos domingos, a jornada de 8 horas e a semana inglesa (compensação do horário de sábado durante a semana).

Ao lado dessas reivindicações imediatas, nas páginas da imprensa anarquista deste período, encontramos os temas políticos centrais do anarquismo. Era um forte combate ideológico ao sistema capitalista, à burguesia e à aristocracia. Também era muito presente o combate ao clero, que representava a força de sustentação da ideologia burguesa. O tema do anticlericalismo e do combate ao atraso religioso, chamado de obscurantismo, foi importado diretamente da Itália e da Espanha. Estes países, por sua história, mantinham, lado a lado, uma forte presença da religião católica e um forte anticlericalismo.

Outro tema que ganha muito espaço na imprensa anarquista da época é o combate ao militarismo: contra qualquer guerra, contra o serviço militar. As palavras da *Internacional* são repetidas em muitos desses jornais: “*Façamos greves de soldados, somos irmãos trabalhadores*”; “*Logo verão que nossas balas são para os nossos generais.*”

O internacionalismo proletário, no momento em que muitos partidos socialistas europeus se dividiam entre apoiar ou não a Primeira Guerra Mundial, é reafirmado nos jornais anarquistas brasileiros com mais uma citação do hino *A Internacional*: “Paz entre nós, guerra aos senhores.”

Assim, podemos dizer que a imprensa anarquista deste período cumpriu o papel de uma imprensa política. Uma imprensa ideológica alternativa. Uma imprensa que se colocava contrária à visão dominante da burguesia na sociedade liberal da época.

Como não havia partidos políticos de esquerda até 1922, quando nasce o Partido Comunista, era essa imprensa operária anarquista que exercia o papel de imprensa política alternativa.

A partir de 1922, com a criação do Partido Comunista, a influência dos anarquistas diminui. Pouco a pouco uma nova visão política ganha espaço. Durante toda a década de 1930, percebe-se uma forte diminuição da imprensa que circulava nas fábricas, devido ao aumento da repressão policial e patronal. A imprensa anarquista perde espaço, e o seu lugar é assumido pela imprensa comunista. Esta será a principal ferramenta de disputa ideológica e política com a nova burguesia industrial e com as velhas oligarquias tradicionais.

A imprensa comunista foi a principal imprensa de oposição ao sistema capitalista durante os anos de Vargas, de 1930 até o fim da sua ditadura, em 1945. Sobretudo, de 1945 a 1964, essa imprensa divulgará a visão do Partido Comunista com numerosos jornais e todo tipo de revistas.

Após o Golpe de 64, com a destruição da imprensa comunista pela repressão, pouco a pouco nasce a que ficou conhecida como *Imprensa Alternativa*. Mais de 150 jornais diferentes, criados de 1965 a 1981, confrontam a ditadura, exigindo liberdade. Muitos deles irão além da reivindicação de liberdade e do fim da ditadura. Lutarão por uma sociedade realmente alternativa: uma sociedade socialista.

De 1980 até 2002, o Brasil passa de uma ditadura militar a um regime democrático de caráter conservador. Mesmo tendo sido feita uma transição conservadora, o país criou uma nova constituição com aspectos pro-



gressistas, se comparados ao período anterior. A década de 80 foi a década das lutas dos trabalhadores: greves, greves gerais, central sindical, partidos de esquerda legalizados e disputa presidencial com um candidato representando essas lutas. Os anos 90 foram os anos da implantação e consolidação do projeto neoliberal. Durante estes vinte anos há como uma linha de continuidade da imprensa alternativa através da imprensa dos sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). É como uma linha do tempo que vem da imprensa anarquista, comunista e alternativa. A imprensa sindical cumprirá um papel fundamental: propor uma alternativa contra a destruição de direitos, contra as privatizações e contra a retirada do Estado de suas funções na saúde, educação e serviços. Os jornais sindicais apresentarão, no período de 1980–2002, uma proposta política ideológica bastante nítida.

É nesse sentido que, em muitos jornais sindicais, campanhas nitidamente políticas são apresentadas. Os temas mais universais são o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a suspensão do pagamento da dívida externa, a realização de um plebiscito contra a Alca ou o convite para manifestações contra as guerras imperialistas de George Bush ou de seu antecessor, Bill Clinton.

Há livros muito esclarecedores sobre esse tema, como *Jornalistas e Revolucionários*, de Bernardo Kucinsky, ou *Comunicação – Arte de Falar para Milhões*, de Claudia Santiago.

Mas, nesta rápida olhada panorâmica sobre a imprensa dos trabalhadores nos anos 80 e 90, salta aos olhos a ausência de uma imprensa declaradamente política e até partidária. Nenhum partido ou organização política conseguiu dar vida a uma imprensa consistente, diária, capaz de atingir milhões de trabalhadores e de se contrapor à imprensa burguesa. Somente na segunda metade da década de 90 se concretizarão esforços para criar uma imprensa alternativa com revistas mensais e até semanais. Porém, isso ainda significaria muito pouco frente aos desafios do período.

## Panorâmica de alguns jornais operários

A maioria dos jornais operários produzidos no início do século XX surgiu no eixo Rio-São Paulo. Era a área de maior concentração de imigrantes vindos da Itália, Espanha e Portugal. Estes imigrantes, que trabalhavam nas fábricas, chegaram a ser, no início do século, mais de 90% da mão-de-obra contratada. Fora dessas cidades, encontramos um grande número de jornais em Santos (SP), Juiz de Fora (MG), Curitiba, Porto Alegre, Recife e Maceió. Em outras cidades, com pequeno número de operários, encontramos poucos jornais.

Falarei de alguns destes, com alguns pequenos comentários.

### \* No Rio de Janeiro

Em 1902, Neno Vasco, revolucionário anarquista português, lança o jornal *O Amigo do Povo*. Inicia uma campanha contra a repressão ordenada pelo czar contra os operários russos. Em 1905, Neno cria outro jornal, o *Terra Livre*, e traduz *A Internacional* para o português. Em seguida, é expulso do país como subversivo. Em 1903, encontramos muitos jornais operários, todos de tendência anarquista: *Brasil Operário*, *A Greve*, *O Chapeleiro*, *A Voz do Marmorista*, *O Trabalho*, *A Federação*, entre outros. Nos anos seguintes, muitos outros jornais informam e formam politicamente a classe trabalhadora, como *O Libertário*, de 1904, e *A Lanterna*, de 1909. Este último começou em São Paulo, em 7 de março de 1901, e viveu até 1904. Fechado pela polícia, renasce no Rio de Janeiro em 1909 e permanece até 1916.

Mas o principal jornal do Rio, na primeira década do século, foi a *Voz do Trabalhador*. Não era um jornal local, carioca. Era o órgão oficial nacional da recém-criada Confederação Operária Brasileira (COB). No seu primeiro número, na primeira semana de julho de 1908, estampa na capa um dos pontos centrais do ideário anarquista: o antimilitarismo, com a manchete de “guerra à guerra.”

Este jornal, como órgão da Confederação Operária Brasileira, era o principal divulgador do anarquismo e do anarco-sindicalismo. A melhor síntese desse diário está na sua capa do 1.º de Maio de 1913. Num estilo

que não lhe era comum, estampa uma ilustração, de página inteira na capa, de um operário musculoso, com as correntes quebradas atadas a seus braços. Ele está segurando uma enorme marreta olhando para a frente, onde, no horizonte, aparece um sol radiante com a inscrição "Liberdade". Este operário está pisando sobre um chão feito de caveiras. Nas caveiras podem-se ver, nitidamente, os inimigos dessa visão política: a burguesia, a aristocracia, o clero, o militarismo e o capitalismo.

Na segunda década do século XX, a *Voz do Trabalhador* continua a sair, mas perde sua periodicidade regular. De semanal chegou a ser até bianual.

Enquanto isso, vários outros jornais operários continuam a aparecer. Em 1914 aparece o jornal *A Vida*. Em 1918, os trabalhadores do comércio do Rio de Janeiro, na véspera do 1.º de maio, publicam seu jornal em homenagem à luta da cidade de Chicago pelas 8 horas: uma ilustração, de capa de página inteira, mostra o enforcamento dos líderes desse movimento.

Em 1918, o ainda militante anarquista Astrogildo Pereira, futuro fundador do Partido Comunista, cria o jornal *Crônica Subversiva*. No ano seguinte, com José Oiticica, edita o jornal *Spartacus*.

Em 1920, a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro publica o jornal diário *A Voz do Povo*. Será fechado pela repressão do governo Artur Bernardes.

#### \* Em São Paulo

A forte imigração italiana em São Paulo provocou a publicação de vários jornais escritos na língua de origem daqueles imigrantes. Assim, apareceu *L'Azione Anarchica* (1900) e, quase ao mesmo tempo, o jornal socialista *L'Avanti*.

Outro jornal italiano em São Paulo foi *La Battaglia* (1904), de Giuseppe Ristori, criador de vários outros jornais. Circularam também, em São Paulo, *Il Libertario* (1906), *Germinal Barricata* (1913) e, mais tarde, *Alba Rossa* (1919). Havia também alguns jornais escritos em espanhol, como *El Libre Pensador* (1903). Além disso, havia jornais publicados em alemão para a colônia alemã. Mas a grande maioria da imprensa operária do período, mais de 90%, era publicada em português.

Assim, em São Paulo e nas cidades dos arredores circulavam muitas publicações operárias. Vejamos algumas delas.

Neno Vasco, um dos maiores ativistas anarquistas, perseguido pela polícia do Rio de Janeiro e São Paulo, cria em 1903, na capital paulista, o jornal *O Amigo do Povo*. Quinzenal, foi publicado até 1910. No mesmo ano, começou a ser editado *A Plebe*, que, apesar de sua sobrevivência difícil, devido à repressão, volta a aparecer mais tarde. Em 1902, tinha sido publicado o *Germinal* e, em 1904, sairá mais um jornal, *A Miséria*.

O jornal mais importante em São Paulo, de 1903 até 1920, foi *A Plebe*. Apesar de ficar anos sem aparecer, volta em 1917, coordenado por Edgard Leuenroth, durante a grande greve que paralisou São Paulo por mais de um mês.

Em 7 de setembro de 1919, *A Plebe* torna-se um jornal diário. É publicado regularmente até 20 de outubro, quando a polícia, junto com bandos de estudantes, atizados pelo clero católico, destruiu sua sede. Voltará a circular, anos depois, e sobreviverá precariamente, sem periodicidade fixa, até 1951.

#### \* Em Recife

Em 1919, a classe operária tinha mais um jornal diário, o *A Hora Social*, em Recife. Este foi criado pela Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco. Estampava em seu logotipo um relógio com os ponteiros marcando 11 horas e 55 minutos. Queria significar que faltava pouco para as 12 horas, a hora da vitória final.

#### \* Em Santos (SP)

Havia um porto muito dinâmico e uma classe operária em expansão. Jornais eram publicados desde o final do século XIX, como o quinzenário *A Questão Social*, do Centro Socialista de Santos. Em 1903, circulava, entre os estivadores do porto, o jornal anarquista *O Proletário*. Em 1906, nasce *A Tribuna Operária*. Na década de 20, era muito conhecido o jornal *A Verdade*.

#### \* Em Maceió (AL)

Foi instalada, nesta cidade, uma dinâmica indústria de fiação e tecelagem e grandes projetos do industrial Delmiro Gouveia deram origem a uma numerosa classe operária.

A partir de 1902 começam a aparecer jornais operários em Maceió. O primeiro deles foi *O Proletário*. Depois vieram outros, como *A Semana Social* (1917), que era fortemente antimilitarista, *O Povo* (1918) e vários outros.

**\* Em Aracaju (SE)**

Já em 1891, é publicado o jornal *O Operário*. Em 1897, a Sociedade Beneficente Socorros Mútuos publica *A Notícia*. Em 1910, o Centro Operário Sergipano retoma a publicação do jornal *O Operário*.

**\* Em Fortaleza (CE)**

Nos primeiros anos do século XX, sobretudo de 1920 a 1930, há uma rica produção de jornais operários.

Em 1908, aparece, em Fortaleza, *O Demolidor*, jornal fortemente anticlerical, criado pela “Liga contra os Frades.”

Em 1919, surge o jornal *O Ceará Socialista*, órgão do Partido Socialista Cearense. Depois publica-se *O Combate* (1921), órgão da Federação dos Trabalhadores do Ceará, e *A Voz do Gráfico* (1922), entre outros.

**\* Pelo Brasil afora**

Inúmeros jornais operários aparecem até 1930. Em Juiz de Fora, nasce *O Proletário* (1910); em Curitiba, *O Despertar*, desde 1904; em Porto Alegre, *O Libertário* (1922); em Bagé (RS), *A Tribuna Livre*, e dezenas de outros, sempre onde havia concentração de fábricas e, conseqüentemente, de operários.

Há duas fontes básicas para nos aprofundarmos na história sobre a imprensa operária no Brasil, de 1875 a 1930. Uma é Maria Nazaré Ferreira, com os seus dois livros clássicos: *Imprensa Operária*, da Editora Ática, e *Imprensa Operária no Brasil 1881–1920*, da Editora Vozes. A outra fonte é Adelaide Gonçalves, que organizou e publicou *fac-similes* dos jornais *Ceará Socialista*, *A Vida* e *O Trabalhador Gráfico*.

**CAPÍTULO 4**

**DO ANARQUISMO AO PARTIDO COMUNISTA  
E A GETÚLIO VARGAS  
(1920–1930)**

A década de 20 para a classe trabalhadora brasileira foi de forte repressão. A onda revolucionária dos anos 1917–1920 havia sido esmagada e a burguesia, assustada com a Revolução Russa, estava decidida a não ceder nada aos trabalhadores. Vimos no segundo capítulo que, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, as nações capitalistas que haviam participado da guerra reuniram-se nos arredores de Paris, em Versalhes, para elaborar o Tratado de Paz. Criaram a Sociedade das Nações, e junto com ela seu departamento trabalhista, a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Claramente, o objetivo da OIT, para além de suas declarações oficiais, era evitar o perigo de novas revoluções, como a da Rússia.

O Brasil estava presente em Versalhes e também comprometeu-se com as decisões tomadas pela OIT. Mas, ao mesmo tempo, não queria saber de criar leis trabalhistas. Aqui, seguindo a tradição de tratar o escravo na base do chicote, a prática era “baixar o pau” nos trabalhadores.

Os governos da década de 20 impunham, quase sem interrupção, o estado de sítio. As medidas repressivas adotadas pelos diferentes governos, durante estes anos, atingiam profundamente os trabalhadores e fizeram diminuir fortemente as greves. Os trabalhadores e as classes populares continuavam a ser considerados “classes perigosas”.

No seio da burguesia não havia uma visão única. Vozes discordantes queriam uma modernização das estruturas políticas do país. Defendiam uma visão mais nacional e apostavam na industrialização, contra o atraso mantido pelos donos das terras com seu café, seu açúcar e seu gado. Essas vozes discordantes concentravam-se, principalmente, entre a jovem oficialidade do Exército, os famosos Tenentes. Estavam presentes, também, na classe média que começava a aparecer, devido ao crescimento da indústria. Outro grupo que exigia a modernização do país era o dos intelectuais. Criaram, então, o Movimento Modernista, como forma de expressar suas críticas numa linguagem artístico-cultural.

O Brasil, durante esta década, viveu as dores do parto da passagem de país agrário, marcado pela sua tradição escravagista, para país moderno, no caminho da industrialização.

Na Europa, o anarquismo perdia sua influência e vinha sendo substituído pelos partidos socialistas e, sobretudo, comunistas. Somente na Itália, na Espanha e entre os imigrantes em solo americano, as idéias anarquistas continuavam a exercer forte influência nos meios operários.

A partir da vitória da Revolução Russa, no mundo inteiro nasciam os partidos comunistas. Em todos os partidos socialistas e entre os anarquistas, acontecia uma profunda divisão. No Brasil, dava-se o mesmo fenômeno. Durante quarenta anos, a presença anarquista no meio operário brasileiro era quase que exclusiva. Com a entrada em campo dos comunistas, essa exclusividade enfraqueceu. Em 1922, o Partido Comunista é fundado quase que inteiramente por ex-anarquistas. A divisão entre anarquistas e comunistas representou um dos fatores para o enfraquecimento do movimento operário na década de 20. Expressão dessa divisão foram as comemorações dos dias 1.º de Maio. A partir de 1922, passaram a ser comemorados sempre com manifestações isoladas: manifestações anarquistas, outras comunistas e as dos católicos, apelidados de “amarelos”.

Enquanto as lutas operárias diminuía, surgia uma série de revoltas, insurreições e marchas da baixa oficialidade do Exército, representada pelos Tenentes. Em 1930, eles participaram ativamente dos acontecimentos que derrubaram a República Velha. Em todas as suas numerosas revoltas,

os Tenentes dispensaram a participação do povo e, especificamente, dos trabalhadores.

A classe operária passou a desempenhar um papel secundário nesta década.

Neste capítulo vou destacar alguns pontos centrais para uma análise daqueles anos, do ponto de vista dos trabalhadores:

- O nascimento do Partido Comunista e sua imprensa.
- As várias tendências existentes no movimento operário.
- A legislação trabalhista existente na década de 20.
- A política repressiva dos patrões e seus governos.

No final do capítulo, vamos ver como a luta mundial pela redução da jornada de trabalho se deu no Brasil. Esta longa batalha pelas 8 horas representa quase que um resumo da história de suor e sangue dos trabalhadores brasileiros, que acompanhavam a luta dos trabalhadores de outros países.

### É fundado o Partido Comunista: 1922

A Revolução Russa de outubro de 1917, com a tomada do poder pelos revolucionários bolcheviques, dividiu todos os partidos socialistas do mundo. A divisão, cada dia mais aguda, era sobre qual deveria ser o caminho para se chegar ao socialismo. O dilema se colocava de forma nítida: reforma ou revolução? Esse dilema também se deu entre os anarquistas, gerando divisões internas. A alternativa entre “Reforma ou Revolução” passou a ser o divisor de águas entre os trabalhadores que lutavam por uma nova sociedade. Havia os que queriam uma revolução e apoiavam a Rússia comunista e os que não concordavam com ela. Assim, os comunistas, nos vários países do mundo, passaram a organizar seu novo partido, um partido que tivesse uma política diferente da dos tradicionais partidos socialistas.

Dentro dos partidos socialistas, os que apostavam na revolução socialista mundial passaram a se chamar *comunistas*. Os que discordavam do

caminho soviético e apostavam em reformas para mudar a sociedade, dentro do capitalismo, passaram a se chamar *socialistas* ou, mais explicitamente, *socialdemocratas*. Os revolucionários os chamavam, com um tom de desprezo, de *reformistas*. Antes, o termo socialdemocrata tinha um significado parecido com socialista. A partir da Revolução de 1917, isso mudou. O termo socialista passou a ser usado tanto por comunistas quanto por socialdemocratas, enquanto que o termo comunista começou a ser empregado só para os revolucionários. Socialdemocrata designava quem defendia a reforma como caminho para transformar a sociedade capitalista. Estes passaram a ser chamados, simplesmente, de reformistas.

Os socialistas reformistas reativaram a 2.<sup>a</sup> Internacional, a Internacional Socialista. Os comunistas agruparam-se, em 1919, numa nova Internacional, a 3.<sup>a</sup>, conhecida com a Internacional Comunista, criada em Moscou, sob a liderança de Lênin, o principal dirigente da Revolução Russa e do novo Estado soviético. A nova república, que passava a ser dirigida por Conselhos de Operários, Camponeses e Soldados, chamados de *Soviets*, deu origem ao termo *soviético*, que, em russo, significa “dos conselhos”. Esta forma organizativa dos revolucionários russos também ocorrera na Revolução de 1905. A nova Rússia revolucionária era conhecida, até 1922, como República Socialista Soviética, justamente para definir sua forma de governo: uma república dirigida pelos conselhos operários e camponeses. O seu nome, a partir desse ano, como já mencionado anteriormente, passa a ser União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Na Europa, logo a partir de 1920, começaram a surgir os partidos comunistas. O francês e o italiano foram criados em 1921, assim como também em quase todos os outros países.

No Brasil, desde 1918, círculos comunistas eram organizados. O primeiro foi a Liga Comunista de Livramento, no Rio Grande do Sul. Em 1919, nasce, em Porto Alegre, a chamada União Maximalista, isto é, comunista. O mesmo acontece no Rio de Janeiro, em 1920, com o Grupo Clarté, que publicava um jornal com o mesmo nome. Ainda em 1920, em Recife, nasce o Círculo de Estudos Marxistas. No Rio de Janeiro, surge o Grupo Comunista, que, em janeiro de 1922, edita a revista *Movimento Comunista*.

Na América Latina repetiu-se o mesmo processo de divisão entre os anarquistas, que gerou grupos de seguidores do caminho revolucionário, e foram esses grupos que deram origem aos Partidos Comunistas da Argentina, do Chile, de Cuba etc.

No dia 25 de março de 1922, em Niterói, cidade vizinha do Rio de Janeiro, nove delegados, representando 73 militantes, criam o Partido Comunista Brasileiro. Dos nove delegados, oito eram operários e um jornalista. Todos, menos um, vinham das lutas anarquistas das fábricas e dos bairros operários.

O Partido foi registrado, legalmente, em cartório, com o nome de Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista. Mas logo que a burguesia descobriu o que representava o nascimento deste agrupamento político, cassou seu registro, colocando assim o Partido na ilegalidade, até 1945.

O novo partido seguia as diretrizes políticas traçadas pela 3.<sup>a</sup> Internacional e suas ações eram baseadas nas orientações vindas de Moscou. Passou a defender a unidade sindical como um princípio da classe operária e a combater a visão e a prática dos anarquistas. Os comunistas, nos sindicatos, defendiam uma frente única, integrando todos os trabalhadores que estivessem dispostos a lutar por reivindicações econômicas. Politicamente, tinham seu partido e seus instrumentos: associações, jornais e revistas.

Diferentemente dos anarquistas, eram favoráveis à criação de várias frentes políticas e até admitiam a participação em eleições parlamentares. Como o Partido estava ilegal, seus candidatos eram apresentados através de outros agrupamentos políticos. Essa foi uma das razões da criação, em 1927, do Bloco Operário. Seu objetivo era o de organizar politicamente os trabalhadores na luta por suas reivindicações econômicas imediatas, e o de apontar uma alternativa política para toda a sociedade. O Bloco, em 1928, passou a se chamar Bloco Operário e Camponês (BOC).

As principais bandeiras do BOC eram:

- Luta pela regulamentação dos direitos dos trabalhadores através de leis. As principais exigências eram: salário-mínimo, férias, fim dos acidentes e normas protetoras para os trabalhadores menores.

- Contra a carestia de vida, isto é, contra o alto custo de vida.
- Do ponto de vista político, exigia: combate ao imperialismo, reconhecimento, por parte do governo brasileiro, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e anistia aos presos políticos.

Em abril de 1927 reuniu-se, no Rio de Janeiro, o Congresso Operário Sindical, organizado pelos comunistas. Neste Congresso discutiu-se a necessidade da criação de uma Confederação Geral do Trabalho. Os sindicatos que dela viessem a participar deveriam reconhecer o princípio da luta de classes e obedecer à disciplina proletária, que seria determinada por uma futura central criada pelos comunistas. Como já dissemos, durante esta década a influência dos comunistas nos sindicatos crescia, enquanto que a dos anarquistas, diminuía. Ao mesmo tempo, os sindicatos começaram a passar por um processo de centralização e de burocratização crescente. A decisão por uma greve deveria ser submetida à consulta de várias federações. Os comitês de fábrica perderam sua autonomia e passaram a ser uma “correia de transmissão” dos sindicatos. O sindicato era o “motor” que decidia o movimento, e os comitês seguiam automaticamente suas decisões.

Com a saída de Arthur Bernardes, o novo presidente, Washington Luís, suspende o estado de sítio. Mesmo assim, a classe dominante reforça a repressão sobre o movimento operário, como veremos mais à frente, neste mesmo capítulo.

### **A burguesia industrial quer mais espaço: 1930**

A partir de 1928, temos notícia de grandes mudanças na burguesia industrial. A industrialização ainda engatinhava. O país permanecia dependente da exportação de praticamente um só produto: o café. Era governado pelos barões do café de São Paulo ou pelos fazendeiros de Minas Gerais. A burguesia paulista, que já era a mais forte do país, queria mais espaço político.

Em 1928 foi criado, em São Paulo, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Este passou a ser o centro ideológico e organizador dos industriais paulistas, liderados por Roberto Simonsen. O empresário

mais poderoso deste período foi Francisco Matarazzo. Esses empresários exigiam que o Estado interviesse na economia, incentivando a industrialização e não só o café. Ao mesmo tempo, queriam controlar o movimento operário, através da repressão e da cooptação. Defendiam que a classe trabalhadora poderia participar do desenvolvimento da nação, mas sempre, evidentemente, de maneira controlada. Essa visão da burguesia, cada vez mais fortalecida, identifica-se com a nova política de Getúlio Vargas, que levou, no final de 1930, à derrubada da República Velha e o colocou no poder.

No ano de 1929, começou a campanha presidencial. Pela tradição deveria ser escolhido um mineiro para suceder o fluminense, considerado como paulista, Washington Luís. Foi mais uma eleição em que só poucos votaram: uns 600 mil, num país com mais de trinta milhões de habitantes. Mas o número oficial de votantes, publicado pelo governo, era o dobro do real. Esta era a prática daquele momento histórico.

Os dois candidatos que se enfrentaram foram o paulista Júlio Prestes, homem dos cafeicultores, e o gaúcho Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal, uma coligação das oligarquias de três estados: Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Vargas, durante a campanha, a partir de 1929, prometia vantagens aos empresários e aos trabalhadores. Aos primeiros, apon-tava uma maior participação na economia. Aos trabalhadores, prometia leis que os protegeriam.

Sob a presidência de Washington Luís, a única forma de diálogo com os trabalhadores era a da repressão e fazia-se necessária uma mudança de mentalidade dos patrões e dos governantes. Precisava-se apostar no desenvolvimento capitalista e, para isto, era necessária a regulamentação da relação entre capital e trabalho. Leis trabalhistas poderiam impedir a revolta da classe operária, afastando qualquer idéia de revolução. É claro que entre os patrões havia uma divisão de opiniões sobre as medidas a serem tomadas. Uns achavam que havia chegado a hora de se fazer alguma lei trabalhista, mesmo que depois ela não fosse cumprida. Outros achavam que o momento não era o de ceder e sim de endurecer com os trabalhadores.

A classe operária, agora liderada pelos comunistas, exigia vários direitos já reconhecidos em outros países. Em abril de 1929, nas vésperas do

dia 1.º de Maio, os comunistas organizaram o Congresso Operário Nacional, no Rio de Janeiro, onde foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Mas esta Central terá pouca influência na vida político-sindical do país. Há quem diga que ela só existiu no papel e no desejo dos militantes operários ligados ao Partido Comunista.

A OIT pressionava o governo brasileiro para que elaborasse alguma lei trabalhista. Era o aumento da pressão pela livre concorrência entre os vários países capitalistas.

Em dezembro de 1929, o fechamento da Bolsa de Nova Iorque mudou a face do mundo. Foi o famoso “*crack* de 29”. Com ele o capitalismo mundial entra numa profunda crise, e o Brasil, o maior exportador mundial de café, sente profundamente seus efeitos. O desemprego explode, embora em níveis não comparáveis aos do mundo industrializado. Para os trabalhadores, a “Crise de 29” significava aumento da miséria e a explosão de greves, com o aumento da repressão.

Assim, em 1930, a chamada República Velha estava chegando ao fim. O tradicional liberalismo estava sendo substituído por uma política que defendia a intervenção do Estado na economia, visando o desenvolvimento da indústria e a modernização do país. O Brasil também acompanhava o clima mundial. Os EUA, em 1933, lançam uma política que ficou conhecida como “New Deal”, ou “Novo Rumo”, expressão que passou a ser utilizada nesta virada do capitalismo em crise.

### Revoltas de Tenentes: a marca registrada da década de 1920

Desde o final da década de 1910, crescia um movimento entre os jovens oficiais do Exército: o Tenentismo. Este se estendeu por toda a década de 1920, até chegar ao poder junto com Getúlio Vargas. Foi um movimento radical da classe média urbana e de setores descontentes da classe dominante.

Os Tenentes queriam “republicanizar a República”, ou seja, retomar os ideais da República nascida em 1889. Defendiam medidas de moralização

política, como o voto secreto, a proibição da reeleição e o fim da corrupção eleitoral. Além disso, defendiam a liberdade de ensino, uma reforma tributária, a separação entre a Igreja e o Estado e uma maior centralização política. Do ponto de vista econômico, queriam uma maior intervenção do Estado na economia, harmonizando as relações entre capital e trabalho. Em todas as crises desencadeadas por suas revoltas, uma das maiores preocupações dos Tenentistas era a de se evitar a participação do movimento operário na disputa dos rumos do país. Seguindo a visão clássica do positivismo, que dominava esta primeira fase da República, consideravam as massas populares atrasadas e, por isso, deveriam ser guiadas pelos setores esclarecidos do Exército.

Os Tenentes pontilharam o período que vai de 1920 a 1930 com revoltas, motins, insurreições, ensaios de revoluções e vários tipos de movimentos militares. Um dos mais célebres foi o Levante do Forte de Copacabana, em 1922. Os famosos “18 do Forte” lutaram com armas em punho contra as forças “legalistas”, fiéis ao governo. Trincheiras foram erguidas e o Palácio do Catete, sede do governo, assim como vários navios, foi bombardeado. No final, os envolvidos que se mantiveram fiéis ao levante foram metralhados pelas forças governistas.

Em São Paulo, em 1924, uma rebelião atingiu a cidade inteira, que foi brutalmente bombardeada. A população civil, também atingida, teve 503 mortos e mais de cinco mil feridos. Mais de 200 mil pessoas fugiram da cidade, por trem, para se salvar dos bombardeios. O governo acabou vencendo a rebelião, mas a insatisfação entre os Tenentes aumentou.

Outra grande ação dos Tenentes foi a organização da Coluna Prestes. Esta reunia os jovens oficiais rebeldes do Exército de vários estados e exigia a modernização política do país, assim como a moralização da política corrupta, tolerada ou patrocinada pelo governo central. O líder máximo da Coluna foi Luiz Carlos Prestes, que posteriormente ganhou o apelido de “Cavaleiro da Esperança”. Após haver percorrido o interior do país por mais de dois anos em uma “Longa Marcha”, perseguida pelas forças do governo, a Coluna se dissolve. Não conseguiu vencer a superioridade do inimigo, mas difundiu suas idéias nos mais escondidos recantos do país.

Encontraremos quase todos esses oficiais, menos Luiz Carlos Prestes, na Aliança Liberal, movimento que instalou Vargas no Palácio do Catete, em 1930.

### A imprensa dos trabalhadores de 1920 a 1930

Com a perda de influência do anarquismo, entre 1918 e 1919, sua vasta imprensa entrou em rápida decadência. Até 1920, os anarquistas ainda tinham um grande número de jornais que circulava nas fábricas e em outros locais onde havia trabalho assalariado. Basta lembrar o jornal *A Plebe*, que chegou a ser diário, vendido nas bancas, em curtos períodos de tempo.

Durante a década de 1920, a forte repressão, com a decretação do estado de sítio e a disputa com os comunistas, enfraqueceu a imprensa operária anarquista. Em 1920, o jornal da COB, *A Voz do Trabalhador*, deixa de circular.

Em janeiro de 1922, Astrogildo Pereira, o jornalista que fundara, no Rio de Janeiro, o *Crônica Subversiva*, cria um jornal-revista com o nome de *Movimento Comunista*. Antes mesmo de o Partido Comunista ter sido fundado, surge um periódico com o seu nome. Este circulará até julho de 1923, quando, então, é proibido pela repressão.

Em 1923, no Rio de Janeiro, o jornal dos comerciários, *A Voz Cosmopolita*, um jornal sindical com forte influência comunista, publica a primeira tradução do *Manifesto Comunista* no Brasil. Seu tradutor foi o intelectual comunista Otávio Brandão.

Em maio de 1925, no Rio de Janeiro, é publicado o jornal *A Classe Operária*, com uma tiragem de cinco mil exemplares, mesmo sendo os comunistas alvo de constante repressão. Seu lema era: “*Um jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores.*” Em 1926, o Partido cria a *Revista Proletária*, uma publicação voltada para a cultura e a literatura. Em 1928, volta a circular o jornal *Movimento Comunista*.

Em 1930 aparece, no país, o primeiro jornal comunista que não adota a linha política oficial de Moscou: *A Luta de Classe*. Seguiu as idéias políticas de Leon Trotski, antigo dirigente da vitoriosa Revolução Russa, que discor-

dava completamente dos novos rumos do Partido da URSS e do governo dirigido por Stalin.

Em resumo, no período que se estendeu de 1880 a 1920, predominou, no Brasil, uma imprensa operária de tendência anarquista. A partir da fundação do PC, passou-se a dar mais importância à imprensa partidária centralizada do que aos vários jornais locais, típicos do período anarquista. Este era o instrumento político-sindical para a informação e a formação da classe trabalhadora que se firmará nas décadas seguintes, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

### As quatro tendências políticas no meio operário: 1920–1930

Até 1922, vimos que a tendência dominante entre os trabalhadores politizados era o anarquismo. No Brasil, quase não haviam socialistas. Alguns grupos de estudo, clubes operários e associações diziam-se adeptos do socialismo, mas a tendência que reinava no meio operário brasileiro era o anarquismo de Bakunin.

As idéias socialistas tinham chegado no Brasil no século XIX. A cultura dominante da época era a francesa, e na França, a idéia de socialismo começara a partir dos anos 1830. Assim, entre a elite intelectualizada brasileira, começava-se a falar em socialismo, antes mesmo de aparecerem, por aqui, as primeiras fábricas. Na Revolução Praieira de Pernambuco, de 1848 a 1850, já circulavam idéias socialistas, difundidas em vários jornais, como os do general José Inácio de Abreu e Lima. Nas cidades de Santos, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Fortaleza, onde havia uma intensa vida política, aparecem, já na segunda metade do século XIX, grupos de ativistas que se definiam como socialistas.

Vejamos esquematicamente as quatro tendências existentes entre os trabalhadores brasileiros na primeira fase da industrialização, entre 1920-1930.

#### a) Tendência socialista

Os que se definiam como socialistas baseavam-se na socialdemocracia



européia. A divisão do socialismo em dois campos começa a acontecer em 1914, mas até 1917, ano da Revolução Russa, socialismo e socialdemocracia significavam quase a mesma coisa. Como destacamos anteriormente, todos os partidos socialistas racharam em duas tendências: a que apoiava a guerra e a que era contra. Esta foi a grande crise da 2.<sup>a</sup> Internacional. Cada partido socialista tinha duas facções, duas tendências: os “minimalistas”, que defendiam um programa com medidas socialistas “mínimas”, e os “maximalistas”, que defendiam um programa máximo socialista.

A separação entre essas duas linhas socialistas ficou nítida a partir de 1917. Quando os bolcheviques, que representavam o setor revolucionário ou “maximalista” do Partido Operário Socialdemocrata Russo, tomaram o poder, todos os socialistas tiveram que fazer sua escolha. Eram a favor ou contra a Revolução Russa? Eram a favor ou contra o comunismo capitaneado pela 3.<sup>a</sup> Internacional?

Os socialistas do mundo inteiro se dividiram em duas tendências. Os socialdemocratas eram contra o capitalismo “selvagem”, mas aceitavam um capitalismo “civilizado”, que só dependia de uma reforma da sociedade, sem a necessidade de uma revolução. Estes passaram a ser conhecidos como socialistas reformistas.

Em oposição, colocavam-se os desesperançosos do capitalismo. Não acreditavam que o capitalismo tivesse conserto ou salvação. O negócio era mesmo a revolução. Estes passaram a ser conhecidos como revolucionários, comunistas ou “maximalistas”.

Os socialistas, nesta época, tiveram uma presença muito pequena entre uma reduzida elite intelectualizada do Brasil.

### b) Tendência anarquista

Já falamos várias vezes do conteúdo e das práticas anarquistas no Brasil. O anarquismo foi a tendência predominante do começo da industrialização brasileira, também conhecida como anarco-sindicalismo, sindicalismo anarquista ou sindicalismo revolucionário. Com uma visão anticapitalista, pregava o fim da propriedade privada e das classes sociais. Defendia o igualitarismo absoluto.

Sua característica principal é a negação do Estado e de qualquer autoridade. Na visão anarquista, toda autoridade é opressora. O anarquismo propõe um sistema baseado na liberdade de cada indivíduo e sua ideologia é definida como libertária.

O anarquismo não admitia a luta parlamentar, nem a organização de partidos, pois baseava toda sua ação política nos sindicatos. A nova sociedade seria construída pela ação direta das massas, sobretudo através da luta sindical. Nesse sentido, o sindicalismo passou a desempenhar um papel revolucionário. A greve geral tornava-se a arma principal para a insurreição.

Foi característica do anarquismo um forte tom internacionalista, antimilitarista e anti-religioso, mais especificamente anticlerical, como já vimos. Também uma forte posição contra a autoridade e contra a influência de padres, freiras, bispos e do papa.

### c) Tendência comunista

A tendência comunista foi se consolidando, aos poucos, no mundo, a partir do *Manifesto* de Marx e Engels, no distante ano de 1848. Desenvolveu-se em torno de Lênin, o líder da Revolução Russa de 1917, sobretudo após a criação da 3.<sup>a</sup> Internacional, em Moscou, em 1919. No Brasil, passou a existir em 1922, com a fundação do Partido Comunista. A partir desta data, essa tendência começará a disputar com os anarquistas sua influência entre os trabalhadores. Já no começo da década de 1930, há um grande enfraquecimento do anarquismo e a tendência comunista passa a ser a mais forte no movimento operário.

Comunismo significa o fim do capitalismo, da propriedade privada e das classes sociais. Significa a construção de uma nova sociedade sem a exploração do homem pelo homem. Para alcançarem este novo regime, os comunistas defendiam um partido fortemente centralizado, baseado no chamado “centralismo democrático”, segundo Lênin.

Admitiam todos os tipos de luta, que iam da participação nos parlamentos burgueses à luta nos sindicatos, até a revolução armada, que levaria à construção da “ditadura democrática do proletário”, como a definia Marx.

O sindicato deveria fazer a luta mais focada na economia, combinada com os ideais do partido, que desencadearia, enfim, uma luta política mais geral. Por essa visão, os sindicatos deveriam tornar-se uma “escola de socialismo”.

A relação entre sindicato e partido sempre foi polêmica entre os comunistas. Para uns, o sindicato ligava-se ao partido como uma “correia de transmissão”; para outros, o sindicato devia ser independente do partido e manter sua autonomia.

#### d) Tendência católica – “os amarelos”

Os católicos sempre representaram uma forte oposição aos anarquistas, comunistas e socialistas. Essas três tendências criticavam fortemente a maioria dos bispos e demais sacerdotes, por estarem sempre do lado dos senhores, dos patrões. A Igreja Católica era muito ligada às classes dominantes. Mas, anarquistas, socialistas e comunistas criticavam também a própria religião, considerando-a uma forma de alienação. A religião, para eles, era o “ópio do povo”, ou seja, um calmante, um anestésico que fazia esquecer a luta contra os patrões e seus governos.

O *Manifesto Comunista*, por sua vez, era condenado e considerado altamente nocivo pelos dirigentes da Igreja Católica. Os fiéis não deveriam se misturar em sindicatos e em partidos de esquerda. Precisavam criar suas organizações, seus sindicatos, seus partidos.

Os socialistas e os comunistas tinham seu livro básico, o *Manifesto Comunista*. Os católicos, em 1891, também tiveram o seu, uma carta do papa, chamada encíclica, com o nome de *Rerum Novarum*. Essa carta do papa Leão XIII foi uma espécie de manifesto para os católicos, o “Antimanifesto Comunista”.

Na encíclica, Leão XIII negava a luta de classe e defendia a convivência pacífica entre capital e trabalho. Estimulava os católicos a se organizarem separadamente dos partidos e sindicatos de esquerda.

Nas fábricas, os católicos deveriam ser contra as greves programadas pela esquerda. Deveriam apoiar os esforços “sinceros” dos governos, que buscavam “melhorar a vida dos trabalhadores”. Afinal, deveriam ter paci-

ência e tolerância. Nada de luta de classes entre patrões e operários. Há um comunicado do Centro Operário Católico Metropolitano de São Paulo, de 1920, que expressa claramente essa tendência sindical, naquele momento de grande agitação operária. Vejamos: “Os operários católicos hipotecam incondicional apoio a todas as classes conservadoras, na emergência atual, e declaram-se ao lado do governo, para a repressão ao anarquismo, protestando contra as Ligas que decretam a pseudogreve de solidariedade com elementos perigosos que só prejudicam o operariado.”

No Brasil, a tendência católica passou a exercer influência sobre o movimento operário a partir do fim da Primeira Guerra Mundial. Nessa época, na Europa, os católicos organizavam sua Confederação Mundial do Trabalho, para frear a expansão da esquerda sindical, que se fortalecia em duas confederações mundiais: a Federação Sindical Vermelha, ligada aos comunistas, a Federação Internacional dos Sindicatos, ligada à socialdemocracia. É evidente que não havia pontos de encontro entre a tendência e as outras.

Os trabalhadores que seguiam essa linha eram chamados de “amarelos” ou de “sindicalistas amarelos”. Os vermelhos, que eram os comunistas e os socialistas, eram os cor-de-rosa. Os que usavam a bandeira negra eram anarquistas.

#### Leis trabalhistas até 1930

Vimos que a política liberal não admitia que o Estado fizesse leis regulamentando as relações entre capital e trabalho, embora fosse favorável à criação de leis repressivas.

Logo no começo do século XX, como um raio em céu azul, o governo promulgou uma lei que permitia a formação de sindicatos nas indústrias. Era 1907 e já haviam sido realizadas centenas de greves. Essa lei, feita às pressas pelo governo, parecia formalmente reconhecer a atividade sindical. Mas na verdade, como já vimos seu objetivo era controlar os sindicatos e tentar evitar novos movimentos grevistas. A finalidade dos sindicatos, segundo esta lei, deveria ser a de “confraternizar as classes”. A liberdade de

atuação dos sindicatos nunca foi reconhecida. Era como se não existisse. A única lei era a das patas dos cavalos da polícia, para a repressão de qualquer reivindicação operária.

Até 1925 os trabalhadores contavam só com alguns poucos direitos. Entre eles, havia a proibição de atraso no pagamento do salário e a proibição de se compensar o pagamento de outras formas em vez de dinheiro. Havia também a obrigação de um aviso prévio de oito dias em caso de demissão, mas somente para trabalhadores de escritório. Infelizmente, esses direitos não eram conhecidos e menos ainda respeitados.

Desde 1917, um grupo de deputados federais, liderados por Maurício de Lacerda, defendia a criação de um Código do Trabalho, mas propostas como esta encontravam forte oposição patronal. No Rio Grande do Sul, sobretudo, Borges de Medeiros, que governava o estado, combatia firmemente a idéia do Código, que ele denominava de “Lei Operária”.

Assim, entre 1926 e 1927, nas vésperas do fim do ciclo da Velha República, quase não existiam leis trabalhistas no Brasil. No resto do mundo, os trabalhadores já possuíam uma série de direitos garantidos por leis. Aqui no Brasil, quase nada. As poucas leis que existiam haviam sido duramente conquistadas e nenhuma delas era um presente dos patrões. Eram fruto da onda de greves realizada pelos trabalhadores, sobretudo a partir de 1917, e também do reconhecimento, pelas burguesias dos vários países, da necessidade de se internacionalizar a legislação do trabalho, sob o impacto da Revolução Russa. Vejamos uma pequena relação das leis brasileiras até 1930.

- A primeira lei foi a Lei de Acidentes de Trabalho, de janeiro de 1919. Esta vinha se arrastando desde o ano de 1900. A responsabilidade da indenização, em caso de acidente, deveria ser dos empregadores, da União e dos governos estaduais ou das prefeituras. Na realidade, essa lei não tinha instrumentos para ser aplicada.
- Na Câmara Federal havia um projeto, desde 1909, retomado em 1916 e 1917, de se criar o Departamento Nacional do Trabalho. Mas este permanecia no papel. Em 1923, por pressão do Tratado de Versalhes, esse tal Departamento, que só existia no papel, transforma-se no Conse-

lho Nacional do Trabalho. Era a mudança de uma ficção para uma ilusão. Havia outras leis que seguiam o caminho dessas duas. Vejamos:

- Lei de Estabilidade no Emprego, de 1923.
- Lei de Pensões e de Aposentadoria, somente para os ferroviários, de 1923.
- Em 1926, essas três leis, Estabilidade, Pensões e Aposentadoria foram estendidas para os portuários.
- Em 1925, os comerciários conquistam o direito a 15 dias de férias que, em seguida, será estendido, pelo menos no papel, para todos os trabalhadores.
- Em 1926, é feita uma lei que cria as férias de 15 dias para bancários.
- Em 1927, foram incluídas no Código de Menores algumas disposições sobre o trabalho de menores, como a proibição de trabalhadores menores de 14 anos de idade.

Já no início da década de 1920, no Código Civil, eram garantidos oito dias de aviso prévio, em caso de demissão. Além dessas, temos notícias de leis para os trabalhadores do comércio, no Código Comercial. Infelizmente, não eram divulgadas aos trabalhadores do setor e os patrões se recusavam a aplicá-las.

Os patrões, fiéis à visão liberal, diziam que essas leis não valiam, pois eram contrárias à Constituição. Contrariavam o direito de propriedade e a liberdade de as indústrias produzirem à sua maneira. Assim, simplificando, podemos dizer que até o final do ano de 1930 não existiam leis trabalhistas no Brasil. Ou melhor, se algumas existiam, não eram aplicadas.

### A repressão dos patrões e as lutas dos trabalhadores

Vimos que até 1930 os patrões mandavam seus deputados aprovarem leis no Parlamento para a repressão dos movimentos dos trabalhadores.

Desde 1904, já existiam leis que proibiam a organização dos trabalhadores, declarando qualquer greve ilegal. Em 1907, foi aprovada a primeira lei para a expulsão de imigrantes. Ficou conhecida pelo nome de seu autor:

*Lei Adolfo Gordo*. Em 1913, essa mesma lei foi tornada mais dura e passou a dar ao governo plenos poderes para expulsar, devolvendo para seus países de origem aqueles trabalhadores estrangeiros que liderassem greves. Considerados agitadores subversivos, precisavam ser devolvidos aos seus países. Em 1921, uma nova lei, mais rígida, chamada *Lei Infame*, foi criada para expulsar os imigrantes que o governo considerava “agitadores”. Anos depois, em 1927, um Decreto-lei, conhecido como *Lei Celerada*, dava amplos poderes à polícia política para invadir sindicatos, jornais, moradias e clubes que poderiam ser interditados e fechados definitivamente. Durante os anos que vão de 1904 a 1926, são feitas leis, editados decretos, apresentadas emendas, adendos e todo tipo de artifício jurídico para aprofundar as medidas repressivas. Todas elas visavam expulsar estrangeiros e fechar sindicatos.

Mas, ignorando as leis, a força pública, enviada pelo governo, a serviço dos patrões, prendia, torturava e matava centenas de lideranças operárias. Era comum a invasão de sindicatos e de gráficas que imprimiam a vasta imprensa operária da época.

Uma das maiores investidas da repressão aconteceu em 1906, na cidade de Jundiaí (SP), na greve dos ferroviários, sobre a qual já falamos. Com esta greve, podemos ter uma idéia de como agia o poder público nas primeiras décadas de existência da classe operária.

Em 1917, na grande greve de São Paulo, a polícia investiu contra os grevistas e matou o jovem operário Antônio Martinéz. Seu enterro, ao qual compareceram mais de dez mil pessoas, cimentou a greve que acabou parcialmente vitoriosa, após mais de um mês.

Os anos de 1918 a 1920 foram anos de muitas greves, que facilmente se transformavam em revoltas gerais e insurreições. A atitude da repressão era feroz. Muitos sindicatos eram fechados pela polícia e muitos ativistas e militantes operários presos, julgados e condenados. Somente em 1919, mais de cem militantes operários e ativistas políticos, de origem estrangeira, foram expulsos do país.

No estado de São Paulo, em março de 1920, começou uma greve de ferroviários da Companhia Mogiana, na cidade de Campinas. Esta greve

logo se estendeu a outras cidades daquela linha de trem, e o governo enviou batalhões da Força Pública para dissolver, à bala, os comícios operários. A repressão foi particularmente forte em Campinas e em Casa Branca e deixou um saldo de vários mortos e feridos.

Everardo Dias, militante anarquista que participou diretamente das lutas na década de 1920, descreve com detalhes a repressão do governo em seu livro *História das Lutas Sociais no Brasil*. Neste livro, relatou vários episódios nos quais houve centenas de mortos pela repressão.

A classe operária foi muito sacrificada nessa arremetida de 1924. Em São Paulo foram centenas os fuzilados, sem qualquer processo de investigação.[...] Na baía de Guanabara, ao largo, estava um velho navio apresado aos alemães em 1915 e imprestável para navegar. Em seu convés e porões foram encerrados oitocentos trabalhadores do Rio e Niterói, retirados de suas casas ou fábricas onde trabalhavam, por serem conhecidos por suas idéias esquerdistas, e ali espancados diariamente, mal alimentados, a roupa em farrapos.

Em seguida nos diz que esses prisioneiros foram levados às terras quase desertas nas margens do rio Oiapoque, na colônia penal de Clevelândia, e lá jogados para morrer. Estudos como o *Atlas Histórico: Brasil 500 anos*, de Bernardo Joffily, nos confirmam que quase a metade desses deportados morreu, abandonada sem nenhuma condição de sobrevivência, nos mangues daquele rio.

De 1922 a 1927, o Brasil viveu sob estado de sítio. Os trabalhadores, os mais prejudicados por esta situação de extrema repressão, viram sua luta enfraquecida. Centenas de líderes foram expulsos das fábricas e colocados em listas especiais como “indesejáveis”. Centenas de militantes foram enviados de volta aos seus países, ou presos nos calabouços do país.

Em resumo, podemos dizer que a política dos vários governos que se sucederam de 1889 a 1930 foi sempre a mesma. Estes desconheciam as reivindicações operárias e recorreriam sempre à repressão contra qualquer protesto, manifestação, greve ou proposta de organização. Foi assim que

centenas de “agitadores” foram expulsos do país. Neste clima repressivo, logo que o governo descobre que havia sido criado o Partido Comunista, imediatamente o coloca na ilegalidade.

### As lutas do 1.º de Maio e as 8 horas no Brasil

Vimos que, logo após as primeiras fábricas aparecerem no Brasil, a classe operária já começara a lutar por melhorias nas condições de trabalho. Reivindicava-se um salário melhor, que desse para viver. Mas a luta que merece destaque, seguindo o exemplo dos operários do mundo industrializado, foi pela redução da jornada de trabalho para 8 horas.

Mesmo com uma classe operária ainda pouco numerosa e jovem, logo estouraram as primeiras greves. E a reivindicação imediata era, como havia acontecido na Europa e nos Estados Unidos desde o começo da industrialização, a diminuição da jornada de trabalho. A influência dos operários imigrantes, que já haviam tido contato com as lutas operárias em seus países, acelerou a politização da nossa classe operária. Entre os imigrantes, uma pequena parcela era muito politizada e disposta a lutar. Eram poucos, mas agitavam e lideravam a massa dos outros imigrantes.

Foi assim que, em São Paulo, seguindo a orientação da Internacional, no dia 1.º de maio de 1890, um punhado de ativistas socialistas tentou criar um partido operário. Um dos itens do esboço de programa deste embrião de Partido dizia que uma das suas tarefas era “promover a fixação da jornada de 8 horas de trabalho”.

Desde a primeira comemoração internacional do 1.º de Maio, em 1890, até a sua primeira comemoração aqui no Brasil, passaram-se cinco anos. Santos, cidade portuária do litoral paulista, foi a sede da primeira comemoração do Dia Internacional dos Trabalhadores, em 1895, onde foi apresentada a reivindicação de 8 horas diárias.

Vamos ver, ano a ano, as principais lutas da classe operária brasileira, todas iniciadas no dia 1.º de maio para conquistar as 8 horas e outras reivindicações.

1887

Rio Grande do Sul – Um ano após o Massacre de Chicago, a União Operária promove a montagem da peça “O 1.º de Maio”.

1890

Mundo – O dia 1.º de Maio é comemorado, seguindo a orientação da Internacional, com greves e manifestações.

São Paulo – Em junho, ativistas tentam criar um partido operário. O segundo item do programa dizia: “Promover a fixação das 8 horas de trabalho”.

1891

São Paulo – Sai um número único do jornal *1.º de Maio*.

Pernambuco – Um deputado estadual apresenta um projeto para “reduzir a jornada a 8 horas no estado”, que é rejeitado.

1892

São Paulo – Sai o número único do jornal *1.º di Maggio*.

Rio de Janeiro – Tentativa de criação de um partido socialista. Um dos pontos do programa: “Lutar pelas 8 horas de trabalho”.

1894

São Paulo – A polícia prende os militantes anarquistas e socialistas que, na véspera do dia 1.º de maio, realizavam a Segunda Conferência dos Socialistas Brasileiros. Nesta conferência haviam decidido aprovar as resoluções da Internacional, para comemorar o dia 1.º de Maio, em São Paulo.

1895

Santos (SP) – O Centro Socialista realiza a primeira comemoração do dia 1.º de Maio no Brasil.

Rio de Janeiro – Nova tentativa para a criação de um partido socialista. No programa proposto: “É considerado feriado o dia 1.º de Maio, por ser a festa do proletariado”.

**1898**

Estado de São Paulo – Grande mobilização, liderada pelos anarquistas, para o dia 1.º de Maio, em dez cidades do estado.

**1900**

Santos (SP) – Um grupo ativista funda um círculo operário e o batizam de “Sociedade 1.º de Maio”.

Neste mesmo ano, em Paris, o Congresso da Internacional Socialista decide que os socialistas lutem com mais vigor pelas 8 horas e para estabelecer um salário-mínimo em cada país.

**1901**

São José do Rio Pardo (SP) – O *Clube Internacional Filhos do Trabalho*, no dia 1.º de Maio, lança manifesto escrito por Euclides da Cunha:

A data do 1.º de Maio[...] é uma festa exclusivamente popular, ela se destina a preparar o advento da mais nobre e fecunda das aspirações humanas: a reabilitação do proletariado para a exata distribuição de justiça, cuja fórmula suprema consiste em dar a cada um o que cada um merece. Daí a abolição dos privilégios derivados quer da fortuna, quer da força.

Rio de Janeiro – Em outubro, greve dos trabalhadores das pedreiras pelas 8 horas. A jornada de trabalho passa de 12 para 10 horas.

**1902**

São Paulo – Mais uma tentativa de criação de um partido socialista. No programa, novamente a reivindicação: “Horário de, no máximo, 8 horas de trabalho”.

**1903**

No Brasil inteiro – Generalizam-se as greves pelas 8 horas.

Rio de Janeiro – Os trabalhadores de várias indústrias têxteis conseguem 9 horas e meia diárias. Várias categorias profissionais da cons-

trução civil reduzem a jornada. Junto com estes trabalhadores, várias outras categorias entram em greve.

**1906**

Rio de Janeiro – A Federação Operária do Rio de Janeiro (Forj) convida associações e sindicatos de vários estados para a realização de um congresso operário. Este congresso aprova a comemoração anual do dia 1.º de Maio e que... “Em 1.º de Maio de 1907 se faça uma greve pelas 8 horas”.

Jundiaí (SP) – Em maio, greve de duas semanas dos ferroviários exige 8 horas de trabalho. A Força Pública intervém, prende e fere centenas de trabalhadores. Doze são mortos.

**1907**

São Paulo – Manifestação operária na Praça da Sé, no dia 1.º de Maio. Ocupação policial da praça. No dia 4 de maio, começa uma greve generalizada na capital e nas cidades vizinhas.

Os marmoristas do setor da construção civil chegam a um acordo final: “8 horas de trabalho a partir de 1/7/1907”.

Rio de Janeiro – O governo edita leis repressivas aos trabalhadores. A principal, a *Lei Adolfo Gordo*, autoriza a extradição de estrangeiros “agitadores”. Para os “agitadores” brasileiros, o castigo era a deportação para regiões insalubres do rio Oiapoque.

Porto Alegre – Uma greve geral na cidade conquista 9 horas de jornada para todos os trabalhadores.

**1908**

Rio de Janeiro – Uma greve de cinco dias paralisa a Companhia de Gás. A cidade fica sem luz, uma vez que a iluminação dependia dos lampiões a gás.

Setores do governo e dos patrões tentam transformar o dia 1.º de Maio em feriado para esvaziar as lutas... Anarquistas e socialistas lutam contra esse projeto.

**1912**

Minas Gerais – Após longas e repetidas greves, o governo de Minas Gerais decreta as 8 horas para os trabalhadores das fábricas. Claro que quase ninguém aplicava esta lei.

**1916**

São Paulo – 1.º de Maio contra a guerra que estava em curso. Manifestantes gritam suas palavras de ordem: “Abaixo a guerra, queremos a paz”, e “Paz entre nós, guerra aos senhores”.

**1917**

São Paulo – Greve geral de um mês contra a “carestia de vida”. Entre as várias exigências, encontram-se as 8 horas de trabalho. Foi a maior greve desse período. Os grevistas tomam conta dos acessos à cidade, da distribuição de víveres e de toda a organização urbana. A greve foi vitoriosa.

**1919**

Rio de Janeiro – Mais de sessenta mil grevistas, quase 10% da população da capital, no dia 1.º de Maio, exigem as 8 horas de jornada, ao som de a *Internacional*. As palavras de ordem são: “Viva a Revolução Soviética” e “Viva Lênin”.

Recife (PE) e Porto Alegre (RS) – Nas duas cidades acontecem greves que se assemelham a uma insurreição. Em todas são feitas barricadas e há mortos, feridos e presos. Os empresários aceitam as 8 horas... mas não as aplicam.

Salvador (BA) – Em junho, greve geral, pela jornada de 8 horas. O governador baiano assina a Lei n.º 1309, no dia 10 junho, que regulamenta: “8 horas para todos os estabelecimentos industriais e oficinas pertencentes ao Estado”.

**1924**

Rio de Janeiro – O governo federal edita um decreto: “É considerado feriado nacional o 1.º de Maio [...] consagrando-se não mais os protestos subversivos, mas a glorificação do trabalho ordeiro.”

O fenômeno é estranho. O dia 1.º de Maio passa a ser feriado sim, mas... sem as 8 horas. Comunistas, socialistas e anarquistas continuam a fazer grandes comemorações de luta no Dia do Trabalhador.

**1929**

Rio de Janeiro – É realizada uma grande comemoração do dia 1.º de Maio, com vinte mil pessoas na Praça Mauá, sob a liderança do Partido Comunista, que continuava na ilegalidade.

**1930**

Rio de Janeiro – No dia 1.º de Maio, os trabalhadores desafiam a proibição de qualquer manifestação e tentam fazer um ato na Praça Mauá, que é dissolvido, pela polícia, com violência e prisões.

**1932**

Neste ano, um decreto de Getúlio Vargas regulamenta, só para os trabalhadores da cidade, a JORNADA DE 8 HORAS! Nesta regulamentação estão excluídos os trabalhadores rurais.

## CAPÍTULO 5

### VARGAS: INDUSTRIALIZAÇÃO, LEIS TRABALHISTAS E DITADURA (1930–1945)

No dia 1º de janeiro de 1995, o recém-eleito presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no seu discurso de posse, declarou triunfalmente: “Temos que acabar com a Era Vargas”. Esta afirmação significava uma declaração de guerra às leis trabalhistas e à política de intervenção do Estado na economia introduzidas na década de 30, pelo Governo Vargas. A ordem passou a ser “flexibilizar” os direitos dos trabalhadores e privatizar o Estado, como queria o capital privado, brasileiro ou internacional. Qual a razão de tanta gana do presidente, que tinha sido eleito com um programa neoliberal, contra a “Era Vargas”? Uma olhada rápida na história dos anos 1930 nos deixará clara a resposta a essa pergunta.

Entre 1930 e 1945, Vargas provocou uma virada na política e na economia do Brasil. A República Velha, simbolizada pelo café, que aplicava a clássica política econômica liberal, havia esgotado o seu ciclo. A partir de 1930, essa política cede, gradativamente, espaço a uma nova, na qual o Estado passa a intervir na economia. Esta intervenção visava incentivar a expansão da indústria, substituindo produtos e máquinas importadas por outras que poderiam ser feitas aqui no Brasil. Para isso, o Estado criou as bases da indústria pesada: Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Brasileira de Alcalis, entre outras. A economia brasileira, baseada no café, até a crise da Bolsa de Valores de Nova



Iorque tinha propiciado uma rápida acumulação de capital no Brasil e parte deste excedente, a partir da nova situação econômica mundial, passou a ser aplicada na indústria.

A intervenção do Governo também podia ser observada nas relações capital X trabalho mediante a criação do Ministério do Trabalho e a elaboração de uma vasta legislação trabalhista.

A implantação das leis trabalhistas e sociais atendia a três necessidades históricas:

- 1 – Racionalizar e regulamentar as relações de trabalho, possibilitando o desenvolvimento capitalista, que estava emperrado.
- 2 – Esvaziar as pressões da classe operária, que visava conquistar os mesmos direitos das classes operárias de outros países. Entre esses direitos, 8 horas de trabalho diário, salário-mínimo, descanso semanal, regulamentação do trabalho da mulher e dos menores, previdência social.
- 3 – Atender às pressões da OIT, que exigia um mínimo de igualdade de condições para não desequilibrar a concorrência entre os vários países.

Junto com as leis de proteção ao trabalhador, também são criadas leis e normas regulamentadoras da vida sindical, visando um maior controle sobre ela, para castrá-la.

Ao mesmo tempo esses anos, para o Brasil, foram palco de grandes disputas políticas que refletiam os acontecimentos mundiais.

### **Panorama dos conflitos mundiais do período**

Os anos 30 começaram com a maior crise econômica da história sobre todos os países capitalistas do mundo. Esta crise estava diretamente relacionada ao famoso *crack* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em novembro de 1929.

Os economistas explicam essa crise como o “colapso do sistema capitalista” devido à superprodução da década de 20. O esforço de reconstru-

ção, após a Primeira Guerra Mundial, e a introdução de inovações no sistema produtivo, como a linha de montagem, constituíram as causas desta expansão acelerada da produção. O sistema capitalista entrou em uma crise definida como “crise de superprodução”. Havia mais produtos ofertados do que compradores para eles. Imediatamente, uma onda de demissões gerou milhões de desempregados na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e na Ásia.

A chamada “Grande Depressão” atingiu fortemente todos os países industrializados e seus reflexos se fizeram sentir até nos países dependentes, como os da América Latina. Nesta região, composta por países exportadores de matérias-primas, a crise levou à queda de vários governos. Foi o caso da Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala e Peru. No Brasil, o fim do Governo Washington Luiz e a Revolução de 30, com a ascensão ao poder de Getúlio Vargas, encaixam-se nesse quadro geral.

A crise mundial de 1929 foi o estopim de grandes mudanças econômicas para o Brasil, país que vivia da exportação de produtos agrários. Tornara-se mais difícil para o país exportar seus produtos primários e importar produtos industrializados.

No mundo, o maior reflexo dessa crise se fez sentir na Alemanha. O desemprego foi o adubo da pregação nacionalista e racista de Hitler, que defendia a necessidade de a Alemanha se vingar da derrota e humilhação sofridas na Primeira Guerra Mundial. O Partido Nazista, fundado por Hitler, avançou rapidamente a partir de 1930. Combinava os discursos nacionalistas de seu líder com o terror espalhado por suas tropas de assalto, as tristemente famosas SS e SA. Foi assim que, em 1930, alcançou a vitória nas eleições.

A pregação anticomunista do nazismo serviu à burguesia alemã para derrotar os dois partidos de esquerda mais poderosos: o socialista e o comunista. A vitória nazista consolidou a ascensão, na Europa, de regimes ditatoriais de direita, violentamente anticomunistas. A Alemanha de Hitler aliou-se à Itália do ditador fascista Benito Mussolini e ao fortemente militarizado Japão, na Ásia, criando o que foi chamado de “Eixo”. No

extremo-oeste da península Ibérica, em Portugal, na segunda metade da década de 1920, instalara-se um regime conservador, igualmente fascista e anticomunista, liderado pelo ditador Antonio de Oliveira Salazar.

Na vizinha Espanha, as forças de esquerda (anarquistas, socialistas e comunistas) travaram uma longa batalha contra a direita fascista durante toda a década de 30. A esquerda lutou durante uma guerra civil de três anos contra as forças da reação, compostas pelos latifundiários e donos de todas as alavancas de comando daquele grande país, enriquecidos durante quatrocentos anos de exploração de suas colônias na América, do México à Argentina. Contra a velha aristocracia, aliada à conservadora Igreja Católica, e à moderna burguesia industrial e comercial, estavam os trabalhadores e os camponeses lutando por justiça e reforma agrária. No horizonte de todos estes proletários e de seus aliados da classe média estava o socialismo.

A Guerra Civil Espanhola, que durou de 1936 a 1939, canalizou as atenções do mundo inteiro. Estava-se jogando uma cartada fundamental na disputa entre os dois projetos de mundo existentes: o capitalismo ocidental e o comunismo soviético. Direita e esquerda tinham, na Espanha, seu palco de guerra, observado com atenção pelo mundo inteiro.

Voluntários de esquerda do mundo inteiro foram para a Espanha lutar nas Brigadas Internacionais, ao lado dos republicanos, contra as forças fascistas lideradas pelo general Francisco Franco. Do Brasil, foram 19 lutadores pela liberdade e pelo socialismo. O brasileiro mais famoso que se engajou nessas brigadas foi Apolônio de Carvalho.

As grandes potências do mundo se alinharam de acordo com sua ideologia política: a URSS, com os revolucionários, e os outros países capitalistas, com os fascistas. A Alemanha de Hitler, ao destruir, em um dia, com ataques aéreos à cidade de Guernica, que estava nas mãos dos revolucionários, fez quase um ensaio de como seria a sua atuação na futura Segunda Guerra Mundial. A Itália de Mussolini e a Alemanha nazista apoiaram totalmente os fascistas espanhóis. Inglaterra, França e Estados Unidos, que não quiseram se envolver, no fundo, temiam o avanço da esquerda mundial. Sua recusa em apoiar as forças que lutavam pela República permitiu a vitória dos fascistas. O conflito deixou um saldo de mais de um milhão de

mortos e centenas de milhares de presos políticos nas prisões da ditadura franquista.

Numa escala ampliada, o principal marco da década de 30 foi o conflito ideológico entre o fascismo e o comunismo. De um lado, os comunistas apoiados e se espelhando na URSS, e do outro, o nazi-fascismo da Alemanha e da Itália, tolerado pelos EUA e pela Inglaterra.

A União Soviética, em sua segunda década de vida, passava por uma tremenda crise política. Estava em jogo o tipo de socialismo que seria implantado e o próprio futuro da URSS. Começava, na União Soviética, após a euforia dos primeiros momentos pós-1917, uma fase extremamente difícil. Muitas das ilusões e sonhos dos primeiros dois ou três anos tinham se transformado em decepções ou pesadelos. Foi despendido um enorme esforço para a reconstrução do país. Russos contrários à Revolução de 17, conhecidos como “brancos”, e mais 14 exércitos dos principais países capitalistas haviam destruído tudo. Nesse clima, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, a situação colocou a Revolução Russa frente a escolhas delicadas. Escolhas que limitavam a autonomia, a iniciativa, a democracia na base e abriam caminho para um Estado de terror, controlado por uma burocracia que falava e agia em nome do povo, em nome da própria classe trabalhadora. Como a revolucionária polonesa Rosa Luxemburgo havia alertado, a ditadura dos trabalhadores estava se tornando, rapidamente, uma ditadura sobre os trabalhadores.

Sob a liderança de Stalin, entre 1924 e 1930, a União Soviética abandonou a idéia de uma revolução socialista mundial e começou a falar de “socialismo em um só país”. Junto com esta política, o Estado tornou-se cada vez mais policialesco. O mundo assistiu estupefocado aos fuzilamentos de centenas de membros da direção do glorioso Partido Comunista da URSS, acusados de traição ao ideal comunista. Centenas, milhares e milhões de soviéticos foram eliminados por ordem do dirigente máximo, Stalin, acusados de traição a serviço do nazismo de Hitler.

Ao mesmo tempo, a URSS se industrializava muito rapidamente. Também criou um exército que, dez anos depois, seria o maior responsável pela derrota do nazi-fascismo na Europa e, especificamente, pelo fim de Hitler

nos escombros de Berlim destruída. E foi essa União Soviética que, com seu enorme poderio militar, nas décadas posteriores, passou a apoiar movimentos comunistas em vários países, quando interessava ao seu projeto estratégico.

Era essa a URSS que os países capitalistas queriam destruir. Esse era o seu inimigo “número um” de todos os países capitalistas: da Alemanha de Hitler à Inglaterra e aos EUA.

### Visão panorâmica dos anos 1930–1945, no Brasil

O Brasil, como o resto do mundo, entrou nos anos 30 sob o impacto da crise econômica mundial. O país tinha sua economia sustentada em 70% pela exportação do café e a crise exigia novas fontes. A crise estimulou uma nova política de valorização do café e, ao mesmo tempo, o governo passou a incentivar e a subsidiar outros setores. Parte dos enormes capitais gerados pelo café passou a ser investida na industrialização.

A novidade é que, a partir dessa década, o Estado adota uma política de intervenção na economia, visando criar condições para o crescimento industrial. Gradativamente, conselhos e institutos começam a incentivar a indústria, o comércio e as atividades financeiras a estes ligadas. A política econômica global do Brasil, pouco a pouco, passa a ser definida como modelo de “substituição das importações”. Assim, desde os primeiros anos da década de 30, começa uma longa fase de crescimento econômico. Para se ter uma idéia, o número de trabalhadores industriais no final dos anos 20 mal chegava a 300 mil e dez anos depois passava de um milhão. Só relembrando: em 1900, o número de operários não atingia noventa mil.

As mudanças socioeconômicas da década de 30 darão cada vez mais peso à burguesia industrial. Como contraponto, os trabalhadores urbanos – a classe operária – passarão a pesar mais na balança política.

Essa transformação econômica provoca uma nova postura política da classe ascendente, a burguesia. Até 1930 a mentalidade dominante era aquela dos “coronéis” do interior. Bastava reprimir e impedir qualquer reivindica-

ção operária. Os novos setores burgueses precisavam de ordem e estabilidade para seus negócios. Só o chicote e a chibata não garantiriam o controle. Eram necessários outros instrumentos, combinados com a velha e sempre conhecida repressão policial. As leis trabalhistas precisavam ser criadas para garantir o controle sobre todas as ações da classe operária nas mãos do Estado.

A Aliança Liberal, que levou Vargas ao poder, em seu “Manifesto à Nação”, de 21 de setembro de 1929, escrevia:

Bem ao contrário da afirmação que corre como oficiosa, se não como oficial, de que o problema social no Brasil é uma questão de polícia, nós estamos convencidos de que também aqui, como em todos os países civilizados, o problema social existe. [...] O que de inquietador e grave aparece, no Brasil, é a preocupação de ignorar oficialmente a existência de problemas dessa natureza.

Estava lançado o programa da legislação trabalhista, que foi elaborada na década seguinte. No começo, a burguesia urbana não aceitou as novas leis. Em 1932, a recém-criada Fiesp pediu a Vargas a suspensão das leis trabalhistas em vigor. Só depois, em 1934–1935, a Fiesp percebeu o quanto essas leis seriam úteis para os seus planos de longo prazo.

Foi pensando no longo prazo que, gradativamente, a burguesia mudou sua postura quanto ao tratamento que era dado ao movimento operário. A ordem agora era ganhar os trabalhadores pela cooptação. Ganhá-los para a idéia de colaboração entre as classes. O discurso dominante da época pregava: “Harmonia entre Capital e Trabalho”.

Menos de um mês após sua posse, o Governo Vargas criava o Ministério do Trabalho. Já no seu discurso de posse, ele reafirmara sua determinação em elaborar uma legislação trabalhista. Os sindicatos, sob influência anarquista, há mais de trinta anos eram perseguidos. Segundo Vargas, a situação mudaria. O Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) começa a estimular o surgimento de um novo sindicalismo, com sindicatos oficiais, que os opositores passam a apelidar de sindicatos “ministerialistas”. Estes sindicatos se submetiam e topavam colaborar com o governo e a nova classe dominante.

O Governo Vargas usou todos os instrumentos: implantou um governo provisório, garantido pelos Tenentes, e elaborou leis trabalhistas. Das novas leis sindicais à repressão mais feroz desencadeada com o pretexto de reprimir um levante revolucionário completamente inventado, foi um passo. Em 1937, o mesmo Governo Vargas apelará para a implantação de uma ditadura sanguinária.

### Da Revolução de 30 à tentativa do levante de 1935

A eleição presidencial de 1930 rompeu o tradicional ritual de passagem de um presidente para outro. Não teve nada de uma democracia verdadeira, nem legitimidade. Quando São Paulo anunciou a candidatura de Júlio Prestes, os estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul organizaram a chamada Aliança Liberal, liderada por Vargas, para entrar na disputa e virar o jogo.

O reduzido número de eleitores que existia no Brasil votava sem fiscalização nenhuma, numa eleição limitada e sempre fraudada. E o povo era totalmente excluído desse jogo de cartas marcadas. Quem votava era uma pequena minoria da população: homens alfabetizados e maiores de 21 anos. Não votavam: mulheres, analfabetos, padres de ordens meditativas, mendigos, cegos e soldados rasos. O voto era a descoberto, sem fiscalização, sem Justiça Eleitoral e a fraude corria solta. Era a chamada “eleição no bico de pena”. Em 1930, o povo continuou excluído do direito de voto, mas as cartas marcadas se embaralharam.

O Governo Washington Luís tinha deixado muita insatisfação. Ao começar o jogo da sucessão, seu candidato o paulista Júlio Prestes. Mas a tradição exigia que o novo presidente fosse um mineiro. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais (era assim que na época se chamavam os governadores), não aceitou a escolha, pois seu estado se sentia prejudicado. Uniu-se, então, a outros grupos de senhores tradicionais, sobretudo do Rio Grande do Sul, e formou a Aliança Liberal. Vargas também contava com o apoio dos jovens Tenentes que, durante toda a década de 20, tinham realizado vários levantes. Após terem aderido ao programa

de Getúlio Vargas, passaram a ser determinantes na vitória da Aliança Liberal, que fundamentou seu apoio na classe média urbana.

Luiz Carlos Prestes foi procurado e reuniu-se secretamente com Vargas, mas negou apoio à sua candidatura. Ele já mantinha contato com as idéias comunistas, através do Partido Comunista da Argentina. Considerava o movimento dos Tenentes, encabeçado por Vargas, como uma simples disputa entre facções da mesma oligarquia. As propostas do candidato da Aliança Liberal, embora diferentes das da situação, não eram suficientes para ganhar o apoio do capitão Prestes.

Vargas, na sua campanha eleitoral, apresenta um discurso novo. Mescla aspirações de vários setores sociais: das oligarquias não-cafeeiras do norte e sul do país, das camadas médias da sociedade e até da classe operária. Promete implantar o voto secreto para homens e mulheres e assegurar a “verdade eleitoral” através de uma ampla aliança política. Também promete criar uma legislação que garanta proteção aos trabalhadores, como direito à aposentadoria, férias e regulamentação do trabalho feminino e dos menores. Para os empresários da indústria, acena com o seu apoio com incentivos à produção industrial e não só ao café. Fala, finalmente, em estender o direito à educação e em anistia para os numerosos militares revoltosos e presos políticos. Para vice-presidente, Vargas escolhe o presidente da Paraíba, João Pessoa, para garantir os votos do Nordeste.

A burguesia, em geral, não participou diretamente do levante de 1930, pois estava alinhada à continuidade representada pelo candidato Júlio Prestes. Mas em São Paulo, uma dissidência burguesa forma o Partido Democrático, em 1926, que se alia à Aliança Liberal e ajuda a levar Vargas ao poder.

A eleição aconteceu em março e, como todas, foi um festival de fraudes, denunciado, sobretudo, pelo candidato da oposição. O caudilho gaúcho Borges de Medeiros chegou a admitir publicamente a vitória do candidato paulista. Tudo parecia estar tranquilo. Mas a crise pegou fogo após o assassinato, por motivos pessoais de família, de João Pessoa, o candidato a vice de Vargas. As forças que haviam apoiado Vargas denunciaram o assassinato como político, o que acendeu a faísca da revolta que levará à Revolução de 30.

Assim, o regime que se pretendia consagrado pelas urnas acaba sendo derrubado pelas armas. Em 3 de outubro, Vargas, com a firme aliança dos Tenentes, dá um golpe e assume como chefe do Governo Provisório, até 1934. O país esperará até esse ano para ter uma Constituição. Esse fato será o motivo da Revolução Constitucionalista de São Paulo em julho de 1932. Esta foi derrotada por Vargas à custa de mais de 700 revoltosos mortos.

Em 1932, contrapondo-se aos comunistas que estavam na ilegalidade, é formado um partido de direita, inspirado no fascismo italiano e no nazismo alemão: a Ação Integralista Brasileira (AIB). Seu objetivo, pelo clima político mundial que reinava na época, era “salvar o Brasil do perigo comunista”. Seu lema era “Deus, Pátria e Família”. O líder deste agrupamento fascista era Plínio Salgado.

Vargas, em 1933, sobretudo devido à Revolução Constitucionalista de São Paulo do ano anterior, foi forçado a convocar uma Constituinte para 1934. Na Constituinte, são marcadas eleições para 1938, que acabam não acontecendo.

Na nova Constituição não são alteradas as estruturas de propriedade herdadas de quatro séculos passados e nem se toca no assunto da Reforma Agrária. Mas várias mudanças importantes são introduzidas na vida dos trabalhadores. Especificamente em relação à vida sindical, a nova Constituição cria a Justiça do Trabalho. Sobre a organização dos sindicatos, assegura a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos, e não estabelece qualquer disposição sobre um sindicato único. Durante o Estado Novo, em 1939, novos decretos da ditadura Vargas modificarão, por completo, a organização da estrutura sindical. Passa a ser imposto um sindicato único e a vigorar a proibição de sindicatos à margem do sistema oficial. Estes mesmos decretos tornam obrigatórios, para os sindicatos, os serviços assistenciais, como cooperativas de consumo e de crédito, assistência jurídica, hospitalar, escolas profissionais etc.

Desde o final de 1934, os comunistas apoiaram ativamente a criação de uma grande frente popular antifascista. Esta, no ano seguinte, nasce com o nome de Aliança Nacional Libertadora (ANL). Como presidente de honra da ANL, foi escolhido seu nome mais expressivo, Luiz Carlos Pres-

tes, o famoso “Cavaleiro da Esperança”. Prestes, exilado em Moscou desde 1931, havia se tornado, em 1934, membro do clandestino Partido Comunista brasileiro.

### Da ANL à deposição de Vargas em 45

A partir de 1935, o entusiasmo em torno da ANL cresceu rapidamente, sobretudo entre a classe média, os militantes sindicais comunistas e todos os que queriam mudanças radicais no país.

A ANL apresentou, então, um programa progressista, com um forte tom nacionalista e popular. Aos olhos da direita, aliada a Vargas e sobretudo aos integralistas, parecia uma verdadeira revolução. Entre seus pontos principais, estavam:

- Implantação de um governo popular.
- Recusa de o Brasil pagar a dívida externa.
- Reforma agrária nas terras dos latifundiários.
- Nacionalização das empresas estrangeiras no Brasil.

O apoio à ANL crescia entre a classe média, estudantes, operários e elementos da burguesia nacional. E o governo corria contra o tempo para cortar as pernas da organização em expansão.

Em abril de 1935, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Segurança Nacional, que deveria servir ao governo para reprimir e controlar qualquer movimento de contestação. Era o começo de uma nova onda repressiva. A Confederação Sindical Unitária Brasileira (CSUB), Central Sindical criada no dia 1º de maio daquele ano pelos comunistas, logo foi fechada pelo governo.

O Partido Comunista estava iludido ao considerar que a revolução estava batendo às portas. Preparou uma insurreição armada que deveria começar pelo Nordeste, em Natal e em Recife, e logo se espalhar para o Sul, a partir do Rio de Janeiro. O sonho comunista incluía a organização de uma greve geral, mas esse plano se revelou totalmente fantasioso.

A revolta teve uma vitória extremamente insignificante, em Natal e em Recife. No Rio Grande do Norte, chegou-se a formar um governo revolucionário que, logo no primeiro dia, editou seu jornal, *O Libertador*, como órgão do governo popular provisório. Mas a insurreição, no resto do país, não vingou. O Governo Vargas iniciou, então, uma grande onda de repressão contra a esquerda que irá até o golpe de 1937. As figuras mais destacadas, vítimas dessa onda repressiva, foram Luiz Carlos Prestes, a sua companheira, a revolucionária alemã Olga Benário, Agildo Barata e Silo Meireles.

Junto com Prestes e Olga foram presas centenas de pessoas e, rapidamente, o número de militantes e simpatizantes da ANL presos chegou aos milhares. Até 1937, foram trancafiados nas prisões brasileiras aproximadamente vinte mil presos políticos.

Comunistas, anarquistas, ativistas sindicais – ou qualquer pessoa que se opusesse ao governo – acabavam aprisionados. Temos um bom retrato dessa época repressiva no livro *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos. Graciliano ficou preso por um ano, nas prisões da ditadura, sem nunca ter sido interrogado.

Em janeiro de 1938, de acordo com a Constituinte de 1934, deveria acontecer a eleição presidencial. Mas não foi possível. O país, logo após a fantasiosa tentativa revolucionária de 1935, que até hoje é chamada, pela direita, de “Intentona Comunista”, passou a viver sob estado de sítio.

O governo divulgava e exagerava o mais que podia o perigo de uma revolução comunista. Não podemos nos esquecer do clima mundial de paranóia anticomunista. A direita procurava atingir a esquerda, que apoiava a Revolução Espanhola. No Brasil, o governo, com a ajuda dos integralistas, divulgava um documento, forjado pelo militar de direita Olímpio Mourão Filho, denominado “Plano Cohen”. Foi apresentado como se fosse um plano dos comunistas para a tomada do poder. Na verdade, esse documento era uma farsa dos integralistas para criar um clima de terror contra os comunistas.

Assim, em novembro de 1937, Vargas deu um golpe, com o apoio do Exército, dos integralistas, de setores da Igreja Católica e da classe dominante. Fechou o Congresso, suspendeu a eleição presidencial e a Constitui-

ção de 1934, e impôs uma nova Carta. Os partidos políticos foram fechados. Os sindicatos tiveram suas atividades suspensas e a greve passou a ser definida como “um instrumento anti-social”. Foi imposta a censura à imprensa. Getúlio tinha-se tornado um ditador, com as prisões lotadas de pessoas torturadas. O país não tinha nenhuma liberdade democrática. Este foi o chamado “Estado Novo”.

Nesta escalada ditatorial de Getúlio, foi criado, em vários estados, o Departamento Estadual de Ordem Política Social (Deops), órgão encarregado da repressão política. Em 1933, Vargas já havia instalado, com abrangência nacional, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Esta, em 1944, transformou-se na Divisão de Polícia Política e Social. Era a implantação da ditadura para controlar os trabalhadores e qualquer contestação ao sistema vigente.

Como complemento da máquina repressiva, a ditadura criou uma poderosa máquina de propaganda e censura: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Sua função era a de impedir qualquer notícia contrária ao regime. Censurava jornais, livros, revistas e, através de uma bem orquestrada propaganda de rádio, divulgava notícias favoráveis ao governo. Livros, revistas, jornais e filmes eram produzidos para disfarçar ou fazer esquecer a ditadura imposta por Vargas. O DIP produziu mais de 400 documentários propagandísticos. Puros instrumentos de disputa de hegemonia.

Uma curiosidade: segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o então dono e diretor do jornal *O Globo*, Roberto Marinho, ofereceu-se para trabalhar como conselheiro voluntário no DIP, órgão de censura e de manipulação do ditador Vargas. O DIP e a repressão política, através do Dops, eram as duas faces de uma mesma moeda ditatorial.

O governo podia ficar tranqüilo. O que o DIP não conseguia fazer através de sua máquina de censura e propaganda, o Dops sabia resolver através de torturas e prisões.

Durante o regime do Estado Novo, de 1937 a 1945, o governo continuou sua política de incentivo à indústria e à criação de condições necessárias para uma política de substituição das importações.

Em 1940, foi inaugurada a Fábrica Nacional de Motores, que começou produzindo motores de avião e em seguida passou a fabricar caminhões. Em 1941, o governo começou a construir, em Volta Redonda (RJ), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Esta foi a base de toda a indústria futura. Permitiria a produção de máquinas e ferragens para a construção civil e, na década seguinte, ofereceria suas chapas para a indústria automobilística. Em 1942, nasce a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que alimentaria, com seus minérios, toda a indústria nacional. Em 1943, no estado do Rio, a Companhia Brasileira de Álcalis é inaugurada, base para todas as empresas de louças, azulejos e metais sanitários.

Essas empresas estatais tinham sua origem nos primeiros anos do Governo Provisório de Vargas. Já em 1933, o governo havia criado grandes institutos: o Instituto Brasileiro do Café (IBC) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Nesta mesma linha, nasce, anos depois, o Instituto do Mate e, em 1940, o Instituto Nacional do Sal.

Graças a esta política de intervenção do Estado na economia, entre 1930 e 1945 surgiram, no Brasil, novas indústrias, sobretudo do ramo metalúrgico. O centro industrial brasileiro, desde o final da Primeira Guerra Mundial, era São Paulo. Lá instalaram-se as novas indústrias, como Máquinas Piratininga, Arno, Lorenzetti, Máquinas Têxteis Ribeiro e tantas outras, todas neste período.

Vargas continuava a decretar novas leis, entre 1930 e 1935, grande parte relativas ao trabalho e que, em sua maioria, haviam sido elaboradas pela equipe de intelectuais que se agregara ao novo regime.

Vamos só listar os pontos-chave desta legislação que determinaram uma série de leis específicas que tratam do conjunto do que veio a ser chamada de Legislação Trabalhista brasileira:

- 12/5/1932: criação das Comissões Mistas de Conciliação.
- 25/1/1932: criação da Justiça do Trabalho.
- 1/5/1940: decreto sobre o salário-mínimo.
- 8/7/1940: criação do Imposto Sindical.
- 9/7/1940: criação do enquadramento sindical.

Assim foi que, no 1.º de Maio de 1943, Vargas completou sua obra de legislação trabalhista com a promulgação, isto é, com a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No ano anterior, em 1942, o ditador Vargas, apesar de admirador dos ditadores italiano e alemão, havia declarado seu apoio aos Aliados e o país começara a se preparar para a guerra. Vários fatores pesaram para colocar o Brasil lado a lado com os Aliados. O país havia recebido, dos EUA, vinte milhões de dólares para a construção da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda. Em troca, apoiava os aliados, permitindo-lhes o uso de bases aéreas e navais no Nordeste do país. A pressão popular também forçou Vargas a posicionar-se do lado das potências imperialistas clássicas – Inglaterra, França e Estados Unidos. Estranhamente esses países também estavam aliados com a URSS, país comunista odiado por todos os países capitalistas.

Para uns, essa confusa aliança da URSS com os países capitalistas era a única escolha possível para aquele país que tinha feito a primeira revolução comunista do mundo. Todos sabiam que o maior sonho de Hitler e do nazismo era exatamente o de destruir a base do comunismo mundial. Conhecendo as intenções do nazismo, já em 1939 a URSS havia selado um estranho “Pacto de não-agressão” com a Alemanha. O país comunista procurava, com isso, atrasar sua invasão pelas forças alemãs. Assim, teria tempo para preparar-se e declarar guerra aos nazistas, logo que possível. Este pacto entre URSS e a Alemanha deixou muitos comunistas desorientados. A invasão da URSS pela Alemanha nazista se deu em 1941. O estopim para a entrada do Brasil na Segunda Guerra, com os Aliados, foi o afundamento de alguns navios brasileiros por submarinos alemães. Sobre este episódio há interpretações contraditórias que deixam fortes dúvidas a respeito de quem, realmente, teria afundado esses navios.

Foi assim que Vargas, ditador fortemente anticomunista, entrou na guerra junto com os soviéticos que lutavam contra seu ídolo nazista, Hitler. Os Aliados queriam as bases navais do Nordeste e as matérias-primas que o Brasil possuía em abundância, como o ferro e a carne bovina. Em 1944, soldados brasileiros que formavam a Força Expedicionária Brasileira (FEB) desembarcaram na Itália. O Brasil vivia uma situação absurda, com suas

prisões lotadas de comunistas, ao mesmo tempo que lutava numa guerra aliado ao poderosíssimo Exército Vermelho da URSS. Por todos esses acontecimentos contraditórios, a partir de 1944 Vargas viu-se forçado a aliviar seu regime ditatorial.

Nas fábricas, onde os operários trabalhavam a todo vapor, com horários excessivos e salários arrojados, reanimaram-se as lutas. Os comunistas, que não estavam presos, passaram a organizar protestos. Em abril de 1944, foi criado o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT), que apareceu, abertamente, em 1945. Organizado em 13 estados diferentes, teve a adesão de mais de 300 dirigentes sindicais. No seu programa, exigia, entre outras coisas, a extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores do campo, melhoria nas leis sociais e na assistência social e liberdade sindical. A classe operária retomava seu longo caminho de luta e organização.

A guerra estava chegando ao fim. A derrota das forças ditatoriais da Alemanha, Itália e Japão se aproximava. No dia 18 de abril de 1945, após inúmeras manifestações de estudantes e da classe média, Vargas cedeu. Decretou a anistia aos presos políticos, reconheceu a URSS e prometeu liberdade de organização partidária. Com isso o PCB poderia, finalmente, ser legalizado. Em troca, o Partido Comunista daria apoio ao plano de Vargas, que pretendia continuar no poder.

Imediatamente se esvaziaram as prisões. Da ilha de Fernando de Noronha saiu um navio com 800 comunistas que ali estavam isolados do mundo.

Entre maio e junho, foram organizados vários partidos. A direita conservadora, intimamente ligada aos imperialistas ingleses e norte-americanos, agrupou-se na União Democrática Nacional (UDN). O nome é um típico caso de ironia no jogo de palavras. A UDN foi um partido nada democrático e muito menos ainda nacional.

Durante vinte anos, entre 1945 e 1964, a UDN tentou várias vezes dar um golpe de estado, até conseguir, finalmente, em 1964. Foi um partido absolutamente antinacional. Queria a abertura total do Brasil ao capital internacional, com a livre remessa do lucro pelas empresas estrangeiras aqui instaladas. A UDN defendia o oposto da política nacionalista propos-

ta por Vargas desde 1930. Era o partido da alta burguesia. Defendia o liberalismo econômico e era profundamente anticomunista.

Logo, em 1945, Vargas criou dois partidos para se garantir. No dia 15 de maio, fundou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com o qual pretendia receber o apoio dos trabalhadores que haviam sido beneficiados por sua legislação trabalhista. Queria colher os frutos da imagem que havia criado com afinco, a de “pai dos pobres”. Ele queria evitar que a classe trabalhadora caísse nos braços dos comunistas, eufóricos com o enorme papel desempenhado pela URSS na vitória sobre o nazismo.

Em julho, Vargas funda outro partido, o Partido Social Democrata (PSD), que nada tinha de social nem de democrata. Novo jogo de palavras! Esse partido pretendia unir a alta burocracia das empresas estatais e os latifundiários beneficiados por Vargas com a não aplicação das leis trabalhistas no campo. O PSD era contrário, sobretudo, à Reforma Agrária.

O sonho de Getúlio era a sua reeleição para presidente. Na verdade, era ser eleito presidente, pois até aquele momento nunca o tinha sido. Quando assumiu o poder, em 1930, não foi através do voto popular. Em 37, foi um golpe clássico. Desta vez, queria ser o vencedor na eleição marcada para dezembro de 1945. Para alcançar seu objetivo, passou a incentivar o movimento que defendia uma nova constituição, mas com a garantia de continuar no poder. O PTB, principal sustentáculo de Getúlio, aliou-se aos comunistas e, juntos, lançaram o movimento “Queremista”. Suas palavras de ordem eram: “Constituinte com Getúlio” e “Queremos Getúlio”.

Mas, em 30 de outubro de 1945, Getúlio é deposto pelos militares. Golpe entre amigos. Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, foi o candidato indicado pelos dois partidos criados pelo próprio presidente golpeado (PTB e PSD). Há várias explicações externas e internas para este golpe. Externamente, com o fim da Segunda Guerra Mundial, passaram-se a rejeitar os modelos de inspiração fascista como o Estado Novo, implantado por Vargas em 1937. Além disso, havia uma mudança político-econômica mundial, devido à ascensão dos EUA à liderança do bloco capitalista. Os EUA eram os maiores defensores do fim do protecionismo e de qualquer modelo de desenvolvimento econômico com soluções nacionais. Não



lhes interessava um novo governo que continuasse a política de “substituição das exportações”. Ou seja, Getúlio precisava cair.

Internamente, havia a insatisfação dos importadores e exportadores e da classe média. Além disso, as forças de direita passaram a apoiar a UDN, que tinha um programa claro: liberalismo sem disfarces. A UDN era contra a intervenção do Estado e a favor de uma total abertura ao capital estrangeiro. Para isso, precisava livrar-se de Vargas.

Assim, Vargas foi deposto. Após sua deposição, com a idéia de voltar como presidente, candidatou-se a senador em cinco estados e a deputado federal em sete. Foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul, na lista do PSD, um dos seus dois partidos.

No dia 10 de novembro de 1945, faltando apenas 22 dias para as eleições presidenciais, os comunistas conseguiram legalizar seu partido, com o nome de Partido Comunista do Brasil.

Em dezembro de 1945, é realizada a eleição presidencial. O PCB apresenta seu candidato, o engenheiro Yedo Fiuza, que, em menos de 15 dias úteis de campanha, consegue quase 10% dos votos. A direita, organizada pela UDN, apresenta o brigadeiro Eduardo Gomes, que acabou derrotado pelo general Dutra, candidato do PSD com o apoio do PTB.

A significativa votação do Partido Comunista foi um fenômeno que pode ser explicado pela enorme simpatia dos eleitores pela URSS. Afinal, ela havia sido a principal responsável pela vitória aliada contra o nazismo alemão. Por isso despertava uma grande admiração, sobretudo, dos trabalhadores do mundo todo. Beneficiando-se dessa onda, o Partido conseguiu eleger Luiz Carlos Prestes para o Senado, com a maior votação na história brasileira até aquele momento, e 14 deputados federais e dois suplentes. Nomes de lideranças do partido que serão conhecidos nas décadas seguintes foram levados ao parlamento: Carlos Marighela, Gregório Bezerra, Maurício Grabois, João Amazonas, Mário Alves, Jorge Amado, Osvaldo Pacheco, José Maria Crispim, entre outros. Além destes deputados federais comunistas, foram eleitos deputados estaduais e vereadores em muitas cidades do país. O caso mais

vistoso foi na Câmara Municipal da capital, Rio de Janeiro. Dos 34 vereadores, os comunistas elegeram 18.

### **Modernização capitalista e controle sobre a classe operária**

Como podemos sintetizar o papel de Getúlio Vargas na história brasileira? Sem dúvida, foi um estadista superior a todos os seus antecessores e sucessores do século XX.

Personalidade extremamente contraditória, criou muitas leis trabalhistas e, ao mesmo tempo, organizou uma poderosa máquina de repressão que se abateu sobre os trabalhadores. A hábil propaganda, feita através do DIP, levou muitos trabalhadores a considerarem Vargas o “pai dos pobres”. Ao mesmo tempo, foi um ditador cruel, pronto a tomar qualquer atitude repressiva que julgasse necessária.

Os trabalhadores agradeciam os “benefícios” recebidos, e os empresários eram gratos pela forte expansão industrial, três vezes superior, em dez anos, à que havia ocorrido nos cinquenta anos anteriores. Ficou famosa a piada sobre Getúlio: “pai dos pobres e mãe dos ricos”.

### **Industrialização e substituição das importações**

Do ponto de vista do crescimento econômico, o Governo Vargas criou condições para uma nova e poderosa acumulação capitalista. Sua política de substituição das importações e de investimento na indústria de base (Vale do Rio Doce, CSN, FNM, Alcalis etc.) garantiu uma fase de rápida industrialização para os padrões brasileiros. Foi o início do processo de modernização da estrutura produtiva.

A política de Vargas, intervindo na economia, baseava-se num estado centralizador, propulsor do desenvolvimento industrial. Essa modernização se deu também na estrutura política: voto universal, Constituição mais democrática em 1934, e elaboração de leis trabalhistas.

Foi em seguida à criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que em 1931, em São Paulo, nasceu o que foi definido como o verdadeiro partido da burguesia: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Para os trabalhadores, Vargas sempre desempenhou um papel contraditório. Aparentemente, a legislação social do novo governo mostrava simpatia pelas classes mais pobres. Porém, todas as leis que foram feitas eram convenientes para o avanço da industrialização. O país não podia mais continuar sem uma legislação específica. A panela de pressão das reivindicações operárias iria explodir e esta explosão colocaria em risco o domínio da burguesia industrial e de todas as forças conservadoras. A equipe do governo que pensou e elaborou toda a legislação trabalhista da década de 30 preocupou-se, o tempo todo, em mostrar que tudo estava sendo dado de graça. Que era um presente do “pai dos pobres”.

Vargas também começou a legalizar o funcionamento dos sindicatos. Aparentemente, tratava-se de uma abertura para a liberdade dos sindicatos que anteriormente sempre tinham sido reprimidos. Na prática, essa liberdade concedida para os sindicatos dependia de uma condição: que fossem sindicatos oficiais, de acordo com as normas ditadas pelo governo. Ou seja, os sindicatos deveriam ser totalmente controlados pelo Ministério do Trabalho.

### Sindicalismo controlado pelo Estado

Em 1930, logo após assumir a Presidência do Governo Provisório, Vargas criou o Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio. Seu nome já indicava qual a ideologia que estava por trás da nova sigla. Esse Ministério era encarregado de cuidar da união dos interesses entre capital e trabalho. Não seria admitida qualquer manifestação reivindicatória, nem de luta de classes. Deveria haver harmonia de interesses entre capital e trabalho. Por isso, não havia espaço para conflitos, como pressões e greves, por parte dos trabalhadores.

Este novo Ministério logo editou a chamada “Lei de Sindicalização”. Com esta lei, os sindicatos poderiam funcionar “livremente”, desde que... obedecessem a uma série de normas que desvirtuavam completamente o sentido da palavra sindicato.

Até a ascensão de Vargas, existiam muitos sindicatos de tendência anarquista e comunista. Sua forma de organização era livre, decidida pelos associados. A função desses sindicatos era lutar pelos interesses dos trabalhadores contra seus inimigos de classe, os patrões. As lutas eram decididas pelos trabalhadores. Até aquela época, no Brasil, o sindicalismo era livre mesmo que tenha sido sempre reprimido pela polícia, a serviço dos patrões. Livre para decidir suas lutas e suas formas de organização.

A partir de Vargas, esses sindicatos são obrigados a desaparecer e, em seu lugar, nasce um outro sindicalismo. Um sindicalismo que esquece a luta de classes e, mais ainda, o conceito de classes sociais. Não haveria mais o patrão, de um lado, e o operário, do outro. Agora seriam o “empregado” e o “empregador”. Duas palavras quase idênticas. Só um pequeno “r” de diferença.

O novo sindicato deveria defender a conciliação das classes e zelar pela harmonia de interesses entre capital e trabalho. As idéias-chave passarão a ser “colaboração de classe” e “paz social”. Não haveria mais lutas. O Estado seria o pai de todos.

Por tudo isso o sindicato deveria esquecer a velha palavra “greve”. Aliás, a nova legislação de Vargas proibia qualquer greve. Para quê greve se empregado e empregador faziam parte do mesmo corpo? Para alcançar esse objetivo várias leis foram criadas durante toda a década de 30. Todas visavam regulamentar a vida sindical, isto é, enquadrá-la nos planos do governo.

Os estatutos dos sindicatos não podiam mais ser feitos pelos trabalhadores. Havia um “estatuto padrão”, fornecido pelo Ministério do Trabalho. Era só ir ao Ministério, pegar o estatuto já pronto, colocar o nome do novo sindicato, sua data de fundação, o local de funcionamento e pronto. Estava feito o estatuto do novo sindicato. Agora era só levar de volta, para o Ministério carimbar.

Neste estatuto estava tudo bem explicado: proibido fazer política no sindicato; proibido fazer greve; proibida a criação de uma central sindical; proibida a filiação a qualquer organismo internacional. Caso a diretoria desobedecesse a essas leis, o Ministério tinha o direito de cassá-la, decretando a intervenção no sindicato.

Todas essas normas foram reunidas por Vargas em cem artigos e encaixadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que será “dada” aos trabalhadores no 1º de Maio de 1943.

Nesses cem artigos há muitas proibições ou imposições. Entre elas, a proibição dos servidores públicos se sindicalizarem. Os trabalhadores rurais, também, não poderiam nem usufruir as leis trabalhistas e nem criar sindicatos.

Assim, o Ministério do Trabalho passou a controlar totalmente a vida sindical. Reconhecia somente um sindicato por categoria, garantindo, assim, uma unidade por lei, que passou a ser chamada de *unicidade*. O objetivo era asfixiar os sindicatos rebeldes, anarquistas e comunistas, e garantir um maior controle do governo.

As contas dos sindicatos deveriam ser monitoradas pelo governo e até a lista de presença, com o número da carteirinha dos sócios que frequentavam cada assembleia, deveria ser enviada ao Ministério do Trabalho. O Dops teria, assim, seu trabalho facilitado.

A todas essas imposições os sindicatos, liderados por anarquistas e comunistas, se opuseram com violência. Tentaram impedir sua implantação. Em 1931 e 32, chegaram a fazer várias greves para barrar esses planos. Mas o governo usou de todos os instrumentos para garantir os seus sindicatos, chamados, por anarquistas e comunistas, de “sindicatos ministerialistas”.

Houve um fator que facilitou enormemente a implantação dessa política sindical por parte do governo. A implementação da idéia de que os sindicatos deveriam ser organismos para colaborar com os poderes públicos foi facilitada pela chegada de novos trabalhadores vindos da zona rural. Estes, por não terem nenhuma tradição na luta operária, seriam facilmente levados a aceitar o sindicato oficial.

Frente a esta investida do governo, a partir de 1932, os comunistas mudaram de tática. Mantinham seus sindicatos vermelhos, mas alguns militantes entravam nos sindicatos oficiais. Tentavam criar “frações vermelhas nos sindicatos oficiais”. O argumento era que muitos trabalhadores estavam aderindo aos sindicatos do Ministério do Trabalho e era preciso não os deixar completamente nas mãos dos “ministerialistas”.

A batalha dos comunistas e anarquistas para não deixar vingar o plano governamental de sindicatos oficiais ficou muito difícil quando o governo apelou para a chantagem: só concedia os benefícios de leis, como os 30 dias de férias, para os sindicalizados dos sindicatos oficiais. Foi assim que o governo conseguiu encorpar as fileiras dos sindicatos atrelados ao Ministério.

### **Propaganda: arma do Governo Vargas**

O governo Vargas, entre 1930 e 1945, investiu todos os seus esforços para implantar sua nova visão de sindicato. As suas idéias eram repetidas de mil formas. Programas de rádio, jornais, documentários e discursos eram direcionados para as massas. Grandes festas eram programadas em estádios de futebol.

Vejam algumas frases que expressam a ideologia desse sindicalismo controlado pelo Estado, repetidas diariamente nos jornais, revistas e rádios.

Ao dirigir-se a industriais e comerciantes reunidos no Rotary Club do Rio de Janeiro, o ministro do Trabalho afirma, de maneira extremamente clara, que “é tempo de substituímos o velho e negativo conceito de luta de classes pelo conceito novo, construtor e orgânico de colaboração de classes” (Lindolfo Collor. *O Estado de S. Paulo*, 27/12/1930).

A função do sindicato, para o novo governo implantado em 1930, deveria ser: “transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família” (Getúlio Vargas, discurso de 29/10/1932).

Dentro dessa visão de sindicato, encaixa-se perfeitamente a idéia repetida por todo o período Vargas: que tudo foi dado de graça aos trabalhadores, sem luta. Já vimos que essa foi uma das idéias básicas que nortearam a “ideologia varguista”.

Vargas, já consolidado como ditador em 1938, não descuidava de reafirmar suas idéias: “O Governo não deseja, em nenhuma hipótese, o dissídio das classes nem a predominância de uma sobre as outras. O Estado não quer, não reconhece luta de classe. As leis trabalhistas são leis de harmonia social”.

Um boletim do Ministério do Trabalho, de setembro de 1941, explicita o que era repetido semanalmente nos programas radiofônicos pela boca do ministro:

Conseguimos firmar a nossa estrutura corporativa em bases nitidamente profissionais, ao mesmo tempo em que mantínhamos essa outra característica já imanente aos nossos sindicatos: a de dissociar a organização sindical da idéia de agitação e luta, tirando-lhe aquela fisionomia erizada de ameaças com que, em outros países, se compreendia o sindicato, sempre ligado aos objetivos revolucionários como instrumentos do choque de classes e como elemento propulsor de reformas audaciosas.

*(Boletim do Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio nº 85. Set/1941).*

Tendes uma legislação que vos foi concedida sem nenhuma exigência, imposição ou pressão de qualquer ordem, mas espontaneamente. O que se chama de reivindicações trabalhistas não foram jamais obtidas em qualquer país como estão sendo aqui verificadas. No Brasil não há reivindicações nesse assunto. Há concessões. Concessões do governo aos eficientes colaboradores, que são os homens do trabalho, quer braçal quer intelectual.

*(Joaquim Pedro Salgado Filho. Jornal do Commercio, 30/8/1933).*

Este foi o sindicalismo permitido por Vargas desde a lei de sindicalização de 1931. Um sindicalismo castrado, algemado, que nada tinha a ver com o antigo sindicalismo livre do começo do século. Um

sindicalismo que deveria deixar de ser um touro bravo para se tornar um boi manso, pacífico.

A palavra “pelego” passou a ser adotada, pelos sindicalistas de luta, nesta época. Pelego, no dicionário, significa a pele de carneiro que, colocada entre a sela e o cavalo, serve para amaciar o choque entre os dois. Sua função é a de fazer o cavalo aceitar, mansamente, o peso do cavaleiro. A partir da implantação do sindicalismo oficial, “ministerialista”, a palavra “pelego” passou também a significar o dirigente sindical que seguia fielmente as ordens do governo e aplicava sua visão de sindicalismo castrado. Um sindicalismo de conciliação de classes, não de luta.

Essa visão de sindicato ficou mais fortalecida pelos cem artigos encaixados na CLT, quando esta foi publicada em 1943. Dentro dos mais de 600 artigos da CLT, há um bloco, o Título V, “Da Organização Sindical”, que regulamenta o funcionamento dos sindicatos. Logo no terceiro artigo deste bloco, o 514, é dito explicitamente: “São deveres dos Sindicatos: a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social”. Os pouco mais de cem artigos, que compõem este Título V, formavam a chamada “estrutura sindical varguista”. Na verdade, mais do que uma regulamentação da vida e do funcionamento dos sindicatos, eles representam uma verdadeira camisa-de-força.

### A legislação trabalhista na Era Vargas

A partir da criação do Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, o novo governo passou a regulamentar, em lei, direitos que vinham sendo exigidos pelo movimento operário no mundo já fazia dois séculos e especificamente aqui, no Brasil, desde a última década do século XIX.

Podemos dizer que a legislação trabalhista dos anos 1930 foi o resultado de quarenta anos de lutas da classe operária brasileira. Também, foi fruto dos 200 anos de greves, manifestações, barricadas, levantes e revoluções da classe operária mundial.

### Principais leis trabalhistas e sociais

- 1930** – Criação do Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.
- 1931** – Lei dos Dois Terços (nas fábricas só poderia haver 1/3 de estrangeiros).  
– Lei n.º 19.770: Lei de Sindicalização.  
– Regulamentação do trabalho de mulheres e menores.
- 1932** – Lei das Convenções Coletivas de Trabalho.  
– Criação das Juntas de Conciliação e Julgamento.  
– Jornada de trabalho de 8 horas.  
– Descanso semanal remunerado.  
– Limitação do trabalho noturno de mulheres e crianças.
- 1933** – Lei de férias (só para os operários industriais).
- 1934** – Lei sobre acidentes de trabalho.  
– Direitos de Assistência e Previdência Social.  
– A nova Constituição incorpora a legislação social e sindical e garante o pluralismo sindical.
- 1935** – Lei de Estabilidade no Emprego, para operários da indústria.  
– Lei de Indenização por Demissão, para a indústria e o comércio.
- 1939** – Volta a Lei da Unicidade Sindical.  
– Criação do Estatuto Padrão para os sindicatos.  
– Exigência de atestado ideológico para o trabalhador se empregar.  
– Regulamentação da Justiça do Trabalho.
- 1940** – Criação do Imposto Sindical.  
– Instituição do salário-mínimo. Lembremos: a Internacional Socialista já o tinha recomendado, desde o Congresso de Paris, em 1900. O Tratado de Versalhes o tinha recomendado, em 1919.

Muitas greves exigiram o salário-mínimo, especialmente entre 1930 e 1932. Finalmente, este foi incluído na Constituição de 1934, embora fosse implantado somente em 1940.

**1943** – No 1.º de Maio, Vargas entrega a CLT aos trabalhadores, como se fosse uma dádiva.

### Resumo da atuação do movimento operário sob Getúlio

Entre 1930 e 1935, há uma forte oposição da esquerda e de muitos sindicatos contra a Lei de Sindicalização, conhecida como “fascismo ministerial”, através de greves, manifestações, marchas e comícios.

Poucos sindicatos se integram aos sindicatos oficiais, embora houvesse uma forte chantagem por parte do governo. Greves e manifestações exigem a aplicação das leis trabalhistas, pois os patrões se recusavam a reconhecê-las. Neste período há um crescimento da influência dos comunistas e uma diminuição da influência dos anarquistas. Os comunistas, em São Paulo, defendem a formação das “frações vermelhas” nos sindicatos oficiais.

A situação dos trabalhadores ficou precária e como reação, em 1931, acontecem várias greves e “Marchas da Fome” contra o desemprego e os baixos salários em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Em 1932, há um forte aumento do movimento grevista: 124 greves de 1932 a 1933. Várias delas eram contra a obrigatoriedade da carteira de trabalho, vista como uma forma de controle sobre os trabalhadores por parte do governo. Em maio de 1932, uma greve geral, em São Paulo, pára a cidade durante um mês.

No ano de 1934, novas greves com reivindicações econômicas e políticas. Os Bancários do Rio de Janeiro conseguem direito de aposentadoria e pensões. Neste ano acontece a primeira greve do funcionalismo público: param os trabalhadores dos Correios e Telégrafos. Enquanto isso, aumenta a luta contra o fascismo através da realização de congressos, campanhas e implantação de comitês antifascistas. Neste ambiente, é criada a Frente Única Sindical (FUS), contra o fascismo.

O ano de 1935 será definido como “O Ano Vermelho”. Em março, é fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), com um projeto popular e nacionalista. Em dois meses atinge a cifra de 400 mil filiados, com 1600 núcleos por todo o Brasil. Em abril, o governo cria a Lei de Segurança Nacional para reprimir as revoltas populares.

Na véspera do 1.º de Maio, é criada a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB), uma central sindical que terá vida curta, de poucos meses.

Em novembro, após a tentativa de levante feita pelos comunistas, a ANL é fechada. O governo decreta o estado de sítio. Prisões, torturas, mortes e fechamento dos sindicatos combativos passam a ser rotina. É o começo da grande campanha anticomunista desfechada pelo governo e pelas forças de direita.

Em 1937, Vargas implanta uma ditadura, o chamado “Estado Novo”. O motivo declarado foi “para pôr ordem na casa”. O governo, já vimos, inventa a farsa do Plano Cohen, uma suposta trama comunista para tomar o poder. Estava armada a justificativa para a implantação da ditadura.

De 1937 a 1945, a classe trabalhadora, com quase todas suas lideranças presas, e sem liberdade de movimentos, sofre a maior exploração e arrocho salarial. As greves, neste clima, ficaram quase impossíveis. O movimento se reanimará a partir de 1944, com os comunistas criando, clandestinamente, o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT).

## CAPÍTULO 6

### DO FIM DA SEGUNDA GUERRA À DITADURA MILITAR (1945–1964)

Maio de 1945. A guerra que durante cinco anos varreu o mundo começa a chegar ao fim, na Europa, e no dia 7 de maio a Alemanha se rende. Cinco meses depois, no dia 2 de setembro, é formalizada a rendição “incondicional” do Japão, após os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, pelos EUA, no começo de agosto. Os Aliados, vencedores, representavam uma mistura explosiva entre os maiores países capitalistas do mundo e o único país socialista, a URSS. As ditaduras fascistas da Alemanha, Itália e Japão haviam sido derrotadas. O saldo da Segunda Guerra Mundial era de cinquenta milhões de mortos.

O fim da guerra já era previsto e estava sendo preparado desde 1943. As grandes potências, que já antecipavam sua vitória no conflito, reuniram-se, preparando a divisão do mundo em zonas de influência. Em duas grandes conferências, a de Potsdam e a de Yalta, Estados Unidos, URSS e Inglaterra dividiram o mundo em dois: o Bloco Ocidental, controlado pelos EUA, e o Bloco do Leste, controlado pela URSS.

A URSS, país símbolo do comunismo, e os Estados Unidos, principal país capitalista, passam a viver uma fase de “coexistência pacífica”. Esta fase durará pouco. Os países capitalistas, logo após a guerra, criam organismos para garantir seu predomínio: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O dólar passa a ser a moeda dominante na economia do mundo ocidental.

Muitos países se agrupam, menos Alemanha, Japão e outros vencidos, visando impedir novas guerras, e formam a Organização das Nações Unidas (ONU).

Os trabalhadores, por sua vez, também criam seus organismos internacionais. Ou melhor, recriam. Na verdade, desde o começo do século já existiam confederações sindicais internacionais: uma socialdemocrata, outra comunista e uma terceira, católica. A partir do final da década de 30, com a explosão da Segunda Guerra Mundial, essas confederações perderam boa parte da sua importância. Este quadro muda com a aproximação do fim da guerra e o novo clima político mundial. Rapidamente, os trabalhadores criam, de novo, seus organismos centralizados.

Desde 1943, os sindicatos ingleses e soviéticos tinham começado os primeiros contatos, com o objetivo de unificar suas organizações numa confederação mundial. Esta aproximação intensificou-se a partir de fevereiro de 1945, às vésperas da derrota da Alemanha. Em junho daquele ano, em Paris, reuniram-se representantes dos sindicatos ingleses, soviéticos, franceses e de uma das duas centrais sindicais dos EUA. Resolveram criar um organismo sindical internacional: a Federação Sindical Mundial (FSM). Sonhavam em marchar juntos. Mas a unidade sindical era difícil. Os católicos não participaram da nova federação e, em 1946, criaram sua entidade, centralizada, a Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (Cisc).

Levou dois anos a fase de “coexistência pacífica” entre os dois blocos políticos mundiais. Em 1947, chegou ao fim. O estranho namoro entre capitalistas e comunistas se viu, em pouco tempo, condenado ao fracasso. Em março de 1946, Winston Churchill, ex-primeiro-ministro da Inglaterra, usou pela primeira vez o termo “Cortina de Ferro” ao falar de uma Europa dividida em dois blocos, sem nenhuma possibilidade de convivência.

Desde o fim da guerra, a URSS vinha fazendo testes acelerados para construir sua bomba atômica, visando alcançar os EUA, que eram os únicos a possuir este tipo de arma. Enquanto isso, os EUA, país líder absoluto do Bloco Ocidental, divulgava no mundo inteiro uma enorme campanha de propaganda anticomunista. Célebres foram os discursos, que beiravam uma declaração de guerra à URSS, do presidente americano Harry Truman.

Seus discursos divulgavam uma política, a “Doutrina Truman”, que pregava um combate mortal ao comunismo. Em 1947, estouraram contradições entre os dois blocos em várias partes do mundo: na Alemanha, no Leste Europeu, na Coreia e na Indochina. Três anos depois, estourou a Guerra da Coreia, que opôs os EUA e a China. Os EUA eram apoiados pela ONU e a China, pela URSS. Foi o início do período da Guerra Fria.

A Europa vivia uma fase de reconstrução, após o vendaval da Segunda Guerra Mundial. Os EUA ajudavam a financiar essa reconstrução através do chamado Plano Marshall. O objetivo nada tinha de filantrópico. Visava, basicamente, criar uma barreira contra o avanço do comunismo na Europa e garantir mercados externos. Para isso foi criada uma organização militar, chamada Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), para o Bloco Ocidental se preparar para uma eventual guerra. A URSS, por sua vez, também criou um organismo internacional, o Kominform, e, em seguida, uma organização militar dos países do chamado bloco comunista, conhecida como o Pacto de Varsóvia. Esta aliança militar, com sua política unificada, apoiava-se nas famosas “tropas do Pacto de Varsóvia”, que eram o “espantalho” utilizado pelos EUA para manter a unidade entre os seus aliados.

A Federação Sindical Mundial ficou totalmente paralisada e, em 1949, sofre um duro golpe: o seu primeiro racha. Os sindicatos e as centrais sindicais anticomunistas saem da central unitária e criam a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl). Independente, é claro, dos sindicatos comunistas. Quem liderou este racha foi a central norte-americana, a AFL-CIO, junto com a TUC, da Inglaterra, e outras centrais de países capitalistas que defendiam uma política de conciliação de classes. Os EUA provocaram e financiaram cisões nas centrais únicas de vários países, e estes setores do movimento sindical se filiaram à nova confederação liderada pelos EUA, a Ciosl. Particularmente decisivo foi o apoio dado pelos EUA à divisão da central sindical italiana, a Central Geral do Trabalho (CGL), e da CGT francesa.

De 1945 a 1973, do ponto de vista da economia, o mundo viveu os chamados “Anos Dourados”. Foi a época em que se falava do “milagre econômico” japonês, dos “milagres” italiano e alemão. Foram trinta anos

de desenvolvimento acelerado do capitalismo, estimulado pela reconstrução do mundo, arrasado pela guerra. Durante estes anos, em todos os países industrializados, os trabalhadores travaram grandes lutas contra os patrões e tiveram muitas conquistas sociais.

Muitos países europeus passaram a ter governos socialdemocratas. Estes governos, por terem a participação de partidos de esquerda, fizeram muitas concessões aos trabalhadores. A filosofia destes regimes socialdemocratas passou a ser conhecida como *Welfare State* (“Estado de bem-estar social”). Significava a adoção de uma série de leis que beneficiasse os trabalhadores e promovesse a regulação do mercado, através da intervenção política do poder público. Esta era a idéia dominante, o chamado “consenso keynesiano”, em homenagem ao principal ideólogo da economia mista, o inglês John Maynard Keynes. Para o sistema capitalista, era melhor ceder os anéis do que perder os dedos ou até o braço. Ceder um pouco significava fazer concessões aos trabalhadores para evitar revoluções comunistas, pelo mundo inteiro. Foi assim que a classe trabalhadora, em muitos países, conquistou leis de proteção social e direitos almejados durante longos anos de lutas.

Mas, nos anos 1940, o sistema capitalista reagia e não aceitava esse projeto de bem-estar que atingia a grande maioria da classe trabalhadora. Alguns radicais defendiam uma economia de mercado totalmente livre da interferência do Estado, sem nenhuma regulamentação. Em 1944, passou a circular nas mãos da direita um livro explosivo: *O Caminho da Servidão*, inglês, de origem austríaca, Friedrich von Hayek. Este livro é a retomada da velha teoria liberal: nenhuma concessão deveria ser feita aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, deveria ser enfraquecido o papel desempenhado pelo Estado na economia e na vida das pessoas. Nasce, então, a política do “estado mínimo”. Todo o sistema produtivo deverá ser privatizado e o Estado deixará de intervir mesmo em serviços como os de saúde ou de educação. Para essa política é preciso, declaradamente, enfraquecer e destruir os sindicatos.

Enquanto esta teoria liberal se espalha entre o empresariado, as indústrias se modernizam, com a descoberta de novas matérias-primas e a introdução de novas técnicas de produção. Os empresários desenvolvem novas

técnicas de gerenciamento e de organização da produção que levam à divisão e ao isolamento dos trabalhadores. Os capitalistas precisavam quebrar a consciência de classe e a solidariedade, construídas por mais de um século de lutas, em todos os países do mundo.

Foi a partir dos anos 60 que começou a substituição da tradicional linha de montagem, de origem norte-americana, pela nova doutrina da organização descentralizada, feita por pequenos grupos. Foi a mudança do sistema “fordista” ou “taylorista” (EUA) para o sistema “toyotista” (Japão). Estas idéias se generalizarão nos anos 70 e se tornarão hegemônicas na década de 80.

Enquanto essas mudanças no sistema de produção se espalhavam pelos países capitalistas, nos países colonizados avançavam as guerras de libertação. Nas sociedades coloniais da Ásia e da África, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, começou um clima de rebelião. De 1945 a 1975, dezenas de países se libertam do jugo da Inglaterra, França, Bélgica, Espanha, Portugal, Holanda e EUA.

Em 1947, foi a vez da Índia se libertar dos ingleses e, logo depois, a longa guerra da Indochina, com o Vietnã, Laos e Camboja se libertando dos franceses. Em seguida, a África lutará, durante mais de vinte anos, para se libertar de suas matrizes coloniais européias. Célebres foram as lutas dos povos africanos da Argélia, Congo, Angola e Moçambique contra os seus antigos senhores. Os mortos dessas guerras de libertação superaram os dez milhões.

Em 1955 formou-se, em Bandung, o movimento dos países não-alinhados. Dele faziam parte países como Argélia, Índia, Egito, Gana e Senegal, entre outros, conhecidos como países do Terceiro Mundo, um bloco intermediário entre os países do Primeiro e os do Segundo Mundo.

O chamado Primeiro Mundo reunia os países mais ricos do planeta, países altamente industrializados como EUA, Inglaterra, França, Alemanha e Japão. O bloco do Segundo Mundo reunia os países socialistas e era liderado pela URSS. O Terceiro Mundo aglutinava o bloco de países subdesenvolvidos, nome depois amenizado pela mídia para “em via de desenvolvimento”. Em sua maioria, eram países recém-saídos da dominação co-



lonial, como a Índia e a China, com sua vitoriosa revolução comunista, realizada em 1949.

O Brasil, naturalmente, pertencia ao terceiro bloco. Por sua proximidade geográfica e sua tradição histórica de dependência econômica da Inglaterra e, depois, dos EUA, era considerado, pelo Bloco Ocidental, como uma extensão natural e fundamental dos EUA nas Américas. Era considerado um país-chave por seu tamanho, suas riquezas naturais, sua grande população e sua localização no continente americano, secularmente considerado como “quintal” dos EUA.

O período de 1945 a 1964 caracterizou-se por grandes mudanças econômicas, culturais, sociais e políticas no mundo inteiro. Na América Latina, dois fenômenos merecem destaque: o avanço das guerrilhas de caráter nacionalista e, muitas vezes, socialista e o nascimento da Teologia da Libertação.

No início da década de 1960, com o Concílio Vaticano II, houve uma mudança na postura de muitos teólogos que mobilizou, desde integrantes do baixo clero, até importantes representantes da Igreja Católica. Nasce a chamada Teologia da Libertação, que se enraizará profundamente em vários países latino-americanos, como Chile, Bolívia, Peru, Colômbia, Nicarágua e, sobretudo Brasil. A Teologia da Libertação sempre deu muita ênfase ao compromisso dos cristãos com a libertação social e política. Libertação da miséria, da fome e de toda dominação e opressão. A partir do Concílio, esta proposta de mudança se consolidará gradativamente. Na década de 70, inúmeros membros de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) engajam-se nas lutas políticas por uma sociedade mais justa.

Outro acontecimento mereceu destaque no cenário mundial e, sobretudo, na América Latina: a Revolução Cubana. Na pequena ilha do Caribe, um punhado de jovens idealistas derrubou uma ditadura assassina, intimamente associada aos EUA. Com a implantação de um novo regime, Cuba logo se torna socialista e, mais especificamente, comunista. O caminho até à chegada ao poder, no dia 1.º de janeiro de 1959, foi o das guerrilhas, com pouca ou nenhuma participação do tradicional Partido Comunista Cubano. A Revolução Cubana tornou-se um modelo para os revolucionários dos outros países latino-americanos que viviam situações parecidas. Cuba

assustava o imperialismo mundial. O outrora cassino e prostíbulo dos endinheirados norte-americanos construiu, rapidamente, o seu caminho para o socialismo. Seu exemplo poderia alastrar-se para outros países, tal qual um rastilho de pólvora.

O governo norte-americano, na gestão de John F. Kennedy, tentou conter o avanço do comunismo na América Latina e criou instrumentos de aproximação com os EUA, como a Aliança para o Progresso. Disfarçada como uma organização de ajuda humanitária, servia à difusão de valores político-culturais dos EUA e ao controle, através da *Central Intelligence Agency* – CIA, dos movimentos sociais. O governo americano passou a estimular algumas tímidas reformas em vários países da América Latina, como a reforma agrária no Chile, antes do governo da Unidade Popular, de Salvador Allende. Mas, logo em seguida, o “realismo político” levou os EUA a apoiar golpes militares, implementando a chamada doutrina da “contra-insurgência”, para derrotar as nascentes guerrilhas.

O perigo do comunismo, num mundo dividido em dois blocos, era alardeado pela direita de vários países, para evitar qualquer mudança política ou econômica. Foi com essa política do medo do comunismo que no Brasil, cinco anos após a Revolução Cubana, chegamos ao Golpe Militar. Logo depois do Golpe de 64, o exemplo da direita brasileira foi seguido por quase todos os demais países da América Latina. O mesmo aconteceu na Ásia, com os norte-americanos organizando golpes e contra-revoluções para impedir o avanço do comunismo. Na África, o Bloco Ocidental também procurava impedir o avanço dos movimentos de libertação contra o jugo colonial, espalhando o terror do “perigo comunista”.

### O Brasil e o quadro mundial neste período

Os vinte anos que compreendem o período de 1945 a 1964 marcarão profundamente a vida política do país.

O Brasil sai da ditadura de Vargas em 1945. Depois de quase duas décadas de profundas discussões sobre qual modelo político-econômico

era mais adequado para o Brasil, novamente uma Ditadura Militar assume o poder, em 1964. Durante esses vinte anos, realizaram-se milhares de greves, dezenas de congressos e conferências de operários e camponeses, estes últimos recém-entrados em cena. A classe operária havia conquistado aumentos salariais e benefícios novos, como o 13.º salário e o salário-família. Em 1962 surge o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), uma espécie de central sindical.

Durante a década de 50, a indústria cresce num ritmo acelerado. Novos setores econômicos assumem a dianteira da economia do país. Nasce a indústria petroleira e, com ela, a indústria química. Avançam rapidamente a indústria farmacêutica e a de eletrodomésticos. A grande novidade e o novo pólo de atração de mão-de-obra passa a ser a indústria automobilística.

No final dos anos 50, e sobretudo no começo dos anos 60, tem início, no campo, a luta pela criação de uma organização sindical, que não fora prevista na legislação criada por Vargas, na década de 30. A população do país ainda era predominantemente rural e o Produto Interno Bruto (PIB), até 1957, ainda era sustentado pela produção agrícola.

O Brasil viveu, de 1955 a 1964, uma grande efervescência cultural e política. Discutia-se o futuro do país em praças públicas, nas fábricas, no campo e nas universidades. O conflito entre o projeto nacionalista, defendido pela esquerda, e a idéia de um país dependente, associado ao imperialismo dos EUA, defendido pela direita, se acirrava. A contraposição industrialismo X agrarismo povoava teses e discursos em sindicatos, universidades e no Congresso. Mas as maiores discussões giravam em torno do nacionalismo desenvolvimentista X abertura total ao capital estrangeiro.

No mundo inteiro, o Brasil era considerado como um gigante que acordava e os EUA achavam que o exemplo brasileiro poderia ser perigoso para o resto do continente. A partir de 1954, começam a preparar um cenário que pusesse fim às lutas e mobilizações populares e à crescente politização. Essas lutas poderiam contestar seus planos imperialistas no Brasil, o maior país da América Latina.

No início da década de 60, a esquerda brasileira lutava por mudanças na sociedade que ficaram conhecidas como Reformas de Base. A esquerda

era liderada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Este último era fruto de uma divisão interna entre os comunistas. Junto com os dois partidos que continuavam na ilegalidade, estavam os militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). As Reformas de Base representavam uma modernização e, sobretudo, a democratização e a diminuição das injustiças históricas do país. Representavam um avanço da esquerda que a direita não podia admitir. Enquanto a esquerda buscava mais espaço na vida política brasileira, a direita organizava o Golpe Militar que, no dia 1.º de abril de 1964, esmagará todas as lutas populares e implantará uma ditadura a completo serviço do capital nacional e internacional.

O dia 1.º de abril, no Brasil, é tradicionalmente relacionado ao “dia da mentira”, e os militares não queriam associar o seu golpe, por eles chamado de “Revolução Redentora”, a nada que o desabonasse. Assim, nas escolas e por todos os meios de comunicação, o dia 31 de março passou a vigorar como a data oficial do novo regime.

Vamos subdividir em vários blocos este longo período, de 1945 a 1964, para melhor compreender os seguintes aspectos:

- 1945–1950 – Os trabalhadores no novo quadro político do pós-guerra.
- 1951–1954 – O retorno de Vargas e o populismo.
- 1955–1960 – Juscelino: indústria, inflação e greves.
- 1960–1964 – Politização das lutas sociais no campo e na cidade.
  - A direita prepara o Golpe Militar.
  - O Golpe e a Ditadura Militar.

### **Os trabalhadores no novo quadro político do pós-guerra**

Em 1945, o Brasil ainda vivia sob a ditadura de Vargas. Os trabalhadores, a partir de 1943, conseguiram organizar algumas raras greves por

aumento de salário. As prisões continuavam repletas de comunistas e de rebeldes contra a ditadura. O movimento estudantil, nas ruas, exigia liberdade e o fim da ditadura. Ainda em 1943, a repressão de Vargas mata dois estudantes, no Rio de Janeiro.

A vida dos trabalhadores brasileiros não estava fácil. Os salários eram muito desvalorizados. Os horários e as condições de trabalho, devido à necessidade de produção de materiais bélicos, estavam piores do que antes da guerra. Os sindicatos, totalmente esmagados pela ditadura do Estado Novo, começam a reativar-se. Em novembro de 1944, em Belo Horizonte, realiza-se um Congresso Operário Unitário, tolerado pelo sistema.

A pressão pela democracia era forte. Getúlio, cedendo a essa pressão, em março de 1945 anuncia para breve eleições gerais livres e que ele não seria candidato a presidente.

No dia 18 de abril, após muitas manifestações e protestos, Vargas decreta anistia aos presos políticos e liberdade de organização partidária. Das prisões saem centenas de comunistas, anarquistas e sindicalistas, presos desde a grande onda repressiva de 1935. Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, era um dos anistiados.

Conforme já vimos rapidamente no capítulo anterior, Vargas marca as eleições para o dia 2 de dezembro de 1945. Mas o seu plano limitava as eleições para o parlamento, que iria elaborar uma nova Constituição. A eleição presidencial ficaria para 1946. Pretendia continuar presidente durante a elaboração de nova Constituição.

Enquanto isso, os trabalhadores lutavam por aumento salarial e para criar suas organizações. Na véspera do 1.º de Maio de 1945, foi lançado abertamente o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), que já atuava clandestinamente desde 1944. Em seu programa, exigia a eliminação do Estatuto Padrão, a soberania das assembléias de trabalhadores frente ao Ministério do Trabalho e a autonomia administrativa dos fundos dos sindicatos. Em maio estouraram 365 greves, nas quais os trabalhadores conquistaram aumentos salariais entre 30% e 40%.

O Movimento Unificado dos Trabalhadores, seguindo a política do PCB, tentou frear o movimento, desestimulando as greves. Tal política seguia as orientações gerais da URSS, de uma aliança tática dos partidos comunistas com as burguesias nacionais. Consideravam essa aliança necessária para se enfrentar o imperialismo norte-americano e o latifúndio, principais inimigos dos trabalhadores. Esta política fazia parte de uma estratégia mais geral. Primeiro, seria realizada uma revolução democrático-burguesa e, numa segunda fase, a revolução socialista. Até 1949, a URSS não possuía armas atômicas, de domínio exclusivo dos EUA, e procurava reconstruir seu país, arrasado pela guerra. Por isso, a União Soviética orientava os partidos por ela controlados a fazer alianças táticas com os governos capitalistas dos seus países. Essa política garantiria tranquilidade à URSS.

Por seu lado, Vargas precisava do apoio dos comunistas para controlar os sindicatos e se reforçar para seu projeto político. Por isso aliou-se ao PCB que, por sua vez, procurava espaço para atuar livremente. Vimos anteriormente a atuação dessa aliança no chamado “Queremismo”.

A linha política do Partido Comunista ia automaticamente para o campo sindical. Pela política geral da União Soviética, naquele momento, os trabalhadores deveriam acompanhar, em seus países, a chamada “aliança tática”, resultado da vitória conjunta da URSS e dos EUA contra o nazismo. Seguindo esta política, nos vários países sob o controle do Bloco Ocidental, os trabalhadores deveriam adiar a idéia de uma revolução socialista, aliando-se aos partidos burgueses na reconstrução do pós-guerra. A 3.ª Internacional exigia a colaboração dos comunistas com os governos dos seus países, visando a legalização dos seus partidos onde fosse necessária e o seu fortalecimento onde já existissem.

Foi assim que a URSS impediu qualquer radicalização para uma revolução em países como Itália, França e Grécia. Em nome dessa política, passou-se por cima da democracia interna e das decisões das bases desses partidos.

No Brasil, o PCB logo aderiu à campanha pela manutenção na Presidência do ditador e perseguidor dos comunistas. Entre os nomes mais conhecidos dos encarcerados por Vargas, estava o da comunista alemã Olga Benário. Dirigente da 3.ª Internacional, Olga veio ao Brasil com a missão

de acompanhar o dirigente do PCB, Luiz Carlos Prestes. Ela, em 1935, casou-se com o dirigente comunista e com ele tentou organizar o Levante de 35. Com Prestes foi presa, no Rio de Janeiro, em 1936, e, por ser alemã, Vargas a entregou para a Gestapo, a polícia política de Hitler. Olga era judia e teve o mesmo fim de outros seis milhões de vítimas do nazismo. Foi assassinada em fevereiro de 1942, aos 34 anos, na câmara de gás de Bernburg, após ter ficado presa no campo de concentração de Ravensbrück. A deportação de Olga tornou-se um símbolo da relação de Vargas com os comunistas. Sua história foi contada no livro *Olga*, de Fernando Morais, que depois foi transformado em filme e em peças teatrais. Mesmo após anos de prisão e de sofrimento, os militantes comunistas não hesitavam em colaborar com o antigo ditador, em nome de uma vitória política futura.

A política de colaboração com o governo se refletia nas fábricas e nos sindicatos, que passaram a evitar e até a proibir greves. A orientação do Partido se resumia nas palavras de ordem: “Paz e tranquilidade” e “Apertar os cintos”. Por esta lógica, se a política geral era a de formar governos de “União Nacional”, nas fábricas a classe operária não deveria fazer greves. Gregório Bezerra, destacado militante comunista pernambucano, numa entrevista dada ao escritor Dênis de Moraes, assim resumiu a visão dos comunistas em 1945: “[...] a linha política do nosso partido era de paz, ordem e tranquilidade.”

Mas os trabalhadores não estavam satisfeitos com essa linha de ação. Esperavam ver suas reivindicações, por tanto tempo reprimidas, finalmente aceitas. Diante da resistência dos trabalhadores à política de conciliação de classes, o PCB, no final do ano, modificou seu posicionamento sindical e passou a tolerar as greves.

A legalização dos vários partidos continuou. A direita antigetulista agrupou-se na União Democrática Nacional (UDN). Este partido como já assinalamos acima, reunia a burguesia vinculada ao capital internacional: banqueiros, industriais, exportadores e importadores, grandes comerciantes e alguns grandes proprietários rurais. Seu programa era de combate a qualquer idéia nacionalista e desenvolvimentista. Uma grande parte da pequena burguesia, atraída pelo discurso moralista e liberal, também se unia à

UDN, por defender a abertura ao capital estrangeiro e o conjunto da visão econômica liberal. Com esse programa, a UDN logo iniciou campanha para a eleição, marcada para dezembro.

Vimos que Getúlio, após decretar a liberdade de organização partidária, cria, em maio, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, logo em seguida, um segundo partido, o Partido Social Democrático (PSD).

A maioria dos latifundiários agrupava-se no PSD, cuja doutrina era centrada na defesa incondicional da propriedade da terra e na necessidade de uma política protecionista por parte do governo. O Brasil deveria continuar importando do Primeiro Mundo produtos industrializados, como carros, motores, máquinas e eletrodomésticos, pagando-os com a exportação de seus produtos primários, como café, açúcar, cacau, carne, ferro etc.

Desde o início do ano de 1945, setores militares, além da UDN, opunham-se à continuidade do ditador no poder. Exigiam eleições sem Vargas. Após uma enorme manifestação dos “queremistas”, pró-Vargas, os opositores decidem derrubá-lo. No dia 19 de outubro, Getúlio é finalmente deposto por um Golpe Militar. São confirmadas eleições presidenciais e para os outros cargos políticos para o final do ano.

Em dezembro, na eleição presidencial, destacam-se três candidatos. O primeiro era Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo PSD e pelo PTB, que pretendia continuar a política de Vargas. O candidato das forças da direita era o brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN e apoiado pelo Partido Social Progressista de São Paulo e pelo Partido Libertador do Rio Grande do Sul. O terceiro candidato era o engenheiro Yedo Fiúza, apoiado pelo recém-legalizado PC, que se registrou com o nome de Partido Comunista do Brasil. Havia um quarto candidato, de expressão bem menor, do Partido Agrário Nacional. Venceu o general Dutra.

Em 1946, foi elaborada uma nova Constituição, que democratizou a estrutura política do país após os anos da Ditadura Vargas. Infelizmente, a nova Constituição não mexeu na estrutura sindical implantada por Getúlio e nem tratou da Reforma Agrária.

Em junho de 1946, os sindicalistas ligados ao PCB realizaram o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. Nele decidiram fundar a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que substituiu o MUT. Legalmente essa central não estava prevista na legislação sindical de Getúlio. O governo, para se contrapor à CGTB, apóia a criação de uma “central-fantasma”, a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT), mas não tem sucesso.

Durante todo o ano de 1946 estouraram inúmeras greves. O movimento de massas, que crescia dia a dia, obrigava o Partido Comunista e a CGTB a uma mudança de tática, e ao apoio ativo às greves.

Em 1946, os comunistas tinham, por todo o território brasileiro, uma grande quantidade de publicações: revistas de cultura, de economia, revistas femininas e revistas exclusivamente políticas. Também tinham, em quase todos os estados, vários jornais. Oito eram diários: a *Tribuna Popular* (RJ), com vinte mil exemplares, o *Jornal do Povo* (AL), *Hoje* (SP), o *Momento* (BA), *O Democrata* (CE), a *Folha do Povo* (PE), a *Tribuna Gaúcha* (RS) e a *Folha Capixaba* (ES). Além destes, havia jornais do Partido em quase todas as capitais. Eles eram vendidos em bancas e também de mão em mão, em bairros populares, em estações de trem e mercados públicos. Nos subúrbios da capital, Rio de Janeiro, era comum, aos sábados, encontrar brigadas de comunistas vendendo o jornal *Tribuna Popular*. Entre esses encontravam-se comunistas ilustres, como Oscar Niemeyer, Gregório Bezerra, Graciliano Ramos e muitos outros.

A política mundial, porém, sofre mudanças. Em 1947, chega ao fim a trégua entre os dois blocos mundiais e tem início a chamada “Guerra Fria”. Nesse ano, o governo, acompanhando o clima político internacional de anticomunismo, rompe as relações diplomáticas com a URSS, coloca na ilegalidade o PCB e a CGTB, intervém nos sindicatos e intensifica a repressão política, assim como a violência contra as greves. Dos 944 sindicatos existentes no país, 134 sofrem intervenção por parte do Ministério do Trabalho. Até o final do mandato do general Dutra, as intervenções chegam a 400.

Nesta onda anticomunista, todos os jornais do PCB são “empastelados”, isto é, invadidos e fechados pela polícia política.

Em janeiro de 1948, são cassados os mandatos dos 16 deputados federais comunistas. A classe operária, neste clima, passa a ser alvo de forte repressão. A organização operária se reduz à clandestinidade nas fábricas.

Durante o Governo Dutra o salário-mínimo foi congelado, o que gerou sérios problemas frente à inflação.

No mundo todo, de 1947 a 1950, a contraposição entre os dois blocos políticos, URSS e EUA, se intensificava e surgiam novas guerras de libertação contra os países coloniais.

Neste clima de Guerra Fria, o PCB deu uma virada política. Em 1950, lança o chamado “Manifesto de Agosto”, no qual propõe a criação da Frente Democrática de Libertação Nacional, com o objetivo de conquistar imediatamente o poder.

#### A volta de Vargas, em 1950, e a política populista

Em 1950, o Brasil realiza novas eleições presidenciais. Vargas retorna ao poder, desta vez eleito pelo povo. Seu programa populista, atualizado, prometia apoio à industrialização e o fortalecimento dos sindicatos. O lema da sua campanha, “O povo subirá comigo as escadas do Catete”, deixava clara qual seria a sua política.

Em 1951, logo após a posse do novo governo, os trabalhadores realizam mais de duzentas greves. Cobravam o que Vargas havia prometido em campanha: aumentar em 100% o salário-mínimo, congelado desde a sua implantação, em 1942. Além de dobrar o salário-mínimo, Vargas também havia prometido a criação de um sistema de Previdência Social que substituísse os vários sistemas de previdência que atendiam a várias categorias isoladas.

O discurso do presidente aos trabalhadores, no campo do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em 1.º de Maio de 1951, definia sua política e seu caráter populista:

Preciso de vós, trabalhadores do Brasil, meus amigos, meus companheiros de uma longa caminhada. Preciso de vós tanto quanto precisais

de mim. Preciso de vossa união, preciso que vos organizeis sobriamente em sindicatos. Preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo, para que este possa dispor de toda força que necessita para resolver os próprios problemas.

A política de Vargas era contraditória. Reprimia com violência as greves, segundo a linha anticomunista e antipopular imposta pelos EUA, e, ao mesmo tempo, concedia aumento de 100% no salário-mínimo e chamava os trabalhadores para apoiarem o seu governo.

Os anos de 1952 e 1953 são pontilhados por centenas de greves. Entre as mais conhecidas, estão as greves dos tecelões de São Paulo, no início de 1952, que conseguiram um aumento de 25%. Em Pernambuco e na Paraíba, em outubro, de novo os trabalhadores de tecelagens, após 33 dias de greve, conseguem 30% de aumento e o pagamento dos dias parados. No clima político da Guerra Fria, o PCB continuava na ilegalidade, com pena de prisão ou exílio para quem a ele fosse filiado, ou mesmo simpatizante. Os comunistas eram sempre chamados de subversivos e inimigos do Brasil. Eles, que haviam apoiado a eleição de Vargas, em 1950, passavam para a oposição todas as vezes que o presidente tomava medidas de apoio à política norte-americana, como a criação da Comissão Mista Brasil - EUA para assuntos econômicos.

Em 1953, um decreto do governo cria a Petrobrás, velha bandeira nacionalista do PTB e do PCB. A batalha pela criação da estatal do petróleo vinha desde 1947 e muitos nacionalistas e comunistas haviam sido presos, acusados pelo crime de dizer que no Brasil havia petróleo.

O país vivia um momento de grande politização. Discutiam-se problemas ligados ao projeto desenvolvimentista, como a moratória da dívida externa e o controle da remessa de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas. Outro grande tema era o controle da inflação com a redução do crescimento do país, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) exigia.

Em janeiro de 1953, no Rio, param três categorias. São cinquenta mil têxteis que conseguem 42% de aumento e, junto com eles, os portuários e a construção civil. Ao longo de todo o ano de 1953, temos notícias de mais

de 800 greves. A mais célebre aconteceu em São Paulo, pólo industrial mais dinâmico do país, no meio do ano e ficou conhecida como a “Greve dos 300 mil”.

A cidade ficou paralisada por quase um mês. Foi uma greve que reuniu várias categorias, sob a liderança de metalúrgicos, têxteis, gráficos e trabalhadores da alimentação. Podemos dizer que essa greve foi o resultado da organização clandestina dos trabalhadores desde os anos repressivos de 1946-1950. A organização, dentro das empresas, dava seus frutos. Os grupos de trabalhadores organizados nos locais de trabalho eram chamados de “comitês de fábrica”. Essa forma de organização floresceu na época fortemente repressiva dos anos do Governo Dutra, mas perderá seu empuxo nos anos seguintes.

Para dirigir essa longa greve de 1953 foi criado um Comando Geral de Greve. Os trabalhadores conseguiram um aumento geral, que variava, de acordo com as categorias, entre 20% e 75%. Em média, o aumento foi de 32%.

Ao final da greve, o Comando se transformou em Comissão Intersindical (CIS). Logo em seguida, da CIS nasce o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), a primeira organização intersindical deste período. Lembremos que, pela lei sindical vigente, era proibido aos trabalhadores a criação de uma central sindical. A criação do PUI foi, portanto, um “drible” na estrutura sindical. Mais de cem sindicatos filiaram-se ao PUI.

A greve de 1953, em São Paulo, foi o modelo para as mobilizações que se multiplicaram até o Golpe de 64, baseadas na mobilização dos grandes sindicatos oficiais, sem que se rompesse com a estrutura sindical tradicional. Ao mesmo tempo, apoiando-se na estrutura do Partido Comunista, a greve ultrapassava o campo puramente sindical e envolvia o movimento popular, as associações de bairro, o movimento estudantil e o das mulheres.

Mas a contradição entre a participação popular e o fortalecimento das cúpulas sindicais aparece claramente na plataforma política da CIS: “É necessária aprovação das direções sindicais oficiais para a realização de qualquer manifestação dos trabalhadores.” Ou seja, a mesma organização centralizada que dirigia a classe passava a se dar o direito de controlá-la.

Frente à intensificação das exigências dos trabalhadores, Vargas convidou para o Ministério do Trabalho o secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, João Goulart, filiado ao PTB e que tinha bom trânsito entre os trabalhadores.

No início de 1954, uma forte onda de greves exige três pontos centrais: aumento de salário, criação do 13.º salário e férias remuneradas em dobro. O novo ministro do Trabalho anuncia um aumento de 100% no salário-mínimo para o dia 1.º de Maio. Mas os empresários não admitem essa medida. Há fortes pressões por parte das empresas e dos militares. Goulart é demitido do Ministério, em março. Em maio, depois de muito vai-e-vem, o aumento do salário-mínimo é fixado em 42%.

Enquanto isso, Vargas se debatia entre duas políticas contraditórias. De um lado, a pressão dos EUA e de seus aliados brasileiros, a direita agrupada na UDN, que exigia a adoção da política liberal do FMI no Brasil. Do outro, os intelectuais e os sindicatos próximos ao PTB e PCB, que exigiam a continuidade da política nacional-desenvolvimentista.

Os militares estavam divididos entre essas duas linhas políticas. Em outubro de 1948, o governo havia criado a Escola Superior de Guerra (ESG) nos moldes das escolas militares norte-americanas. Lá, a doutrina dominante era o anticomunismo e defendia-se a abertura total do país ao capital estrangeiro.

Em agosto de 1954, Vargas, pressionado pela direita, com seu governo acusado de corrupção (o famoso “mar de lama”), se mata. Preferiu morrer a ser derrubado por um golpe político. A massa, enfurecida, ataca os jornais da direita golpista, como a *Tribuna da Imprensa*, do inimigo mortal de Vargas, Carlos Lacerda, e *O Globo*. Somente o jornal *Última Hora*, dirigido por Samuel Wainer, defendia Getúlio Vargas. A massa pró-Getúlio, enfurecida, também atacou e depredou as sedes do PCB, que se opunha à política do presidente morto, por julgá-la dependente demais dos EUA e, ao mesmo tempo, repressiva com os trabalhadores.

### • Vargas e o populismo

Populismo, aparentemente, deveria significar uma política feita a favor do povo, segundo os interesses do povo. Mas, na verdade, o populismo mantém a sociedade dividida e estruturada em classes, e os trabalhadores são dominados e explorados. À primeira vista, o populismo muda a situação dos trabalhadores e do povo; no entanto, não altera as estruturas de dominação e exploração, que continuam intactas.

Para conseguir a adesão da população, os governos populistas precisam fazer várias concessões que beneficiem imediatamente o povo. Graças a esses benefícios concretos e imediatos é que o populismo consegue controlar as massas trabalhadoras, para que não se rebelem e não busquem uma nova estrutura social.

As bases iniciais do populismo foram lançadas por Vargas na década de 1930. Estavam por trás de toda a legislação trabalhista e, sobretudo, sindical, naqueles anos.

O apelido de Vargas – “pai dos pobres” – traduzia a ideologia dominante na época. Ele seria o guia, o condutor de toda uma política que o povo seguiria cegamente. Atenderia as reivindicações sem nunca transformá-las em direitos.

Os eixos principais do populismo podem ser assim resumidos:

- Não existem classes sociais. A sociedade é vista como um grande corpo. É como se o país fosse uma grande corporação em que todos tivessem interesses comuns. Esta visão era a retomada da política fascista criada na Itália, por Mussolini, de um Estado Corporativo. Um corpo único, harmônico, coordenado pela cabeça: o chefe, o ditador, o pai.
- O Estado está acima dos interesses das várias classes. Ele cuida dos interesses de todo o povo, como um juiz imparcial.
- O Estado é um pai que cuida especialmente dos filhos mais fracos, mas não só dos mais fracos. O Estado cuida de todos os setores que dependem da boa vontade do governo e distribui favores, graças à concentração de recursos em suas mãos.

Seguindo estes princípios, a política de Vargas “dava uma no cravo e outra na ferradura”. Ao mesmo tempo que aprovava a legislação trabalhista, garantindo alguns direitos aos trabalhadores, defendia uma política industrial que concentrava enormes riquezas nas mãos da burguesia, consolidando uma estrutura social baseada numa massa de miseráveis. As prisões, durante o Estado Novo, estavam repletas de sindicalistas, anarquistas, comunistas e até de liberais democratas. Os sindicatos estavam fechados. Mas Vargas ia aos estádios fazer comícios que sempre começavam com a famosa exclamação: “Trabalhadores do Brasil!!!!!!...”.

O populismo acompanhou Vargas ao longo de suas gestões políticas, de 1930 até 1954. Mas o período de maior florescimento do populismo foi entre 1951 e 1964. Cultivado primeiramente pelo próprio Vargas, o populismo continuou com Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e, sobretudo, João Goulart.

Em 1945, Vargas precisou apoiar-se na classe operária para continuar no poder e, por isso, aliou-se ao PCB, que, na época, defendia uma política nacional e popular.

Na segunda fase do seu governo populista, após 1950, Vargas aprofundou os aspectos nacionalistas. Falava em um Brasil independente, sem compromissos com o imperialismo. Falava que o Brasil poderia se tornar uma nação cada vez mais rica e desenvolvida, graças à colaboração entre a burguesia nacional e os trabalhadores.

O PCB, durante todos esses anos, liderou grandes campanhas antiimperialistas e a mais célebre delas foi “O petróleo é nosso”. Dessas campanhas, na década de 1950, nasce a Petrobrás e, mais tarde, a Eletrobrás.

Durante toda a década de 1950, imperou no país esse clima populista, o que dificultou a distinção entre as duas classes antagônicas: burguesia e proletariado. Com a direção político-ideológica nas mãos da burguesia nacional, a classe operária ficou sem rumo. Os diferentes sindicatos que seguiam o PCB recebiam orientações contraditórias. Ora, os comunistas mandavam que os sindicatos apoiassem Vargas, pois ele estaria levando uma política nacionalista, ora mandavam que se opusessem a ele, por apoiar os Estados Unidos.

A política nacionalista e populista precisava mobilizar as massas em torno de um projeto nacional de desenvolvimento que favorecesse as grandes massas. Mas criava grandes expectativas de melhoras que depois acabavam sendo frustradas. Por sua vez, a burguesia oscilava entre apoiar-se nessas mobilizações e a necessidade de mantê-las sob controle.

Em agosto de 1954, o suicídio de Vargas ocorre num momento político completamente contraditório, provocado por essa política populista.

### Juscelino e os *anos JK*: indústria, inflação e greves

Com a morte de Vargas, Café Filho, vice-presidente, assume provisoriamente a Presidência. Em 1955, há uma disputadíssima campanha presidencial. A UDN apresenta como seu candidato o general Juarez Távora, para disputar contra a chapa de Juscelino Kubitschek e seu vice João Goulart. Juscelino era do PSD e João Goulart, do PTB. Adhemar de Barros, pelo Partido Social Progressista, e Plínio Salgado, ex-integralista, pelo Partido de Representação Popular (PRP), foram os outros candidatos.

Juscelino, durante sua campanha, prometia dar continuidade ao programa nacional-desenvolvimentista de Vargas. O objetivo era fazer do Brasil um país industrial e desenvolvido. O Plano de Metas foi seu programa durante a campanha eleitoral. Tinha como lema, “50 anos em 5”. Seu plano de desenvolvimento definia como pontos centrais os setores de energia, transportes, indústria de base, alimentação e a construção da nova capital, Brasília. A política geral do governo visava completar o programa de substituição das importações, iniciado por Vargas. A idéia era produzir, no Brasil, bens de consumo duráveis como automóveis, geladeiras, rádios e televisores, além de máquinas e equipamentos pesados.

A vitória de Juscelino nas urnas não foi bem aceita pelas forças conservadoras. Desde o começo, houve a tentativa da UDN de impugnar sua candidatura. A frase típica da turma da UDN, atribuída ao raivoso, então deputado do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, deixa claro o plano golpista. Juscelino não deveria ser candidato. Se passasse a sua candidatura, não po-



deria ganhar. Se ganhasse, não deveria governar. E se nada disso desse certo, deveria ser derrubado com um golpe. A direita não concordava com o seu programa e tentou, concretamente, um golpe militar para impedir sua posse. Mas esse golpe ainda não estava maduro. A direita, aliada ao imperialismo americano, iria tentar novamente, quando da renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Finalmente, em 1964, acabaria conseguindo o que vinha sendo adiado desde 1954: o golpe contra a esquerda nacionalista.

Juscelino, conhecido por suas iniciais JK, fez uma política diversificada e buscava o apoio de todas as classes. Aos trabalhadores garantiu aumentos salariais para repor a inflação, na época apelidada de “inflação galopante”. Ao mesmo tempo, garantiu o controle da classe operária através de João Goulart, seu vice, do Partido Trabalhista. Aos industriais assegurou altíssimos lucros através da forte expansão industrial e da facilitação de toda forma de associação com o capital internacional. Para os latifundiários de seu partido, o PSD, deu incentivos fiscais sem alterar a estrutura fundiária e sem fazer a reforma agrária. Dos intelectuais conseguiu apoio, graças à empolgação do clima desenvolvimentista, alimentado pela construção da nova capital e pela implantação da indústria automobilística. Houve um surto de crescimento industrial.

#### • Mudanças na economia

Os “Anos JK” ficaram marcados pelo acelerado desenvolvimento capitalista. Grandes empresas foram criadas, graças à implementação da indústria de base nos anos anteriores, sobretudo com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Petrobrás. Além disso, uma série de medidas do governo acelerava o crescimento econômico. Entre 1955 e 1961, a produção de aço cresceu 100% e a de equipamentos de transportes, 600%. A taxa de crescimento da economia foi de 7% ao ano.

Juscelino ofereceu muitas facilidades à entrada do capital estrangeiro e à remessa de lucros obtidos no país. A UDN, na oposição, queria uma política liberal, contra qualquer intromissão estatal. Era a linha antivarguista que se batia especificamente contra o vice-presidente João Goulart, legítimo representante do trabalhismo.

Juscelino, nos cinco anos de seu governo, esteve sempre dividido entre duas políticas: a política do FMI, de estabilidade, controle da inflação, redução dos gastos públicos, e a política desenvolvimentista, que defendia o pleno emprego e aumentos salariais. No fim de seu mandato, em junho de 1959, JK chegou a decretar a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, a chamada “moratória”, por um curto período de tempo. Era o sinal do aumento da tensão existente entre as duas políticas que estavam presentes em seu governo. Logo em seguida, a pressão do capital internacional aumenta e os juros da dívida externa voltam a ser pagos.

#### • Mudanças na classe operária

Até meados dos anos 50, a industrialização brasileira ainda engatinhava. Os setores de ponta ainda permaneciam os tradicionais: tecelagem e fiação, alimentação e construção civil. Nos “Anos JK” aumenta muito o peso do setor metalúrgico e do petroquímico. O primeiro dará partida ao setor de máquinas e de eletrodomésticos e, sobretudo, ao parque automobilístico. O segundo verá florescer a indústria do plástico e dos vários derivados do petróleo. Nesse período cresce, também, o peso dos trabalhadores nas empresas estatais e no setor público.

Um fenômeno que teve grande importância, nesta década, foi a migração de milhões de pessoas do campo para as cidades. Desde o final da década de 20, tinha acabado qualquer subsídio ou incentivo à imigração estrangeira. A migração interna, dos estados mais pobres para os mais promissores, acentua-se entre os anos 1950 e 1960, devido à industrialização. Mas o chamado “êxodo rural”, ou seja, a fuga do campo para as cidades, bate o recorde entre os anos 1960 e 1980, quando 29 milhões de brasileiros deixam o campo para as cidades. Este foi um fenômeno mundial, mas o Brasil é considerado o caso mais acelerado desse tipo de migração. São Paulo foi a principal cidade de destino desses milhões de “retirantes”, que chegavam ao “Sul Maravilha” em precários caminhões, conhecidos como “paus-de-arara”. A grandiosa migração nordestina para São Paulo ficou imortalizada em filmes, peças teatrais e na música. *Triste Partida*, música de autoria do célebre sanfoneiro e cantor Luiz Gonzaga, retrata essa realidade

com perfeição. Pode ser considerado o maior hino da saga da migração de milhões de nordestinos para fugir da fome em sua terra.

Com a nova fase da industrialização e com as migrações internas, a classe operária mudou seu perfil e rapidamente passou a exigir os frutos visíveis do seu trabalho. Num clima de politização crescente ocorrem milhares de greves contra os baixos salários corroídos pela inflação. As reivindicações principais eram contra as péssimas condições de trabalho e contra o alto custo de vida. Exigia-se aumento de salário.

Embora o Partido Comunista continuasse ilegal, nesses anos de discussões políticas acaloradas e de fortes mobilizações, sua influência crescia entre as massas populares, assim como entre intelectuais e artistas.

Assim, o Partido formulava sua política:

Frente única de luta por um governo nacionalista e democrático do qual participava a burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo americano [...]; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes. Nas presentes condições do país o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo.

(Programa do PCB, 1958)

Essas idéias influíram fortemente na atuação das direções sindicais que passaram a ter uma política de grandes mobilizações. Mas qualquer mobilização não poderia extrapolar as decisões do Partido. Para isto, era necessário garantir o controle sobre os sindicatos e a classe operária.

Em 1959, a economia do país começou a estancar. No ano anterior, a indústria como um todo tinha crescido 16,2%. O crescimento industrial começou a baixar gradativamente, até chegar a 0,2%, em 1963. Enquanto isso, a “inflação galopante” continuava crescendo e as empresas, com a diminuição do seu ritmo de crescimento, faziam aumentar o desemprego.

A partir de 1959, as propostas dos sindicatos, sob a liderança dos comunistas, eram centradas em reformas estruturais da sociedade em geral que, posteriormente, seriam chamadas de Reformas de Base. Por isso, os trabalhadores passam a fazer greves não só por motivos econômicos, como também políticos.

#### • Greves e mobilizações crescentes

Em outubro de 1957, houve uma greve generalizada de 500 mil trabalhadores, de várias categorias, no estado de São Paulo. O Pacto de Unidade Intersindical (PUI), nascido na Greve dos 300 mil, em 1953, liderou o movimento. Os sindicatos em greve formaram uma enorme comissão negociadora, composta por uma massa de mais de dez mil grevistas que, no ginásio ao lado do estádio do Pacaembu, acompanhava atentamente a negociação com os patrões, transmitida integralmente através de alto-falantes. Em seguida, no estádio, aconteciam assembléias com até cem mil pessoas.

Essa e inúmeras outras greves, durante todo o governo JK, garantiram a recomposição dos salários constantemente corroídos pela inflação. Com isso, houve uma elevação constante do salário real, que havia sido arrojado durante oito anos. O salário-mínimo, durante os *Anos JK*, atingiu o auge do seu valor real, superando o valor inicial de quando foi instituído, em 1941.

No meio dessas greves, no Rio de Janeiro, em 1958, nasce a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), com um modelo semelhante ao do Pacto de Unidade Intersindical (PUI) de São Paulo.

Em 1959, quase mil greves envolveram um milhão e meio de trabalhadores. Neste clima de forte agitação sindical, as discussões políticas aumentavam. O Partido Comunista continuava difundindo seus jornais e revistas. A classe média, alvo de uma hábil propaganda da direita, aumentava seu pavor diante das mobilizações dos trabalhadores da cidade e do campo. Ao mesmo tempo, a oposição da burguesia e de boa parcela dos militares doutrinados na propaganda dos EUA se reforçava contra qualquer atuação das forças de esquerda.

Uma grande greve nacional, em 1960, foi a dos trabalhadores em transportes marítimos e terrestres, conhecida como a “Greve da Paridade”. De novo o país pára por salários e melhores condições de trabalho. A principal reivindicação dessa greve nacional era a paridade de salários e de condições gerais entre funcionários civis e militares.

Após a greve, realiza-se, no Rio de Janeiro, a 2.<sup>a</sup> Conferência Nacional Sindical, durante a qual é criado o Pacto de Unidade e Ação (PUA), que passa a englobar o PUI. Desde o PUI de 1953, em seguida com o CPOS e agora com o PUA, as lideranças dos trabalhadores, sob influência dos comunistas, procuravam unificar os sindicatos, para a criação de uma central sindical.

No início dos anos 1960, os Estados Unidos passam a manifestar preocupação com os rumos políticos do Brasil. Começam a agir no movimento operário, através do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil), um instituto ligado diretamente à Ciosl, a confederação mundial criada em 1949 pelos EUA. A Ciosl tinha como meta difundir conceitos de sindicalismo em franca contraposição aos do sindicalismo liderado pela esquerda, fosse ela comunista ou socialista. O Iadesil organizava milhares de cursinhos de sindicalismo. Nos anos anteriores ao Golpe, chegou a treinar trinta mil dirigentes sindicais, muitos dos quais foram enviados para fazer cursos nos EUA. Na verdade, sob o nome de cursos de formação sindical, eram dados cursos para “fazer cabeças” e que ensinavam como se devia preparar a adesão dos trabalhadores ao Golpe que estava sendo articulado. Era a CIA, a espionagem norte-americana, atuando secretamente no sindicalismo brasileiro. Este Instituto formou milhares de sindicalistas que, unidos aos patrões e aos militares, articularão o Golpe que implantou a Ditadura Militar de 1964.

#### • As divisões do Movimento Sindical antes do Golpe de 64

Em meados de 1960, no 3.<sup>o</sup> Congresso Nacional dos Trabalhadores, o assunto mais polêmico foi o da criação de uma central sindical. As divisões do movimento sindical apareceram claramente e deram origem a três blocos distintos.

O primeiro, formado por sindicalistas vinculados ao PCB e pela ala mais à esquerda do PTB, era constituído pelos principais defensores das Reformas de Base e seguia uma política nacionalista. Este bloco, que liderou as greves até o Golpe de 64, era o mesmo que havia criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962. Os sindicalistas deste grupo eram chamados de “vermelhos”.

O segundo bloco era menor e tinha menos peso nas fábricas. Era formado por tradicionais pelegos, ligados ao Ministério do Trabalho e à central norte-americana, AFL-CIO, e apelidados pela esquerda de “amarelos”.

O terceiro bloco era formado por sindicalistas que se autodenominavam democráticos ou “renovadores”. Uma mistura de conservadores, de católicos e de alguns militantes de esquerda que não se alinhavam com o PCB. Esse grupo articulava a direita sindical em nítida oposição com o sindicalismo de esquerda. Era intimamente ligado ao sindicalismo norte-americano patrocinado pela Ciosl, através da sua Regional, a Organização Regional Interamericana do Trabalho (Orit). Esta organização criou, no Brasil, o Iadesil e o Instituto Cultural do Trabalho (ITC), para disfarçar suas atividades no país. Era através do Iadesil e do ITC, em conexão direta com o Departamento de Estado do governo norte-americano e a CIA, que eram orientados e dirigidos os sindicalistas do bloco dos “renovadores”.

Os “renovadores”, embora organizados sob várias siglas, tinham sempre a mesma política: combater os “vermelhos”. O Movimento de Renovação Sindical (MRS), que nasceu em 1962, foi sua principal expressão. Chegaram a dirigir grandes sindicatos em São Paulo. Devido à influência de alguns membros da esquerda, defendiam bandeiras progressistas, como a luta contra o imposto sindical e o desatrelamento dos sindicatos da estrutura sindical oficial.

Por falta de unidade interna, o MRS acabou por se dividir, em 1963. Uma parte do MRS uniu-se aos tradicionais “amarelos ministerialistas” e criou o Movimento Sindical Democrático (MSD). O denominador comum deste novo grupo era o combate ao comunismo e a defesa de “um Brasil cristão e democrático”. O MSD, fartamente financiado pelos empresários brasileiros do Ipês e pela CIA, desenvolveu um amplo trabalho de propa-

ganda e distribuiu milhões de impressos – panfletos, livros e revistas – para divulgar sua política. Desse grupo, após o Golpe de 64, saíram os interventores para os sindicatos que foram vítimas de cassação.

Todos esses grupos se enfrentaram durante o 3.º Congresso Nacional dos Trabalhadores. Os “vermelhos” queriam uma central sindical vinculada à Federação Sindical Mundial (FSM) e com um programa alinhado à política internacional da URSS. Os “amarelos”, “renovadores” do MRS, e os “democráticos” do MSD defendiam uma central politicamente ligada ao sindicalismo da Ciosl, alinhada ao bloco capitalista. Não houve acordo possível e, dois anos depois, os “vermelhos” criaram uma organização cujo perfil era próximo ao de uma central sindical, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Entre os católicos havia duas correntes contrastantes. Um grupo, vinculado à esquerda, era formado por militantes do Movimento de Educação de Base (MEB), da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO). Estes movimentos pretendiam deslocar o eixo tradicional da Igreja, que sempre esteve aliado à direita, para uma posição favorável à libertação popular. Desse setor, já antes do Golpe de 64, nasceu um agrupamento político chamado Ação Popular. Este se fortaleceu, sobretudo no meio estudantil, e foi uma das organizações que lutaram contra a ditadura, logo após o Golpe.

Na década de 70, proliferarão as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que já haviam sido criadas informalmente, em alguns estados, a partir da década de 1960.

O segundo bloco católico era sua ala direita, apoiada pela alta hierarquia da Igreja que era, em sua imensa maioria, de tendência conservadora e direitista.

### **Politização das lutas sociais:**

#### **CGT e Ligas Camponesas**

Em outubro de 1960, houve uma nova eleição presidencial. De um lado, a direita pró-imperialista, liderada pela UDN. Do outro, a esquerda

nacionalista, liderada pelo setor mais radical do PTB, com o apoio do PCB apoiando o nome do general Teixeira Lott. Disputou, também, sem a mínima chance, Adhemar de Barros, demagogo candidato do PSP.

Foi eleito presidente o candidato da direita, Jânio Quadros. Sua pregação moralista e populista garantiu-lhe a vitória. Pelo sistema eleitoral da época, seu vice acabou sendo o candidato à vice-presidência da outra chapa, João Goulart, do PTB, que tinha o apoio dos comunistas.

Logo no começo do novo governo, as greves se intensificaram, exigindo que os salários acompanhassem a inflação. Jânio tinha uma atuação confusa e contraditória. Sua política interna apoiava o programa liberal da UDN e do FMI. Externamente, reatou relações diplomáticas com a URSS e países do Leste Europeu, como Hungria, Polônia e Bulgária. Manteve um bom relacionamento com Cuba e iniciou negociações com a China.

A economia ia mal e a produção interna caía mês a mês. O dilema de Jânio era o mesmo da década anterior. A primeira alternativa era a estabilização, com o controle da inflação e uma forte retração econômica, que significava desemprego. A outra, era o incentivo ao desenvolvimento nacional, confrontando o FMI.

Jânio, então, arrisca uma jogada que não deu certo. Em agosto, renuncia, sonhando ser levado “pelos braços do povo” de volta ao poder. Acreditava que o Congresso, composto por uma maioria declaradamente de direita, o apoiaria para retornar à Presidência, ainda mais sem seu incômodo vice, João Goulart. No momento da renúncia, João Goulart estava em visita à China comunista, para estabelecer relações comerciais e diplomáticas. O plano parecia perfeito. O povo exigiria que o presidente continuasse e os militares não permitiriam que o vice assumisse, por ser um esquerdista. Assim, Jânio poderia retornar à Presidência com plenos poderes, pela vontade direta do povo, livre e desimpedido, sem vice. Mas o plano não deu certo.

A renúncia foi aceita pelo Congresso e a confusão tomou conta do país. O Exército e a UDN eram contra a posse do vice. O PCB primeiramente lança a palavra de ordem: “Convocar uma greve geral contra o gol-

pe e pela volta de Jânio Quadros”. Logo depois, consumada a renúncia, passa a dar apoio a inúmeras greves, pela posse do vice-presidente João Goulart.

A Campanha da Legalidade, deslanchada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, espalha-se rapidamente. Os ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, no Rio de Janeiro, logo entram em greve. Os da Central do Brasil, solidários, param os trens nos estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais. A UNE decreta greve nacional de estudantes e, na capital, fortes protestos populares ameaçam invadir a Embaixada dos EUA e os jornais que mais defendiam o golpe, como a *Tribuna da Imprensa* e *O Globo*.

No Sul, Brizola, junto com o PCB, o PTB, os sindicatos e o III Exército exigem a posse do vice e realizam fortes manifestações. Num gesto simbólico, o governador comanda a invasão da fábrica de armas Taurus e distribui armas ao povo para garantir a posse de Goulart.

A esquerda organiza uma greve para todo o território nacional, que foi conhecida como “Greve da Legalidade”. Exigia a aplicação da Constituição: o vice deveria assumir. Um setor militar, mais reacionário, tenta impedir a posse do vice Goulart através de um Golpe, sem sucesso. A direita tramava um golpe para se livrar da esquerda desde a véspera da morte de Vargas, em 1954. Ainda não tinha chegado o seu momento. Este chegaria três anos depois, em 1964.

Frente à forte pressão popular, sobretudo no Sul, e à indecisão dos militares, a alternativa foi uma solução de compromisso: Jango assumiria, mas privado de poder. Seria presidente, mas o sistema passaria do presidencialismo ao parlamentarismo. Como primeiro-ministro, foi escolhido o deputado centrista Tancredo Neves. Jango, então, toma posse, contra a vontade da direita aliada a seus patronos norte-americanos.

Como presidente, Jango logo assume compromissos com os sindicatos que haviam garantido sua posse. Os sindicatos ligados ao PCB e à esquerda do PTB disputam a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria contra o sindicalismo de direita e ganham, com o apoio do presidente da República. Mas a política do governo continuava contraditória

Em julho de 1962, a CNTI, então vinculada ao PTB e ao PCB, exige de Jango a retribuição do apoio dado pelos trabalhadores na ocasião de sua posse. Queriam um Ministério “de coalizão, nacionalista e democrático”. Esta era a fórmula da política do PCB: apostava que a burguesia nacional seria capaz de “encaminhar a solução dos problemas postos na ordem do dia pela realidade objetiva existente em nossa terra”. As lideranças sindicais combinaram com o presidente da República uma greve para pressionar a destituição do Ministério, considerado muito de direita. Também queriam a nomeação de um primeiro-ministro e de um ministro do Trabalho que fossem aliados dos trabalhadores.

A greve, que teve início no dia 5 de julho de 1962, foi a primeira da história do país de caráter nacional. Há quem diga que esta foi a primeira greve geral do país, convocada conjuntamente pela CNTI, pelo PUA e por outras articulações regionais.

A greve foi vitoriosa e o governo mudou o Ministério. Após essa greve de um mês, o Congresso, pressionado pelos trabalhadores, finalmente aprova a lei que instituiu o 13.º salário no país. Como vimos, esta conquista não foi de graça. Havia sido uma reivindicação presente em todas as greves, desde 1953. Em dezembro de 1961, em São Paulo, uma forte greve geral de várias categorias já havia conquistado o direito ao 13.º, na época chamado de “Abono de Natal”, para os trabalhadores daquele estado. O governador do estado endureceu o jogo e o Sindicato dos Metalúrgicos, liderado por comunistas, foi cercado e invadido. As prisões, numa noite, chegaram a cinco mil trabalhadores. Foi assim que, após a “Greve pelo Gabinete Nacionalista”, os trabalhadores conquistaram o 13.º salário, a nível nacional.

Durante essa greve muitas ações espontâneas dos trabalhadores escapavam da frágil coordenação do comando da greve. No Rio de Janeiro, episódios de revolta foram violentamente reprimidos pela polícia. Vale a pena ler o relato do jornal *Última Hora*, do dia 6 de julho de 1962:

Em clima de greve, diante das violências policiais, o povo explodiu em revolta, saqueando, destruindo casas comerciais na zona norte da

Guanabara, em Nilópolis, Niterói, Caxias e São João do Meriti, onde o choque entre populares e a polícia converteu em batalha campal o teatro das filas do abastecimento. Em Caxias, principalmente, a rebelião popular deixou um saldo de 25 mortos e mais de mil feridos, números imprecisos, em face da falta de informações oficiais e que se acredita possam superar esses cálculos. Estima-se, extra-oficialmente, em 5 mil o número de feridos e em quarenta o número de mortos, só na baixada fluminense.

Logo após essa grande greve, o Comando Geral de Greve (CGG) convoca o 4.º Congresso Nacional dos Sindicatos. Neste congresso, o CGG transforma-se no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Na verdade, seu caráter era mais político que sindical, o que explica a sua prática de cúpula e seu afastamento do dia-a-dia da base.

Enquanto as lutas dos trabalhadores avançavam, os comunistas procuravam legalizar seu partido, ilegal desde 1947. Em 1961, o partido muda seu nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB), visando obter seu registro eleitoral. Mas nem com a mudança de nome, a Justiça lhe garantiria a existência legal.

Uma grande crise passou a dividir os comunistas no Brasil, iniciada já em 1956, pelas denúncias dos crimes de Stalin, no famoso XX Congresso do Partido Comunista Soviético. Em seguida, as divisões entre os comunistas se aprofundam. Este foi um fenômeno que se deu no mundo todo, com a explosão do forte conflito político-ideológico entre os dois países guias do socialismo, a URSS e a China. Havia também discordâncias sobre a política nacional implementada pelo Partido. Assim, em 1962, um racha no Comitê Central originou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), considerado como um partido de “linha chinesa”. Seus líderes eram João Amazonas, Maurício Grabois e Diógenes Arruda, entre outros.

#### • O CGT dirige as lutas do movimento operário

Na realidade sindical do começo dos anos 60, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), durante sua curta existência, agiu quase como uma central sindical. Porém, de acordo com seu próprio nome, era mais um

“comando” do que uma central. Constituíam um organismo que representava mais as altas direções dos sindicatos e das federações do que os trabalhadores da base.

Dele faziam parte o PUA (RJ), o PUI (SP) e três confederações da estrutura sindical oficial: CNTI (Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria), CNTTT (Transportes Terrestres) e CNTTMFA (Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos). A Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas) se integrará, depois ao PUA e, conseqüentemente, ao CGT.

O CGT desde a sua criação, em 1962, teve um caráter nitidamente político. Seu grande poder de mobilização não vinha do enraizamento na base, mas de uma aliança com o governo e com militares progressistas. O tempo todo vendia a ilusão de uma força que não possuía. Uma força ilusória e não real. O Golpe de 1.º de abril de 64 confirmará essa trágica realidade, pois o “poderosíssimo” CGT ficou completamente paralisado, sem ação.

Durante seus dois anos de existência, suas principais reivindicações eram essencialmente políticas. Seu Programa de Unidade e Ação, de 1963, exigia unidade com as forças burguesas na luta por:

- Democratização do poder.
- Restrições e controle do capital estrangeiro.
- Maior participação do Estado na economia.
- Reforma agrária e as chamadas “Reformas de Base”.

Em 1963, no seu Programa de Unidade e Ação, o CGT deixava clara sua linha política:

Unidos na frente única das forças democráticas e nacionalistas, declaramos que, para a manutenção da tranquilidade, da ordem e do progresso social-econômico do país, teremos de realizar imediatamente um programa de unidade e ação.

Os partidos de esquerda que apoiavam o presidente Jango fizeram uma enorme campanha pela volta do sistema presidencialista. Foi organizada, pelo CGT, uma greve pela antecipação do plebiscito que decidiria a volta ou não do presidencialismo. O Comando jogou todo o seu peso nesta greve que também contou com o apoio de parte das Forças Armadas. Mas os militares mais alinhados com a direita continuavam firmes na preparação do Golpe.

#### • O movimento no campo

Historicamente os trabalhadores do campo sempre foram deixados à margem das leis trabalhistas e do direito de organizar sindicatos. Não eram reconhecidos para eles os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores urbanos, nem lhes era permitida a criação de sindicatos.

Desde 1955, em Pernambuco, os cortadores de cana e os trabalhadores das usinas procuravam se organizar contra os despejos impostos por estas. Tradicionalmente, os camponeses moravam em casas cujos terrenos não eram de sua propriedade. As usinas alegavam que, como proprietárias das terras, podiam expulsar qualquer família. Sempre que precisavam expandir suas plantações e, conseqüentemente, seus lucros, expulsavam aqueles que estivessem no caminho. Foi assim que começaram a nascer as Ligas Camponesas. Em Pernambuco, o líder deste movimento foi o advogado Francisco Julião que, procurado pelos lavradores, começou a defendê-los nos tribunais.

Rapidamente, a organização dos cortadores de cana começou a expandir-se pelos canais de outros estados do Nordeste e nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Ao mesmo tempo, o PCB também começou a investir na organização e mobilização deste setor da classe trabalhadora. A liderança do partido, nesta frente de batalha, era Gregório Bezerra. O PCB, em 1954, visando a liderança deste importante setor dos trabalhadores, criou uma organização que deveria centralizar as lutas do campo, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (Ultab).

Mas o movimento mais forte era o das Ligas lideradas pelo advogado Julião. A principal reivindicação desse movimento era a reforma agrária e a palavra de ordem era “Reforma agrária, na lei ou na marra”.

A Igreja Católica também marcava sua presença no campo. Em Pernambuco, a ala conservadora da Igreja atuava através dos padres Melo e Crespo. Estes disputavam a liderança dos camponeses com os comunistas organizados na Ultab e, sobretudo, com as Ligas Camponesas. Para opor-se aos movimentos de esquerda, a ala liderada pelos dois padres era fartamente financiada pelos EUA e pelos setores da direita que preparavam um golpe. Os dois principais instrumentos brasileiros que auxiliaram a realização do Golpe foram o Instituto de Pesquisas e Estudos Socioeconômicos (Ipês) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Por trás deles, havia a CIA e toda uma estrutura facilitada pela Embaixada dos EUA.

Havia um setor progressista da Igreja que defendia a criação de sindicatos rurais e investia na conscientização e politização através do Movimento de Educação de Base (MEB). Este se engajava nas lutas junto com a esquerda e tornou-se uma das bases de atuação da ala esquerda dos católicos, conhecida como “Teologia da Libertação”.

As Ligas Camponesas e a organização sindical rural passaram a ser uma realidade tolerada e, em 1962, a esquerda exige e consegue a legalização destes sindicatos e a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag). Desta forma, as lutas do campo se intensificam e se aproximam dos trabalhadores urbanos. Uma das palavras de ordem que passaram a aparecer nas faixas e cartazes durante as manifestações era “Aliança operário-camponesa”, sempre ao lado de “Reforma Agrária, na lei ou na marra” e “legalidade para o PCB”.

É neste quadro político que a Contag começa a participar do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

#### • A direita se organiza para o Golpe

Em meio a toda essa agitação política, a direita começa a se articular, aceleradamente, para acabar com o que ela chamava de “baderna”. Uma

parte das Forças Armadas intensifica a conspiração golpista que já vinha sendo preparada há dez anos.

A direita reagia cada vez mais à constante agitação operária e camponesa. Dentre os jornais, *O Estado de S. Paulo* era seu maior porta-voz. Representava os interesses dos grandes empresários industriais, dos grandes comerciantes ligados à importação/exportação e dos tradicionais fazendeiros paulistas. Todos os jornais, rádios e a nascente televisão só falavam em “baderna, agitação, anarquia, desrespeito às autoridades, falta de governo”.

A burguesia difundia amplamente a idéia de que o Brasil era um país ingovernável devido a um punhado de líderes sindicais do CGT. A investida do Ipês na grande imprensa tinha forte ressonância nos mais influentes veículos de comunicação: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, o “*Estadão*”, e os do Grupo *Diários Associados*.

As manchetes de quase todos os jornais – do *Estadão* em São Paulo, de *O Globo* no Rio e dos *Diários Associados*, império das comunicações de Assis Chateaubriand – estimulavam o aumento da tensão entre os dois blocos nos quais se dividia nitidamente a sociedade.

Apesar de todas as confusões políticas e ideológicas da época, estava-se decidindo um projeto político global de país. Ou o projeto nacionalista e popular, ou o projeto de um Brasil em estreita associação com o capital estrangeiro.

Os EUA, como sabemos, estavam muito interessados nos rumos do Brasil e atuavam através de vários organismos. Os mais conhecidos, foram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto Cultural do Trabalho (ICT), além do Iadesil. Outra grande ferramenta usada pelos Estados Unidos para se contrapor à esquerda comunista foi a Aliança para o Progresso, que atuava com a mesma finalidade por toda a América Latina. No Brasil, lograria penetrar, principalmente, no interior do país, para difundir suas idéias. Era o braço direito do imperialismo norte-americano.

Em contrapartida, a classe operária, através de suas lideranças, era orientada por uma política contraditória em relação ao governo e às Forças Armadas. Era um movimento confuso de alianças e rompimentos. Até

1963, o que predominou foi um pacto entre governo, setores nacionalistas das Forças Armadas e os sindicatos. O fio condutor era o sonho da unidade em torno do mesmo projeto nacionalista e desenvolvimentista. Esta unidade deveria ligar a Presidência da República, os trabalhadores, através do CGT, setores militares nacionalistas e a chamada burguesia nacional.

Logo após a posse de João Goulart, em 1961, dois fatos determinantes mostraram que a direita estava decidida a acabar com a influência da esquerda no país. A direita, que havia engolido a ascensão de um presidente de esquerda, resolvera acabar de vez com a festa.

O primeiro, como já dissemos, foi a criação, em fins de 61, do Instituto de Pesquisa e Estudos Socioeconômicos (Ipês), que será o pólo aglutinador de toda a direita golpista. Um nome simpático, ótimo para despistar os reais interesses da instituição. Era uma articulação entre empresários, militares, classe média assustada supervisionada pela CIA e a Embaixada dos EUA. Também tinha o apoio de membros da alta hierarquia da Igreja Católica. Seus objetivos não eram declarados, mas, para seus idealizadores, eram claríssimos: articular a queda do Governo Goulart através de um golpe cívico-militar.

Este instituto, através de inúmeros livros, panfletos, jornais, filmes e programas de rádio, difundia a idéia da necessidade de se “restabelecer a ordem” contra a anarquia e a baderna provocadas pelas esquerdas. Preparava um golpe e a implantação de uma ditadura, mas declarava estar lutando pelo restabelecimento da democracia.

Ainda em 1961, os sindicatos de direita criaram o Movimento Sindical Democrático (MSD), que passa a ser o braço direito dos golpistas do Ipês entre os trabalhadores urbanos. Este era apoiado pelos sindicatos norte-americanos, através da Organização Regional Interamericana do Trabalho (Orit).

### A caminho do Golpe

Em outubro de 1963, o CGT lidera uma greve geral na cidade de São Paulo. Pela primeira vez, 78 sindicatos se unem numa campanha salarial



unificada e exigem negociação direta com a Fiesp. A reivindicação era 100% de aumento. Durante dois dias, 700 mil trabalhadores pararam a cidade. Ao final, conseguem um acordo de 80% para todos, o que atingia diretamente os interesses da burguesia no seu coração industrial.

Desde o começo de 1964, os empresários vinham acelerando a preparação do Golpe com o forte e decisivo apoio dos militares. Rompia-se a ilusão da esquerda com o tal Pacto Civil-Militar.

O governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, principal porta-voz da direita, alertava diariamente contra o perigo comunista e apelava, de forma declarada, por uma intervenção militar.

A hierarquia católica, quase unânime, fazia coro contra o “perigo comunista”. Nas rádios católicas, o programa do “Terço em Família” transforma-se num programa claramente contra a esquerda. A palavra de ordem era “Livrai-nos do comunismo”. Espalha-se o terror contra a “República Sindicalista” que estaria transformando o país numa baderna. Essas palavras não saíam das manchetes de jornais e da boca dos radialistas.

O Golpe estava cada vez mais próximo e a esquerda parecia cega. Achava que existia um “dispositivo militar” comprometido com o Governo Goulart, capaz de impedir qualquer golpe. Iludia-se em relação a um forte setor das Forças Armadas que estaria do lado do povo, contra os “gorilas” golpistas vendidos aos norte-americanos. Os comunistas sentiam-se seguros com as palavras do almirante Cândido de Aragão, conhecido como “Almirante Vermelho”. Nada menos do que o chefe da Marinha de Guerra estava no comando da Esquadra brasileira ancorada no Rio de Janeiro. Ele, que era membro da direção do PCB, chegou a afirmar à imprensa golpista, em dezembro de 1963, que “se o Golpe vier, em meia hora arraso o Palácio Guanabara”. Junto com esse almirante amigo, muitos outros generais e comandantes estariam do lado do governo, ou seja, apoiariam a esquerda.

Além da ilusão com o “dispositivo militar” do presidente Jango, havia devaneios sobre outro dispositivo: o “dispositivo sindical”. Este seria a organização de sindicatos-chave, como aeroviários, ferroviários e transportes terrestres, que parariam o país a um simples estalar de dedos.

O ano de 1963 se encerrou com três acontecimentos promissores para a esquerda e ameaçadores para a direita. Em setembro, a “Rebelião dos Sargentos”, em Brasília, contou com o apoio do CGT e suas reivindicações foram atendidas: direito de voto, melhores condições de vida e aumento do soldo, isto é, do salário.

A “greve dos 700 mil”, em outubro, em São Paulo, foi vitoriosa e levou o presidente Jango a propor o estado de sítio por um mês. Mas o Congresso não aceitou o pedido do presidente. Ponto para a esquerda.

O terceiro fato foi, no final do ano, uma longa greve de bancários, de âmbito nacional, que atingiu em cheio a burguesia financeira e a classe média. A grande mobilização foi um novo incentivo à onda de euforia da esquerda.

Em março de 1964, a esquerda, sentindo-se segura do seu poderio, organizou junto com a Presidência da República uma grande manifestação no Rio de Janeiro. O palanque foi colocado em frente ao Ministério da Guerra, na entrada da estação da Central do Brasil. Lá, o presidente João Goulart deveria assinar o decreto das famosas Reformas de Base. Estas reformas se opunham aos privilégios seculares das elites, da burguesia: reforma agrária, bancária, tributária, urbana, política, universitária e administrativa. Todas iam no sentido de uma maior justiça social, uma melhor distribuição de renda e um desenvolvimento independente do país. Eram a síntese da luta da esquerda: PCB, UNE, CGT, esquerda do PTB e independentes.

Duzentas mil pessoas estavam presentes neste grande *Comício da Central*. A imensa maioria era de funcionários de empresas estatais ou funcionários públicos. Havia, também, profissionais liberais e estudantes. No palanque estavam o presidente Jango, os secretários-gerais do CGT e da UNE, governadores, parlamentares e o comandante do I Exército.

Nesse dia, Jango assinou o decreto que definia como prioritárias para a reforma agrária as terras em volta de ferrovias, rodovias e barragens. Assinou, também, a nacionalização de seis refinarias de petróleo. Era o dia 13 de março de 1964. Seis dias depois, no dia 19, em São Paulo, a direita golpista realiza a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Militares,

empresários, classe média e católicos conservadores levavam suas faixas pedindo um golpe que “reinstaurasse a democracia”. Na frente da passeata, o velho general Dutra e a estátua de Nossa Senhora de Fátima especialmente trazida de Portugal. Para se ter uma idéia da importância da batalha que se jogava no Brasil, é só observar que, desde 1917, quando nasceu o culto à Nossa Senhora de Fátima, sua estátua nunca havia saído de Portugal. Para derrotar a esquerda, no Brasil, valia tudo... até tirar a imagem da santa de seu santuário, lá em Fátima. Mas a esquerda não via perigo nisso. Os dispositivos militar e sindical a salvariam.

No dia 26 de março, no Rio de Janeiro, marinheiros e fuzileiros navais se amotinam. Reivindicavam que seus direitos básicos fossem respeitados e se reúnem no Sindicato dos Metalúrgicos para uma assembléia da sua associação (AMFNB). A hierarquia militar sente-se agredida e aciona os motores do Golpe. No dia seguinte, Luiz Carlos Prestes, num discurso na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio, afirma que “se os golpistas viessem, teriam suas cabeças cortadas”. Realmente, os trabalhadores poderiam dormir tranquilos... Algum anjo exterminador cortaria as cabeças de eventuais golpistas! A ilusão continuava. O CGT alertava que, se viesse o Golpe, ele decretaria uma greve geral. Enquanto isso, os tanques dos Exércitos de Minas Gerais e de São Paulo rumavam para o Rio de Janeiro. Na opinião da maioria dos dirigentes do CGT, a convocação da greve geral, naquele momento, seria o pretexto para as forças reacionárias desencadearem o Golpe. Mas o Golpe não era mais uma simples ameaça. Já estava lá e era para valer.

#### • O Golpe de 64

Assim, no dia 1.º de abril de 1964, desarmado e confuso, o proletariado brasileiro foi rapidamente esmagado pelo Golpe Militar. Junto com ele, sofrerão as conseqüências a classe média, que, em sua maioria, havia aderido ao Golpe, e amplas camadas da sociedade.

O Golpe deixou clara a falência da política baseada no nacionalismo, no populismo e no reformismo que permitiu a chegada dos golpistas ao poder, sem qualquer contestação da massa dos trabalhadores. Como boa

parte da esquerda dizia, nas avaliações após a implantação da ditadura, esta política confusa ideologicamente “desarmou a classe trabalhadora”.

A fraqueza da organização de base dos trabalhadores evidenciou-se quando o CGT não mais conseguiu fazer seus comícios, que tanto assustavam a burguesia e a classe média.

Por que foi dado esse Golpe? Havia motivos nacionais, próprios da sociedade brasileira, e outros diretamente ligados ao capital internacional. E havia um conjunto de motivos relacionados à divisão do mundo em dois blocos. Parte da burguesia brasileira queria retomar as rédeas do crescimento econômico, ligando-o intimamente aos interesses dos Estados Unidos. Queria modernizar-se e acabar com ameaças ao seu projeto.

Nos anos pré-64, a indecisão política deixou a economia quase parada, com o crescimento industrial chegando a taxas de crescimento próximas a zero. A inflação crescia e a mobilização dos trabalhadores, junto com ela. Os grandes empresários da indústria, do comércio, dos bancos e os grandes proprietários de terra queriam o caminho livre para a associação com o capital internacional e a retomada do crescimento.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos queriam total liberdade para a entrada de capitais no país e, sobretudo, a livre remessa de lucros. Eles tinham enormes interesses econômicos e políticos e, por isso, ajudavam os golpistas de todas as formas. Deslocaram, inclusive, uma Força Tarefa Naval para apoiar os golpistas, que logo foi dispensada, frente à não resistência armada ao golpe. O Brasil tinha um enorme peso no xadrez geopolítico da época. No ambiente interno, os militares formados durante 15 anos pela Escola Superior de Guerra e pela Escola das Américas, no Panamá, foram os executores do Golpe.

Logo, veio a repressão à classe operária. As medidas tomadas pelos militares no poder visavam o mesmo objetivo: paralisar a luta da classe operária e garantir a retomada da produção:

- A greve passa a ser considerada crime contra o Estado.
- Os sindicatos devem excluir todos os comunistas.

- O CGT e outras articulações dos trabalhadores são destruídos.
- Milhares de delegados de fábricas e líderes sindicais são presos e torturados. Vários desaparecem.
- Inicia-se uma fase de arrocho salarial, para garantir uma nova acumulação capitalista, ligada ao imperialismo.

De posse do aparato repressivo do Estado, a Ditadura Militar procurou garantir a implementação de um projeto de desenvolvimento associado ao imperialismo multinacional, baseado numa altíssima concentração de renda.

#### • O Golpe Militar e os sindicatos

Em 1964, chega ao fim o sistema da frágil democracia populista, iniciado por Vargas e sempre ameaçado pelas forças mais conservadoras.

No processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, de 1930 até 1964, sempre duas forças estiveram presentes no sistema político. De um lado, a força burguesa, isto é, os donos do poder econômico e político. De outro, a força popular, isto é, os trabalhadores. À medida que as contradições econômicas e políticas avançavam, essas duas forças definiam-se e opunham-se cada vez mais entre si. E a classe média oscilava entre elas.

De 1958 a 1965, o mundo viveu uma crise do capitalismo, combinada com um avanço das forças de esquerda em vários países do mundo. Nesse quadro, nos últimos anos antes de 1964, as forças de esquerda, no Brasil, tornaram-se mais atuantes e chegaram até a ameaçar o crescimento constante da produção e a acumulação capitalista.

Com o Golpe Militar, pretendeu-se impor ao Brasil uma nova estrutura social e econômica. Não mais a ilusão de um Brasil independente, livre do capitalismo, mas um Brasil profundamente associado ao capital internacional. Um Brasil em estreita colaboração com os Estados Unidos, país líder da chamada civilização ocidental. Para realizar esse plano, a burguesia precisava calar todas as vozes discordantes. Era necessário um regime militar ditatorial.

Foi com esses objetivos que o governo formulou as diretrizes da política sindical, que visavam acabar com a participação da classe assalariada nas decisões políticas do país. O sindicalismo deveria ser amordaçado e deveria ser levado um combate mortal às lideranças de esquerda. Prisões, perseguições e assassinatos passaram, então, a ser rotina. Essas eram as medidas que a Ditadura julgava necessárias para poder restaurar o controle da classe dominante sobre o proletariado.

## CAPÍTULO 7

### DO GOLPE DE 64 À EXPLOSÃO DAS GREVES (1964–1979)

A Ditadura Militar que a direita desejava veio para criar as condições de um grande ciclo de expansão do capital brasileiro e internacional. A burguesia queria o alinhamento completo do Brasil ao Bloco Ocidental, integrando-o ao capital internacional.

Os militares, com uma longa tradição elitista desde a República Velha, vieram para cumprir esta tarefa. Julgavam-se os únicos preocupados com o destino da pátria, os únicos capazes de recolocar o país nos rumos do progresso, afastando-o do comunismo. Para essa missão, se escoravam no discurso do anticomunismo, do desenvolvimento e da segurança nacional.

O marechal Castello Branco (1964–1967) iniciou o ciclo ditatorial dos presidentes-generais. Após Castello, vieram outros quatro: Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. Todos, com o mesmo projeto: esmagar os movimentos sociais e, principalmente, a esquerda, alinhando o país com os EUA e garantindo uma economia internacionalizada a serviço do grande capital.

A esquerda, que ensaiava uma tímida rearticulação após o Golpe, opunha-se a este projeto, por considerá-lo uma simples associação do capital internacional com os tradicionais donos do poder. O resultado só poderia ser mais miséria para o povo e mais dependência externa.

Ainda estava forte na memória a batalha pela transformação da sociedade brasileira através das Reformas de Base do Governo João Goulart. Segundo a esquerda, somente essas reformas poderiam modernizar o país, tornando-o menos injusto.

Para que o projeto da direita pudesse implantar-se, era necessária uma ditadura que prendesse, arrebatasse e eliminasse todos os possíveis opositores. Atenção especial seria dada pela repressão a qualquer movimento da classe operária em seus locais de trabalho, ou nos bairros. Fábricas, portos, ferrovias, aeroportos, minas e bairros operários passaram a ser atentamente vigiados. A agitação estudantil, também, deveria ser eliminada.

A repressão foi imediata. No Rio de Janeiro, cinquenta mil pessoas foram presas no dia seguinte ao Golpe e amontoadas em três navios ancorados na Baía de Guanabara e no estádio Mestre Ziza, dentro do Complexo Caio Martins, em Niterói.

### **A implantação da Ditadura e a classe operária após o Golpe**

A Ditadura impôs vários mecanismos políticos para garantir seus planos. Podemos enunciá-los, resumidamente, da seguinte forma:

- Criação dos Atos Institucionais (AIs).
- Uso e abuso de decretos-leis.
- Instauração de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), que passaram a ser o pesadelo dos opositores do regime.
- Criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), para vigiar politicamente os opositores da Ditadura.
- Implantação da Censura após o AI-5, em dezembro de 1968.
- Aplicação, com todo rigor, da Lei de Segurança Nacional.
- Fechamento dos partidos políticos e implantação artificial do bipartidarismo: do partido governista, a Aliança Renovadora Naci-

onal (Arena) e da oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

- Fim das eleições diretas para presidente e governadores.
- Cassação dos mandatos e suspensão dos direitos políticos de governadores, prefeitos, vereadores, deputados, senadores, sindicalistas e demais pessoas indesejáveis.
- Intervenção em centenas de sindicatos dirigidos pela esquerda. No primeiro ano após o Golpe, houve 452 intervenções em sindicatos e 49 em federações e confederações. Até 1970 o número de intervenções em sindicatos aumenta para 652.
- Os 17 líderes do CGT foram condenados, no total, a 184 anos de prisão.
- Proibição total às greves (através da Lei n.º 4.330).
- Repressão aos “subversivos” através de prisões, torturas e mortes.
- Combate sistemático ao Movimento Estudantil. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi proibida e sua sede incendiada, já no primeiro dia do Golpe.
- Repressão à intelectualidade de esquerda. As faculdades de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade de São Paulo (USP) foram metralhadas. Professores universitários foram demitidos, como o arquiteto Oscar Niemeyer, o sociólogo Josué de Castro, o economista Celso Furtado, os educadores Anísio Teixeira e Paulo Freire, o físico Mário Schenberg. Somente na Universidade de Brasília, a Ditadura demitiu 210 professores.
- Arrocho salarial para todos os trabalhadores, ou seja, reajuste sempre abaixo da inflação.
- Fim da estabilidade no emprego e a criação de um fundo que disfarçava essa medida: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A estabilidade foi o primeiro direito trabalhista, fixado na CLT, a ser retirado dos trabalhadores.

– Demissão sumária de milhares de funcionários públicos indesejáveis, dos mais diversos escalões.

Ao mesmo tempo, o novo governo militar implementou mecanismos econômicos que agradavam ao imperialismo e ao grande capital nacional, provocando um surto de crescimento industrial:

- Suspensão das leis que regulamentavam a entrada do capital estrangeiro e a remessa de lucros.
- Revogação das leis de nacionalização das refinarias de petróleo e de desapropriação de terras para a reforma agrária, decretadas no Governo João Goulart, no famoso Comício da Central do Brasil, em 1964.
- Isenção de impostos e criação de créditos de longo prazo para favorecer as grandes empresas.
- Criação de mecanismos financeiros para favorecer o grande capital, via Banco Central, Banco Nacional de Habitação (BNH), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).
- Liberação de inúmeros incentivos às exportações, com isenção de impostos e vários tipos de subsídios.

Todas essas medidas, políticas e econômicas, foram a base do chamado “milagre brasileiro” ou, “milagre econômico”, que teve início em 1969. Já em 1967, a taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) passa de 2,9% para 4,8%.

O Golpe Militar de 64 gerou efeitos arrasadores sobre o movimento operário e os sindicatos. Os militantes das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais e do Movimento de Educação de Base (MEB) também foram fortemente perseguidos e suas organizações fechadas. Para os militares, a serviço do capital industrial e do latifúndio, as lutas e até a simples idéia de uma reforma agrária deveriam ser eliminadas.

Toda a sociedade que havia se mobilizado pelas Reformas de Base precisava ser amordaçada e paralisada. Por isso foram adotadas as medidas ditatoriais que enumeramos anteriormente.

Mas, apesar dessa maciça repressão à classe operária, surgem novos movimentos de esquerda. Essas novas forças, que haviam sofrido as conseqüências dos erros cometidos pelo sindicalismo e pela política populista, estavam dispostas a não repeti-los.

A esquerda, que até o Golpe esteve agrupada em torno do PCB e de sua primeira dissidência, o PCdoB, divide-se em vários grupos. Todos inspirados pelo comunismo, mas com uma profunda crítica à política do PCB e a frágil resistência oferecida ao Golpe Militar. Vários grupos passam a defender a luta armada, através de várias formas de guerrilha, seja na cidade, seja no campo, para derrubar a Ditadura.

Nos sindicatos nascem oposições sindicais formadas por antigos comunistas e por novos ativistas oriundos das lutas populares. Eram pólos de resistência à política econômica da Ditadura. Reuniam forças para combatê-la e exigir o seu fim.

O governo militar, em 1965, impõe o congelamento de salários e cria a Lei n.º 4.725, conhecida como a “Lei do Arrocho”. Os beneficiados por esta lei são os empresários, que veriam o custo da mão-de-obra baixar dia a dia.

Ao “arrocho salarial” os trabalhadores resistem com greves e boicotes até o fim de 1968. A partir daí, com o AI-5 a repressão endurece ainda mais e a classe operária é totalmente amordaçada. Mas, aos poucos, ela construirá novas formas de resistência e luta para os anos 70.

#### • A classe operária após o Golpe

Desde os primeiros dias do Golpe os militares não mediram esforços para mudar a realidade do país. Os sindicatos não poderiam mais ser órgãos de politização, de reivindicação, de luta de classe. Deveriam ser órgãos puramente assistenciais e de colaboração com o governo.

Além de toda a estrutura que amarrava os sindicatos ao Estado, os militares criaram novas medidas de controle dos trabalhadores: A Lei de Greve, o fim da estabilidade no emprego e a “Lei do Arrocho”.

Nos sindicatos, a Ditadura cassava as diretorias eleitas. Em seu lugar, colocava interventores, para impedir a luta dos trabalhadores e colaborar

com os órgãos da repressão na caça aos opositores. As assembleias passaram a ter a presença de vários agentes da repressão, quase sempre chamados pelos dirigentes sindicais “pelegos”. Aqueles trabalhadores que mais se destacavam eram entregues às mãos da repressão.

O assistencialismo foi uma outra grande arma para desvirtuar a idéia de sindicato. Além disso, muitos departamentos médicos e odontológicos foram reformados e ampliados.

Enquanto governo, patrões e “pelegos” implementavam seus planos de dominação, centenas de sindicalistas procuravam analisar as causas da derrota. Cristãos das Comunidades Eclesiais de Base, comunistas críticos da velha linha conciliadora do antigo PCB e sindicalistas atentos à realidade unem-se para elaborar as bases de uma nova prática sindical. Essa autocrítica da esquerda se refletirá, 14 anos depois, na onda de greves desencadeada em 1978.

### O quadro político mundial de 60 a 70 e a América Latina

Enquanto se implantava no Brasil uma ditadura que permaneceria por vinte anos, o mundo experimentava uma época de grande efervescência e de profundas mudanças.

A economia mundial vivia sua terceira década de euforia. Foram os chamados “Anos Dourados” do capitalismo, de 1945 a 1973, quando os lucros das grandes empresas multinacionais estiveram altíssimos. Na Inglaterra, por exemplo, a média anual da lucratividade das empresas neste período era de 11%. Mas, em 1973, esta lucratividade começou a baixar, chegando, dez anos depois, a 0,7%.

O início da crise da economia capitalista mundial, a partir de 1973, foi muito influenciado pela alta do preço do barril de petróleo, que sofreu um fortíssimo aumento, passando de 2 para 10 dólares o barril. No mundo, a classe operária, sobretudo em países europeus, como a Itália e a França, dá início a um novo ciclo de lutas e de vitórias contra o capital. Ao mesmo tempo, o ciclo de expansão do capitalismo, iniciado após a Segunda Guerra Mundial estava se esgotando.

O resultado foi uma longa crise mundial, com profundas conseqüências políticas e econômicas, com a retomada da doutrina liberal. No campo político, houve um gradual enfraquecimento da União Soviética na disputa pela hegemonia mundial.

O período de 1950 a 1970 foi de aguda disputa entre blocos mundiais liderados pelos EUA e pela URSS. A URSS torna-se uma potência nuclear equiparada aos Estados Unidos e os dois países disputarão palmo a palmo a corrida espacial. A URSS é a primeira a enviar um cosmonauta, Yuri Gagarin, ao espaço, mas são os EUA que desembarcam na Lua, em 1969. A partir de então, o jogo vira para o lado dos EUA. A URSS entra num período de estagnação e, logo em seguida, de decadência, até sua total desintegração.

Ao mesmo tempo os países africanos, muitas vezes apoiados pela URSS, lutavam para se libertar dos seus colonizadores. Não era apenas na África que o bloco soviético apoiava essas lutas. A URSS, até quando ela existiu, apoiou quase todos os movimentos antiimperialistas que surgiam no mundo. Este apoio do Bloco Soviético aproximava os países que lutavam por sua libertação das idéias socialistas. Foi assim na Argélia, em 1960, e em outros países da África, como o Congo Belga, as colônias inglesas e portuguesas, Angola, Moçambique e Guiné Bissau, que se tornariam independentes nos anos 70.

No Terceiro Mundo, avançava o movimento dos “países não-alinhados”, no qual o Brasil, antes do Golpe, era considerado um país estratégico.

Na China, estava em curso uma forte efervescência política que ficou conhecida como Revolução Cultural, um verdadeiro terremoto para a consolidação da Revolução Chinesa. Do ponto de vista da política externa, a China não aceitava a liderança soviética e tornara-se uma referência para muitos movimentos contestatórios do mundo inteiro. Em quase todos os partidos comunistas houve rachas e a grande divisão passou a ser entre os “pró-chineses” e os “pró-soviéticos”. A Revolução Cultural exercia uma forte atração sobre os jovens do mundo, sobretudo na América Latina. A frase de Mao Tsé Tung “a verdade está na ponta do fuzil” era o lema de inúmeros movimentos armados, criados por grupos de esquerda em diversos países.

Na Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II, uma nova visão passou a combinar religião com luta pela libertação do povo. A Teologia da Libertação, nascida na América Latina, nos anos 60, levou milhares de fiéis para as Comunidades Eclesiais de Base, sobretudo no Brasil. A outra opção para os jovens mais radicais era a dos movimentos de guerrilha.

No Primeiro Mundo, uma profunda contestação dos costumes desafiava valores aceitos há séculos e novos comportamentos escandalizavam os setores conservadores.

A Revolução Sexual foi um dos pilares dessa mudança radical de comportamentos. A descoberta da pílula anticoncepcional, em 1964, foi decisiva para a luta de libertação da mulher. A procriação não seria mais considerada como o objetivo único da vida sexual. As mulheres saem às ruas, exigem trabalho fora de casa e uma participação ativa na sociedade. O prazer passa a ter uma centralidade, nunca aceita antes, na vida das pessoas.

Livros como *A Revolução Sexual* e *A Função do Orgasmo*, de Wilhelm Reich, estavam entre os mais vendidos, assim como o *Livro Vermelho*, de Mao Tsé Tung, e o *Diário da Guerrilha*, de Che Guevara.

Sobretudo nos EUA, a luta pelos direitos civis transformava-se numa grande bandeira contra a discriminação racial. O nome mais conhecido deste movimento pela igualdade de direitos entre brancos e negros foi o de Martin Luther King. Outros movimentos organizados, como o dos Panteiras Negras, passaram a dar uma conotação política mais radical à sua luta e colocam em xeque a tradicional sociedade branca e capitalista norte-americana. O pugilista Cassius Clay, conhecido como Muhammad Ali, figurava entre os ídolos mais conhecidos desta luta.

As manifestações do Black Power, nos EUA, misturavam-se com as passeatas feministas pela igualdade e liberdade sexual e com as manifestações pacifistas contra a guerra do Vietnã.

Os EUA continuavam sua guerra contra o direito do povo vietnamita de escolher seu destino político e geravam protestos da esquerda e dos pacifistas do mundo inteiro. Essa guerra era uma das tantas ações da Guerra Fria daquele período.

Na Europa, a contestação dos costumes e dos valores tradicionais terá uma explosão muito forte na França. Durante todo o mês de maio de 1968, os estudantes se confrontaram com as forças da polícia e seu exemplo irá influenciar movimentos em muitos países, como a Inglaterra, a Itália e os EUA. Também no Brasil, a influência do “maio francês” foi muito forte, embora o país estivesse vivendo sob o jugo da Ditadura.

No Bloco Soviético, desde a morte de Stalin, em 1953, vários grupos passam a contestar a política ditada pela URSS. Em 1956, uma insurreição em Budapeste, na Hungria, exige a liberalização do regime. Mas a maior onda de contestação, entre os países do Leste-Europeu, contra a hegemonia do modelo soviético se deu na Tchecoslováquia, em 1968. A chamada “Primavera de Praga” acabou esmagada pelos tanques do Pacto de Varsóvia e deixou feridas abertas, nunca cicatrizadas, entre os comunistas do mundo inteiro. A crise entre os partidos comunistas fiéis à orientação de Moscou aumentará gradativamente e será um dos elementos que levarão ao fim do regime socialista soviético.

Enquanto o mundo vivia nesse caldeirão efervescente, no Brasil os militares implantavam um regime ditatorial que ia no sentido contrário a toda essa onda de rebeldia mundial.

#### • A América Latina da década de 1960

Ao mesmo tempo que os militares brasileiros, patrocinados pelos sucessivos governos dos EUA, consolidavam sua ditadura, outros países latino-americanos viviam situações semelhantes. Nos anos 60, instalam-se ditaduras militares em vários países, que também esmagam movimentos de contestação: Bolívia – 1964; Chile e Uruguai – 1973; Argentina – 1976. Em todos esses países, as burguesias foram assessoradas e coordenadas por militares e especialistas em repressão e torturas norte-americanos.

A década de 1960 foi a época das guerras de guerrilhas em quase toda a América Latina. Cuba foi o maior exemplo. Em 1959, tinha derrubado, através de uma guerrilha que durou três anos, seu velho ditador sanguinário, apoiado pelos EUA, Fulgencio Batista.



Fidel Castro e Che Guevara eram os símbolos da luta antiimperialista e socialista no continente. A luta dos “barbudos” de Cuba era a estrela-guia para inúmeros movimentos guerrilheiros.

Os escritos de Che Guevara passaram a ser os livros de cabeceira de velhos e novos revolucionários. A sua frase “Criar um, dois, três, cem Vietnãs” estimulava as guerrilhas na Colômbia, Venezuela, Uruguai, Argentina, Peru, Bolívia, Nicarágua, El Salvador, República Dominicana e no Brasil.

Che Guevara, junto com um punhado de jovens revolucionários cubanos, sonhava em espalhar a guerrilha pela África que se batia pela libertação. Fez uma rápida incursão no Congo e em Angola, colônias que estavam em luta contra o jugo da Bélgica e de Portugal, respectivamente.

Ao retornar à América Latina, Che uniu-se ao jovem idealista francês Régis Debray, autor do livreto *Revolução na Revolução*, que se tornou um manual clássico para milhares de guerrilheiros. O livro criticava fortemente a política dos vários partidos comunistas do continente e reafirmava a necessidade do caminho armado, a “guerra de guerrilhas”.

Na Colômbia, a guerrilha implantava-se solidamente através de vários movimentos revolucionários. O mesmo aconteceu em países da América Central, como Nicarágua e El Salvador. Nestes países, os militantes cristãos, seguidores da Teologia da Libertação, tiveram uma forte atuação nas lutas populares. O exemplo desses destacados militantes influenciou gerações inteiras, que subiram às serras para iniciar suas guerrilhas. Muitos foram os seguidores dessa doutrina e merecem destaque os nomes de Camilo Torres, na Colômbia, e dos nicaraguenses Thomas Borges e Ernesto Cardenal. Ficaram tão conhecidos quanto os heróicos guerrilheiros comunistas Douglas Bravo, venezuelano, Manuel Marulanda, o “Tirofijo”, colombiano, e os revolucionários cubanos.

No Chile, a esquerda procurava repetidamente chegar ao poder pela via eleitoral. Em 1970, o socialista Salvador Allende, candidato da Frente Popular, assume a Presidência da República com um país profundamente dividido. Seu governo tenta a chamada “via chilena para o socialismo”, um

caminho institucional que apostava na expansão do mercado interno e no desenvolvimento nacional em oposição ao imperialismo. Essa foi a escolha chilena, uma tentativa, por meios pacíficos, de construção de uma alternativa socialista ao capitalismo reinante.

No Brasil a ditadura era coordenada pelo imperialismo norte-americano. Este atuava, no país, através de vários canais: o Departamento de Estado, a CIA e os adidos militares, culturais e sindicais. Assim, os EUA faziam do Brasil um laboratório que aperfeiçoaria métodos para a implantação de novas ditaduras.

### A esquerda brasileira faz autocrítica após o Golpe

O clima mundial, à época da implantação da Ditadura Militar, era propício ao pensamento socialista. O mundo inteiro criticava qualquer forma de autoritarismo e toda a herança conservadora do passado. Esses elementos, junto com a invasão do Vietnã pelos EUA, influenciaram a juventude brasileira, que se rebelava contra as imposições do novo regime. O clima de revolução, em muitos países da América Latina, também pesava nas análises políticas sobre a situação do Brasil logo após o Golpe de 64.

Neste ambiente político, a esquerda passa a discutir “Os erros e as causas da derrota de 64”, debate que gerou um documento do PCB com este título. A pergunta que não queria calar era: por que não houve resistência ao Golpe?

À exceção de algumas tentativas, como nos portos do Rio de Janeiro e de Santos, não houve nenhuma greve contra o Golpe. No Rio de Janeiro, o porto parou por 24 horas e, em Santos, por quase três dias, sob uma intensa repressão. Mas mesmo estas informações são muito imprecisas. O fato é que as poucas tentativas de resistência foram muito localizadas e duraram poucas horas. Além dos portuários, houve pequenas paradas de meia hora, como a da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), em Santos (SP), e a da Estrada de Ferro Leopoldina, no Rio de Janeiro.

E a greve geral que o CGT prometia? E o dispositivo sindical? E o dispositivo militar? E a resistência no campo? Quais as causas desta passividade? Seria a tal “índole pacífica brasileira?” Ou era preciso ir mais a fundo, analisando-as como consequência da linha política adotada pela esquerda entre os anos de 1950 e 1964?

No Partido Comunista, as respostas eram muitas. Alguns dirigentes e militantes viam a causa principal dessa derrota no pacifismo adotado pelas novas diretrizes do Partido. Estas novas diretrizes foram adotadas no Brasil e no mundo, a partir das denúncias dos crimes de Stalin feitas por Kruschew no XX Congresso do Partido Comunista Soviético, em 1956.

Mas alguns revolucionários pensavam diferente. Acreditavam que todos deveriam aprender as lições dadas por Mao Tsé Tung e começar a preparar uma “guerra popular” no país. Este caminho, que já havia sido apontado antes do Golpe pelos dirigentes do PCdoB, foi defendido posteriormente também por uma nova agremiação, surgida de uma sua dissidência, a Ala Vermelha.

Vários outros grupos, todos saídos do PCB, criticavam a ilusão legalista do Partido e defendiam a via armada para enfrentar a ditadura e chegar ao socialismo. Divergentes em alguns aspectos, todos eram favoráveis à criação de um “foco de guerrilha”. Um destes grupos, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella, defendia a guerrilha urbana com seqüestros e expropriações bancárias. Estas ações seriam um meio de acumular recursos para a guerra revolucionária, começasse ela no campo ou na cidade.

Havia outros agrupamentos que explicavam os erros de 1964 pela estratégia de alianças de classes defendida pelo PCB nos anos anteriores. O mais conhecido destes foi o grupo Política Operária (Polop). Esses grupos políticos criticavam a idéia de se fazer uma revolução em duas etapas e defendiam que o Brasil estava pronto para uma revolução socialista. Havia muitas divergências e variantes, mas, em geral, todos criticavam a falta de perspectiva de classe do “Partidão”, que negava a centralidade e a independência da classe trabalhadora.

Entre as várias organizações dissidentes do PCB, nasce, em 1967, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), liderado por Mário Alves e Apolônio de Carvalho.

Outras dissidências fundaram o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Carlos Lamarca. Estes grupos defendiam uma perspectiva socialista imediata. Eram favoráveis ao caminho da luta armada, à criação de um “foco” de guerrilhas. Desses grupos nasceram ainda outras agremiações políticas, como a VAR-Palmares, o Comando de Libertação Nacional (Colina) e o Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Outros grupos que merecem destaque surgiram antes do Golpe e não eram vinculados ao PCB. Foram a Ação Popular (AP), nascida da Juventude Universitária Católica (JUC), com fortes simpatias na Juventude Operária Católica (JOC), e a Política Operária (Polop), já referida anteriormente, nascida em 1961. As idéias da Polop podem ser resumidas pelas palavras de Ernesto Martins, seu principal formulador: “A revolução no Brasil ou será socialista ou será uma caricatura de revolução”. Centrava sua crítica na não-resistência do PCB ao Golpe de 64, por sua política de alianças de classes, e na consequente falta de preparação dos trabalhadores para a resistência.

A AP, de orientação católica estudantil, também denunciava a política do PCB anterior ao Golpe, por ser afastada das bases e confusa, sem uma organização real. Após o Golpe, a AP passou a defender a necessidade de uma luta “antifeudal”, sobretudo no campo, e sonhava com o “cerco das cidades pelo campo”, seguindo o exemplo chinês.

Além desses agrupamentos políticos mais conhecidos, havia ainda trabalhadores organizados em agrupamentos políticos menores, em Comunidades Eclesiais de Base (CEB), ou reunidos em sindicatos. A pergunta sempre era: “Por que não fizemos nenhuma greve contra o Golpe?” Muitos trabalhadores ainda se lembravam de dirigentes sindicais importantes que, às vésperas do Golpe, conclamavam a classe operária para se manter em casa sem agitação, pois poderia parecer uma provocação aos golpistas.

O questionamento desses trabalhadores era sobre a sua prática sindical, sobre a organização de base, sobre as reações dos colegas de trabalho ao Golpe. Esses núcleos operários concentravam-se principalmente no centro industrial do país: São Paulo e seus arredores, como Osasco, Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema e Guarulhos.

A resposta que muitos desses núcleos davam era que a não-resistência ao Golpe tinha sido o resultado de três fatores. O primeiro, foi a confusão ideológica que o PCB semeara com a política de aliança de classes, pela qual a burguesia seria aliada do proletariado numa luta antiimperialista e antilatifundiária. Seguindo a orientação do PCB, a classe trabalhadora deveria apoiar seus patrões. Um caso típico foi o de Pernambuco, em 1962, quando o PCB mandou os operários das fábricas do Grupo Votorantim apoiarem a candidatura a deputado federal de seu patrão José Ermírio de Moraes, um dos maiores empresários brasileiros. Esta foi a manifestação mais óbvia da linha política do PCB, que negava a independência de classe, tanto política quanto ideológica.

O segundo fator responsável pela derrota foi a falta de enraizamento de uma política operária na base. Durante os anos que antecederam 1964, as greves eram decididas pela cúpula do CGT ou de outros organismos e não havia uma verdadeira participação da base. As bases recebiam ordens ou orientações, mas não eram chamadas para discutir, opinar e decidir sobre as lutas que iriam travar.

Além disso, para o PCB, não havia necessidade de os trabalhadores se mobilizarem para a resistência ao Golpe, se líderes comunistas, como o almirante Aragão, chefe da Esquadra Naval, garantiam que “em meia hora, arraso o Palácio Guanabara.” Por que deveriam se organizar para a resistência, se o CGT, com um simples estalar de dedos, pararia o país?

O terceiro elemento, que muitos trabalhadores das fábricas consideraram como um fator que levou à não-resistência ao Golpe, foi a aceitação, na prática, da estrutura sindical criada por Vargas, na década de 1930. Essa estrutura sindical despolitizava as lutas, criava um sindicalismo sem base, atrelado ao Estado e aos patrões. Essa visão crítica foi a base da reorgani-

zação do movimento dos trabalhadores nos anos de resistência à Ditadura e ampliou-se com a explosão das greves, em 1978.

Dessa autocrítica operária surgia, como consequência natural, a necessidade de uma nova prática político-sindical. O sindicalismo não suportava mais o peso de decisões tomadas de cima para baixo. O sindicalismo precisava construir uma nova estrutura sindical, desatrelada do governo e dos patrões e que condenasse a aliança com a burguesia nacional. Essas idéias foram os elementos-chave do que veio a ser conhecido como “Novo Sindicalismo”. Ele dará origem, no limiar de 1980, à construção de um novo projeto sindical.

### As lutas operárias de 1964 a 1970

Com a implantação da Ditadura, o clima de medo se espalhou pelas fábricas e as greves quase desapareceram por completo. Qualquer reivindicação, por mínima que fosse, era tachada pelo governo e pelos patrões de subversão. E a repressão era acionada imediatamente.

Até 1968, houve só algumas paralisações contra o atraso no pagamento dos salários ou contra o não pagamento do 13.º, que eram permitidas pela Ditadura. A Lei de Greve, instaurada pela Ditadura. Temos notícia de 25 greves, em 1965, e de 15 em 1966. De 1967 a 1970, houve uma média de dez greves por ano. O ano seguinte, 1971, foi um ano sem nenhuma greve. A Ditadura havia alcançado a sua meta de esmagar a classe trabalhadora. E acreditava que fosse para sempre.

Em 1967, nasce o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). Dele participavam velhos pelegos, alguns sindicalistas populistas e uns poucos ligados ao PCB. Infelizmente, foi um movimento que nasceu morto e nada fez pelos trabalhadores.

No fim desse ano, em Osasco (SP), uma jovem oposição sindical disputa e ganha a eleição para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Esta nova diretoria, composta em sua maioria por jovens do movimento popular das CEBs e da ACO, tinha como proposta impulsionar a luta operária e combater a Ditadura.

Em abril de 1968, em Contagem (MG), estourou uma greve dos metalúrgicos que dura uma semana e consegue 10% de abono. Em junho, esse abono foi estendido para todo o Brasil, como um "Abono de Emergência". A greve de Contagem foi organizada por grupos de base, com pouca participação do sindicato. Sofreu forte repressão, teve dezenas de prisões e demissões, mas foi vitoriosa.

Em São Paulo, na Praça da Sé, na manifestação do 1.º de Maio de 1968, houve forte choque entre os pelegos, partidários do governo, e a classe operária, que se unira ao movimento estudantil. Foi uma grande manifestação com muitos trabalhadores metalúrgicos e moradores dos bairros populares da cidade de Osasco e da periferia de Santo André, onde havia uma forte ação de organização popular. O palanque oficial, no momento em que o governador paulista Abreu Sodré, nomeado pela Ditadura, começou a falar, foi apedrejado e incendiado pelos manifestantes. Era a classe operária e o povo se reorganizando e impedindo que a Ditadura se apossasse do 1.º de Maio. Enquanto isso, no país inteiro aconteciam passeatas e greves de estudantes.

Em julho, na cidade de Osasco (SP), o Sindicato dos Metalúrgicos lidera uma greve que rapidamente se generaliza. Também param, além dos metalúrgicos, algumas fábricas de outros setores. Foram seis mil operários em greve durante seis dias. Na direção do movimento estavam o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e a Comissão de Fábrica da Cobrasma. As reivindicações eram: pelo fim do arrocho salarial e pelo Contrato Coletivo de Trabalho.

Os grevistas contavam, basicamente, com sua própria organização interna. Na maior fábrica da região, a Cobrasma, que fabricava material ferroviário, desde 1963 havia uma Comissão de Fábrica muito atuante e seu exemplo de organização se espalhou pelas fábricas das redondezas. Vários grupos de esquerda também atuavam na região, como a ALN, de Carlos Marighella, e outro formado em torno do capitão Carlos Lamarca, da VPR. Várias organizações de esquerda, umas defendendo a luta armada, como a ALN e a VPR, e outras não, como a AP, tiveram uma presença marcante nessa greve e nos acontecimentos dela decorrentes. Além disso,

uma forte mobilização popular era estimulada pelo trabalho de um núcleo de padres operários que atuavam numa paróquia da cidade.

Neste ambiente propício a ações radicais de enfrentamento de classes, os operários, no primeiro dia de greve, ocupam a fábrica e criam piquetes de autodefesa. Ao mesmo tempo prendem, dentro da fábrica, 16 diretores e engenheiros. Só seriam soltos quando a fábrica aceitasse a reivindicação de 35% de aumento. O Exército foi logo enviado para Osasco. Ocupou a cidade, entrou nas fábricas, com um enorme aparato repressivo, invadiu o Sindicato dos Metalúrgicos e prendeu a direção e mais de 500 grevistas. A greve acabou dias depois. Mas ficaram a demonstração de resistência e a experiência da Comissão de Fábrica da Cobrasma como exemplos para a futura organização dos trabalhadores.

Nos anos de 1967 e 1968, na cidade de São Paulo, nascem várias oposições sindicais, cujo objetivo principal era a luta imediata por aumento de salário e melhores condições de trabalho. Vários militantes operários, desde 1964, tinham consciência da necessidade de uma nova prática sindical diferente, que combatesse a estrutura sindical brasileira, cupulista e atrelada ao Estado. O objetivo era criar um novo tipo de sindicalismo, organizado a partir da base.

As lutas nas fábricas ficavam a cada dia mais difíceis e as poucas greves desse período aconteceram graças à organização das oposições. É o caso da greve da fábrica de armários de aço Securit e da fábrica de fechaduras de carros Lassen, em São Paulo. Os sindicatos oficiais, ou estavam completamente controlados pela repressão, ou nas mãos de interventores que colaboravam com a Ditadura. Entre eles, o mais famoso foi Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão", interventor em Guarulhos e em São Paulo.

Em março de 1968, durante uma passeata no Rio de Janeiro, a polícia mata com um tiro o estudante Edson Luiz. Sua morte foi o estopim que acendeu o país e provocou uma onda de manifestações e protestos durante todo aquele ano.

No país inteiro, continuavam a acontecer passeatas e manifestações estudantis. No Rio de Janeiro, estudantes iam para as ruas com o apoio de

artistas, intelectuais, religiosos e dezenas de milhares de pessoas. Parlamentares do MDB acompanharam a população, denunciando a Ditadura na Câmara Federal.

Em junho, acontece a maior manifestação, daqueles anos, contra a Ditadura. Foi a Passeata dos Cem Mil. As palavras de ordem mais comuns, escritas nas faixas e muros, eram: “Abaixo a Ditadura assassina” e “Fim do arrocho”. Nos mesmos dias, acontece uma grande passeata, com mais de cinquenta mil pessoas, em Recife. Em São Paulo, o confronto entre estudantes de direita e de esquerda se agudizava e levou à morte um estudante, vítima de um tiro disparado pela direita.

Neste ano de 1968, sete manifestantes foram mortos em passeata pela repressão da Ditadura, a maioria no Rio de Janeiro.

Em setembro, às vésperas do Dia da Pátria, o deputado do MDB Márcio Moreira Alves discursa na Câmara, culpando as Forças Armadas pela escalada repressiva e conclama os pais a não deixar seus filhos participarem do desfile militar do dia 7 de setembro. A Ditadura, sentindo-se ameaçada, planejou acabar com mais este foco de contestação, na Câmara Federal. Era preciso, para garantir seu plano de longo prazo, endurecer o regime ainda mais.

Em outubro, uma tentativa de nova greve pelos metalúrgicos de Contagem (MG) fracassa e os trabalhadores são fortemente reprimidos.

No dia 10 de outubro, a repressão fecha, em Ibiúna (SP), o congresso clandestino da UNE. Mais de 800 estudantes são presos, com todas as suas lideranças. Os jornais, ainda sem censura direta, dão um grande destaque a essa ação repressiva.

No dia 13 de dezembro de 1968, o presidente ditador Costa e Silva que, em 1967, havia substituído Castello Branco, edita o Ato Institucional n.º 5 (AI-5). Por este Ato, o Congresso é fechado e são cassados os mandatos de deputados opositores. Qualquer cidadão poderia ter seus direitos políticos suspensos por dez anos. É decretado o fim do *habeas corpus* e implantada a censura prévia nos meios de comunicação. Centenas de funcionários públicos são cassados ou demitidos sumariamente.

Uma série de outras medidas repressivas é tomada para silenciar qualquer protesto.

O AI-5 ficou em vigor, como o instrumento legal de legitimação dos atos da Ditadura, durante dez anos. Foi um golpe dentro do Golpe. Com ele, os militares podiam prender, torturar e matar livremente, sem dar satisfação à sociedade. E as empresas tinham liberdade para ganhar dinheiro com uma classe trabalhadora completamente controlada e amedrontada. Reinava a mais perfeita sintonia entre os militares repressores e os empresários, eufóricos com seus lucros crescentes. Mesmo entre os empresários que não estavam colaborando com a repressão, poucos se mostravam contrários ao regime de terror.

O AI-5 foi decretado para acabar com o que sobrava da reorganização dos trabalhadores e para eliminar as organizações armadas. A partir de 1969, foram sendo destruídas ou desarticuladas as principais organizações revolucionárias guerrilheiras.

Uma das ações mais comuns dos guerrilheiros foram os seqüestros de embaixadores e cônsules estrangeiros, ou o seqüestro de aviões, com a alteração de suas rotas para exigir, como resgate, a libertação de dezenas de presos políticos. Grupos de esquerda também realizavam “expropriações bancárias”, que a Ditadura chamava de assaltos a bancos, para angariar fundos para a guerrilha.

Enquanto isso, o PCdoB começava a preparar um foco de guerrilha no sul do Pará, na entrada da floresta amazônica.

Chegamos, assim, à década de 70 com o movimento operário amordaçado e as organizações de esquerda fortemente golpeadas. Os primeiros anos da década, governados pelo ditador Médici, completaram a destruição da contestação armada e a Ditadura conseguiu garantir um grande salto na economia, a serviço do capital nacional e internacional.

A livre entrada e, sobretudo, a livre saída de dólares garantiram uma retomada econômica. O capital internacional veio para o Brasil. A Ditadura lhe garantia a superexploração de uma classe trabalhadora paralisada pela repressão.

Bilhões de dólares foram tomados emprestados pelo ministro do Planejamento da Ditadura, Antonio Delfim Neto. Com o prazo de carência de dez anos, esses recursos eram uma bênção para a Ditadura.

Na verdade, esses empréstimos provocaram um salto na dívida externa do país, de 2,4 bilhões de dólares em 1964, para 148 bilhões, vinte anos depois, de acordo com dados do Banco Central. O Brasil se endividou, o povo ficou mais pobre. Mas, em compensação, os investimentos do capital internacional fizeram a festa e os militares viam tudo isso como um triunfo. Célebre ficou a frase do ditador Médici, que bem sintetizava o cinismo da Ditadura: “A economia vai bem, mas o povo vai mal”.

Em 1969, graças a esses empréstimos, cuja cobrança irá explodir entre 1980 e 1981, tem início o “milagre brasileiro”. A economia cresceu a índices elevados, a uma média de 10% ao ano. Em 1973, chegou a 11,4%. O desemprego diminuiu fortemente. As empresas impunham horas extras e o ritmo de produção aumentava a cada dia. Mais pessoas de uma mesma família eram absorvidas pelo mercado de trabalho, o que diluía a percepção do achatamento dos salários.

A Ditadura continuava matando e reprimindo qualquer sinal de insatisfação. Nas escolas, a bandeira era hasteada diariamente ao som de musiquinhas como “Eu te amo, meu Brasil”. Seus versos, na verdade, apresentavam um Brasil que só existia na cabeça dos militares. Mostravam um país alegre, forte e firme e escondiam a realidade do povo. Milhões de adesivos invadiram o país, com os dizeres “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Quem manifestasse qualquer crítica ao governo, não amava o Brasil. Era um “subversivo”.

Na televisão, os militares faziam a festa. A vitória brasileira na Copa do Mundo de 1970 foi usada e abusada pela Ditadura. Seu canal oficial era a *Rede Globo*, rede criada numa operação altamente controvertida, em 1965. Acobertada pelos militares, a *Rede Globo* foi a voz quase que oficial do regime. Na sua tela não aparecia oposição à Ditadura, miséria, epidemias ou qualquer notícia que pudesse indispor o povo com os militares. Falar dos dez milhões de brasileiros atingidos pela esquistossomose ou pela epidemia de meningite, no começo dos anos 70, era proibido.

A imprensa alternativa foi totalmente censurada. Os jornais da “grande imprensa” se autocensuravam. Só publicavam o que tinham certeza que os militares deixariam sair. Entre os jornalistas, vários não concordavam com o regime ditatorial, mas não conseguiam mudar a linha editorial dos jornais onde trabalhavam. Muitos jornalistas de esquerda foram presos, assassinados ou constantemente ameaçados e, muitas vezes, despedidos dos seus empregos.

### Os anos de chumbo e o “milagre econômico” (1969–1974)

O general Emílio Garrastazu Médici consolidou e aprofundou a repressão da Ditadura Militar implantada em 1964. Sucessor da Junta Militar que substituiu Costa e Silva, governou sob o manto protetor do AI-5. Tinha nas mãos o instrumento perfeito para consolidar o regime ditatorial de que o capital e o imperialismo necessitavam.

#### • As ilusões do rápido “milagre brasileiro”

O Governo Médici foi considerado, por seus opositores, como o reino do terror e da falta de liberdade. Para a maioria da população, no entanto, representou um momento de crescimento econômico e de farto emprego. A Rede Globo servia como eco do chamado milagre econômico. Era quase como um alto-falante dos militares. Claro que não explicava que o regime de terror do general Médici garantia altos juros aos bilhões de dólares que vinham do exterior e que estes empréstimos seriam, entre 1980 e 1981, uma bomba de efeito retardado a explodir.

O crescimento econômico era fundamentado, pelos militares, principalmente nos seguintes aspectos:

1. Forte entrada do capital estrangeiro, sob forma de investimentos ou empréstimos.
2. Papel do Estado como impulsionador do grande capital nacional e internacional.

3. Aplicação da “fórmula do tripé” na economia: 1/3 estatal (infra-estrutura), 1/3 capital brasileiro (o velho setor de bens não-duráveis), 1/3 capital internacional (a grande indústria de bens duráveis: automóveis, eletrodomésticos etc.).
4. Fortes investimentos na indústria pesada e na construção civil, como a construção da ponte Rio-Niterói, da Transamazônica, da hidrelétrica de Itaipu.
5. Investimentos na indústria eletroeletrônica e automobilística: febre de consumo da classe média.
6. Investimentos na Bolsa de Valores. Euforia da classe média com o *open market* e, depois, com o *over night*.
7. Arrocho salarial, aumento da exploração, horas extras, aumento do ritmo de trabalho. Foi durante estes anos da década de 70 que o Brasil passou a ser campeão mundial de acidentes e de mortes no trabalho.

Todo esse quadro se fortalecia pelo endurecimento da censura e pela propaganda do governo. Rádios, televisões, jornais e revistas falavam do “Brasil grande”, do “Brasil potência”. Esse clima era embalado pelas músicas *Eu te amo, meu Brasil* e pelo *Hino da Seleção*, que, como vimos, eram os hinos ao regime militar. Essas músicas eram tocadas diariamente nos veículos de comunicação e cantadas nas escolas.

A censura a qualquer manifestação cultural garantia a “paz dos cemitérios”. Na verdade, a censura direta à grande imprensa só se deu, principalmente, no jornal *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, por discordâncias internas com o ditador Médici, e na Revista *Veja*, à época dirigida pelo rebelde Mino Carta.

O *Estadão* colocava, no lugar das matérias censuradas, trechos do poema *Os Lusíadas*, de Camões. Seu vespertino, o *Jornal da Tarde*, colocava tarjas pretas ou receitas de bolo.

Os outros jornais não precisavam de censor nas redações. Bastava um bilhete de algum militar aos seus donos para tudo se resolver. Alguns jornais, como a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, colaboravam tranquilamente com o regime. A *Folha* chegou a ceder seu vespertino, *Folha da Tarde*, para a

repressão, que passou a usar suas páginas e sua estrutura. Muitos depoimentos de ex-presos políticos e torturados nos lembra de que as camionetes do jornal eram cedidas à Operação Bandeirantes (Oban), a terrível máquina de prender, torturar e matar presos políticos montada pelo regime. Engel Pachal, em seu livro *Trajatória de Otávio Frias de Oliveira*, confirma estes fatos, antigamente relatados em voz baixa durante os “anos de chumbo”.

Onde a censura fez valer sua mão-de-ferro foi sobre a chamada Imprensa Alternativa. Os jornais de esquerda ou de oposição, como *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento* e dezenas de outros, sofriam uma rigorosíssima censura prévia.

#### • A máquina da repressão extermina opositores

Todas as organizações que contestavam o regime foram destruídas pela máquina repressiva. ALN, VAR-Palmares, MR-8, Molipo, PCBR, Colina, MRT e outras de menor expressão até 1973 foram colocadas fora de combate.

A Ditadura, desde 1969, aperfeiçoa, então, seus métodos de tortura, através de cursos ministrados por agentes da CIA, e cria novas máquinas de repressão policial. Em São Paulo, nasce a Operação Bandeirantes (Oban), composta por policiais civis e militares como uma força paralela, quase clandestina. A Oban foi financiada por uma “caixinha entre amigos”, que coletou fundos entre os empresários para ajudar a “acabar com os comunistas”, que tanto atrapalhavam suas empresas. O coletor desta “caixinha” era o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Teobaldo de Nigris, dono de uma concessionária de automóveis. O livro de René A. Dreifus, *1964: A Conquista do Estado*, muito esclarecedor sobre este perfeito entrosamento entre empresários e militares.

Com o sucesso da Oban paulista, em muitos estados brasileiros foram criados o Departamento de Operações e Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), os temidos órgãos de repressão do governo Médici. Junto com o Deops, esses órgãos se especializaram em prisões, torturas e assassinatos de líderes revolucionários. Paralelamente a eles funcionavam o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Cen-

tro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o Centro de Informações do Exército (Ciex). Mas o serviço de informações que se destacava era o Serviço Nacional de Informações (SNI). Essa foi a vasta e temida “teia de aranha” dos serviços de informação e repressão do regime militar.

De 1969 a 1974, praticamente todas as organizações armadas foram exterminadas. A ALN, em 1969, perde seu maior líder, Carlos Marighella, fuzilado numa emboscada ou, segundo outra versão, morto sob tortura. Logo em seguida foram assassinados, sempre sob tortura, entre muitos outros militantes da ALN, Joaquim Câmara Toledo, Virgílio Gomes da Silva e Eduardo Leite, o “Bacuri”.

Ligados à ALN, também foram presos, na véspera da captura de Marighella, vários freis dominicanos, seguidores da Teologia da Libertação. Entre os mais conhecidos, frei Betto Libânio Cristo, frei Ivo Lesbaupin e frei Tito de Alencar, que se enforcou em Paris, anos após sua saída da prisão, transtornado pelas bárbaras torturas sofridas.

Em maio de 1969, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), um organismo ligado à repressão, metralha a casa do arcebispo do Recife, Dom Helder Câmara e assassina, após inúmeras violências, seu auxiliar, o padre Henrique Hervé. Dom Helder era muito conhecido internacionalmente por suas repetidas denúncias contra a Ditadura Militar. Aqui no Brasil, seus passos eram vigiados e seu nome era terminantemente proibido de ser noticiado em jornais, rádios e televisões.

O PCB, em 1970, perde um dos seus fundadores, Mário Alves, torturado até a morte. A VPR/MR-8 viu seu líder Carlos Lamarca e o metalúrgico vice-presidente do Sindicato de Osasco, José Carlos Barreto, o “Zequinha”, fuzilados no sertão baiano, em 1971, depois de um cerco de cinco mil militares e policiais.

Outro caso ruidoso de tortura e morte foi o de Edgard Stuart Angel e, em seguida, de sua companheira, Sônia, também militantes do MR-8. As denúncias do duplo assassinato custaram a vida da mãe de Stuart, Zuzu Angel, que exigiu, durante anos, o corpo do filho desaparecido. Ela morreu num atentado armado pelo regime.

O PCB teve 15 membros do Comitê Central assassinados, sob tortura, de 1974 a 1976. As mortes de alguns militantes mais conhecidos provocaram muita revolta entre a população, como a do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e a do metalúrgico Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976. O ditador presidente já era o sucessor do general Médici, o general Ernesto Geisel. Os dois foram presos, pela Oban, no seu local de trabalho. Herzog, diretor da TV Cultura, e Manoel, encarregado de uma seção da Metalarte, foram torturados até à morte. Os dois foram assassinados com a diferença de menos de três meses um do outro. Nos dois casos, a versão da repressão sobre a causa da morte foi a de enforcamento nas grades da prisão.

O PCdoB, de 1972 a 1974, sustentou a Guerrilha do Araguaia na região camponesa do sul do Pará. Nela morreram os heróis Osvaldo da Costa, o “Osvaldão”, Maurício Grabois, Helenira Rezende, entre uma centena de outros guerrilheiros. A preparação dessa guerrilha começou em 1966, mas seu começo pode ser datado de 1970. Durante dois anos, de 1972 a 1974, menos de duas centenas de revolucionários, entre os de fora e os moradores locais, mobilizaram milhares de soldados do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A enorme superioridade numérica e logística das Forças Armadas esmagou essa tentativa de guerrilha.

Os guerrilheiros foram enterrados em valas comuns, sem identificação. Vários foram decapitados e muitos corpos, posteriormente, desenterrados e queimados, para impedir qualquer identificação. Essa guerrilha, para o PCdoB, negava simbolicamente a política defendida pelo PCB, que pregava a conquista pacífica do poder, respeitando as normas institucionais.

Um dos últimos episódios do terror imposto pela Ditadura para acabar com a contestação da esquerda foi o chamado “Massacre da Lapa”. Em São Paulo, em dezembro de 1976, a repressão fuzilou vários participantes de uma reunião do Comitê Central do PCdoB. A casa foi metralhada e morreram os dirigentes Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, sobreviventes da Guerrilha do Araguaia. A repressão assassinou, sob tortura, João Baptista Drumond e mais seis dirigentes foram presos.

Mas a repressão não era só contra as organizações armadas. A Ação Popular também teve vários mártires, como o agrônomo, Luiz Hirata, que



trabalhava como metalúrgico e militava na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Ele foi assassinado, sob tortura, pelo Deops paulista, em 1972. Dessa mesma organização também foram assassinados, entre muitos outros, os estudantes Edgar Mata Machado e Honestino Guimarães.

No 1.º de Maio de 1970, no estádio Maria Zélia, em São Paulo, foi preso pelo Deops o técnico químico Olavo Hansen, que militava numa organização trotskista. Ele apareceu morto, com muitos sinais de tortura, dias depois da panfletagem feita no estádio.

Dezenas de milhares de pessoas foram presas durante os anos da ditadura. Entre 1964 e 1984, há quem fale de oitenta a cem mil presos políticos; de dez a vinte mil exilados, além de 130 banidos do país. Os mortos e desaparecidos, dependendo do critério usado na apuração, chegaram a 500.

O livro *Brasil: nunca mais*, publicado após a ditadura, em 1985, apresenta o levantamento mais completo sobre os vinte anos de Regime Militar. A obra foi coordenada pelo cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e teve dezenas de edições, esgotadas rapidamente.

#### • A Imprensa Alternativa confronta-se com a Ditadura

Logo após a promulgação do AI-5, em 1968, e da censura à imprensa, começa a crescer a Imprensa Alternativa. Era a única fonte de informação não-oficial, cujo discurso não estava a serviço do regime ditatorial. Noticiava o que a chamada grande imprensa não publicava e, sobretudo, combatia as mentiras espalhadas pela Ditadura através dos meios de comunicação. A “grande imprensa” encobria a situação da saúde e educação no país, o rebaixamento dos salários e, sobretudo, os assassinatos sob tortura de opositores do regime.

Os nomes desses jornais alternativos corriam de boca em boca: *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Assuntos*, *Versus*, *Coojournal*, *Ex*, *Mais Um*, *Repórter*, *Crítica*, *Fato Novo*, *Em Tempo* e tantos outros.

A safra dos mais conhecidos e influentes jornais alternativos começou com *O Pasquim*, em 1969. Era um jornal com um tom humorístico, o que importunava grandemente os militares. Em seguida, veio o jornal se-

manal *Opinião*, com um tom mais político. Durante anos, foi considerado o mais atuante dos jornais alternativos. Nele escreviam, além do seu editor e criador, o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, muitos outros jornalistas, intelectuais e artistas. Todos com uma meta em comum: lutavam, junto com outros setores da população, pelo fim da Ditadura.

Quando o *Opinião* deixou de ser publicado, em 1974, seu editor deu início a uma outra empreitada, que marcará profundamente toda a Imprensa Alternativa. Um grupo de jornalistas, intelectuais, artistas, religiosos e operários se reuniu em torno de um novo semanário, o jornal *Movimento*. Seu nome traduzia os seus objetivos. Queria ser, e conseguiu, um instrumento, alinhado à esquerda, que aglutinava informações contra a Ditadura. A feroz censura à qual era submetido traduzia a percepção que os militares tinham de sua importância. Foi um dos jornais alternativos que por mais tempo circulou: de 1975 a meados da década de 1980.

Com a lenta abertura política, a partir de 1975, as diferenças da oposição ao regime começaram a se explicitar e havia espaço para a criação de novos jornais alternativos. Dentre os mais célebres destacamos o *Versus* e o *Em Tempo*. Os dois se firmaram graças à boa venda entre os militantes e nas bancas. Esses jornais expressavam a opinião de grupos ideológicos de esquerda que, gradualmente, se transformaram em grupos políticos.

No final da década de 1970, começam a aparecer novos jornais nitidamente partidários. Dentre eles, os mais conhecidos foram o *Tribuna da Luta Operária*, do PCdoB, *O Companheiro*, do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), *O Trabalho*, do grupo Liberdade e Luta, e *Voz da Unidade*, do PCB.

De 1970 a 1982, jornais alternativos foram criados em muitos estados. Estimam-se, aproximadamente, 150 títulos diferentes. A importância desses jornais na oposição ao regime ficou claramente demonstrada pela perseguição que a repressão lhes fez. Edições inteiras eram comumente submetidas à censura ou à apreensão, pura e simples, na saída das gráficas. Muitas vezes eram apreendidos quando já estavam nas bancas. De 1978 a 1981, várias bancas de jornais foram incendiadas por exporem esses jornais, considera-

dos subversivos. Dezenas de jornalistas que escreviam neles foram presos e submetidos a interrogatórios e torturas nas prisões do regime.

### **A resistência à Ditadura de 1975 a 1979**

O Brasil viveu o início dos anos 70 com sua classe operária dominada e calada. Mas na segunda metade da década, a explosão de uma safra de greves e lutas de vários setores da sociedade mudou totalmente o panorama político do país.

Os EUA, entre 1970 e 1980, estavam muito satisfeitos com a economia brasileira. As empresas estrangeiras cresciam e remetiam lucros astronômicos para suas matrizes, devido ao crescimento vertiginoso do país. Houve casos de multinacionais que cobriam seus prejuízos acumulados no mundo inteiro com os lucros obtidos, unicamente, na filial brasileira.

#### **• Os trabalhadores: do silêncio nas fábricas à explosão nos estádios**

Ao contrário de toda a propaganda do governo, a realidade dos trabalhadores era bem outra. O tal “milagre econômico” fazia a alegria do FMI e do Banco Mundial e a infelicidade do povo. O crescimento econômico aumentava a concentração de renda, ou seja, os ricos ficavam cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres.

A situação do povo era dramática. As favelas cresciam dia-a-dia e os salários atingiam um dos maiores níveis de desigualdade do mundo. A diferença do maior para o menor salário, registrado em carteira, chegava a 150 vezes.

As medidas implementadas pelo governo militar foram aplicadas graças à repressão geral sobre todas as áreas de contestação: sindicatos, igrejas, universidades, intelectuais e grupos revolucionários.

Além de reprimir e de cooptar a população através da euforia criada pelo “milagre”, os militares trataram de descaracterizar a tradição de luta dos sindicatos, afastando-os de qualquer ação reivindicatória ou política. Para esse fim, foram criados vários decretos-leis, que deram uma outra

feição ao sindicalismo brasileiro, transformando-o num sindicalismo de prestação de serviços e não mais de luta.

Vejamos, num quadro de conjunto, as principais medidas da Ditadura Militar em relação aos sindicatos:

- Doação de terrenos para construção de colônias de férias e hospitais.
- Concessão de bolsas de estudo para distribuição entre os filhos dos trabalhadores, através das diretorias pelegas.
- Convênios de assistência médica entre o INSS e os sindicatos, que deveriam se transformar em grandes ambulatórios e centros de assistência hospitalar, laboratorial, dentária etc.
- Assistência jurídica gratuita prestada pelos sindicatos.
- Programa de construção de casas populares, com dinheiro público, coordenado pelos sindicatos, e empréstimos bancários para os associados. Esses dois programas formavam o chamado “Plano de Valorização dos Sindicatos”.

A meta dos militares era transformar os sindicatos em centros de recreação e em máquinas assistenciais. Mas, na contramão do que os militares queriam, sobretudo a partir de 1973, começaram a pipocar nas fábricas de vários estados pequenas paradas de algumas seções só, por melhores condições de trabalho ou aumento salarial. Boicotes eram organizados contra as horas extras que os patrões impunham livremente, ou a chamada “operação tartaruga” entrava em ação para pressionar as empresas. Outro meio adotado pelos trabalhadores para apresentar suas reivindicações era o abaixo-assinado.

Mas a luta mais permanente era para criar um “grupo de fábrica” permanente, que seria o embrião de uma futura organização de classe. Falava-se muito nas Comissões de Fábrica e estudava-se o exemplo dos sindicalismos espanhol e italiano.

O arrocho salarial aumentava a cada ano. Os sindicatos, silenciados, cuidavam somente de atividades assistencialistas. A política geral do gover-

no se resumia na frase do ministro Delfim Neto: “Vamos fazer o bolo crescer para depois dividir”.

Em 1973, este ministro manipulou o índice de reajuste salarial, que na época era decidido por decreto do governo. O objetivo era deixar mais dinheiro com os empresários e, com isso, desenvolver mais a economia, dizia ele. A realidade era que as empresas brasileiras obtinham altíssimos lucros. Célebre ficou o caso do grupo canadense Brascan, que nesses anos, teve prejuízos no mundo todo mas se equilibrou com os lucros obtidos no Brasil.

O Produto Interno Bruto (PIB) havia crescido 11,4% em 1973. As montadoras de automóveis produziam quase um milhão de carros por ano. Enquanto isso, os dados do IBGE mostravam que quarenta milhões de brasileiros estavam em estado de subnutrição e que 46% das famílias tinham uma renda insuficiente para sobreviver. Além disso, 40% das residências do país não tinham esgoto.

A paralisia da luta dos trabalhadores era garantida pelo esvaziamento dos sindicatos e pela repressão generalizada, com a censura aos meios de comunicação, enquanto a Rede Globo funcionava como um verdadeiro “Ministério da Desinformação do Povo.”

Para amenizar o arrocho salarial e uma possível reação dos trabalhadores, a Ditadura criou o Programa de Integração Social (PIS). Tentou batizar o PIS de “14.º salário”, mas a piada não pegou. O PIS não passava de uma mirrada injeção de dinheiro, uma vez por ano, somente para quem ganhava muito pouco.

Em 1972, temos notícias de 12 greves por todo o país. Em 1973, contra as previsões dos militares, voltam as greves nas fábricas de grande porte.

Em São Bernardo, nesses anos, seções de várias montadoras de automóveis param, durante algumas horas, por 10% de aumento. É o caso da Mercedes, da Volkswagen e da Chrysler, cujos trabalhadores conseguem receber um pequeno aumento.

No Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, um grupo de sindicalistas disposto à luta assume a direção da organização. Alguns deles eram do PCB, outros oriundos de diversas organizações políticas, mas a maioria vinha mesmo com a bagagem da experiência vivida da exploração. Foi a direção desse sindicato que viria a liderar as greves de 1978 e 1979 e que se destacaria, no cenário nacional, com papel determinante no movimento operário a partir da década de 80.

Em São Paulo, ainda em 1973, os metalúrgicos também pararam, durante dez minutos por dia, por uma semana, as Indústrias Villares, exigindo 10%. A vitória da Villares foi um exemplo da retomada das lutas na capital paulista. Nas fábricas multiplicavam-se pequenos movimentos, como a “operação tartaruga” e paradas de uma seção ou outra, isoladamente, exigindo aumentos ou antecipações do dissídio coletivo anual.

O “milagre brasileiro” estava chegando ao fim. O mundo começava a sentir os efeitos da crise do petróleo.

#### • **Parlamentares de oposição e profissionais liberais contra a Ditadura**

A partir de 1974, a inflação havia voltado a crescer e o governo buscava, cada vez mais, empréstimos no exterior. E o arrocho salarial continuava.

Em janeiro, o general Geisel sucede, numa eleição indireta, o general Médici. O candidato do regime foi eleito com 400 votos. O partido da oposição, o MDB, apresentou uma candidatura alternativa, a do seu líder Ulysses Guimarães, com Barbosa Lima Sobrinho como vice, e obteve 76 votos.

O ano de 1974 foi o da eleição para o Congresso e para as Assembleias Estaduais. A insatisfação popular ficou refletida, então, nas eleições de novembro. Estas transformaram-se em um plebiscito: era sim ou não à Ditadura. A Arena, o partido do governo, que se vangloriava de ser “o maior partido do Ocidente”, mostrou toda a sua fraqueza. Dos 24 estados, o governo militar perdeu em 16. A vitória da oposição foi significativa nos grandes centros e, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste. O MDB aumentou

a sua representação no Congresso, de 94 para 185 deputados federais. Estava cada vez mais evidente que o povo não queria continuar com o governo ditatorial.

Esta derrota eleitoral modificou o discurso dos militares, levando-os a falar numa “abertura lenta, gradual e segura”. Também mostrou que era possível a derrota da Ditadura e que o regime não era eterno. Essa certeza se fortaleceu gradativamente e materializou-se em ações mais diretas contra o regime.

A partir das eleições de 1974, o Brasil já havia voltado a ter uma oposição parlamentar atuante, formada por um grupo do MDB, que se confrontava com a Ditadura. Nos anos seguintes, este grupo opositor ficou conhecido como o bloco dos “autênticos”.

A sociedade civil também volta a se manifestar e a organizar movimentos opositores contra a Ditadura. Reúnem-se, nesses movimentos, desde os parentes dos presos e exilados políticos até organizações políticas que, dez anos antes, haviam apoiado tranquilamente o Golpe e o Regime Militar. Era o caso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que, no fim do ano de 1975, com a sociedade civil ainda chocada pelas notícias do assassinato, no DOI-Codi de São Paulo, do jornalista Vladimir Herzog, começou a exigir o fim da Ditadura. A palavra de ordem era “Pela volta do Estado de Direito”, que passou a ser o mote da OAB nas manifestações organizadas por todo o país. Já iam longe os dias que antecederam o Golpe de 64, quando essa organização apoiou a implantação da Ditadura.

Em 1975, como novas formas de protesto, começam os quebra-quebras de trens e ônibus. Era a população que se revoltava contra os baixos salários, as péssimas condições de moradia, contra o preço e a qualidade dos transportes públicos e o elevado custo de vida.

Ao mesmo tempo, aumentavam as passeatas estudantis e a manifestação de intelectuais, artistas e outros profissionais contra o Regime.

A partir de 1977, a pressão pela abertura política fica cada vez mais forte. No MDB, alguns parlamentares não escondiam sua impaciência com o ritmo da abertura que a Ditadura dizia querer fazer. Apreensivos com as

manifestações da oposição, os militares procuram garantir o controle da Câmara e do Senado. Tristemente célebre ficou o “Pacote de abril”, que criava vários mecanismos para impedir a vitória da oposição nas futuras eleições. Um deles foi a criação dos “senadores biônicos”. Nomeados pela Ditadura, não precisavam ser eleitos pelo povo.

### **A sociedade se mexe: padres, artistas e estudantes voltam à cena**

Gradativamente, a partir de 1975, muitos setores da sociedade aglutinam forças para enfrentar a Ditadura. Mesmo muitos que em 1964 haviam apoiado os golpistas, agora, com outra compreensão, se colocavam a favor do povo, contra os militares.

#### **• O papel ativo da Igreja Católica progressista**

O caso da Igreja Católica é bastante complexo. Historicamente sua hierarquia sempre esteve intimamente ligada ao poder. Esteve do lado “dos de cima”. Mas, na sua base, muitos padres e freiras em muitos momentos estiveram ligados à vida do povo e se envolveram em suas lutas diárias. No Brasil, desde o começo da industrialização, os católicos nunca se deram bem com anarquistas, socialistas e comunistas que dirigiam as lutas operárias. Ao contrário, havia fortes contradições. Nos anos de grande agitação social que antecederam o Golpe de 64, entre os católicos havia uma divisão. A grande maioria, seguindo as orientações conservadoras da hierarquia, alimentava o medo da esquerda, dos “agitadores” e se colocava do lado de quem queria acabar com toda aquela efervescência. Ou seja, apoiava as forças de direita que preparavam o Golpe e a implantação de uma Ditadura que acabasse com o perigo comunista.

Do outro lado, entre os fiéis e alguns padres e freiras, havia muitos ativistas sociais que atuavam no MEB, em sindicatos rurais, ou participavam de movimentos progressistas como a JOC, a ACO e a JUC. Estes estavam em contato direto com a esquerda e discordavam frontalmente da orientação conservadora das altas hierarquias.

Nas vésperas do Golpe, a imensa maioria dos bispos estava a favor de dar o famoso “Basta” às esquerdas. Havia cardeais, bispos e padres diretamente envolvidos na preparação do Golpe, como é o caso do cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara. Há um livro do bispo de Crateús, Dom Heleno Fragoso, *A Igreja de Crateús*, em que ele deixa esta situação bem clara. Vejamos:

Os golpistas no poder passariam, ou continuariam a contar com certa complacência ou cumplicidade de relevantes segmentos da sociedade civil, que assim agiam por medo ou oportunismo. A própria direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), num primeiro momento, manifestaria seu apoio.

Em seguida ele lista cinco bispos discordantes dessa posição da CNBB: Dom Valdir Calheiros, Dom J. Vicente Távora, o próprio autor, Dom Antonio Fragoso, Dom Francisco Mesquita e Dom Severino Aguiar, entre outros. Há outras listagens de bispos dissidentes da linha oficial da hierarquia. Nessas se fala de Dom Helder Câmara, Dom Marcos Jorge, de Santo André, Dom Tomás Balduino, de Gioás, Dom Adriano Hippólito, de Nova Iguaçu, entre outros. O fato é que, num primeiro momento, a oposição ao Golpe no meio católico era pequena.

Mas, rapidamente, o número de padres, freiras e bispos que passaram a se opor à Ditadura, vendo a miséria crescente do povo e o esmagamento da liberdade, ficou cada dia maior. O caso mais conhecido de participação ativa de membros do clero católico na luta contra a Ditadura, como vimos, foi o dos freis dominicanos. Nomes como frei Betto, frei Tito, frei Fernando, frei Ivo e tantos outros são incorporados à galeria dos lutadores do povo contra a Ditadura e por um Brasil justo e livre. Outros nomes muito conhecidos, ligados à atuação política na visão da Teologia de Libertação, foram madre Cristina e frei Leonardo Boff, entre tantos.

Em São Paulo, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, ao contrário do cardeal que o antecedeu, foi um declarado opositor do regime. Em 1973, celebrou uma missa de sétimo dia pelo estudante Alexandre Vannucchi Leme, membro da ALN, assassinado sob torturas, no DOI-Codi de São

Paulo. Em novembro de 1975, abriu novamente as portas da catedral da Sé para um culto ecumênico, que reuniu mais de cinco mil pessoas, para homenagear o jornalista comunista Vladimir Herzog, também assassinado sob torturas, no mesmo DOI-Codi.

Durante toda a década de 70, no Brasil inteiro, centenas de padres e freiras e milhares de leigos atuam nas CEBs. Particularmente nas paróquias da periferia paulista, junto com as CEBs, desenvolvem-se várias formas de organização popular fundamentadas na visão da Teologia da Libertação. O elo comum entre essas organizações populares e o resto da esquerda era a necessidade de mobilização para lutar contra a Ditadura e o desenvolvimento da solidariedade para com as reivindicações populares, nas greves, manifestações e ações organizativas. As CEBs, em todo o Brasil, chegaram a ter mais de oitenta mil núcleos, envolvendo dois milhões de ativistas sociais.

Muitos militantes de movimentos sociais, nas periferias das grandes cidades, nos sindicatos e oposições sindicais foram despertados para a luta política pelas atividades das CEBs. Essas Comunidades atuavam em estreita ligação com a Pastoral Operária. Um dos dirigentes mais destacados dessa linha de atuação foi o metalúrgico paulista Waldemar Rossi.

As CEBs continuaram suas atividades até a mudança da política do Vaticano, na década de 80, quando o anticomunista e conservador papa João Paulo II conseguiu esvaziá-las ou domá-las. No seu lugar, o Vaticano tratou de colocar uma visão chamada “carismática” da religião. Esta afastava os fiéis do compromisso com a luta diária por sua libertação política e enfatizava a visão de salvação espiritual, pessoal e individual.

#### • A luta pela anistia aos presos políticos

Impulsionado por advogados e parentes de presos políticos, em 1975 é criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Este passa a desenvolver importante papel no cenário brasileiro a partir desse ano. Sua reivindicação imediata era uma “anistia ampla, geral e irrestrita” e, de forma mais ampla, o fim da Ditadura.

Os estudantes também voltam a se manifestar. Célebre ficou o III Encontro Nacional dos Estudantes pela reorganização da UNE, em São

Paulo, em 1977. Violentamente dissolvido pelas forças de repressão, ficou conhecido como o “massacre da PUC”, pela quantidade de estudantes agredidos por policiais.

Em 1978, nas periferias da grande São Paulo, o “Movimento do Custo de Vida” organiza um abaixo-assinado e exige do governo redução do custo de vida, congelamento dos gêneros de primeira necessidade, abono salarial de 20% e aumento salarial. No Brasil inteiro, foram recolhidas quase 1,5 milhão de assinaturas. Em 1979, esse movimento, rebatizado com o nome de “Movimento Contra a Carestia”, realiza um grande ato, na catedral da Sé, em São Paulo, para encaminhar as assinaturas a Brasília. Uma numerosa tropa policial, na tentativa de dispersar os manifestantes, efetuou 14 prisões e deixou sessenta feridos.

No exterior, os milhares de exilados representavam mais um fator de pressão sobre os militares que não queriam sair de cena. Na França, Itália, Suíça, Alemanha, Holanda, Suécia, Chile e México, comitês de exilados começaram a exigir o fim da Ditadura Militar no Brasil e o direito de retornar à sua terra.

Na maioria das grandes capitais, a população mobilizava-se e discutia sobre as torturas aos presos políticos brasileiros, exigindo o fim da Ditadura e das violações aos direitos humanos.

A cada viagem de alguma autoridade brasileira ao exterior, desencadeavam-se manifestações anti-regime.

Em 1976, na Holanda, o 4.º Tribunal Russel, célebre foro internacional para o julgamento de crimes contra a humanidade, condenou os crimes da Ditadura Militar brasileira. A repercussão deste julgamento e as repetidas manifestações frente às embaixadas brasileiras no exterior importunavam a propaganda dos militares. Eles insistiam em mostrar o Brasil como uma “Ilha da Fantasia”, de paz e prosperidade.

#### • Artistas entram no coro contra a Ditadura

No Brasil, intelectuais e artistas continuavam exprimindo sua insatisfação com o regime. O compositor Chico Buarque de Holanda, os

teatrólogos Plínio Marcos e José Celso Martinez, os atores Gianfrancesco Guarnieri e Francisco Milani, tornam-se símbolos da luta contra a falta de liberdade que sufocava o país e especificamente o mundo artístico.

Muitos livros retratam aqueles anos. Um dos mais interessantes é o de Marcelo Ridenti, *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Nele, o autor descreve toda a produção cultural dos anos da Ditadura, marcada pelo clima de censura e repressão que reinava.

Fatores externos também influenciaram grandemente as várias manifestações culturais do país, a partir dos anos 70. Houve uma grande expansão da indústria cultural, no Brasil e no mundo, destacando-se o crescimento da indústria fonográfica. O mercado, dominado por grandes gravadoras multinacionais, chegou a ser o 6.º produtor de discos do mundo. Ao mesmo tempo, a televisão, com a introdução das cores, estruturava-se. Na década seguinte, o Brasil possuía a 4.ª rede mundial de televisão: a Rede Globo.

Na música, a variedade de ritmos e estilos foi a característica desses anos. Chico Buarque de Holanda, numa das suas tantas músicas contra a opressão da ditadura, demonstra esse ecletismo: “Aqui na terra estão jogando futebol, tem muito samba, muito choro e rock’n roll”. Suas músicas de protesto, como *Apesar de você* ou a mais trágica, *Cálice*, eram cantaroladas por todos aqueles que sonhavam construir uma realidade sem Ditadura Militar.

A produção cultural comprometida com a democracia retomou fôlego após a abertura política. Floresceram romances, memórias, autobiografias, depoimentos e romances-reportagens.

No cinema, temas populares e urbanos relacionados à realidade brasileira, às condições de vida, à luta dos trabalhadores passam a ser tratados com diferentes estilos e enfoques. Dentre os filmes, destacam-se *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia*, de Hector Babenco; *São Bernardo*, de Leon Hirzman; *A guerra dos pelados*, de Sílvio Back; e *Braços cruzados, máquinas paradas*, de Roberto Gervitz.

Além do cinema, também florescem grupos teatrais ligados à luta popular e aos trabalhadores, como o grupo paulista União e Olho Vivo, animado por César Vieira, pseudônimo do advogado de presos políticos

Idibal Pivetta. No Rio, ficou célebre o grupo Teatro do Oprimido, animado por Augusto Boal.

Toda essa efervescência e mobilização da sociedade era um claro sinal de que alguma explosão popular estava para irromper. E assim foi, no início do mês de maio de 1978, com as greves metalúrgicas em São Bernardo do Campo e, logo em seguida, dos metalúrgicos de São Paulo.

### A retomada dos movimentos e a explosão das greves, em 1978

Os antecedentes que levaram às greves de 1978 foram gerados pelo trabalho de acumulação de forças realizado por militantes sindicais, desde 1967 e que continuou durante os anos 70. O centro de todo esse trabalho estava na necessidade de retomada em novas bases da vida sindical. A revitalização da atividade sindical se deu de duas formas:

- A primeira, em alguns sindicatos que tinham uma diretoria disposta a lutar e enfrentar a ditadura. Um caso exemplar foi o dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo.
- Outra forma foi a partir do trabalho das oposições sindicais que combatiam diretorias sindicais pelegas, em geral cheias de interventores. Foi o caso típico dos metalúrgicos da capital paulista, cuja diretoria era composta por interventores a serviço da Ditadura e dos patrões da Fiesp. Só para se ter uma idéia, neste sindicato tanto o presidente quanto o vice eram do Diretório da Arena, o partido da Ditadura, e colaboravam diretamente com os órgãos de repressão.

A partir de 1975, mesmo com todas as restrições impostas pelo regime, os metalúrgicos de São Bernardo tornam-se um referencial dinâmico da atividade sindical do país. Ali nasceu a liderança de Lula, o torneiro-mecânico que se tornou famoso.

Em agosto de 1977, um artigo publicado no jornal norte-americano *Washington Post* e reproduzido em *O Estado de S. Paulo* detona uma luta por

reposição salarial. O artigo falava sobre um relatório do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), braço do Banco Mundial, que alertava os investidores que o governo brasileiro havia se equivocado na publicação de seu índice oficial de inflação de 1973–1974. A Ditadura brasileira havia divulgado que a inflação oficial tinha sido de 12,6%, quando na realidade fora de 22,5%. Essa notícia circulou entre muitos trabalhadores que decidiram ir ao contra-ataque e exigir o que lhes havia sido roubado. Essa falsificação do índice real da inflação ficou conhecida como o “roubo do Delfim”.

Alguns sindicatos, em agosto de 1977, liderados pelos metalúrgicos de São Bernardo, iniciam uma mobilização pela reposição dos 34,1%, atualizados, surrupiados pelo governo. Em setembro reúnem-se, na frente do sindicato, em assembléia, quase cinco mil pessoas.

Em São Paulo, por ocasião da campanha salarial dos metalúrgicos, no mês de outubro, a Oposição Metalúrgica consegue aprovar, em uma assembléia de mais de mil pessoas, a decretação de uma greve pela reposição da inflação de 73.

O ano de 1978 começou já aquecido pela reivindicação dos 34,1% do ano anterior. Luiz Inácio da Silva, o Lula, é então eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Em várias fábricas desse sindicato, grupos de ativistas começam a preparar uma greve reivindicando 21% de aumento salarial. O jornal do Sindicato de São Bernardo, *Tribuna Metalúrgica*, também chegava aos bairros operários da periferia da Grande São Paulo em bares, escolas, creches e centros comunitários.

Militantes da Oposição Sindical Metalúrgica também intensificam a preparação de uma greve, nas fábricas da capital, pela mesma reposição das perdas salariais de 1973–1974. O jornal da Oposição, *Luta Sindical*, trazia na primeira página: “20% ou greve”.

No 1.º de Maio de 1978, os motores da greve continuavam esquentando e a Ditadura não dava resposta às reivindicações dos trabalhadores.

No dia 12 de maio, a fábrica de caminhões Scania Vabis, de São Bernardo, pára. Logo depois, é a vez da Ford, da Mercedes, da Volkswagen e de quase todas as outras fábricas da região. Na primeira semana de paralisação, sessenta mil metalúrgicos de 24 empresas experimentam, após longos anos de jejum, o gostinho da greve.

A primeira greve fora de São Bernardo, no dia 26 de maio, estoura na fábrica de componentes eletrônicos Toshiba, em São Paulo.

A reivindicação era quase a mesma nas duas cidades. Em São Paulo, exigia-se, além da reposição salarial, a legalização das Comissões de Fábrica, pois não se podia contar com a direção sindical aliada aos patrões.

De maio a junho, a onda grevista estendeu-se por todo o estado de São Paulo. Essas greves eram lideradas, nas fábricas, por militantes organizados em grupos clandestinos. Os trabalhadores entravam na fábrica, como se fossem trabalhar, mas ficavam perto das máquinas com os braços cruzados. Cenas como essa foram retratadas num documentário com o título sugestivo de *Braços cruzados, máquinas paradas*. Eram greves isoladas, fábrica por fábrica, de curta duração, ou de, no máximo, uma semana. As reivindicações começavam pela reposição salarial e se estendiam para outras exigências, como a legalização das Comissões de Fábricas e melhores condições de trabalho.

Quase todas essas greves foram vitoriosas. Os trabalhadores conseguiram reposição salarial e, sobretudo em São Paulo, a criação de Comissões de Fábrica em várias empresas. As Comissões eram uma saída para organizar a greve onde havia sindicatos controlados por pelegos e interventores. Sobretudo em São Paulo, as Comissões da Fábrica representavam uma proposta de organização sindical alternativa à herdada de Getúlio Vargas.

Havia uma rica elaboração teórica sobre a estrutura sindical, e a proposta de várias oposições sindicais era que os sindicatos deveriam ser independentes e autônomos do Estado, isto é, da estrutura oficial. As Comissões deveriam ser as raízes da implantação da ação sindical na base. Deveriam ser independentes, controladas única e diretamente pelos trabalhadores nos seus locais de trabalho.

Em setembro de 1978, na cidade de Cabo de Santo Agostinho (PE), ocorre a primeira greve de cortadores de cana, desde o Golpe de 64. Foi vitoriosa e mostrou a insatisfação dos trabalhadores do campo com suas condições de vida e ganhos miseráveis. O setor açucareiro, que crescera muito a partir de 1970, aumentara o número de assalariados rurais, os trabalhadores temporários chamados de "bóias-frias".

No dia 10 de outubro, os metalúrgicos de São Paulo fazem a primeira greve geral de uma categoria inteira, após o Golpe de 64. Pararam 250 mil metalúrgicos da capital. Uma assembléia operária, que reuniu trinta mil pessoas, vota pela continuidade da greve. Mas a direção daquele Sindicato, de comum acordo com os patrões da Fiesp e com os militares, traiu o movimento dos trabalhadores. Até as conquistas obtidas em maio, junho e julho, nas greves fábrica por fábrica, são anuladas.

Calcula-se que o número de grevistas no Brasil, durante todo o ano de 1978, tenha chegado a um milhão. A maioria dessas greves foi de metalúrgicos e o eixo central era São Bernardo do Campo e a cidade de São Paulo.

Em 1979, a classe trabalhadora volta à cena política do país. Jornais, rádios e televisões, mesmo contra a vontade da Ditadura, não podiam mais esconder esse movimento. Foram mais de 430 greves, com três milhões e 200 mil grevistas de várias categorias.

Reivindicavam-se aumento salarial, reajuste semestral, estabilidade no emprego e semana de trabalho de 40 horas. Além das reivindicações tipicamente trabalhistas, as outras políticas eram: direito de greve, liberdade de organização nos locais de trabalho, liberdade e autonomia sindical, anistia aos presos políticos e fim da Ditadura.

A greve geral da categoria dos metalúrgicos de São Bernardo, no dia 13 de março, iniciou uma tradição que se tornou a marca distintiva das greves do ABC paulista. Foram greves de longa duração. A diretoria sindical, comprometida com os interesses da classe trabalhadora, promovia grandes assembléias diárias com a presença de trinta, cinquenta e até cem mil metalúrgicos.

Nesta primeira greve de 1979, o governo intervém no sindicato e coloca milhares de policiais nas ruas para reprimir os grevistas. Mas nem



a intervenção conseguiu enfraquecê-la. A partir dessas greves a liderança de Luiz Inácio da Silva espalha-se pelo país e Lula torna-se conhecido nacionalmente.

No fim de outubro de 1979, começa uma grande greve entre os metalúrgicos de São Paulo, cuja realidade era totalmente diferente da que existia em São Bernardo do Campo. A diretoria do sindicato, sempre do lado dos patrões, tudo fazia contra a greve.

A direção da greve ficou nas mãos do Comando de Greve, que era eleito pelos grevistas nas várias regiões de São Paulo. O Comando coordenava e garantia o máximo de participação dos trabalhadores na condução e continuidade do movimento. Foi uma greve de rua, com grandes piquetes e uma organização descentralizada. Os piquetes, conhecidos com “piquetões”, começavam com um punhado de ativistas que saía em manifestação/passeata convidando e incentivando todas as fábricas a parar. “Piquetões” de cinco a dez mil pessoas desfilavam pelos bairros de maior concentração operária de São Paulo. Essa experiência se repetiu, de forma mais limitada, em cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A repressão foi grande e violenta com mais de mil prisões desde a véspera da greve. No dia 3 de outubro, Santo Dias da Silva, militante das Comunidades de Base e da Pastoral Operária, candidato a vice-presidente da chapa da Oposição Sindical no ano anterior, foi assassinado pela polícia num piquete, na porta da fábrica de lâmpadas Sylvania. Santo, junto com Waldemar Rossi, era uma das principais lideranças operárias da esquerda católica operária.

O governo, procurando diminuir a onda de greves, modifica a lei dos reajustes salariais e decreta o aumento semestral, compensando um pouco a inflação. Mas esta aumentava muito rapidamente e devorava, em pouco tempo, os reajustes semestrais.

Em 1979, também os bancários de vários estados, liderados pelas oposições ou por novas diretorias, entram em cena e passam a ser um dos carros-chefe da mobilização dos trabalhadores. Em Porto Alegre e São Paulo, aparecem lideranças que, futuramente, teriam grande destaque na

política nacional. Foi o caso do bancário gaúcho Olívio Dutra, que se tornou uma referência política no Rio Grande do Sul e nacional em São Paulo, despontou a liderança de Luiz Gushiken.

Os professores foram outra categoria que iniciou uma longa série de mobilizações e greves em São Paulo, Rio de Janeiro e em outros estados. Dessas greves no setor da Educação surgem os primeiros sindicatos de funcionários públicos, embora, ainda, não permitidos pela lei. A classe trabalhadora havia rompido as correntes do medo.

As greves de 1979 tiveram uma organização diferente das de 78. Foram greves de toda a categoria e não só fábrica por fábrica. Quase todas tiveram uma longa duração. Uma novidade, como já citado, foi a criação, em muitas delas, dos *Comandos de Greve*. Estes eram uma forma de democratizar as decisões, passando por fora da estrutura sindical oficial.

A maioria das assembléias, seguindo o exemplo dos metalúrgicos de São Bernardo, era realizada em estádios ou em locais públicos. Em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e muitas capitais, as televisões locais mostravam estádios lotados de trabalhadores em greve.

Outra característica dessas greves de 79 foram os *Fundos de Greve*. Estes surgiram com a intervenção nos sindicatos, decretada pelo governo, e serviam para arrecadar alimentos que sustentariam os grevistas e suas famílias. Também funcionavam como pólos de aglutinação e organização, pois não se podia contar com os sindicatos sob intervenção.

A repressão policial às greves foi muito forte. Em 1979, foram assassinados, pela polícia, muitos operários em piquetes ou manifestações. Entre eles, como já dissemos, o metalúrgico Santo Dias da Silva, em São Paulo; Orocílio Martins Gonçalves, da construção civil de Belo Horizonte; Benedito Gonçalves dos metalúrgicos de Divinópolis (MG); e Guido Leão, metalúrgico de Betim (MG).

As greves de 1979 foram de enfrentamento direto contra os patrões e contra a Ditadura Militar que os protegia. Ao mesmo tempo, os grevistas confrontavam-se com os pelegos e seus novos aliados, os “reformistas”, do PCB e MR-8. Os pelegos sempre foram contra as lutas da classe traba-

lhadora e cumpriam à risca seu papel de esvaziar e trair qualquer mobilização. Os novos aliados eram lideranças de esquerda que tinham feito um pacto com os velhos pelegos para entrar nas suas máquinas sindicais. Por essa aliança e por acharem que as greves, naquele momento, atrapalhavam a abertura política a ser negociada com a Ditadura, eram contra as greves, ou, no mínimo, pretendiam limitar seu alcance.

Assim, a classe operária, após romper a barreira do medo da Ditadura, chegou ao ano de 1980 representando um grande peso político no cenário nacional. A Lei de Greve tinha sido derrubada na prática e os trabalhadores politizavam-se rapidamente. Novas exigências, como a liberdade de organização partidária e eleições diretas para presidente da República, começaram a aparecer em boletins e jornais sindicais.

Entre 1965 e 1980, ocorre uma “modernização conservadora” da agricultura, imposta e patrocinada pelo governo. Uma modernização sem reforma fundiária, isto é, sem reforma agrária. A Ditadura favoreceu todo o tipo de crédito rural subsidiado para implantar a mecanização e a expansão da comercialização dos adubos e defensivos químicos. Os resultados foram o crescimento das culturas de exportação e a concentração da propriedade rural. Para os camponeses, nenhum benefício. A expulsão dos agricultores das fazendas e das pequenas propriedades para as cidades e para as vilas gerou uma explosão do desemprego e dos bóias-frias. Neste ambiente, em 1985, nascerá o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma resposta a essa modernização capitalista feita pelos militares.

## CAPÍTULO 8

### DÉCADA DE 80: GREVES, GREVES GERAIS E CENTRAIS SINDICAIS (1978–1990)

A década de 1980, para o Brasil, foi longa. Podemos dizer que começou antecipadamente, em 1978, quando a onda de greves de maio deu início a uma nova era no país. Estavam sendo superados os anos mais difíceis da Ditadura. Entre 1969 e 1975, qualquer simples menção à palavra greve deveria ser feita baixinho, entre os trabalhadores, para que não fossem descobertos pela polícia política infiltrada nos locais de trabalho.

O maior volume de greves realizado na história do país ocorreu nos anos 80. O acúmulo das lutas, neste período, permitiria, inclusive, que a disputa eleitoral de 1989 se desse entre um filho da burguesia tradicional e um líder operário.

Esses anos foram marcados por uma tremenda mudança no cenário mundial: um dos dois pólos do poder mundial, que se havia constituído após a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética, teve sua força política reduzida a zero. A partir daí, o mundo começou a viver sob o domínio único do império estadunidense. O socialismo sofreu derrotas mortais em quase todos os países onde havia se implantado.

O Brasil caminhava na contramão da tendência mundial, que apontava para a diminuição das lutas dos trabalhadores e para uma profunda crise da esquerda. Surge, nessa época, um novo partido que encarava o socialismo de maneira diferente, o Partido dos Trabalhadores.

Ao mesmo tempo, surge uma central sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), cuja proposta era diferente das outras anteriores. Não se influenciava por nenhuma das experiências européias anteriores e, conseqüentemente, não pretendia filiar-se a nenhuma das grandes confederações sindicais mundiais existentes. O Brasil, nos anos 80, passou a ser o campeão mundial de dias parados. O ano de 1971, no qual não houve nenhuma greve, estava longe.

### Panorama internacional da década de 80

A euforia do capitalismo mundial dos trinta anos após a Segunda Guerra Mundial já estava longe. Desde 1974, o capitalismo vivia uma forte redução da taxa de lucro. O cenário, agora, era de crise econômica, que forçou o capitalismo a encontrar novas soluções para garantir sua expansão e perpetuação.

Do ponto de vista político, uma nova teoria, denominada *neoliberalismo*, avançava. Era o retorno, adaptado às novas realidades, do velho capitalismo liberal. Entre 1930 e 1975, várias concessões haviam sido feitas, em muitos países, para atender às necessidades do sistema atingido pela *Crise de 1929* e pela subseqüente Grande Depressão, da década de 30. Logo após a Segunda Guerra, os países capitalistas precisavam recuperar suas economias. Precisavam garantir sua vitória contra a expansão do comunismo e contra as lutas de libertação que aconteciam em todas as antigas colônias. Nos países capitalistas, a pressão do movimento operário conquista, “na marra”, vários direitos. Nos anos 80, as empresas, para garantir seus lucros, precisavam recuperar o terreno perdido com essas concessões. Precisavam retirar dos trabalhadores o máximo de conquistas possíveis.

As teorias de John Maynard Keynes haviam gerado uma nova realidade social, chamada de “Estado de Bem-Estar Social”. O *Welfare State* deveria ser uma espécie de proteção para reduzir os choques entre capital e trabalho, ou seja, para neutralizar a classe trabalhadora e evitar revoluções socialistas. No final da década de 70, com a diminuição do impulso socialista, o mundo capitalista não necessitava mais dessa proteção.

No Chile, já estava em curso uma violenta experiência de implantação do capitalismo neoliberal. A ditadura do general Pinochet aplicava experiências neoliberais dos discípulos da “Escola de Chicago”. Fenômeno parecido acontecia na Argentina, onde uma ditadura terrorista do mesmo naipe da do Chile, implementava as chamadas reformas estruturais.

Para garantir o lucro das empresas, novas técnicas de gerenciamento e novas formas de produção substituíram a linha de montagem da primeira metade do século. Era a passagem do velho modelo de produção “fordista”, baseado na linha de montagem, para um novo método, o “toyotismo” japonês, modelo de produção conhecido como “administração flexível” e “produção flexível”. Novas expressões como “reestruturação produtiva” “reengenharia” passaram a ser utilizadas por empresários, gestores e trabalhadores. Ao mesmo tempo, do ponto de vista tecnológico, a automação industrial invadia o mundo e entrava em cena a microeletrônica. Essas transformações, que haviam começado timidamente na década anterior, invadem todos os setores produtivos.

A União Soviética, cujo regime já não tinha quase nada de socialismo ou comunismo, mesmo assim, funcionava, até a década de 70, como um freio ao capitalismo imperialista mundial. A partir de 1978 e durante os dez anos seguintes, a superpotência do mundo comunista desmanchou-se totalmente e não representava mais perigo nenhum ao capitalismo.

Em 1985, Mikail Gorbachev foi eleito presidente da URSS. Seu país perdia o fôlego da época da Guerra Fria com os EUA. O Bloco Soviético, formado pela URSS e pelo Leste Europeu, entrava num processo acelerado de desintegração. As palavras mágicas do novo líder, Gorbachev, que ainda se dizia comunista, *Glasnost* (transparência) e *Perestroika* (reestruturação), invadiram a mídia ocidental. O Ocidente capitalista se deliciava com o desmanche acelerado da antiga pátria do socialismo. Era o fim da experiência comunista que carregara tantas esperanças com a Revolução Russa de 1917. A derrubada do muro de Berlim, em 1989, representa o fim de uma era, o fim do “breve século XX”, como o historiador britânico Eric Hobsbawm o consagrou em seu livro *A Era dos Extremos*.

A década de 80 assiste ao enfraquecimento de todos os partidos comunistas do mundo. Sua expressão eleitoral se reduz de tal forma que a representação do Partido Comunista Espanhol, em dez anos, entre 1975 e 1985, cai de 25% para 2% dos eleitores. O mesmo acontece com o Partido Comunista Italiano, outrora o mais poderoso partido comunista do Ocidente, que marcha a passos largos para a sua melancólica extinção, em 1992. O partido criado por Antonio Gramsci, em 1921, divide-se em dois grupos, dos quais o menor se propõe a ser o Partido da Refundação Comunista. A maioria, na visão da Refundação, após a mudança de nome, aderirá ao chamado “socioliberalismo”.

O refluxo da esquerda na Europa foi geral, com os comunistas quase desaparecendo e os partidos socialistas aderindo vertiginosamente à visão neoliberal.

Três eleições marcaram profundamente a década de 80. A primeira, em 1978, em Roma, foi a do papa João Paulo II, um conservador e profundamente anticomunista, que combaterá a Teologia da Libertação, sobretudo na América Latina. Em sua ação sistemática de destruir as idéias socialistas, aliou-se ao novo presidente dos EUA, eleito em 1980, Ronald Reagan. Este, como representante da direita radical, nos trará à lembrança o “braço armado” secular da Idade Média, combinado com o “braço espiritual” liderado pelo papa. A atividade dos dois teve como principal meta jogar uma última pá de cal no outrora vitorioso socialismo soviético.

Para a tarefa de destruir a Teologia da Libertação, o novo papa foi auxiliado pelo seu braço direito, guardião da preservação da doutrina católica, o cardeal Josef Ratzinger. Os dois, fazendo uso da conservadora mentalidade medieval, ao longo do pontificado de João Paulo II, calaram todas as vozes de cardeais, bispos e padres comprometidos com a doutrina que incentivava a luta do povo por sua libertação de toda a dominação e agressão. Eles foram os responsáveis por uma nova visão no catolicismo que, a partir de Roma, se impôs ao mundo e especialmente à América Latina: a chamada “Renovação Carismática”. Os mais perseguidos, na América Latina, foram o frei brasileiro Leonardo Boff e os padres revolucionários do Governo Sandinista, da Nicarágua, como Ernesto Cardenal.

Para a empreitada de enterrar o que sobrava do Leste Europeu e da União Soviética, João Paulo II aliou-se à CIA no apoio ao ativo movimento sindical da Polônia. O *Solidarnosc*, sindicato polonês que com poderosas greves enfrentou o regime comunista, foi financiado pelo Bloco Ocidental. O objetivo era utilizar o sindicato para destruir o cambaleante Leste Europeu, que de socialista só tinha o nome, começando pela católica Polônia.

A segunda eleição marcante da década foi a da primeira-ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher, contemporânea do papa Wojtyła. A chamada “Dama de Ferro” foi peça fundamental para o neoliberalismo. Sua eleição foi uma tremenda derrota para os trabalhadores do Reino Unido e enterrou o mito do “Estado de Bem-Estar Social” que havia embalado gerações de socialdemocratas do chamado Primeiro Mundo. A derrota imposta à longa greve dos mineiros ingleses foi o sinal da nova relação dos governos neoliberais com as reivindicações do movimento operário. As privatizações e a retirada de direitos trabalhistas e sociais implementados pelo novo governo neoliberal tornam-se, a partir daqueles anos, o modelo para o resto do mundo capitalista.

A terceira eleição veio logo após a vitória do neoliberalismo na Inglaterra. Nos EUA, é eleito, para a Presidência da República, o republicano Ronald Reagan, com a mesma mensagem de Thatcher. Seu plano econômico resumia-se na expressão “austeridade econômica”, isto é, no controle dos gastos públicos com uma forte redução das despesas sociais. Seu discurso era violentamente anticomunista e seu lema de campanha declarava explicitamente: “Nunca mais seremos humilhados pelos vermelhos.”

Inglaterra e Estados Unidos difundiram, através de seu poderio econômico, a ideologia neoliberal nos quatro cantos do mundo. A hegemonia do capitalismo ficava garantida pelo poderio bélico dos EUA e pela difusão do modelo norte-americano, agora sem contestação por parte do Bloco Soviético. As universidades dos EUA e as Organizações Não Governamentais (ONGs) nascidas como cogumelos nestes anos 80 terão um papel importantíssimo na difusão da ideologia neoliberal.

Em nome desta guerra do “bem” contra o “mal”, surge uma nova corrida armamentista e seguidas invasões norte-americanas são feitas na

América Latina, como na Ilha de Granada, no Caribe e, através do apoio aos “Contras”, na revolucionária Nicarágua sandinista. Na África, os EUA deram sua proteção ao *Apartheid* da África do Sul e a várias guerrilhas contra os governos socialistas das ex-colônias européias.

Mas no restante da América Latina, a onda conservadora estava em refluxo. Todas as ditaduras da década de 1970 estavam sendo contestadas. Na Argentina, em 1982, chega ao fim a ditadura que talvez tenha sido, junto com a do Chile, a mais sanguinária da região. O Uruguai volta à normalidade. No Brasil, como já vimos, com o fim da ditadura, uma forte onda de lutas dos trabalhadores e do povo dura toda uma década.

A América Central era um pólo de irradiação mundial de lutas populares, onde as forças de esquerda avançavam e davam lições ao mundo. Na Nicarágua, em 1979, o ditador Anastácio Somoza foi derrubado. A revolução pregava um modelo próprio de socialismo, democrático e popular, que despertou esperanças na esquerda mundial, enfraquecida por sucessivas derrotas. No Brasil, o charme da “Revolução Sandinista” se fará sentir, naqueles anos, com muita força. O hino da vitoriosa Revolução Sandinista era cantado em festas políticas e em assembléias sindicais.

Enquanto isso, o país vizinho, El Salvador, durante anos deixa os revolucionários do mundo inteiro esperando, a qualquer momento, a vitória da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

No coração da “velha” Europa e sobretudo nos EUA, os banqueiros e as multinacionais estudavam maneiras para continuar tirando bilhões de dólares dos países do Terceiro Mundo. A dívida externa desses países cresce a cada ano e tornara-se impagável. Eram necessários alguns “ajustes” em suas políticas econômicas que possibilitariam a continuação da drenagem de bilhões de dólares para as matrizes dos bancos internacionais.

Os capitalistas e as multinacionais, ao longo da década de 1980, produziram vários documentos nos quais defendiam, com unhas e dentes, a doutrina liberal, agora atualizada: o neoliberalismo. Entre eles, destacam-se: os documentos “Santa Fé I” e “Santa Fé II” e, em 1990, o “Consenso de Washington” que se tornou a cartilha neoliberal imposta a todos os

países da América Latina, vítimas do controle do Fundo Monetário Internacional (FMI).

### O Brasil no quadro mundial dos anos 80

O Regime Militar estava em retirada “lenta, gradual e segura” desde 1978. Tinha sido forçado a engolir a onda de greves e a se preocupar com a insatisfação generalizada. Com exceção da Rede Globo, totalmente a serviço da Ditadura, as imagens das greves nas capas de jornais e outras televisões mostravam que o regime já não estava com a mesma força que tinha entre 1969 e 1976.

A anistia e o retorno dos exilados políticos, em 1979, tiraram o Brasil do centro das atenções de organizações humanitárias e democráticas do mundo. Estas organizações, sistematicamente, condenavam a Ditadura brasileira pelas suas prisões políticas, torturas e mortes. A extinção do AI-5, após dez anos de vigência, apontava uma “desescalada” dos militares e da Ditadura.

A partir de 1978, e, sobretudo, em 1979, o Brasil passa a chamar a atenção do mundo pelas centenas de milhares de mãos levantadas, em assembléias, votando pela continuidade das greves.

A lei que extinguiu o bipartidarismo e regulamentou a criação de partidos políticos fazia parte da chamada “abertura lenta, gradual e segura”. Colocou o país, aos olhos do mundo, entre os países democráticos ou em vias de democratização.

Do ponto de vista econômico, o Brasil enfrentava grandes dificuldades. Vimos a facilidade com que os militares haviam tomado bilhões de dólares emprestados dos bancos internacionais, no começo dos anos 1970. Estes empréstimos começaram a vencer em 1980 e a dívida externa estava em mais de setenta bilhões de dólares. Para pagar os juros mensais, a fórmula dos tecnocratas de plantão era a de sempre: reduzir o crescimento econômico e, para isso, reduzir os investimentos sociais. Para os trabalhadores, essa fórmula traduzia-se em dois resultados muito concretos: arro-

cho salarial e desemprego. Mistura explosiva que deu origem a inúmeras greves e protestos. Para a população, a redução do crescimento econômico significava baixos investimentos em saúde, educação, transportes públicos e ausência de programas habitacionais.

Foi durante essa longa década que nasceu o PT. O Partido dos Trabalhadores, no início de sua trajetória, trazia uma forte marca classista: sua referência era a classe trabalhadora como centro de um projeto de transformação da sociedade. Na campanha para eleger governadores, em 1982, a marca do novo partido era: “Um partido sem patrões” e seu lema, “trabalhador vota em trabalhador”. O partido falava de socialismo, mas mantinha distância da socialdemocracia européia e dos partidos comunistas. Propunha-se a deixar a classe trabalhadora independente da tradicional política do país. Um dos seus lemas era ser “diferente de tudo o que está aí”. Por isso, até 1988, o PT somente lançou candidatos próprios para as eleições, propondo-se a priorizar as lutas dos movimentos sociais e não a luta institucional. Era quase sempre identificado, pela direita e pela esquerda, por suas lutas sindicais lideradas pela nova central, a CUT, e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Na mesma época em que nascia o PT, os sindicatos, contrariando a legislação da década de 30, que proibia a criação de centrais sindicais, formam a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esta se tornará, nos anos seguintes, referência mundial de combatividade.

Os trabalhadores do campo, sem qualquer perspectiva de reforma agrária, a curto prazo criam, a partir de 1980, um movimento que dez anos depois será considerado o maior movimento camponês do mundo. Em janeiro de 1984 é realizado o primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Cascavel, no Paraná. Sua bandeira vermelha, aprovada nesta ocasião, e suas músicas passam a ser presença constante em ocupações de terra e em manifestações pela reforma agrária. A direita tinha, agora, mais um inimigo para combater.

Em contrapartida, a tradicional direita latifundiária se organiza, a partir da década de 80, com a moderna direita das grandes empresas agroindustriais, num movimento cujo objetivo era impedir a reforma agrá-

ria, a qualquer custo. Assim, a velha e nova direita rural criam a União Democrática Ruralista (UDR). O número de militantes do MST e de camponeses sem-terra assassinados pelas forças que se reúnem neste bloco de latifundiários foi de centenas, a cada ano. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à ala progressista da Igreja Católica, anualmente publica a lista dos sem-terra assassinados e a divulga por vários jornais e revistas criados para apoiar o movimento a favor da reforma agrária.

O capitalismo, desde a Ditadura Militar, tinha como meta “industrializar o campo”, mecanizando o trabalho agrícola e criando a “agroindústria”. Isto levava a uma maior concentração de terras nas mãos de poucos e atraía investimentos estrangeiros. As agroindústrias precisavam cada vez mais de terras e, para isso, milhões de camponeses vinham sendo expulsos do campo, transformando-se em sem-terra ou em simples favelados. A produção dessas enormes empresas agrícolas quase que dispensava totalmente a mão-de-obra. Para as grandes plantações de soja, trigo, milho, eucalipto ou para a criação de gado, o número de empregados necessários é mínimo. O destino de milhões de expulsos da terra era a vida miserável nas periferias das grandes capitais.

Esse avanço do capitalismo, protegido pelo sistema, piorou as condições de vida dos trabalhadores da cidade e do campo, o que gerou uma forte politização das lutas do começo dos anos 80. A luta salarial contra os chamados “pacotes” impostos pelos militares rapidamente passava a exigir o “fim da Ditadura”.

### O movimento sindical: das greves à criação da CUT

O ano de 1978 foi decisivo para o sindicalismo brasileiro. As greves iniciadas em maio na Scania Vabis, em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, rapidamente se espalharam para as grandes fábricas montadoras de automóveis, coordenadas pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Duas semanas após, as greves chegam à capital paulista, lideradas pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e, em seguida, atingem outros sindicatos. Começa uma nova efervescência e diversos sindicá-

tos do país se articulam, provocando profundas mudanças no quadro sindical brasileiro.

• **Das tentativas de unidade à divisão em dois blocos**

Em junho de 1978, acontece o 10.º Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado em Poços de Caldas (MG), e uma das resoluções tomadas foi a de que “as entidades sindicais deverão ser coordenadas por uma Central Única de Trabalhadores”.

Em julho, o pelego Ary Campista, “chefão” da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), convoca o 5.º Congresso Nacional daquela entidade burocrática, típica manifestação da estrutura sindical oficial. O encontro estava programado para se realizar no Rio de Janeiro, longe da turbulenta São Paulo. Porém, dois meses de greves na área metalúrgica haviam esquentado o clima sindical nacional. João Paulo Pires de Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), lança a idéia de se criar uma frente de oposição à diretoria imobilista daquela entidade, e o Congresso, imediatamente, escapa da mão dos tradicionais pelegos. Há uma junção entre os dirigentes sindicais ligados ao PCB, liderados pelos metalúrgicos de Santos (SP), que não tinham feito greve em maio e junho, e aqueles que tinham encabeçado todas as greves ocorridas naqueles dois meses. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, conhecido como Lula, e João Paulo Pires passam a ser as estrelas das assembleias de um congresso paralelo, montado à revelia dos pelegos. Ao final, foi aprovada uma Carta de Princípios que propunha a convocação de uma Assembleia Constituinte, o fim da censura, eleições diretas para presidente da República, anistia aos presos políticos e reforma agrária. Essas reivindicações eram um terremoto, naqueles anos de ditadura.

Neste mesmo mês, líderes sindicalistas começam a aproximar-se de Lula. Fato marcante foi a posse da nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, fruto da vitória da chapa de oposição contra os velhos pelegos interventores. Nesta posse se encontraram as principais lideranças da onda de greves iniciada em maio no ABC paulista. A imprensa começa a divulgar os nomes destes líderes: Jacó Bittar, dos petroleiros de Paulínia (SP); João Paulo

Pires, dos metalúrgicos de João Monlevade (MG); Olívio Dutra, dos bancários de Porto Alegre (RS); e Lula, dos metalúrgicos de São Bernardo (SP).

Em setembro, em Niterói (RJ), no Campo de Gragoatá, realiza-se o Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais. Era mais um passo rumo à unificação do movimento sindical brasileiro. Os fundos para custear as despesas desse encontro vieram de um show de Chico Buarque de Holanda e das contribuições do arquiteto comunista Oscar Niemeyer. Nesse encontro, novamente é reafirmada a decisão de criar uma Central Única dos Trabalhadores”.

Em outubro desse mesmo ano de 1978, os metalúrgicos de São Bernardo, no seu 3.º Congresso, defendem a “criação de uma central única de trabalhadores”. Logo em seguida, a greve dos metalúrgicos de São Paulo, liderada pela Oposição Sindical e golpeada pela direção pelega do sindicato, começa a aproximar os metalúrgicos da Grande São Paulo com os do bloco de São Bernardo.

Em janeiro de 1979, durante o 9.º Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, é aprovada a resolução para a criação de um Partido dos Trabalhadores. Essa proposta será um forte divisor de águas entre os que julgavam que já existia um partido da classe operária, os filiados ao PCB, PCdoB e MR-8, e os que viam a necessidade de criação de um novo partido.

• **1979–1981: nascem dois blocos sindicais**

As duas tendências que surgiram em 1979, no movimento sindical, se consolidarão rapidamente em dois blocos, com políticas diferentes: bloco da “Unidade Sindical” e Bloco dos “Autênticos”.

O bloco da Unidade Sindical tentava, por todos os meios, evitar greves e enfrentamentos com os patrões e com o governo. Propunha uma aliança da classe operária com a classe patronal, para se chegar a um pacto social. Greves prolongadas poderiam prejudicar a “abertura” que os militares estavam dando. “*Nada de aventuras*”, era a sua palavra de ordem.

Esse bloco, chamado de “reformista”, era composto pelos PCB, MR-8 e PCdoB. Este último, embora com uma política diferente, sindicalmente, estava junto com os tradicionais seguidores da linha do PCB.

O principal apoio desse agrupamento eram os velhos pelegos, inimigos da classe operária, que precisavam dos experientes militantes desse setor da esquerda para enfrentar as Oposições Sindicais e a nascente Central Única dos Trabalhadores. O sindicato que melhor representava esse bloco era o dos Metalúrgicos de São Paulo. Passava das mãos dos antigos pelegos e interventores de 1964, às mãos do experiente quadro do PCB Luiz Antônio Medeiros.

Do outro lado, estava o chamado Bloco dos Autênticos. A prática deste grupo era a de enfrentar os patrões e o governo com greves de longa duração. Não apostava em acordo nacional com os patrões e era declaradamente contra o pacto social. Sua tática era tirar os pelegos dos sindicatos, elegendo diretorias combativas. Buscava incentivar e organizar, pela base, a luta da classe trabalhadora. Sua principal característica era a perspectiva classista, ou seja, a afirmação da existência do antagonismo de classe entre patrões e trabalhadores, sem nenhuma ilusão de parceria.

Esse bloco era formado por sindicalistas de sindicatos “combativos” ou “Autênticos”, como os metalúrgicos de São Bernardo, os petroleiros de Paulínia (SP) e os bancários de Porto Alegre (RS). Junto com eles, estavam as oposições sindicais, como a Oposição Metalúrgica de São Paulo e a Oposição dos Rurais de Santarém (PA). As práticas dos que já eram dirigentes dos seus sindicatos e das Oposições eram diferentes. Sobretudo os diferenciava a visão da autonomia das organizações de base, como as Comissões de Fábrica, as Comissões de Prevenção de Acidentes (Cipas) e os Comandos de Greve. Na visão das Oposições, os sindicatos deveriam apoiar e incentivar essas organizações, mas não substituí-las na organização e direção das lutas. O próprio papel do sindicato e da luta sindical era visto de maneira diferente pelas duas experiências operárias. Para os seguidores da Oposição Metalúrgica de São Paulo, a luta sindical deveria ter como objetivo final a construção de uma sociedade socialista. Neste sentido, enfatizava o classismo, ou seja, a negação de qualquer interesse comum entre patrões e trabalhadores. Para os seguidores dos Metalúrgicos de São Bernardo, o sindicato deveria servir para a luta reivindicatória, com um papel essencialmente reivindicativo e negociador. Aos poucos, essas duas tendências acabam por se aproximar e sua visão comum se expressará na criação da CUT.

A principal greve de 1980, a dos Metalúrgicos de São Bernardo, durou 45 dias e mostrou a nova prática do Bloco dos Autênticos. No dia da assembleia decisiva, no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, quando a greve iria ser decretada, o PCB tentou por todos os meios impedir que Lula, liderança incontestável, a defendesse. Hércules Correia, em nome do Comitê Central do Partido, procurou impedir essa greve a qualquer custo. Procurou Lula, na entrada do estádio lotado, e tentou convencê-lo de que uma greve, naquele momento, não poderia e não deveria acontecer: “O momento político não era propício etc. etc. etc.” Inútil tentativa.

Mas a greve aconteceu e sua influência mudaria o Brasil. O governo tentou acabar com ela através da repressão: a diretoria do sindicato foi cassada e presos os líderes do movimento. Lula, com mais de sessenta companheiros, foi levado à Polícia Federal. Pretendiam cortar a direção da base e, com isso, garantir o retorno ao trabalho.

Mas os líderes que haviam escapado da prisão se organizaram e criaram o Fundo de Greve. O Fundo aglutinava as forças dos trabalhadores e garantia a continuidade da greve, organizava piquetes, distribuía alimentos e até imprimia jornais da greve.

A greve se estendeu por todo o mês de abril e provocou um movimento de solidariedade nacional e internacional. No país inteiro, shows de solidariedade angariavam fundos para os grevistas. Nos bairros, nas várias associações, eram coletados recursos para sustentar o “Fundo de Greve” dos metalúrgicos do ABC.

No dia 1.º de Maio, a Ditadura monta um forte aparato para impedir a grande manifestação programada para o estádio de Vila Euclides, em São Bernardo. Foi inútil. Mais de cem mil manifestantes invadiram as ruas e ocuparam o estádio. Estiveram presentes representantes de todos os setores que haviam realizado ou apoiado as greves de 1978 e 1979. Estavam ausentes os pelegos, evidentemente, e os sindicatos liderados pelo PCB e MR-8, em franca rota de colisão com as greves e com suas lideranças. O PCdoB estava presente no estádio e no Comando de Greve através de alguns militantes. No estádio, também se fizeram presentes setores do PCB



agrupados em torno do velho líder Luiz Carlos Prestes, em discordância frontal com a linha política e sindical do Partido.

Com essa greve, o fosso entre as duas tendências do movimento sindical da época tornou-se público. Havia os que apostavam nas greves como forma de forçar o recuo da Ditadura e os que recusavam esse caminho, defendendo a conciliação com a burguesia e com o governo militar.

• **Encontros e articulações a caminho da CUT**

As centenas de greves dos anos 1978, 1979 e 1980 mostraram para a classe trabalhadora a necessidade de união. Assim, a idéia de uma Central Única de Trabalhadores, que reunisse todos em uma mesma luta, torna-se o foco das lutas dos trabalhadores. O raciocínio era simples. Todos já haviam percebido, nas várias lutas isoladas, uma lição básica: “isolados, os patrões nos vencem sempre; unidos, seremos fortes e venceremos.”

Dessa maneira, no começo da década de 80, o momento estava maduro para a organização de uma central. Vários sindicalistas incentivavam a realização de um grande encontro: a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat). Mas, não havia unidade entre os que queriam realizar essa conferência e as diferenças que consolidaram a separação foram várias. Vamos retomar as principais.

Um dos pólos da divisão era o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cuja diretoria era formada por interventores de 1964, com uma prática de pelegos tradicionais, intimamente ligados à Ditadura. Seus novos aliados eram, desde 1979, os sindicalistas do PCB e do MR-8 e, depois de 1981, os do PCdoB.

Nesse sindicato, uma forte corrente oposicionista, a Oposição Sindical Metalúrgica (OSM), tinha aliados em praticamente todos os estados do país. A OSM vence a eleição de 1978, mas sofre fraude. A Procuradoria Geral do Trabalho anula a eleição, mas o ministro do Trabalho passa por cima desta decisão e dá posse à diretoria ligada à Ditadura. A Oposição Metalúrgica era uma frente de trabalhadores que existia, desde 1967 e que, dez anos mais tarde, lutava para conquistar o Sindicato de São Paulo das

mãos dos pelegos. Ao mesmo tempo, procurava implantar um sindicalismo organizado pela base e centrado na luta e no confronto de classes. A partir de 1977, passa a manter contato constante com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, discutindo ações conjuntas.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo era o outro pólo do Bloco dos Autênticos. Vinha de uma experiência totalmente diferente, com uma diretoria combativa, sem tradição pelega ou contato com a ditadura. Sua liderança nacional era conhecida desde a greve da Scania Vabis, em maio de 1978, e reforçou-se enormemente com a criação do PT. Sua capacidade organizativa manifesta-se através das grandes greves anuais realizadas a partir de 1979, quando milhares de metalúrgicos, em grandes assembleias, eram filmados pelas televisões de vários países.

A criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em janeiro de 1980, foi um fator decisivo na consolidação desse bloco sindicalista e do afastamento daqueles que não concordavam com essa opção partidária. Neste ano, uma série de encontros para a articulação dos sindicatos termina por consolidar um grande desencanto, ou seja, uma divisão em dois campos, com políticas opostas. Nasce, assim, os dois blocos do movimento sindical que, anos depois, criam as centrais sindicais.

• **Do 1.º de Maio de 1980 à Central Única dos Trabalhadores**

Em final de março de 1980, estoura uma nova greve dos Metalúrgicos de São Bernardo que se estende até o Dia dos Trabalhadores. Em abril, após o governo cassar a diretoria do sindicato, Lula, o novo presidente e quase toda a diretoria são presos. As lideranças que sobraram, organizadas no Fundo de Greve, convocam, então, o 1.º de Maio para o estádio de Vila Euclides.

Para este 1.º de Maio, cem mil pessoas, vindas do Brasil inteiro, encontraram-se em São Bernardo, desafiando um fortíssimo esquema de repressão. Eram cem mil manifestantes para apoiar a greve e dar um novo rumo ao sindicalismo.

A maioria dos presentes, também, estará na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto de 83. Os outros sindicalistas que

ignoraram o chamado para aquela manifestação, que declaradamente desafiava a Ditadura, formarão, anos depois, uma nova central, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

No bloco que logo mais será conhecido como o “Bloco de São Bernardo”, desde 1979 começam a acontecer encontros que buscavam aglutinar as forças das oposições sindicais para ganhar sindicatos das mãos dos pelegos. Os objetivos iam além da conquista do sindicato. Visavam alcançar uma força capaz de mudar os rumos do sindicalismo.

Em São Paulo, no primeiro semestre de 1979, o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (Enos), organizado pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, reúne uns cinquenta sindicalistas da cidade e do campo, de vários estados. Muitas lideranças lutavam contra a estrutura sindical e pela criação de uma Central que aumentasse a força da classe trabalhadora. Dentre elas, destacava-se o trabalhador rural de Conceição do Araguaia (PA) Raimundo F. Lima, conhecido como “Gringo”, assassinado por pistoleiros ao regressar à sua cidade, depois do Encontro. O mesmo fim teve outro sindicalista rural, que participou do Enos, Nativo da Natividade. Anos depois, também foi assassinado enquanto exercia o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde (GO).

O Bloco de São Bernardo acelerou sua estruturação após a fundação do PT, no começo de 1980. Precisava estruturar-se para avançar na organização das lutas imediatas e na criação de uma central sindical.

Em fevereiro de 80, acontece uma nova reunião, o Encontro de Monlevade. Em seu documento final, apontava a necessidade de “incentivar a articulação entre as lutas do movimento sindical e as lutas do movimento popular, na cidade e no campo”. Além disso, destacava a luta pelo “fim da CLT, com a elaboração de um Código do Trabalho que pregasse a liberdade e a autonomia sindical, de acordo com a Convenção 87 da OIT”. A partir desse encontro, o discurso contra a estrutura sindical de Getúlio Vargas será um dos eixos centrais do programa do Bloco de São Bernardo.

Observem que o documento se refere ao “fim da CLT”. Os “Autênticos” atacavam à CLT como um todo, sem distinguir entre as leis de pro-

teção e defesa do trabalhador e as que controlavam e castravam a liberdade de organização sindical. Anos depois, a reflexão do Bloco de São Bernardo se aprofundou: “Pelo fim do Título V da CLT”, ou seja, do capítulo que tratava da estrutura sindical.

Uma sucessão de encontros fez amadurecer a idéia da necessidade de uma central única. Em julho de 1980, o Encontro de São Bernardo; em setembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes); e, finalmente, em julho de 1981, o Encontro de Vitória (ES).

A Ditadura ainda pretendia manter-se por longos anos. Um episódio, no Rio de Janeiro, no dia 30 de abril de 1981, mostrou que ainda havia setores militares dispostos a “não largar o osso.” Durante um show comemorativo do 1.º de Maio, no centro de convenções do Riocentro, a direita terrorista do Exército fez um atentado que poderia ter provocado uma tragédia de enormes proporções. Militares ligados ao esquema de repressão do DOI-Codi, do I Exército, pretendiam explodir várias bombas durante o show-comício, provocando mortes e pânico entre os presentes. A culpa seria colocada na própria esquerda. Duas bombas detonaram antes do tempo previsto e o desastre foi evitado. Este foi um dos últimos atos de intimidação contra a esquerda. Obviamente que o Inquérito Policial Militar não deu em nada, até hoje.

Em agosto de 1981, na Praia Grande, em São Paulo, a Ditadura tenta impedir até a última hora um grande encontro de trabalhadores: a 1.ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat). Neste encontro, que contou com a presença de mais de cinco mil pessoas, as divergências entre os dois blocos do movimento sindical explodiram com toda a força. No fim, chegou-se a um acordo para a composição de uma comissão que deveria promover um novo encontro, no qual seria criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A comissão, denominada Pró-CUT, sinalizava a divisão existente. Teve dois presidentes, Jair Meneghelli, dos metalúrgicos de São Bernardo, e o ex-interventor dos metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade. Estava claro que, neste clima, a Comissão Pró-CUT não conseguiria mar-

car sua segunda conferência, prevista para agosto de 1982, efetivando a criação da CUT.

No ano seguinte, em 1982, o Bloco de São Bernardo se estrutura na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), em franco confronto com o outro bloco, o da Unidade Sindical. As discordâncias eram profundas e abarcavam vários pontos: análise da conjuntura, rumos do combate à Ditadura, estrutura sindical, necessidade de greve geral, criação da CUT e reorganização partidária.

Durante todo esse ano, realizaram-se encontros estaduais preparativos para o Congresso de agosto, chamados de Enclats. A decisão era fortemente majoritária a favor da realização do congresso de fundação da CUT, já em 82. O Brasil precisava e já estava maduro para, enfim, ter sua central sindical. Mas, sob vários pretextos, os que não queriam a formação da central para aquele ano conseguiram impedir a realização do congresso, adiando-o para o ano seguinte.

Em 1983, repetia-se a mesma tática. O bloco que não queria a criação de uma central novamente inventa motivos para o seu adiamento. O bloco da Anampos unificava-se em torno da palavra de ordem: “CUT-Já”. O outro bloco, o da Unidade Sindical, vendo que o outro lado acabaria fortemente majoritário, dizia querer a criação da CUT... “porém, para um dia desses”!

O impasse na Pró-CUT foi rompido pela greve do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (SP). Esta greve estimulou todo o bloco da Anampos a forçar a convocação de uma greve geral para o dia 21 de julho. Até Joaquinção, representante do bloco antigreve, aceitou decretá-la junto com o representante do bloco da Anampos, Jair Meneghelli.

Essa greve geral, convocada para todas as categorias, acontece no dia 21 de julho. Calcula-se que um milhão de trabalhadores pararam. Muitos historiadores consideram esta a primeira greve que foi convocada nacionalmente e mobilizou trabalhadores em todos os estados do país.

Na reunião convocada, após a greve, pela Comissão Pró-CUT, o bloco da Unidade Sindical retira-se, negando-se a legitimar um congresso que pretendia criar a nova central, na qual estaria fortemente minoritário.

Assim, no dia 28 de agosto de 1983, ao final de uma conferência da qual participaram mais de cinco mil pessoas, nasce a CUT. A *Internacional* foi a música mais ouvida nas grandes plenárias e nas barracas e estandes de livros em torno do congresso. Jair Meneghelli, presidente dos metalúrgicos de São Bernardo, acabou eleito presidente da nova central, que nascia com uma forte influência do PT. No entanto, a CUT também abrigava filiados do PDT, PSB, PMDB e membros de setores dissidentes do PCB, além de muitos outros militantes sem filiação partidária.

Três meses depois, em novembro, os sindicalistas contrários ao congresso de fundação da CUT darão os passos iniciais para a criação de uma outra central. Os articuladores dessa organização eram filiados ao PCB, PCdoB e MR-8, unidos com um forte grupo de pelegos que, acossados pelas oposições em seus sindicatos, disfarçavam suas origens e suas práticas anteriores. A organização criada por esse bloco era chamada de Conclat. A sigla, a mesma da Conferência de 1981, procurava confundir os trabalhadores, ao insinuar que a mesma sigla representaria o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Mas seu nome por extenso era: Comissão Organizadora Nacional das Classes Trabalhadoras, e não Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras. O líder desse agrupamento era o presidente dos Metalúrgicos de São Paulo.

### Cronologia do movimento dos trabalhadores na década de 90

De 1980 a 1985, o Brasil viveu um período de forte recessão econômica que ficou conhecido como a “crise da dívida externa”. O país precisava pagar os empréstimos tomados pela Ditadura. Esta foi a maior crise já vista no país, maior até que a recessão de 1929. Foi nesse clima que os trabalhadores reagiram e tomaram em suas mãos sindicatos antes dominados por pelegos, construíram o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A seguir, listamos os principais acontecimentos relacionados com a luta da classe trabalhadora na década de 80:

### 1980

- No 1.º de Maio, mais de cem mil manifestantes enchem as ruas de São Bernardo do Campo. Juntam-se aos metalúrgicos que estavam em greve desde o começo de abril. No país inteiro, acontecem greves de todas as categorias de trabalhadores. Entre as mais fortes, estão as dos metalúrgicos, professores, bancários e operários da construção civil.

### 1981

- O ano é cheio de greves contra o arrocho salarial. Nas fábricas são construídos instrumentos de luta e de organização de base, como as Comissões de Fábrica e as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas).
- Em agosto, realiza-se na Praia Grande (SP), a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat). Os dois blocos, ainda em formação dentro do sindicalismo brasileiro, aprofundam suas divergências. Daí nascerá a CUT e, três anos depois, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

### 1982

- Aprofunda-se a crise econômica. Pela primeira vez, desde a *Crise de 29*, o país entra em fase de recessão econômica. O PIB anual, ao invés de crescer, diminuía. Os economistas falam de “estagnação” e de “retração econômica”. É o início de um longo ciclo de crise que se estenderá por toda a década de 80, que será chamada de “década perdida”.
- O governo impõe, através de decretos-lei, uma nova fórmula de reajustes para aumentar o arrocho salarial. Após um festival de decretos que durou dois anos, o governo rebaixa os salários em 30%, através de medidas econômicas chamadas “pacotes”. Cada decreto-lei era identificado por um número (Decreto 2024, 2045, 2065 etc.) e todos tinham o mesmo objetivo: reduzir os salários, seguindo as medidas recessivas impostas pelo FMI.
- A indústria automobilística foi o segmento mais atingido pela crise econômica do país. Volkswagen, GM, Mercedes e Fiat demitem mi-

lhares de trabalhadores no ABC paulista, em Campinas e em Minas Gerais.

- As greves são constantes na cidade e também no campo. Os cortadores de cana, chamados de bóias-frias, entram em greve em vários estados, exigindo aumentos salariais e direitos mínimos.
- Em outubro, realizam-se as primeiras eleições diretas para governadores, proibidas desde 1965. A Oposição vence na maior parte do país.

### 1983

- O desemprego, ao longo desse ano, atinge 15% da população economicamente ativa. A inflação vai, rapidamente, aos 250% anuais, deixando o salário do trabalhador sem valor.
- Multiplicam-se os saques a supermercados nas periferias das grandes cidades, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro. São milhões de desempregados que perambulam à procura de emprego. No Nordeste, aumentam os saques a lojas comerciais e a caminhões carregados de gêneros alimentícios.
- No dia 21 de julho é convocada a primeira greve geral no Brasil. As reivindicações imediatas eram o fim do arrocho salarial e do desemprego. A greve acontece parcialmente em São Paulo e em algumas cidades do interior do estado. No Rio Grande do Sul, também várias categorias entram em greve. No resto do país, foram realizadas manifestações.
- No dia 28 de agosto, em São Bernardo do Campo, nasce a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Seu programa defende a luta por um sindicalismo classista, desatrelado do governo; a preparação de uma greve geral; e a luta “por uma sociedade sem exploração onde impere a democracia política, social e econômica”.
- Em novembro, os sindicalistas contrários à fundação da CUT, representantes do sindicalismo tradicional e do bloco da chamada Unidade Sindical, encontram-se na Praia Grande (SP) e criam a Comissão Organizadora Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat).

## 1984

- No dia 21 de janeiro, os sem-terra realizam seu primeiro encontro nacional, em Cascavel (PR), um passo importante para a criação de um movimento nacional que reivindicasse a reforma agrária. A palavra de ordem, ao final do encontro, foi: “A terra para quem nela trabalha e vive.”
- Em São Paulo, no dia 25 de janeiro, o PT convoca um grande comício por eleições diretas para presidente da República, contrariando as leis da Ditadura que previam a eleição indireta do próximo presidente, por um Colégio Eleitoral. Era uma fórmula que garantiria a vitória do partido dos militares, o Partido Democrático Social (PDS), que havia sucedido à Arena. Ficou célebre a tentativa da *Rede Globo* de esconder as 300 mil pessoas presentes no comício das “Diretas Já”, na Praça da Sé, no centro da capital paulista. A *Globo*, que sempre apoiou a Ditadura, era favorável à eleição de Paulo Salim Maluf, do PDS, via Colégio Eleitoral. Omitiu a realização do comício até altas horas da noite, quando, finalmente, precisou admitir que todas aqueles milhares de pessoas estavam participando de um comício político e não da festa de aniversário da fundação da cidade de São Paulo.
- De fevereiro a abril, grandes manifestações com a bandeira das “Diretas Já” são realizadas em todas as capitais brasileiras. Um dos maiores comícios foi o do Vale do Anhangabaú, em São Paulo, que reuniu aproximadamente um milhão de pessoas. Outra enorme concentração, o famoso Comício da Candelária, com um milhão e duzentos mil manifestantes, ocorre no centro do Rio de Janeiro.
- Em abril, a nação é frustrada em suas expectativas. No Congresso Nacional, a “Emenda Dante de Oliveira”, que propunha a eleição direta, é derrotada. A direita, representada pelos empresários brasileiros, da cidade e do campo, pelo imperialismo e pelos militares, podia dormir tranqüila. Estava garantido o projeto de uma transição da Ditadura para um governo civil, sem sobressaltos. Pouco importava o tipo de governo, o importante era que se conservasse a estrutura da sociedade do jeito que estava.

- No mês de maio, os cortadores de cana do estado de São Paulo organizam grandes movimentos exigindo aumento dos salários e melhores condições de trabalho. A greve mais significativa foi a da região de Ribeirão Preto, nas cidades-dormitório de Guariba e Leme. O movimento foi vitorioso, mas custou a vida de dois trabalhadores e uma onda de repressão generalizada contra a população daquela região, conhecida como a “Califórnia Brasileira”. Um documentário do cineasta Beto Novaes, *Califórnia à Brasileira*, retrata bem esta realidade de enorme riqueza para a agroindústria e de miséria para os trabalhadores. Uma Califórnia sim, bem à brasileira.
- Em agosto, a CUT realiza, em São Bernardo, seu primeiro congresso, reafirmando seus princípios e sua estrutura. Seu presidente eleito é, novamente, Jair Meneghelli, metalúrgico de São Bernardo. Durante esse Congresso, a Central convoca uma greve geral contra o arrocho salarial que continuava a ser imposto pelo agonizante regime militar.

## 1985

- O Colégio Eleitoral elege duas figuras políticas confiáveis para a burguesia e para os militares. A primeira, Tancredo Neves, do Partido Popular (PP), do qual tinha sido fundador. Ele era uma figura política tradicionalmente conciliadora, que defendia uma transição negociada com os militares. A segunda figura, José Sarney, tinha sido, até meados de 1984, presidente do PDS, o partido sucessor da Arena, partido da Ditadura. Era governador do Maranhão, defensor do latifúndio e da manutenção da estrutura de enorme injustiça característica daquele estado, no velho estilo “coronelistas”.
- O PT recusou-se a legitimar a farsa do Colégio Eleitoral e não participa da eleição. Tancredo morre antes de assumir o governo e assume, em seu lugar, José Sarney. É o começo da “Nova República”, que garantiria a continuidade da política conservadora tradicional das elites que dominaram o Brasil durante 500 anos.
- De 29 a 31 de janeiro, realiza-se, em Curitiba (PR), o Primeiro Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

- com a participação de 1.500 lavradores de 23 estados. O movimento adota como símbolo a bandeira vermelha, com o mapa do Brasil, no centro, em verde, e um casal de camponeses com facão em punho. Também cria seu hino. Contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da CUT. Os dois lemas mais repetidos nesse congresso foram: “Sem Reforma Agrária não há democracia” e “Ocupação é a única solução”.
- Após 32 anos de ilegalidade, são legalizados o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).
  - Começa a escalada do Vaticano contra a Teologia da Libertação, liderada pelo papa Wojtyła e por seu cardeal todo-poderoso, Ratzinger. Era uma mudança de rumos completa, sobretudo para a Igreja no Brasil. A nova orientação teológica e pastoral coloca-se contra as CEBs e a Pastoral Operária. Personalidades destacadas como Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Luciano Mendes de Almeida e o teólogo Leonardo Boff são gradativamente silenciadas ou isoladas das suas bases de influência.
  - A União Democrática Ruralista (UDR) é fundada para impedir a reforma agrária e financiar ações armadas contra os sem-terra. O número de assassinatos de camponeses cresce ano a ano. Em 1985, de acordo com a CPT, são assassinados 296 líderes rurais.
  - Neste ano de 1985, nos sindicatos da CUT, a luta pelas 40 horas semanais ganha força e se generaliza. Em vários estados, centenas de fábricas conquistam, através de duras greves, a redução do horário para 45, 44 e até 40 horas semanais. Muitas dessas greves foram lideradas pelas Comissões de Fábricas ou pelas Cipas.
  - As mais significativas formas de organização de base que floresceram na década de 80 foram as Comissões de Fábrica e as Cipas. Muitas possuíam seu jornal próprio para informar e formar politicamente os trabalhadores. Várias realizavam cursos de formação político-sindical para os trabalhadores, ao mesmo tempo que os mobilizavam para participar das lutas gerais da categoria: greves, manifestações, piquetes e congressos. Comissões e Cipas eram centros de estímulo à participa-

ção política dos trabalhadores e por isso, a partir da segunda metade dos anos 80, os patrões tudo farão para destruí-las.

- Seja pela situação de miséria crescente no campo, seja pela influência da criação do MST, cresce grandemente o número de ocupações de terra. Dezenas de fazendas, improdutivas ou “griladas”, são ocupadas por sem-terras em São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Sul e Goiás. No Norte do país, os proprietários ou grileiros de enormes extensões de terra continuam mandando seus pistoleiros assassinar as lideranças camponesas. Nesse ano, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) começa a publicar estatísticas anuais das mortes praticadas pelos latifundiários.
- Pelegos intimamente ligados ao Ministério do Trabalho e ao sindicalismo norte-americano criam a União Sindical Independente (USI). Seu discurso era claramente anticomunista, a favor da conciliação de classe e do modelo de sindicalismo norte-americano. A USI dizia-se independente da CUT e do outro agrupamento sindical. Na realidade, era totalmente independente dos trabalhadores brasileiros, desconhecida de qualquer um deles. Participam “oficialmente” dessa central as Confederações do Comércio (CNTC), da Educação e Cultura (CNTEEC), dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT) e mais outras nove federações.
- No ano de 1985, os patrões aumentam seus ataques às Cipas e às Comissões de Fábrica existentes, visando destruir todas as organizações operárias de base.

### **1986**

- No dia 28 de fevereiro, o governo decreta o Plano Cruzado. Sua medida mais importante foi o congelamento de preços e salários, que deveria ser a base da estabilidade econômica. Entre várias outras medidas, estava a reforma monetária que substituiu o cruzeiro por uma nova moeda: o cruzado. Outra medida de impacto foi a instituição do “gatilho salarial” que asseguraria um reajuste salarial quando a inflação atingisse 20%. Também foi congelado o valor dos aluguéis.

- O presidente conclamou as donas-de-casa para serem as “fiscais do Sarney”, criando um falso clima de controle dos preços e de participação popular. Imediatamente, a CUT, o PT e Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), denunciam o Plano como um plano eleitoreiro. Para eles, a nova moeda, o Cruzado, era pura enganação e traria prejuízos aos trabalhadores. Os salários seguiam congelados. Inicia-se um boicote, organizado pelos empresários e intermediários que pretendiam a elevação dos preços das mercadorias, aos produtos básicos. Para se conseguir comprar alguns produtos, só desembolsando o “ágio” – preço adicional que os fabricantes e comerciantes cobravam para que os produtos reaparecessem no mercado.
- Em março, a Conclat muda de sigla e passa a ter o nome de Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Tem como seu presidente o tradicional pelego aliado dos empresários, o Joaquinão.
- A luta dos trabalhadores continua. Em maio, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Volta Redonda, é invadida pelo Exército, para intimidar os trabalhadores que estavam em campanha salarial.
- O governo mantém o congelamento dos preços até as eleições parlamentares de novembro. Imediatamente após as eleições, lança novo plano econômico: o Cruzado II. Como resultado imediato das medidas do governo, a inflação, que ameaçava chegar aos 800% ao ano, cai a níveis abaixo dos 5% mensais. Em seguida, numa repetição monótona dos planos anteriores, os preços irão explodir e a insatisfação junto com eles.
- No campo, continuam os assassinatos de líderes. No Maranhão, é assassinado, por fazendeiros, o padre Josimo Moraes Tavares, coordenador da CPT. Na Paraíba, é morta Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Em Goiás, é assassinado, na entrada do sindicato, Nativo da Natividade, presidente do Sindicato Rural de Carmo do Rio Verde.
- Em agosto, no 2.º Congresso da CUT, no Rio de Janeiro, a Central se define claramente pelo socialismo. Neste congresso, formalizam-se

três tendências principais: Articulação, CUT pela Base e Convergência Socialista. Após o Congresso, a CUT realiza nova greve geral.

- Em novembro, há eleições para um Congresso Constituinte. A esquerda discute se deveriam ser eleições exclusivas ou casadas com a eleição da Câmara e do Senado Federal. São eleitos os governadores dos estados.
- No dia 27 de novembro, em Brasília, acontece a maior revolta popular da história da Capital Federal. Um protesto organizado pela CUT contra os efeitos do Plano Cruzado, isto é, contra o arrocho salarial, é violentamente reprimido pela polícia. É decretado Estado de Emergência. A população, em resposta, depreda várias agências bancárias da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do Banco Popular de Brasília. Foram incendiados três ônibus do Exército, 27 viaturas policiais e dois carros oficiais.

### 1987

- Foi um ano marcado por grandes greves e mobilizações, assim como pela ação repressiva das Forças Armadas. O Dieese, departamento de pesquisas dos sindicatos, calcula que, ao longo de 1987, houve nove milhões de grevistas.
- Em fevereiro, a greve dos portuários, em Santos (SP), torna-se nacional e, para intimidar os trabalhadores, a Marinha ocupa os portos de Santos e do Rio de Janeiro.
- Durante esse ano, o Exército ocupará de novo a CSN, como medida intimidatória, visando impedir qualquer greve.
- Em março, Sarney manda ocupar as refinarias de petróleo, devido à ameaça de greve dos petroleiros.
- No dia 23 de março, 800 mil bancários param por uma semana. Exigem reajuste salarial e estabilidade no emprego. Essa foi considerada a maior greve da categoria, até aquela data.
- Em abril, o governo lança um novo plano econômico, o Plano Bresser, nome do ministro da Economia. Este plano arrocha os salários, mais

- uma vez, eliminando o “gatilho salarial”. O índice de reajuste dos salários passou a ser pela chamada Unidade de Referência de Preços (URP). Foram impostas grandes perdas salariais e, posteriormente, os sindicatos travarão grandes lutas pela reposição destes prejuízos.
- No dia 30 de junho, no Rio de Janeiro, há uma revolta popular contra o aumento de 50% nos preços das passagens de ônibus: 43 coletivos acabam deprecados e 19 incendiados. Mais de sessenta pessoas são feridas.
  - Em agosto, a CUT realiza, sem nenhum apoio da CGT, uma greve geral contra a política econômica do governo. A greve atingiu principalmente as capitais do Nordeste.
  - Ao longo desse ano, pela primeira vez, as greves dos funcionários públicos superam, em número de grevistas, a dos trabalhadores do setor privado.
  - O ano se encerra com uma greve nacional de aeroviários e aeronautas, em dezembro.
  - Em São Paulo acontece a eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos. A direção nacional da CUT apóia a chapa oposicionista, enquanto alguns sindicatos da própria CUT apóiam outra chapa que também se apresentava como oposição. Com essa divisão do campo cutista, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi conquistado por Luiz Antônio Medeiros, ex-militante do PCB e agora ferrenho defensor do neoliberalismo.
  - Nesse sindicato, já durante a campanha eleitoral, começa a pregação do chamado “Sindicalismo de Resultados”, em total contraposição ao sindicalismo proposto pela CUT. O sindicalismo de Medeiros e sua turma repetia a mesma fórmula do sindicalismo norte-americano chamado de “*business unionism*”, ou seja, “sindicalismo de negócios”. Seu discurso defendia um pretense sindicalismo sem ideologia, que cuidasse unicamente de resultados concretos para os trabalhadores.
  - Na verdade, esse discurso significava uma contraposição ao sindicalismo da CUT, que reafirmava o tempo todo o classismo. Defendia a clara

independência em relação aos interesses da burguesia e do governo e buscava o socialismo como objetivo histórico dos trabalhadores e da luta sindical. Na redação do seu estatuto, a CUT, em poucas linhas, reafirma por três vezes sua opção por uma sociedade socialista. Quanto aos ditos “resultados” que Medeiros dizia perseguir, na verdade eram puramente uma bandeira propagandística. O neoliberalismo dominante não deixava espaço para os sindicatos.

- Luiz Antônio Medeiros se alia com o chefe do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Rogério Magri. A dupla Medeiros-Magri, nos anos vindouros, será a porta-estandarte da visão ideológica que dará origem à Força Sindical, em 1991.

### 1988

- Desde o começo do ano, inúmeras greves acontecem no setor público e nas estatais contra a aplicação do Plano Bresser. Param, sucessivamente, os trabalhadores das refinarias, das universidades, os eletricitários, os trabalhadores da Vale do Rio Doce e os da Embraer. O governo endurece o jogo, não cede, reprime e envia, novamente, o Exército para as refinarias.
- No dia 23 de março, a clássica revista de direita, *Veja*, lança o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, a candidato à Presidência da República, com a manchete “Caçador de Marajás”. Era a campanha presidencial em ação. A direita precisava derrotar o candidato da principal força de esquerda, Lula, do PT. A direita, particularmente os militares e a *Rede Globo*, também precisava derrotar o candidato do nacionalismo trabalhista Brizola, do PDT. As *Organizações Globo* logo entram na campanha de Collor de Mello, visando neutralizar os dois outros candidatos.
- Em maio, os petroleiros de várias refinarias, os eletricitários, os trabalhadores da Vale do Rio Doce e os das Universidades Federais paralisam o trabalho. Na Embraer, o protesto contra as demissões, coordenado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP), foi esmagado com a ocupação, pelo Exército, da maior fábrica de aviões da América do Sul.



- Durante todo o ano, a inflação acumulada passava dos 930%. O quadro econômico era de recessão, acompanhado, automaticamente, pelo desemprego. O Governo Sarney, visando esvaziar os movimentos de resistência dos trabalhadores, propõe um pacto social. A idéia de pacto não era nova e já tinha sido proposta pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na crise do desemprego de 1981. Este visava encontrar uma saída para a burguesia com o consentimento dos trabalhadores, que aceitariam mais “sacrifícios”. Deveriam aceitar, na verdade, “pagar um pato que eles não haviam comido”, pagar o preço de uma crise que não havia sido causada por eles. Em troca, recebiam promessas de retomada do crescimento econômico e do emprego.
- Em setembro, no 3.º Congresso da CUT, em Belo Horizonte, explodem as divergências sobre a estratégia da central e suas formas de organização. Os temas mais polêmicos foram:
  1. Mudança, através de novos estatutos, do peso de participação das bases nos congressos.
  2. Definição da função dos sindicatos: confronto X conciliação de classes? Ou seja, fazer um sindicalismo de negociação ou de mobilização? A contradição se acirra em torno da visão que começava a se manifestar na Central da necessidade de “desideologizar a CUT”.
  3. Organizar a Central de forma mais verticalizada ou mais de base?
  4. Perseguir um pacto social ou combatê-lo em nome do princípio do classismo?
- Em outubro é promulgada a nova constituição, chamada de “Constituição Cidadã”. Foi a constituição mais democrática da nossa História. Ao mesmo tempo garantia a transição conservadora e expressava algumas das conquistas sociais da década de 80, arrancadas com muitas greves, protestos e manifestações. Do ponto de vista sindical, com esta nova Constituição, cai a maioria das proibições da legislação impostas aos sindicatos. Acaba o Estatuto Padrão, terminam as cassações e intervenções nos sindicatos e os funcionários públicos podem sindicalizar-se.

- É mantida, porém, a unicidade sindical, o monopólio da representação, o imposto sindical e o poder normativo da Justiça do Trabalho. Esta agora decide quais são as categorias essenciais, que podem ou não podem fazer greve. Ao mesmo tempo, muitos direitos são colocados na nova Carta sem, porém, qualquer regulamentação. Essas regulamentações viriam no futuro... em cinco, dez ou vinte anos, ou, quem sabe, no dia de “São Nunca”.
- Muitos dos direitos trabalhistas assinalados nessa Constituição são o resultado das lutas e reivindicações dos trabalhadores a partir das greves de 1978 e 1979. Entre eles, citamos: jornada de 44 horas; ampliação da licença-maternidade para 120 dias; criação da licença-paternidade de cinco dias; 1/3 adicional de férias; e seguro desemprego. Além dessas conquistas, a Constituição passa a garantir o direito de voto do analfabeto e os direitos dos índios de terem seus territórios reconhecidos, não sendo mais vistos como povos incapazes de se autogerirem. Sem dúvida alguma, esses e vários outros foram pontos positivos dessa Constituição, que refletia uma década de grandes lutas populares.
- Infelizmente, a nova Constituição não alterou uma vírgula sequer a legislação que regia a propriedade da terra. O MST julgou a nova Carta insuficiente e em seu jornal estampou a manchete “Transformar em carvão a Constituição”. O PT, seguindo uma linha oposicionista e contestatória, votou contra o seu texto final. Julgava seu conteúdo conservador e muito pouco inovador.
- Em setembro, a CUT, no seu 3.º Congresso Nacional, em Belo Horizonte, também se recusa a apoiar a nova Constituição. A CUT passou toda a década de 80 organizando as diferentes lutas dos trabalhadores. Pretendia contribuir para que a sociedade brasileira atingisse a democracia e o socialismo. Investia suas forças na formação política de seus militantes e na conquista de sindicatos que se encontravam ainda nas mãos dos tradicionais pelegos.
- Na CGT, havia crescido muito a força pelega, aliada do sindicalismo norte-americano. Não havia mais espaço para qualquer agrupamento

- de esquerda. Os sindicalistas ligados ao PCdoB foram os primeiros a pular fora do barco dessa central sindical.
- Pouco depois, a CGT se divide em duas, com siglas iguais. A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), liderada por Magri e, depois, por seu sucessor Canindé Pegado, quando Magri assumiu o Ministério do Trabalho do Governo Collor. A outra parte assumiu o nome de Central Geral dos Trabalhadores (CGT), liderada por sindicalistas ligados ao MR-8 e seus aliados.
  - Para conhecermos as diferenças e afinidades entre as duas centrais, precisamos nos adiantar no tempo. Em 1990, no Governo Collor, nasce um novo projeto de central: a Força Sindical. Esta será viabilizada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Medeiros, pela FIESP e pelo presidente da República, o neoliberal Collor de Mello. Também se juntam na Força Sindical sindicalistas das duas CGTs e outros conhecidos representantes do peleguismo tradicional. A central de Medeiros, de Collor e da FIESP será finalmente criada em 1991.
  - Assim, no início dos anos 90, haverá cinco centrais sindicais no país: a CUT, as duas CGTs, a Força Sindical e a inexpressiva USI.
  - Uma grande greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda (RJ), encerra o ano de 1988. Sua principal exigência era o turno de 6 horas e a recuperação das perdas salariais provocadas pelo plano econômico. Outra reivindicação importante era a readmissão de todos os demitidos por participarem das greves anteriores. O Governo Sarney, em vez de negociar com os grevistas, manda o Exército invadir a Siderúrgica e três operários são mortos: Carlos Augusto Barroso, com 19 anos de idade, acabara de fazer o serviço militar e a CSN era o seu primeiro emprego; William Fernandes Leite tinha 23 anos; e Walmir Freitas Monteiro, de 22 anos, trabalhava na FEM (Fábrica de Estruturas Metálicas), da CSN. A greve prosseguiu por mais 15 dias, até a vitória total dos grevistas. Ao final, todas as reivindicações foram atendidas. O preço? Três jovens trabalhadores mortos.
  - Também no fim do ano de 1988, os petroleiros iniciam uma greve que durará dez dias e atingirá todo o país.

- Em dezembro de 1988, na véspera do Natal, é assassinado, em Xapuri, no Acre, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Chico Mendes. Ele havia acabado de participar do 3.º Congresso da CUT, no qual foi eleito para a direção nacional da Central. Neste Congresso, apresentou a tese "Em Defesa dos Povos da Floresta", que foi aprovada. Pela primeira vez, um tema ligado à defesa do meio ambiente era apresentado em um Congresso da CUT, relacionado diretamente às reivindicações dos trabalhadores. Chico Mendes era um sindicalista que reivindicava os direitos dos seringueiros e dos índios e se batia por um desenvolvimento ecologicamente sustentável da Amazônia. Mas sua imagem, trabalhada e aliviada pela mídia, ficou quase que exclusivamente ligada às lutas ecológicas. Na verdade, Chico Mendes foi um revolucionário e um comunista que sonhava com um Brasil socialista. Lutava pela valorização da vida em todos os seus aspectos, da preservação da floresta amazônica à construção de um país justo, livre e socialista. Por seus ideais, Chico Mendes pagou com a vida, como muitos outros antes dele. Seu assassinato foi orquestrado por grandes fazendeiros da região e seus mandantes não foram punidos, como em quase todos os outros casos de assassinatos de líderes rurais.

### 1989

- O ano começa com a inflação nas alturas: um recorde de 1.900% em 12 meses. Uma dúzia de ovos, que custava 2 cruzados em janeiro, passará a custar 28 cruzados em outubro.
- Diante desse descontrole, o governo lança novo plano de arrocho: o Plano Verão. As tarifas públicas disparam. Tudo sobe. O governo cria uma nova moeda, o cruzado novo. Ao mesmo tempo, começa a onda neoliberal, com demissões de funcionários públicos e privatizações de estatais.
- Nos dias 14 e 15 de março, a CUT realiza uma greve geral. As duas principais palavras de ordem eram: "Contra o arrocho" e "Fora Sarney". Esta foi considerada a maior greve geral da História do Brasil: 15 milhões de trabalhadores cruzaram os braços.
- No mês de março, inicia-se uma greve de metalúrgicos da Siderúrgica Belgo Mineira, em Contagem (MG). Sua vitória, em abril, foi o esto-

pim de inúmeras outras greves por aumento de salários. Pararam os trabalhadores da Vale do Rio Doce, em Minas; os ferroviários de São Paulo; os portuários de Santos; os metalúrgicos do ABC e de São José dos Campos; e, numa greve nacional, os bancários.

- No dia 1.º de Maio, os metalúrgicos de Volta Redonda inauguram um memorial, projetado por Oscar Niemeyer, em homenagem aos três companheiros mortos pelo Exército durante a greve do ano anterior. Este será explodido pelas forças repressivas da direita, no dia seguinte.
- Em maio, em São Bernardo do Campo, os metalúrgicos, em greve há vinte dias, realizam uma grande passeata violentamente reprimida pela polícia. O saldo é de cinco operários baleados e 19 policiais feridos.
- Em agosto, a Corrente Sindical Classista, uma das forças fundadoras da CGT, ligada ao PCdoB, entra na CUT.
- Em outubro, realiza-se o primeiro turno da eleição presidencial, com o seguinte resultado:
  - 1.º lugar: Fernando Collor (28,52%).
  - 2.º lugar: Luiz Inácio Lula da Silva (16,08%).
  - 3.º lugar: Leonel Brizola (15,45%).
- Em seguida, Mário Covas (10,78%), Paulo Maluf (8,28%), Guilherme Afif Domingos (4,53%) e Ulisses Guimarães (4,43%). Lula, do PT, compunha uma aliança de esquerda, chamada Frente Brasil Popular, formada pelo PT, PCdoB e PSB.
- Em novembro, é realizado o segundo turno da eleição presidencial. Junto com a Frente Popular aliam-se o PDT, o PCB, setores do PMDB e, timidamente, parte do PSDB. Do outro lado, com Collor, está a direita assumida. Aliam-se a Fiesp, o sindicalista Medeiros, as Organizações Globo, o Grupo Abril e toda a mídia.
- Collor é eleito com 53% dos votos. Dias antes do segundo turno, a *TV Globo* mostrava, repetidamente, imagens da derrubada do Muro de Berlim, pretendendo identificar o PT com a esquerda derrotada na Europa.

- Enquanto isso, a Anistia Internacional denunciava o assassinato de cinquenta camponeses, religiosos e lideranças sindicais que lutavam pela Reforma Agrária.
- Na Argentina, seguindo a onda neoliberal mundial, Carlos Menem é eleito com um nítido projeto neoliberal. As conseqüências, para os trabalhadores argentinos, se farão sentir durante toda a década seguinte.

### A transição da Ditadura à Nova República e ao neoliberalismo

A classe dominante conseguiu passar pelo período de superação do modelo militar sem perder as rédeas do país, graças a um plano elaborado e implementado, sobretudo, pelo criador do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Golbery do Couto e Silva, estrategista da Ditadura Militar. Vimos, cronologicamente, muitos fatos importantes. Vamos lembrar, aqui, alguns aspectos desses acontecimentos para melhor focar a ação dos trabalhadores durante esta transição da Ditadura para a chamada “Nova República”, chegando ao neoliberalismo.

Em 1985, Tancredo foi eleito, de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral, para a Presidência da República. Sua fulminante doença o impediu de governar e seu vice, José Sarney, assume o poder.

A inflação aumentava e os preços estavam descontrolados. Os trabalhadores defendiam seus direitos com um número recorde de greves. O Governo Sarney pode ser caracterizado como o período dos planos econômicos, todos baseados no confisco da massa salarial dos trabalhadores. Todos provocavam mais arrocho salarial, embora, num primeiro momento, parecessem não ser tão nocivos à classe trabalhadora. O Plano Cruzado, por exemplo, gerou uma enorme ilusão entre a população. Mas seu objetivo real era eleitoreiro. No dia 15 de novembro de 1986, haveria eleições para a escolha de governadores e deputados. O Plano, com as ilusões por ele semeadas, possibilitou uma vitória eleitoral espetacular do PMDB. Dos 24 governadores eleitos, 22 foram eleitos por este partido, o partido do “presidente do cruzado”. Junto com os governadores, o Plano garantiu

uma composição, na Câmara e no Senado, que assegurava a continuidade da estrutura social brasileira. O perfil dos parlamentares eleitos garantia que a nova redação constitucional, do ano seguinte, não mudaria as bases de acumulação e repartição do capital no país. Em 1988, seria promulgada uma nova Constituição e o país entraria em clima de eleições presidenciais.

As duas palavras mais ouvidas pelas ruas e praças eram: inflação e corrupção. O país vivia uma profunda crise econômica que se abatia de forma, cada dia mais cruel sobre os trabalhadores. Em poucos anos, fruto do acúmulo dos anos de resistência à Ditadura, a classe trabalhadora criou o PT, a CUT e o MST, que seriam o principal pólo de organização e politização dos trabalhadores, nos anos seguintes. Ao mesmo tempo, na base, vimos a criação de muitas Comissões de Fábrica, Cipas e outras formas organizativas. A burguesia reagiu, visando neutralizar essas formas de organização dos trabalhadores e obstruir o caminho de uma possível vitória eleitoral da esquerda.

Ao mesmo tempo, governo e patrões montavam sua alternativa de central sindical. Através do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, controlado por um grupo originário do PCB, a burguesia dava todo apoio à pregação do chamado “sindicalismo de resultados”, que se concretizaria anos depois, na Força Sindical. Também aumentava a investida ideológica e a repressão contra a luta dos trabalhadores da cidade e sobretudo do campo, onde o MST avançava a cada dia.

Nos dias 14 e 15 de março de 1989, a CUT organizou a maior greve geral da história do país, exigindo mudanças na política salarial. Os sindicatos ligados à nova corrente sindical, a chamada Força, evidentemente não aderiram à greve.

Desde janeiro de 1989, as atenções do país concentraram-se na primeira eleição presidencial direta após 1960. No segundo turno, assistimos a um confronto direto de dois projetos distintos e opostos. De um lado, Lula representava as forças populares ativas, os trabalhadores da cidade e do campo que durante os últimos dez anos haviam lutado para mudar a cara do país. O programa de Lula despertava simpatias e apoio entre trabalhadores, intelectuais, profissionais liberais, estudantes e inúmeros segmen-

tos da pequena burguesia. Os comícios de sua campanha eram verdadeiras festas, ao som da musiquinha que ficou famosa, *Lula-lá* e do grito de guerra de massas entusiastas: “Olê, olê, olê olá! Lula, Lula!”. O bloco partidário que apoiava Lula formou a Frente Brasil Popular (PT, PCdoB, PSB e, num primeiro momento, o PV), que expressava, no nome, o caráter do governo pretendido. Um governo que desse prioridade ao povo, aos trabalhadores, aos excluídos por cinco séculos de dominação, opressão e exploração. Um projeto nacional centrado nas classes tradicionalmente exploradas pelo capital brasileiro e internacional, que exigia uma real democratização política e econômica do país, que deveria começar por uma distribuição de renda menos injusta.

Do outro lado, Collor, apoiado pelos donos do capital, apresentava-se para as massas miseráveis como o “Caçador de Marajás”. Dizia que não era político. A *Rede Globo* cumpria seu trabalho de desinformar o povo. Escondia a realidade, pois Collor era um legítimo representante desses próprios marajás, dos “coronéis” do interior e descendente de ministros e senadores conservadores. Com isso, essa rede televisiva apoiava o projeto de manutenção da dominação de classe que havia moldado o Brasil desde o distante ano de 1500. Para os formadores de opinião e seus aliados empresários, Collor apresentava claramente seu projeto neoliberal: abertura desenfreada do Brasil ao mercado mundial e sua modernização. Não manifestava nenhuma preocupação com os problemas sociais do país e sua mensagem era muito bem aceita pelos donos do capital.

Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, soltou, na época, a famosa frase: no caso da vitória de Lula, “800 mil empresários abandonarão o país”. Mas Collor ganhou no segundo turno, decidido a implementar o que havia prometido aos detentores do grande capital.

A conjuntura mundial, também, deu um forte apoio ao candidato da direita conservadora. As imagens da queda do Muro de Berlim, simbolizando a falência da experiência do “socialismo real” implantado no Leste Europeu, foram repetidamente apresentadas pelo maior canal de televisão do país.

Em março de 1990, começa um novo ciclo de governo. É lançado o Plano Collor e medidas de impacto são adotadas. Nova moeda e, sobretudo, novo e fortíssimo arrocho para os trabalhadores. Os salários dos trabalhadores perderam 84,32% do seu reajuste e 43% foram retirados do reajuste do Fundo de Garantia (FGTS), o que gerou inúmeros processos judiciais nos anos posteriores.

As medidas do novo governo trouxeram como consequência imediata uma forte recessão, com o desemprego e a expansão do setor informal da economia.

O Governo Collor, já em 1990, tenta aproximar-se dos trabalhadores propondo negociações. Precisava costurar um pacto social que lhe garantisse tranquilidade para implementar suas medidas neoliberais. Collor tentou inutilmente cooptar a CUT para esse projeto. Não deu certo. Desde o seu primeiro ano de governo, havia uma forte oposição a qualquer pacto dentro da CUT. No 4.º Congresso da Central, em setembro de 1991, a maioria que se contrapunha à idéia de um pacto social conseguiu impedir a conciliação de classes. Uma outra parte ficou ainda em dúvida sobre aceitar ou não a mão estendida de Collor e de sua ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

A burguesia necessitava de uma outra central que aceitasse a conciliação. Foi assim que, em março de 1991, nasce a Força Sindical. A CUT não era confiável para a burguesia.

## CAPÍTULO 9

### ANOS 90: DO TRIUNFO AO DESASTRE DO PROJETO NEOLIBERAL (1990-2002)

Os anos de ouro do neoliberalismo compreendem, basicamente, as décadas de 80 e 90. Os EUA, com Ronald Reagan, e a Inglaterra, com Margareth Thatcher, determinaram as mudanças políticas, econômicas e ideológicas que ocorreram em todo o planeta. O neoliberalismo podia vangloriar-se de ser a única opção político-econômica mundial, após a falência das experiências socialistas e comunistas do século que tinha ameaçado a ser o século dos trabalhadores. O século XX deveria ser o século do Quarto Estado, ou seja, o século do proletariado e não foi. Ou melhor, começou a ser e, depois, deixou de sê-lo.

A principal mudança política, em escala mundial, nesta época de supremacia neoliberal deu-se com a derrocada dos países do Leste Europeu, chamados de comunistas. Em 1989, as televisões dos países capitalistas se deliciaram em apresentar as cenas da derrubada das estátuas de Lênin e de outros símbolos do socialismo, nos países do antigo Bloco Soviético. As imagens da destruição do Muro de Berlim, repetidas infinitas vezes pela *Rede Globo*, aqui no Brasil, e pelas *ABC, CNN, NBC, BBC, RAI, RTF* foram apresentadas pelo mundo afora como um grande espetáculo. Finalmente, o capitalismo estava com as mãos livres para impor sua nova “ordem” e associar a degeneração dos países do Leste Europeu à própria idéia de socialismo.

Nos países do Bloco Comunista, a primeira onda de implantação do socialismo havia dado espaço, anos após a Revolução de 1917, ao surgimento de um novo modelo, que pouco se diferenciava do modelo capitalista-imperialista do mundo ocidental. Na URSS e na China, os dois principais países com o regime que ficou conhecido como “socialismo real”, a economia passou a funcionar como cópia modificada do sistema capitalista. O regime adotado, que tinha o nome de comunista, nada mais tinha a ver com o ideal de seus fundadores, Marx e Engels.

A sistema implantado pela vitoriosa Revolução Russa tornara-se um regime de capitalismo burocrático, centralizado no Estado. A classe operária não tinha voz ativa e o sistema era mantido graças a uma ditadura exercida sobre os próprios trabalhadores, apoiada no tripé Governo, Estado e Partido.

O chamado “socialismo real” caiu, após uma longa decadência. Em 1991, na URSS, o Presidente Gorbachev renunciou e formalizou-se o fim da URSS. Nascia a nova Rússia, muito parecida com a velha Rússia czarista. Esta veio à luz nos braços do neoliberalismo e rapidamente adaptou sua máquina produtivo-administrativa a este novo modelo.

A China também fará seu caminho próprio, embalada, a partir da década de 80, por bilhões em investimentos de capital do inimigo de outrora, chamado com desprezo de imperialismo. Com características particulares, lá serão aplicados programas muito parecidos aos do neoliberalismo mundial.

A Europa do século XX foi o berço do socialismo em suas duas versões: comunista e socialdemocrata. A socialdemocracia, após os anos 80, aderiu rapidamente ao projeto capitalista triunfante em sua versão neoliberal. Tradicionais fortalezas do socialismo, como os Partidos Socialistas Alemão, Francês, Espanhol e Italiano, entre outros, passarão a defender uma variante do neoliberalismo, que podemos chamar de “social-liberalismo”. Ou seja, o projeto do capitalismo era defendido e aplicado por partidos que, um dia, haviam defendido o socialismo na sua versão socialdemocrata. As políticas aplicadas na Espanha, de Felipe Gonzáles; na Inglaterra, de Tony Blair; na França, de François Mitterand ou Leonel Jospin; ou na Alemanha, de Gerhard Schroeder, eram parecidas. Mesmo olhando com aten-

ção, pouca diferença se notava entre elas e a prática liberal característica do tradicional modelo capitalista dos EUA.

O mesmo aconteceu com os antigos comunistas italianos do histórico PCI. Uma vez no poder, esqueceram-se de décadas e décadas de discursos anticapitalistas e aderiram à lógica do “mercado”, o novo “deus” da política mundial.

A partir de 1990, os EUA passam a ser considerados a única potência mundial. Esta era a explicação da sua prática, agora sem contestação ou riscos, de se considerar a “polícia do mundo”, de se dar o direito de livremente bombardear e destruir países inteiros. Em 1991, foi a primeira Guerra do Golfo. O motivo real, não declarado, foi o mesmo que se repetirá, como fio condutor da política norte-americana no Oriente Médio: garantir o controle político daquele pedaço do mundo, rico em petróleo e estrategicamente localizado, no caminho do Ocidente rumo à China. No final da década de 90, em 1998, virá a nova invasão e destruição do Iraque, com centenas de milhares de mortos.

Com o fim da URSS, as portas estavam abertas para destruir o que o Império Americano quisesse, seja em Cartum, capital do Sudão, seja na Bósnia, na antiga Iugoslávia.

A máquina de guerra imperialista, buscando petróleo e o domínio de zonas inteiras, em 2001 destruirá o Afeganistão. Dizia estar atrás de um terrorista, que o mundo conhecerá como Osama Bin Laden. Poucos lembravam que Osama tinha sido criado pelos próprios EUA. Já entrando em pleno século XXI, numa nova guerra em 2003, a mesma máquina se empenhará em destruir o Iraque do antigo ditador, também criado por eles, Saddam Hussein. O número de mortos nesta nova guerra dos EUA contra o Iraque chegará perto de um milhão.

Neste ambiente político, a doutrina neoliberal foi imposta através de organismos criados, logo após a Segunda Guerra Mundial, para expandir o império estadunidense – FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC). A ONU, um organismo teoricamente neutro, assistirá a todas as agressões norte-americanas numa total passividade e submissão.

Esses anos marcaram a supremacia do capital financeiro imperialista, que, através de enormes empresas multinacionais, determinou a política de todos os países do mundo. Palavras como “ajustes estruturais” passaram a ser o melhor disfarce do capital internacional para encobrir a implantação da barbárie imposta a todos os países vítimas de suas políticas.

As palavras e expressões mágicas dessas décadas foram muitas, e podemos destacar, entre elas, “reformas”, “modernização”, “ajustes estruturais”, “enxugamento dos gastos públicos”, “diminuição da intervenção estatal”, “Estado Mínimo”. Muitas expressões novas surgiam: “privatização das empresas estatais”, “redução da máquina estatal”, “diminuição dos gastos públicos”. Essas fórmulas dos laboratórios políticos do neoliberalismo rapidamente levarão ao “sucateamento do Estado”, com a destruição dos serviços públicos no campo da saúde, educação e em toda a rede de proteção da população mais pobre. Essa mesma lógica, aplicada às indústrias e serviços e a todo o setor produtivo, gerou vários efeitos complementares, como o desemprego em massa de milhões de trabalhadores. O objetivo de reduzir os custos de produção, além do desemprego generalizado, em todos os países, trouxe outras conseqüências imediatas. Uma, diretamente associada ao desemprego, foi o rebaixamento salarial e a perda de direitos históricos. A classe trabalhadora, que durante duzentos anos tinha lutado contra o capital para conquistar um mínimo de direitos, verá suas conquistas destruídas. A força vencedora será a onda neoliberal iniciada, no mundo, no final dos anos 1970.

A palavra-síntese do projeto neoliberal era “Mercado”. Essa palavra será repetida, em verso e prosa, em qualquer debate, em qualquer negociação ou em qualquer simples bate-papo de amigos. O “Mercado” passa a regular tudo, sem a intervenção do Estado. Ao Estado cabe a função de facilitar a contínua expansão do capital e de administrar as novas massas de miseráveis, criadas por essa nova política, mantendo-as mansas e desorganizadas. E isso ocorre graças à força policial, ou à de exércitos invasores. Além dessas forças repressivas, novas leis são impostas, para a tranquilidade que o “deus Mercado” necessita. E como cimento dessa nova filosofia política, o sistema usará e aperfeiçoará infinitamente seu enorme aparato

de propaganda: a mídia. Esta se fundirá cada vez mais com o Estado para controlar as consciências.

### Efeitos desastrosos do neoliberalismo no mundo

No mundo inteiro, a aplicação da doutrina neoliberal teve dois resultados: aumento da taxa de lucro das empresas multinacionais e aumento assustador da pobreza e da miséria do povo. Na Europa, o desemprego passou a excluir do mercado de trabalho milhões de trabalhadores. Os índices de mão-de-obra desempregada, em meados dos anos 90, superaram os 10% em quase todos os países. Em alguns, como a Espanha, chegou, no começo dos anos 90, a 25%. Em todos os países industrializados do hemisfério Norte, planos de redução dos benefícios sociais foram implementados pelos governos neoliberais. Em riquíssimos países como Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e Bélgica, os trabalhadores perderam, rapidamente, muitas proteções sociais, orgulho de governos socialdemocratas entre os anos 1945 e 1980.

Em todos os países capitalistas avançados, políticas idênticas foram aplicadas, como privatização de empresas públicas, terceirização, precarização da mão-de-obra e desregulamentação das relações entre capital e trabalho. O resultado foi um aumento assustador da pobreza e da exclusão social. Ao lado de ilhas de bem-estar, bolsões de pobreza e até de miséria aumentam, de ano a ano, em todos os países.

Esse mesmo fenômeno se repete nos EUA. Em 1990, segundo o sociólogo e escritor marxista norte-americano James Petras, quase 60% da população trabalhadora norte-americana não tinham nenhum tipo de registro profissional e, conseqüentemente, nenhuma proteção social. Era a “desregulamentação” neoliberal mostrando seus efeitos.

Nos países do Terceiro Mundo, a situação era infinitamente mais trágica. Partindo de um patamar de miséria crônica, esses países foram jogados ladeira abaixo, na lógica do empobrecimento generalizado e da exclusão social, rumo à barbárie. Nos países mais industrializados, marchava-se

para uma “sociedade de 2/3”. No Terceiro Mundo, hoje, caminha-se rapidamente para uma “sociedade de 1/3”. Lá 1/3 é formado por excluídos; aqui são 2/3 de marginalizados.

A América Latina sentiu, na década de 90, o efeito duplo da barbárie neoliberal. A política de superexploração dos trabalhadores, própria do capitalismo desse final de século, deve-se acrescentar a dívida externa, o câncer que destrói a economia dos países dependentes. A América Latina inteira sofreu um tremendo retrocesso econômico, baixando o nível de vida da sua população trabalhadora. Para uma reduzida parcela, o projeto neoliberal significou lucros e altos níveis de vida nunca vistos. Para os trabalhadores, pelo contrário, a realidade foi marcada pelo empobrecimento e pelo crescimento da barbárie, da violência urbana e do desemprego, já presente ou como ameaça constante. Na Argentina, no início dos anos 80, o consumo anual de carne por pessoa era de 85 quilos. Após vinte anos de destruição neoliberal, este consumo passou a cinco quilos anuais. Lembremos que o famoso churrasco era o cartão de visita da alimentação dos argentinos.

No começo da década de 90, um caso típico da implantação da barbárie neoliberal foi o do México. Até 1992, o México era apresentado como o modelo do sucesso neoliberal e, em dois anos, o país passou a viver a maior crise econômica de sua história. Os índices de desemprego, estacionados nos 35%, ameaçaram chegar, no fim do ano de 1995, a 43%, segundo institutos de pesquisa do próprio governo.

No final dos anos 90, o desastre neoliberal na América Latina se fez sentir de forma trágica. Venezuela, Peru, Equador, Bolívia, Uruguai e sobretudo Argentina foram varridos por ondas de rebeliões de massas desesperadas. Expressões como “caracazo” e “argentino” passaram a identificar as grandes manifestações das massas enfurecidas contra as políticas neoliberais e a repressão impiedosa de seus governos. Na Argentina do começo do século XXI, os presidentes identificados com o neoliberalismo caíram, um atrás do outro, derrubados por milhões de “piqueteiros” e desempregados.

Quem falava no “fim da História” deixa de fazê-lo. Esta expressão, do cientista político norte-americano Francis Fukuyama, rapidamente sai de moda. O auge do encanto neoliberal, iniciado no mundo em 1985, dura

dez anos, até 1995. A partir desta data começa a ressaca. Era o chamado “efeito tequila”, como passou a ser conhecido, em referência à crise mexicana de 1995. Havia a euforia momentânea de uns e a profunda ressaca de bilhões de miseráveis pelo mundo afora.

Na Europa, a batalha contra o neoliberalismo continuou indefinida ao longo de toda a década de 90 e no começo do novo século. Governos de direita, como o de Silvio Berlusconi na Itália, ou socialdemocratas como os da Espanha e França, continuaram a encantar um vasto eleitorado. Eram a opção ideal para quem não tinha uma proposta de esquerda consolidada na qual votar. Enquanto isso, iam se acabando com direitos e tradições seculares, como o direito universal à saúde pública e gratuita, à escola pública e universal, à proteção através de uma legislação trabalhista que, antes, era considerada intocável.

Neste quadro mundial de dominação do capital financeiro internacional, a África fica entregue à sua sorte, considerada como mero apêndice do sistema econômico e político mundial, e simplesmente deixa de existir nas preocupações mundiais. Terra de exploração sem limites por parte do capitalismo mundial, o continente africano passa a ser controlado por governos a serviço de uma ou outra multinacional. A população, enquanto isso, sofre, destruída por epidemias e guerras promovidas por interesses imperiais do capital financeiro. Essa é a lógica política dominante nessa época.

### **A revolução produtiva, organizativa e ideológica no mundo do trabalho**

O mundo, no final do século XX, viveu sua “Terceira Revolução Industrial”. Fala-se terceira, em referência à primeira, que foi a era do ferro e do carvão e que introduziu a máquina a vapor. Foi esta revolução que criou a industrialização e o capitalismo, no período de 1780 a 1820. A segunda, ocorreu na passagem do século XIX para o século XX. Sua marca registrada foi a aplicação da eletricidade em substituição ao vapor. Ela pode ser definida como a era da eletricidade, do aço e do petróleo e da invenção do



motor à explosão. A terceira, foi a revolução da informática, com suas máquinas automatizadas, graças à introdução da microeletrônica. Foi a entrada em cena da civilização dos *chips*, dos robôs e dos computadores, com suas infinitas aplicações.

Na “Terceira Revolução Industrial” mudaram totalmente as técnicas de produção. Novas matérias-primas foram introduzidas junto com novos métodos de gerenciamento da produção. O centro de toda essa transformação torna-se a busca do lucro da maneira mais absoluta, sem nenhum verniz de preocupação com a sociedade. Junto com essas mudanças, acontece uma grande transformação ideológica que, a partir dos empresários, é propagandeada e imposta, de mil formas, aos trabalhadores. As palavras mágicas, nas décadas de 80 e 90, são “nova gestão”, “gestão participativa” e “competitividade”.

Não seria fácil introduzir essa visão do mundo se houvesse um movimento operário em fase ascendente, seja política, seja ideologicamente. A introdução dessa nova mentalidade provocou mudanças cada vez maiores nas atitudes da classe trabalhadora e, sem dúvida, inibiu sua ação de reivindicação e luta.

Novas formas de gerenciamento são aplicadas aos trabalhadores. Não existe mais o modelo da linha de montagem, pelo qual, segundo Ford e Taylor, o operário não precisaria ser nada mais que um macaco amestrado. Agora, o novo fetiche para vencer a guerra da concorrência capitalista passa a ser a “Qualidade Total”, e os trabalhadores são envolvidos neste projeto empresarial através dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), que tiveram larga difusão a partir do Japão.

O objetivo declarado da perfeição da produção é propagandeado como uma preocupação com o atendimento ao cliente. Na verdade, será um grande mecanismo para aumentar os lucros e envolver os trabalhadores, numa atitude colaborativa. Todos são doutrinados, condicionados e assediados para colaborar na empreitada de defender a “sua empresa”. Do gerente ao faxineiro, todos irmãos. Sem essa história de classes sociais e luta de classes. É o tal “fim da História”.

Nas empresas, conceitos passam a ser aplicados através da “gestão participativa”, que nada mais é do que a adesão dos trabalhadores ao novo plano de exploração e opressão. A gestão participativa e a reestruturação produtiva criam uma série de novas siglas e expressões para expressar e, às vezes, encobrir a nova realidade de superexploração. Além do CCQ, nascem o *TQC*, as Ilhas de Produção, o *Kaizen*, o *Just-in-time*, os “5 S”, entre várias outras, todas simples variantes da nova realidade no trabalho, mas que influirão profundamente na luta dos trabalhadores.

A palavra “parceria” substitui, na cabeça e no discurso de muitos trabalhadores e dirigentes sindicais, o conceito de classes sociais e de luta de classes.

Junto com a idéia de “parceria” para alcançar a “qualidade total”, ou melhor, o lucro total, o ideário neoliberal introduz o conceito de “mercado”. Mercado, para os trabalhadores comuns, até 1985, significava simplesmente mercado. Mercado Municipal, Mercado Central, mercado de frutas e verduras. Nada mais. Após uma década de neoliberalismo, o bombardeio diário, pela TV, ensinou a todos um novo sentido da palavra mercado. Tudo passa a ser regido e estruturado em função deste novo deus moderno. As “leis do mercado”. A “liberdade do mercado”. Daí vem outra idéia básica do neoliberalismo: a concorrência, a disputa pelo mercado.

Para vencer a concorrência, é necessário “cortar as gorduras”, “enxugar as empresas”. Traduzindo em ações práticas, esse enxugamento significa reduzir a empresa-mãe, terceirizando todos os serviços não essenciais. Os trabalhadores passam a trabalhar para empresas terceirizadas que não garantem nenhum direito conquistado em décadas de lutas. Para disputar e para competir, as empresas precisam ser ágeis e não podem se ver presas a obrigações que as amarrem. É preciso “desregulamentar” as relações entre capital e trabalho. É preciso liberar as empresas para impor os horários que melhor sirvam à produção, à qualidade, ao mercado. Horários, salários, direitos, obrigações legais, tudo precisa ser “flexibilizado”, isto é, deixado ao deus-dará, sem leis, sem obrigações por parte do capital.

No Brasil, como no resto no mundo, a palavra de ordem era a mesma: “aplicar os ajustes” na economia para ela se tornar competitiva. A situação dos trabalhadores no fim dos anos 90 não deixava dúvidas. Os trabalhado-

res estavam pagando o pato desta competitividade. Um pato que não comeram. Caríssimo.

A primeira consequência imediata, nas fábricas e escritórios, foi a acumulação de funções. O profissional, que cumpria a sua função na cadeia produtiva, torna-se um “trabalhador multifuncional”, ou seja, faz de tudo, da operação de uma máquina altamente tecnologizada à limpeza do ambiente. Nesta lógica não cabe mais um arrumador ou faxineiro. Sua função foi extinta. O resultado é evidente: mais estresse, mais pressão, mais loucura e fim de qualquer vida pessoal ou familiar. E, claro, mais desemprego.

O economista Paul Streeten descreve assim a avalanche dos ‘programas de ajuste’:

... ajustamentos que respondem a mutantes vantagens comparativas são custosos. Eles implicam mudança nas ocupações, freqüentemente mudança de residência, períodos de desemprego e incerteza e, geralmente, revolta e ruptura. Em um ambiente internacional em que as vantagens comparativas mudam rapidamente, a política comercial pode se tornar uma política para errantes: ela impõe o imperativo de se mover de uma ocupação para outra, de uma residência para outra.

Um fator determinante para a nova realidade dos trabalhadores é a necessidade do sistema de tirar qualquer entrave à aplicação desta nova filosofia. É preciso, na lógica neoliberal, tirar de campo os sindicatos enquanto órgãos de reivindicação e de organização de classe. Se esse objetivo não é alcançado por bem, através da cooptação, será alcançado pelo combate e até pela destruição dos mesmos.

Na Europa, gradativamente, os sindicatos seguem os passos dos partidos socialdemocratas ou comunistas. Gradativamente, em todos os países em que havia sindicatos de luta, estes se transformarão em linha auxiliar da nova visão “socioliberal”. As centrais sindicais, outrora combativas, são neutralizadas ou integradas ao projeto neoliberal dominante. Isto aconteceu com particular força na Itália, na França e na Espanha. A Itália, que na década de 70 tinha sido a campeã mundial de greves, piquetes e de todo

o tipo de manifestações, passou, de 1980 até o final da década de 90, sem nenhuma greve geral.

A resistência ao neoliberalismo se deu, nos países europeus, de forma isolada e desarticulada. Em vários países, nascem formas organizativas novas, como os Comitês de Base (Cobas) na Itália, ou o Solidariedade Unidade e Democracia (SUD), na França. Mas essas tentativas organizativas não alcançam a expansão sonhada e o neoliberalismo tem o caminho quase que desimpedido para se impor, no Velho Continente.

Enquanto isso, no Brasil, o projeto neoliberal era implantado com forte oposição da CUT e dos seus sindicatos. Politicamente, ao longo dessas duas décadas, o PT se colocou na oposição aos governos vigentes e, conseqüentemente, ao projeto neoliberal por eles implementado.

## Os trabalhadores, da vitória de Collor à eleição de Lula em 2002

### 1990

No dia 15 de março, é empossado o novo governo, de Fernando Collor de Mello. No dia 16, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anuncia o “Plano Collor”. A inflação passava de 2000% ao ano e o Plano confisca a poupança de milhões de brasileiros. Eram o enxugamento e a recessão que o FMI queria. Os salários, também, são congelados e sofrem um expurgo de 84%, referentes à última inflação.

O Governo Collor, aplaudido por toda a mídia, aplica na sua totalidade o programa neoliberal do Fundo Monetário Internacional (FMI). O dogma central passa a ser a redução dos gastos públicos. Reduzir as despesas nas áreas da saúde, educação e dos serviços públicos, além de aumentar a carga de impostos sobre a população. As medidas concretas são inúmeras:

- a) Desregulamentação da economia. Fim das tarifas alfandegárias sobre as importações. Começa a festa dos produtos importados.
- b) Entrada maciça de capital estrangeiro no país.

- c) Privatização de todos os serviços públicos, das empresas estatais aos serviços de água, luz, gás, transportes etc.
- d) Início da destruição do pouco que existia, do “Estado de Bem-Estar Social”, para uma pequena parcela da sociedade.
- e) Ataque aos direitos trabalhistas e necessidade de enfraquecer os sindicatos.
- f) Ataque aos servidores públicos. Cem mil são, imediatamente, colocados “em disponibilidade”. É o tal “enxugamento da máquina”, exigido pelo FMI.
- g) Processo acelerado de desindustrialização com as conseqüências, já clássicas, de forte depressão e desemprego.

Ideologicamente, todas essas medidas são unificadas pela idéia de “modernidade”. O presidente fala que os carros nacionais são “carroças”. O Brasil precisava se modernizar.

Todas essas medidas estavam interligadas entre si por um cimento poderoso: a ideologia do programa neoliberal. Os passos são dados rapidamente através de várias iniciativas, cada uma com um nome fantasia: “Plano Brasil Novo” ou “Plano Collor”, “Plano Nacional de Desestatização”, “Plano de Reconstrução Nacional” etc. Todos esses planos e programas tinham em comum a implantação da política que o FMI estava impondo aos vários países por ele “monitorados”, isto é, dominados.

Para os trabalhadores, todas essas medidas tinham conseqüências diretas e imediatas. A primeira, era a recessão econômica, ou seja, uma forte diminuição da atividade produtiva. Após um ano do novo governo, o PIB cai vertiginosamente. O resultado mais imediato foi o desemprego. A Fiesp, no final do ano, anunciava que a indústria paulista havia demitido 110 mil trabalhadores. O aumento dos impostos forçava essa retração econômica, mãe de um desemprego recorde. Junto com isso, havia a ameaça constante do fim da estabilidade do funcionalismo público.

Enquanto isso, avançavam as privatizações. As empresas estrangeiras recebiam permissão para explorar o setor petrolífero e mineral e os serviços públicos de eletricidade, água e saneamento.

Junto com essas medidas, o governo iniciava uma campanha pela reforma do ensino, com o objetivo de privatizar as universidades públicas. Outra grande campanha, veiculada por toda a mídia, era a do combate às leis trabalhistas. Era comum ouvir-se falar da necessidade de se “flexibilizar” a CLT, de se chegar a uma ampla reforma previdenciária e, de imediato, acabar com a aposentadoria por tempo de serviço.

A resistência dos trabalhadores, no começo do Governo Collor, sob o impacto do “Plano de Reconstrução Nacional”, se fez sentir de forma isolada e tímida. Algumas categorias de trabalhadores, filiados à CUT, logo se insurgem contra as medidas do governo vitorioso nas urnas. Em São Paulo, alguns setores da Central saem imediatamente às ruas denunciando o plano que era apresentado pelo governo como o “plano salvador da pátria”. Foi o caso da greve de protesto que dura quase uma semana na Siderúrgica Aliperti, liderada pela CUT Regional da Grande São Paulo.

Dois meses após a posse de Collor, no Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Brasília aparece uma faixa, entre tantas outras, com a palavra de ordem “Fora Collor”. Esta frase começará a ser repetida e a ganhar corpo, somente em meados de 1991, em vários sindicatos filiados à CUT.

Em junho, na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), acontece a primeira greve contra as privatizações defendidas pelo governo neoliberal de Collor, dirigida pelo Comando de Greve dos trabalhadores da própria fábrica. Quase ao mesmo tempo, a federação dos trabalhadores do setor de serviços urbanos inicia uma longa greve contra os planos de privatização dos serviços de água, esgoto, gás e eletricidade.

### 1991

O 1.º Congresso do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB) reúne, em março, trabalhadores de várias regiões do país que estavam sendo atingidos pelos grandes projetos de hidrelétricas. Em 1989, já haviam realizado o seu 1.º Encontro Nacional; agora, uniam-se com mais força para defender os interesses das populações ribeirinhas que estavam sendo expulsas das áreas onde seriam construídas novas hidrelétricas.

Também em março, no aniversário de um ano do Governo Collor, é criada a Força Sindical, que nasce defendendo o projeto neoliberal do Governo, sob as bênçãos dos patrões. A Fiesp é a mãe paulista dessa nova central. O sindicato que a encabeça é o dos Metalúrgicos de São Paulo, com seu presidente, Luiz Antônio Medeiros. Medeiros passa a ser o maior propagandista do projeto neoliberal, com a força representativa do maior sindicato da América Latina. Diariamente aparecia nas televisões defendendo todas as medidas do novo governo. Sua imagem ficou célebre numa manifestação convocada na Avenida Paulista, no coração de São Paulo, quando desfilou arrastando atrás de si um preguiçoso elefante, como símbolo do Estado brasileiro, grande e ineficiente. Era a campanha da desestatização do Governo Collor, levada pela mídia através do chefe da Força Sindical.

A recompensa, por parte do governo, era grande. O poder de Medeiros, em Brasília, desde a década anterior, crescia cada vez mais. Seu parceiro, Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, com a posse do governo, é nomeado ministro do Trabalho, e Medeiros passa a desempenhar o papel de um “superministro” não oficial.

Enquanto isso, a ex-URSS cada vez mais rapidamente apagava a lembrança de que, um dia, havia sido um país comunista. No lugar da antiga sigla que lembrava a “Revolução de 17”, agora estava se organizando a Comunidade dos Estados Independentes (CEI). No mundo inteiro, durante a década de 90, cada vez mais comunistas passaram, “de mala e cuia”, à defesa do neoliberalismo.

No Brasil, no primeiro semestre de 1991, começam as denúncias de escândalos de corrupção no Governo Collor. O ministro do Trabalho, o ex-chefão da CGT, Rogério Magri, é envolvido num deles e acaba sendo exonerado do cargo.

No dia 7 de julho, realiza-se, em Brasília, o primeiro ato público pedindo a renúncia de Collor, com quase cinco mil manifestantes, em sua grande maioria, servidores públicos federais. O movimento de insatisfação amplia-se com os aposentados, que vão às ruas e às praças do país lutando pelos 147% de reajuste aos quais tinham direito e que o Governo Collor não queria pagar.

Em setembro, a CUT realiza seu 4.º Congresso, no Anhembi, em São Paulo. As polêmicas, dentro da Central, se acirram. A grande discussão política que divide o Congresso é o tema do pacto social. Com o convite do governo à CUT, através de sua ministra da Economia, para sentar-se à mesa de negociação, duas visões opostas se defrontam. A primeira, defendia o “entendimento nacional” como uma atitude “propositiva”, sem esquecer a mobilização. A segunda, defendia a mobilização para o confronto direto com a burguesia, através de uma greve geral.

Outras questões dividiam esse congresso e uma das mais polêmicas era se a CUT deveria ou não se filiar a uma confederação mundial – no caso, a Ciosl. Ao final do congresso, a CUT recebe autorização dos delegados para filiar-se a uma confederação que seria decidida numa plenária, antes do próximo congresso. Outro impasse pára o Congresso por quatro horas: a aplicação ou não da proporcionalidade qualificada em todos os cargos. Ao final, a vitória é dada à proposta da não-aplicação dessa medida que garantiria, na visão dos seus proponentes, o máximo de democracia interna. Os que votaram pela proporcionalidade qualificada protestam, denunciam fraude e exigem o anúncio do resultado final da votação. O impasse termina com a decisão da maioria, que autoriza a queima das cédulas dessa votação, para que não houvesse a recontagem de votos, considerada desnecessária.

No dia 1.º de outubro, 250 mil cortadores de cana, em Pernambuco, entram em greve, exigindo 78% de reajuste nos salários. Após uma semana de paralisação, a Justiça concede 45%. Aquele mês de outubro ficou marcado por ocupações de terras e manifestações, de Alagoas ao Rio Grande do Sul, por parte dos trabalhadores sem-terra ou bóias-frias, cortadores de cana.

Em dezembro de 1991, começaram a ecoar palavras que daí a pouco passarão a ser gritadas nas praças e ruas: “Fora Collor”, “Chega”, “Basta”. O problema denunciado por quem espalhava essas palavras-de-ordem, desde o começo, não era a corrupção, mas a denúncia da miséria, do arrocho e da recessão que asfixiava a família trabalhadora.

O ano de 1991 termina com “cheiro de queimado”. Aumentavam as denúncias de corrupção envolvendo membros do Governo Collor. Vários ministros e até a primeira-dama são acusados de roubo e falcattuas. Logo,

as denúncias chegaram ao então considerado chefe supremo, o presidente da República.

Para o Movimento Sindical, desde 1991, já se delineava um quadro que marcaria todos os anos seguintes. As duas centrais, CUT e Força Sindical, representavam os dois projetos de sindicalismo existentes no país. Outras centrais tiveram pouquíssimo peso na realidade dos trabalhadores. Duas CGTs tentaram se firmar no cenário político-sindical do começo dos anos 90, mas não alcançaram maior projeção.

Na Confederação Geral dos Trabalhadores, desde seu começo, em 1986, desenrolava-se uma luta interna pela direção. Após a criação da Força Sindical, em 1991, os campos se confundem. De um lado, cristaliza-se esta CGT (Confederação), que terá sua força principal nos eletricitários de São Paulo. Porém, sua influência ficará extremamente reduzida, devido à adesão da maioria dos sindicatos contrários à CUT e dos amigos dos patrões à Força Sindical.

Uma parte menor de sindicatos muito parecidos com os da Força Sindical disputa a sigla CGT e perde a batalha na Justiça. Esta central, que passa a chamar-se Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), desde 1988 era liderada pelo grupo MR-8 e apresentava como nome de expressão o tradicional pelego dos metalúrgicos de São Paulo, agora tentando se reciclar, “Joaquinzão”. Nos anos 90, “Joaquinzão” retirou-se desta agremiação para assessorar Medeiros, no mesmo sindicato que havia presidido. Devido à retirada do seu líder, esta CGTB passou diretamente às mãos do MR-8. Ao contrário da rival CGT (Confederação), da Força Sindical e da própria CUT, que tinham se filiado à Ciosl, a CGTB filiou-se à Federação Sindical Mundial (FSM). Por ironia do destino, em 1994, quando a CGT francesa se retirou da FSM, a CGTB assumiria sua Secretaria-Geral. Uma reduzida central brasileira assumia a Secretaria daquela que, nas décadas de 50, 60 e 70, foi a maior confederação sindical do mundo, a FSM.

## 1992

Em 1992, a gritaria contra o governo aumenta dia a dia. Manifestações são convocadas diariamente contra a fome e a miséria. À medida que

as denúncias de corrupção passam a se avolumar, a indignação contra o famoso “Caçador de Marajás” aumenta. Começam a cair ministros envolvidos em vários escândalos.

Num congresso tumultuado do PCB, há um racha e nasce um novo partido, o Partido Popular Socialista (PPS), liderado por Roberto Freire. Essa nova agremiação nada tinha a ver com as raízes comunistas. Um setor minoritário, no congresso, continua com o nome de PCB, reafirmando as bandeiras históricas do antigo “Partidão”. Sua força, porém, em nada fazia lembrar o ano de 1946, quando, como vimos, o “Partidão” possuía 16 deputados federais e a maioria na Câmara Municipal de Rio de Janeiro.

No país inteiro aumentam as greves. Entre as principais, a dos estivadores de Santos (SP) e a dos petroleiros, que tiveram alcance nacional. Crescem, também, as manifestações contra o Governo Collor. Na CUT, há uma acirrada disputa entre a palavra de ordem mais radical, “Fora Collor”, e as mais moderadas, “Chega”, “Basta de Collor”. O “Fora” ficou com a minoria da Central, enquanto que a maioria preferiu o “Basta” e “Chega”. Entre os que defendiam a palavra de ordem “Fora Collor”, havia um setor menor que queria acrescentar o complemento de “Eleições Gerais Já”. Mas esta não era a formulação consensual, no bloco de esquerda, que exigia o “Fora Collor”.

Em julho, uma plenária da CUT aprova sua filiação à Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (Ciosl), sob fortes protestos de vozes discordantes, com uma votação altamente traumática. Para os perdedores, estava em jogo o futuro da central. A adesão a uma confederação tradicionalmente anticomunista e que defendia a conciliação de classes entre patrões e trabalhadores levaria, na visão dos que lutavam contra essa filiação, ao abandono do classismo inicial. Para os vencedores, essa filiação fortaleceria a CUT na sua luta contra o capital internacional, tornando a Central brasileira um pólo aglutinador das forças oposicionistas.

De maio a setembro, o Brasil vive uma experiência nova, com a realização do *impeachment* do presidente da República. A manobra da renúncia, durante a votação do seu impedimento, não anulou o fato político de que Collor, na realidade, sofreu um *impeachment*. Ao final de mais de um ano de desgaste, Collor foi abandonado por quase todas as forças sociais. Nos

últimos dias, os últimos batalhões de choque que ainda ousaram defendê-lo abertamente foram a Fiesp e a Força Sindical. A menos de vinte dias da votação do seu impedimento, no dia 11 de setembro, a Força Sindical e a Fiesp convocaram um ato público, na Praça da Sé, em São Paulo, “A favor das reformas modernizadoras”. Era o último grito de desespero tentando salvar o projeto neoliberal, naquele momento encarnado pelo presidente em julgamento.

No mês de setembro, a CUT perde o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, no meio da grande batalha da privatização da CSN. A Força Sindical ganha a eleição com o apoio escandaloso do Governo Collor e dos dirigentes da empresa que planejavam privatizá-la. Para este fim, era necessário desalojar a CUT da direção do sindicato, que passaria às mãos da recém-criada Força Sindical.

No dia 29 de setembro, as televisões mostram a abertura do processo de *impeachment* do ex-“caçador de marajás”. O resultado da votação, no Congresso, foi de 441 votos a favor, 32 contra e 23 abstenções ou ausências. Cai Collor e assume seu vice, Itamar Franco. Itamar deixa o campo livre para que o chanceler Fernando Henrique Cardoso se tornasse ministro da Fazenda, preparando, assim, uma sucessão sem riscos. Com esse plano, a burguesia poderia continuar seu projeto neoliberal sem sobressaltos.

Em novembro, na eleição para prefeitos, a esquerda ganha em várias capitais: Porto Alegre, Belo Horizonte, Natal, Goiânia, São Luiz. Perde, porém, em São Paulo, onde a Prefeitura já era dirigida pelo PT.

O ano de 1992 termina com um grande número de privatizações de empresas estatais. O “Programa de Desestatização” do governo neoliberal tinha dado seus frutos. Até o final do ano, o Governo Collor havia privatizado, entre outras, a Usiminas, a Celma, a Mafersa, a Petroflex, a Álcalis e a Acesita. Era a destruição da velha bandeira do nacionalismo desenvolvimentista. Ainda ficariam as gigantes Petrobrás, Eletrobrás, Vale do Rio Doce e Telebrás. A direita, sobretudo pela voz do velho liberal Roberto Campos, falava dessas empresas como dinossauros: a Valessauro, a Petrossauro e a Telessauro. A campanha pela conquista da adesão da população desenrolava-se pelas TVs, pelos jornais empresariais e dentro de cada fábrica, de cada escola e em todos os tipos de associações.

Nos sindicatos, o ano de 1992 introduziu a novidade das Câmaras Setoriais. A Câmara Setorial da Indústria Automotiva obteve, num primeiro momento, 20% de aumento real e uma escala móvel dos salários. A polêmica em torno desse tipo de ação sindical, no interior da CUT, se acirra cada vez mais. Havia os que consideravam as Câmaras Setoriais como uma nova modalidade de negociação tripartite entre governo, empresários e sindicatos, para tratar de aspectos gerais da vida do trabalhador, do salário ao meio ambiente. Por outro lado, para muitos, essa modalidade de negociação diminuía a possibilidade de confrontos de interesses de classe e favorecia a colaboração entre patrões e trabalhadores. Essa seria uma opção política contrária aos princípios classistas dos sindicatos da Central Única dos Trabalhadores.

### 1993

O ano de 1993 transcorre com o aumento da inflação e da miséria. Vêm a público notícias dos chamados “homens-gabirus”, vítimas da enorme miséria do sertão nordestino, com estatura igual à dos pigmeus da África. A mortalidade infantil aumenta fortemente e bate recordes históricos. Em dezembro de 1993, o município alagoano de Teotônio Vilela passa a ser conhecido, no mundo inteiro, graças a um relatório da ONU. Naquela cidade, a miséria batia todos os recordes. A mortalidade infantil chega a uma taxa próxima dos 500 por mil. O IBGE, no ano anterior, havia publicado números assustadores. Mais de 35 milhões de crianças e adolescentes abaixo dos 17 anos de idade viviam em famílias com renda inferior a um salário-mínimo.

A inflação continuava em alta. No início do ano, os economistas governamentais previam que, se a inflação até o fim de 93 alcançasse o patamar de 20% ao mês, o país estaria à beira do caos. Esse limite, pouco a pouco, ia aumentando para 30% e, depois, para 40%.

Em abril foi a vez da privatização da empresa símbolo da industrialização da era Vargas, a CSN. No Rio de Janeiro, a CUT lidera uma manifestação em frente ao prédio da Bolsa de Valores. A oposição ao governo neoliberal e ao seu programa de privatizações tenta impedir o leilão. Estão nas ruas aproximadamente dois mil manifestantes, enquanto uma equipe

de juízes tenta impetrar medidas judiciais para suspender o leilão. A *Rede Globo*, tradicionalmente a favor das privatizações, mostra, satisfeita, Luiz Antônio Medeiros, chefe da Força Sindical, batendo o martelo da privatização da CSN dentro do prédio da Bolsa. Ele foi simbolicamente convidado, para mostrar que a classe trabalhadora concordava com as privatizações.

Realiza-se um plebiscito nacional para decidir qual sistema de governo o país escolheria: parlamentarismo X presidencialismo. Vence o presidencialismo, com o apoio da esquerda.

Em novembro, ocorre uma grande manifestação, em Brasília, contra a política econômica do Governo Itamar, que tinha assumido o lugar do ex-presidente Collor. É o começo das “Marchas a Brasília”, forma preferencial de protestos nacionais nos anos vindouros. O Governo Itamar desacelera o avanço do projeto neoliberal e o ministro da Economia passa a ser Fernando Henrique Cardoso.

Durante o ano inteiro, no Rio de Janeiro, acontecem grandes chacinas feitas por integrantes das forças policiais. As mais tristemente famosas são a da Candelária, que deixou oito crianças mortas, e a de Vigário Geral, com 21 mortos. Todos os assassinatos foram de pobres, favelados e, em sua grande maioria, negros.

#### 1994

No primeiro dia do ano, o mundo inteiro recebe, via *internet*, um “Manifesto contra o Neoliberalismo”, enviado pela guerrilha em curso no México, no estado de Chiapas. O subcomandante Marcos, líder do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), mostrava ao mundo os efeitos do neoliberalismo em seu país.

O modelo neoliberal se afirmava no mundo inteiro. Na América Latina, a Argentina era um dos países-chave desta política. O exemplo mais bem-sucedido dessa nova visão de mundo era o do México. O projeto parecia eterno, mas foi só na aparência e, logo, o México mostra toda a sua fragilidade.

O exemplo mexicano estava ali para ninguém esquecer. Da glória à poeira. Em um piscar de olhos, para os outros países do mundo e, mais

especificamente, para os da América Latina, passou de exemplo a antiexemplo. O México, da noite para o dia, faliu. Endividou-se terrivelmente, para não abalar o sistema capitalista com a moratória de sua dívida externa. Perdeu sua soberania e seu petróleo, que passou a ser a garantia dos empréstimos concedidos pelos Estados Unidos e pelo FMI. Com isso, o povo foi jogado na mais profunda recessão e miséria. Era o começo da reversão da onda neoliberal.

No Brasil, o ano de 1994 era de eleição presidencial. A burguesia não encontrava um candidato capaz de impedir a vitória de Lula e do seu projeto de sociedade. Finalmente, a classe dominante escolhe o ministro Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, a partir dessa escolha, é montada uma operação integrada que visava garantir, a qualquer preço, a vitória do candidato escolhido pelas elites.

Em fevereiro, é lançada a primeira fase do plano que daria vitória a FHC, com a aprovação de um fundo de 20 bilhões de dólares, vindo do FMI, capaz de salvar as finanças do governo. Lançam-se as bases de uma nova moeda e de um plano que deverá garantir uma estabilidade econômica, com baixíssimas taxas de inflação e congelamento dos salários. O apelo popular por essa medida era evidente. O povo brasileiro estava cansado. Eram mais de vinte anos com uma inflação que subia quase astronomicamente. Qualquer solução serviria, contanto que esse espantoso fosse afastado.

Assim, em plena campanha presidencial, é lançado o Plano Real, que determinava o congelamento dos preços e salários e uma redução drástica da inflação, que chegava a 5.000% ao ano.

As bases políticas do Plano Real eram as receitas neoliberais do FMI. Ele garantia, em primeiro lugar, a livre entrada de capitais estrangeiros e uma forte recessão. Como consequência, viriam a desindustrialização, a privatização das empresas criadas pelo Estado e a retirada do Estado dos serviços públicos de saúde, educação, transporte e de toda a infra-estrutura. Esta análise que a esquerda fazia, embora correta no médio prazo, era difícil de ser apresentada aos trabalhadores de imediato, pois a contenção da inflação era muito atrativa.

Para o conjunto da população, o congelamento dos preços e a nova moeda, o real, trouxeram um alívio imediato. As camadas mais pobres sentiram imediatamente os efeitos. O povo passa a conviver com crediário fácil e este fato logo se reflete no aumento do consumo, antes reprimido pela inflação. Célebre ficou o preço extremamente baixo do quilo do frango, a R\$ 1,00, e do iogurte, que se tornara acessível a um público que antes o desconhecia. O dólar passou a ter equivalência com o real, o que fazia a alegria da classe média, com suas viagens para Cancún, Miami e Orlando.

A esquerda denunciava o plano como eleitoreiro e alertava para seus efeitos futuros, baseando-se em exemplos de outros países. Ele traria um forte desemprego, a destruição dos serviços públicos e uma maior concentração de renda. Nesse clima, e com essa análise, a esquerda sindical e partidária subestima o impacto das medidas econômicas sobre as expectativas da população, cansada de vinte anos de inflação.

Enquanto isso, o placar das intenções de voto muda radicalmente. Lula e a militância petista ficam desorientados, sem rumo. A campanha da Frente Brasil Popular amplia-se com a adesão do PPS e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), mas não consegue polarizar e mostrar uma alternativa global de projetos ao programa de FHC.

Em maio, a CUT realiza o seu 5.º Congresso e Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, substitui o presidente Jair Meneghelli. Na Central, aumenta a tendência favorável à transformação dos sindicatos em “sindicatos cidadãos”, em contraposição ao “velho” sindicalismo de confronto e de luta de classes.

Nos últimos dez anos, o sistema de produção havia sofrido enormes mudanças e os trabalhadores sentiam na carne o desemprego. O Dieese, órgão de pesquisa a serviço dos sindicatos, anunciava, mensalmente, o crescimento da taxa de desemprego que, na Grande São Paulo, de 1992 a 1995, ficara na média de 14% e que, quatro anos depois, em 1999, chega ao patamar de 20%. O desemprego era resultado de muitos fatores e, entre eles, destacamos a reestruturação produtiva com a entrada em cena da automação em todos os campos, e a abertura aos produtos importados, sem nenhuma proteção para os trabalhadores.

Um fato saltava aos olhos: a diminuição do número de greves, com relação à década anterior. As empresas desenvolviam novas formas de gerenciamento que se baseavam, principalmente, na idéia de parceria e colaboração. Para isso foram criadas muitas maneiras para seduzir o coração e a mente do trabalhador. Eram milhares de formas de cooptação, além da chantagem e da ameaça de ir para o “olho da rua”. Tudo valia para incentivar o trabalhador a participar do esforço da fábrica para ganhar a concorrência do mercado. A ilusão de ser sócio e responsável pelo destino da fábrica passou a ser uma componente a ser levada em conta em qualquer plano de luta de um sindicato.

Na onda neoliberal que varreu o Brasil, a partir de 1990, novos conceitos ideológicos passaram a ser amplamente difundidos entre os trabalhadores. A idéia da necessidade de flexibilização dos direitos passou a ser aceita, coisa impensável dez anos antes. Para os trabalhadores do setor privado da economia, essas mudanças tiveram um efeito arrasador. O número de greves, na média mensal, sempre de acordo com o Dieese, passou de 90, em 1990, para 46 em 1999. O número médio mensal de grevistas, nesses mesmos dois anos, passou de 757.056, em 1990, para 114.889, em 1999.

Os dados são muitos, mas todos convergem para a conclusão de que o recorde de greves do ano de 1989 estava longe da prática e da memória dos trabalhadores. Naquele ano de “pique”, houve, no país, mais de vinte milhões de grevistas. Dados mais técnicos nos falam de quatro mil greves e de 250 milhões de jornadas perdidas. A partir de 1992, as greves diminuíram fortemente e, em 1999, o montante de greves e de grevistas, sempre segundo o Dieese, chegou a ser 2% dos vinte milhões de 1989.

Durante os governos de Collor e de FHC, os servidores públicos foram fortemente atacados pelas reformas neoliberais. Cem mil foram colocados, imediatamente, “em disponibilidade”. Embora continuassem a receber salário, ficaram sem função e eram mandados para casa. Era o “enxugamento” da máquina, exigido pelo FMI.

Para todos os servidores, foram quase dez anos sem reajuste salarial, enfrentando todo o tipo de pressão e ameaças. Longas greves foram feitas pelo setor estatal contra essa situação. As entidades nacionais como a Con-



federação dos Servidores Públicos Federais (Condsef), a Federação dos Servidores das Universidades (Fasubra), a Federação Nacional dos Servidores em Previdência e Saúde (Fenasps), a Federação Nacional dos Servidores da Justiça Federal (Fenajufe) e a Associação Nacional dos Docentes Universitários (Andes) foram os porta-estandartes dessas lutas que aconteciam quase que anualmente. Uma das lutas do setor estatal que ficou famosa foi a realizada pela readmissão dos trabalhadores de empresas estatais que tinham sido demitidos por participar de greves. Dentre os casos que fizeram mais barulho, destacamos o da readmissão dos trabalhadores dos Correios e os da Petrobrás, após a dura greve de 1995.

De julho a outubro de 1994, a cena política é tomada pela disputa eleitoral. O bloco da esquerda estava com Lula. O PSDB, PFL, PPB, PMDB e toda a direita estavam com o projeto neoliberal, defendido por Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A classe média se alinha com a máquina de propaganda do governo, que tinha, como cabo eleitoral, a nova moeda, o real. Boa parte dos votos das camadas mais pobres da população, que Lula havia conquistado em suas caravanas, também seguiu a campanha dos canais de televisão, das rádios e jornais do país, a favor de FHC.

No dia 3 de outubro, dia da eleição, Lula e o PT ainda não haviam apresentado, claramente, seu projeto global alternativo ao da burguesia. O caminho escolhido foi o de não se contrapor política e ideologicamente com o projeto de FHC. O resultado veio confirmar o que a mídia havia anunciado em suas pesquisas de intenção de votos. FHC vence Lula com enorme vantagem, liquidando a fatura no primeiro turno.

### 1995

No dia 1.º de janeiro, toma posse o novo presidente, eleito com uma plataforma nitidamente neoliberal. Em seu discurso de posse, reafirma o propósito de implementar as chamadas “reformas estruturais” e que, para isso, pretendia rever a Constituição de 1988, que as impedia.

Para os trabalhadores, manda um recado direto: “É preciso enterrar a Era Vargas”, ou seja, era necessário flexibilizar as leis trabalhistas, na sua opinião,

“engessadas” pela CLT. FHC lançava um programa completo, naquele momento, que combatia os direitos e conquistas históricas de um século de luta operária no nosso país, e de dois séculos no mundo inteiro. Mas o recado era geral, para toda a população. Acabar com a “Era Vargas” significava destruir o patrimônio nacional criado nas décadas de 30, 40 e 50. Significava privatizar tudo o que fosse estatal e público, liberando totalmente o país para o capital privado, brasileiro e internacional. Em síntese, retirava o Estado da economia.

Para os servidores públicos, começava um longo período de ataques. O primeiro foi o congelamento, sem perspectiva de mudanças, de seus salários. Os concursos públicos deixariam de ser realizados e, com isso, a máquina estatal encolheria, perdendo eficiência. Com isso seria mais fácil depois condenar os servidores, frente à opinião pública, transformando-os nos grandes culpados pelo estado de abandono de tudo o que deveria ser atribuição da administração pública. E mais fácil, em seguida, retirar-lhes direitos e conquistas. Todas essas medidas foram tomadas pelo governo com o apoio da sociedade, conquistada através de uma enorme campanha de mídia. Era o caminho do que os servidores carimbarão, em todas as inúmeras manifestações dos anos seguintes, como “sucateamento” do serviço público, passo necessário para uma futura privatização.

As greves, num primeiro momento do novo governo, começam a diminuir. Exceção foi a longa greve dos petroleiros, que durou 25 dias. A Federação dos Trabalhadores nas Universidades (Fasubra) esboçou um movimento de solidariedade. Decidiu continuar uma greve que estava sendo encerrada, em apoio à greve dos petroleiros. Mas os Sindicatos dos Petroleiros esperaram em vão que a CUT chamasse uma greve geral de solidariedade à sua dura luta. Em compensação, pipocaram, por todo o país, manifestações de apoio à categoria. Era comum ver estampados nas camisas o adesivo “Somos todos Petroleiros.”

Mas o governo recusou qualquer concessão e impôs, através da Justiça, pesadas multas para quebrar financeiramente os sindicatos (R\$ 2,1 milhões para cada entidade). O objetivo era punir os petroleiros pela greve e impedir novas manifestações. O Exército foi acionado para ocupar as refinarias paralisadas.

Como nos informará o Boletim da Federação Única dos Petroleiros, de 6/8/2003,

“uma das principais lideranças da greve de 1995, Antônio Carlos Spis, coordenador da FUP na época, ficou sabendo pela imprensa que havia sido demitido, junto com outros 24 petroleiros. Era o dia 11 de maio de 1995, data das primeiras demissões relacionadas à greve dos petroleiros. No dia seguinte, outras 34 demissões foram anunciadas, totalizando 85 demissões ao final do movimento.”

O momento econômico era de recessão e, conseqüentemente, de desemprego. A culpa dessa situação é colocada na globalização e na reestruturação produtiva. A expressão “custo Brasil”, apresentada como um bicho-papão por toda a mídia, passa a ser o fantasma que assusta da classe média à massa dos trabalhadores. O remédio que a orquestração da propaganda do projeto neoliberal indicava para acabar com essa praga era a flexibilização dos direitos trabalhistas, pois, assim, as empresas se sentiriam estimuladas a contratar e o desemprego acabaria.

Nesse clima político, no meio do ano, os trabalhadores da Mercedes Benz, em São Bernardo, são os primeiros a fechar um acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Essa novidade na prática sindical gera mais um fator de polêmica entre as visões mais moderadas e as mais radicais. A ala radical denuncia a PLR, por adequar-se à lógica do sistema de exploração capitalista e à sua legitimação. Os moderados, em contrapartida, viam esse acordo como uma defesa concreta dos trabalhadores em tempos difíceis de forte desemprego.

Nesse ano, nasce uma nova central sindical, com o nome de Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT). Sua linha política é a do sindicalismo católico europeu e, por isso, filia-se à Confederação Mundial dos Trabalhadores (CMT). Seu peso, no quadro sindical brasileiro, será quase insignificante. A exemplo da sua matriz internacional, a CAT defendia um sindicalismo autônomo, “nem de direita, nem de esquerda, mas de centro.”

No segundo semestre de 1995, acontece mais uma matança de trabalhadores rurais, em Rondônia, que ficou conhecida como o “Massacre de Corumbiara”. Trabalhadores rurais que lutavam por reforma agrária são chacinados pela repressão do Estado a serviço do grande latifúndio. A direita ruralista, protegida pela impunidade garantida pelo governo, aumenta sua investida contra qualquer movimento que exigisse reforma agrária. Essa chacina ficou marcada como uma das mais violentas e sádicas já perpetradas pelas forças da direita contra trabalhadores sem-terra.

### 1996

Acentua-se a diminuição do número de greves realizadas a cada ano. Em 1996, houve uma média de 111 greves mensais. Em 1997, este número baixa para 57 e, em 1998, chega a 50. Em 1999, o número de greves mensais cai mais ainda e chega a 46.

O dado novo que alterou a tendência de diminuição das greves foi a entrada em cena do funcionalismo público. Esses trabalhadores haviam começado suas primeiras greves em 1983, mas entraram para valer na onda grevista após o reconhecimento, pela nova Constituição, do direito de se organizarem em sindicatos. Assim, constatamos que, em 1995, a porcentagem de grevistas do setor público, comparada à do setor privado, era de 19%. Este número, em 2000, superaria os 50%. Todos os anos, os trabalhadores do setor da saúde e previdência realizavam uma longa greve nacional, sempre com poucos resultados positivos. Muitas outras categorias de funcionários públicos faziam o mesmo. Enquanto isso, no setor privado as greves tornavam-se cada dia mais raras.

Entre as causas dessa diminuição das greves, o Dieese aponta três fatores:

- Ilusão de muitos trabalhadores com a nova moeda.
- Diminuição da inflação para quase zero.
- Aumento do desemprego, desestimulando qualquer reação.

Dentro da CUT, as discussões tornam-se mais acaloradas e polarizadas. Havia os que creditavam a diminuição das greves, não a fatores externos, mas à nova política da Central, que priorizava a negociação ao confronto.

Nesse ano, o MST se estrutura em quase todos os estados e enfrenta uma forte repressão policial que atuava junto com as brigadas armadas da União Democrática Ruralista (UDR), uma verdadeira força paramilitar, tolerada, tranquilamente, pelo sistema.

No dia 17 de abril, em Eldorado de Carajás (PA), 19 sem-terra são massacrados pela polícia militar durante uma marcha à capital do estado, Belém. Um dos assassinatos mais sádicos perpetrado pelos policiais foi o do militante sem-terra Oziel Alves. Foi barbaramente morto a coronhadas e depois executado, sob o olhar dos seus companheiros. Esta ação da polícia a serviço do Estado e do latifúndio ficou conhecida como o “Massacre de Eldorado dos Carajás”. Dez anos depois, permaneciam soltos os 155 policiais participantes da operação. De acordo com o MST, “dos 144 incriminados, os dois únicos condenados – o coronel Mário Collares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira – estavam em liberdade. Os responsáveis políticos, o governador Almir Gabriel e seu secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, não foram indiciados.”

Era o mecanismo da impunidade para qualquer crime praticado pelos herdeiros da Casa-Grande e de seus “capitães-do-mato”. Diante deles, a Casa-Grande fecha os olhos e convive tranquilamente com todo tipo de chacina contra os herdeiros da Senzala e de quem luta para libertá-la.

Em dezembro, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo propõe a criação da Câmara Regional do ABC, uma variante das Câmaras Setoriais, criadas anos antes para discutir os problemas da região.

### 1997

No dia 17 de abril, no aniversário do “Massacre de Eldorado de Carajás”, o MST, a CUT e movimentos sociais realizam uma grande marcha a Brasília, conhecida como a “Marcha dos 100 Mil”. Os sindicatos filiados à CUT e várias federações e confederações da Central enviam seus ônibus cheios de militantes com suas bandeiras. Essa marcha foi a primeira grande manifestação de oposição a FHC.

Em abril, nasce uma nova central sindical, a Social Democracia Sindical (SDS), resultado de um racha dentro da Força Sindical. A diferença política entre mãe e filha é quase nula. Seu chefe, Edmilson Simões, o “Alemão”, havia disputado uma chapa de oposição a Lula, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, no começo dos anos 80. Anos depois, voltou-se para Medeiros, e passou a ser o segundo homem da Força Sindical. Às vésperas da eleição presidencial de 1998, Alemão aproximou-se do candidato à reeleição, FHC, e rompeu com o amigo Medeiros. Logo em seguida, formará a SDS. Por definição, a SDS apoiava o neoliberalismo do candidato do PSDB. Assim, Alemão e Medeiros disputarão para ver qual dos dois era mais neoliberal. Essa defesa do projeto neoliberal por essas duas centrais irmãs completava-se no mesmo combate que elas sempre travaram contra a CUT.

Durante o ano de 1997, o projeto neoliberal avança. Um novo leilão, na Bolsa do Rio, privatiza a Companhia Vale do Rio Doce, que é vendida a preço de banana: 3,4 bilhões de dólares. O seu valor real era estimado em mais de cem bilhões. Somente suas reservas minerais, no Pará, eram avaliadas em 150 bilhões de dólares. Aos olhos da oposição ao governo e dos movimentos populares que se bateram contra a entrega da maior mineradora do mundo ao capital privado, esta transação pareceu uma enorme negociata. Após a Vale, até setembro, foram privatizadas outras 48 empresas estatais.

O Governo FHC entra em campanha para aprovar uma emenda constitucional capaz de permitir a reeleição do presidente da República. Os jornais noticiam qual seria o valor da compra dos votos dos congressistas: 200 mil reais cada um.

Enquanto isso, um estudo da ONU e do Banco Mundial aponta o Brasil como o país vice-campeão em desigualdade social do mundo. Sem se importunar com isso, a classe média continuava, alegremente, a viajar para Nova Iorque ou Miami, e a burguesia a associar-se ao capital internacional. As duas se refugiam, cada vez mais, em seus condomínios fechados, preservados por muros altos e cercas eletrificadas, que afastam qualquer aproximação do indesejável povo.

**1998**

Neste ano, as greves diminuem muito. Como nos anos anteriores, a exceção fica por conta dos trabalhadores da Saúde e da Previdência, dos funcionários e professores das universidades e dos servidores da Justiça.

A campanha eleitoral traz o gosto de comida requentada e não empolga mais nem a militância petista, nem a esquerda não petista, como da vez anterior. FHC é reeleito com o programa de continuar as reformas que faltavam para completar o projeto neoliberal. As três reformas principais seriam:

- **Reforma Trabalhista** – Visava acabar com os direitos dos trabalhadores, conquistados em um século de lutas e consagrados em lei na década de 30. A meta, falada da “boca para fora”, era a famosa modernização das leis do trabalho. Na verdade, tratava-se de obter uma formulação legal que permitisse “flexibilizar” as leis trabalhistas vigentes. O objetivo se concentraria na introdução no texto da lei de uma frase que desse essa garantia. A formulação seria: “o negociado vale mais que o legislado”. Ou seja, a lei deixaria de ter valor. O que passaria a valer seria a chamada “livre negociação” entre patrões e trabalhadores. Ou melhor, entre o lobo e o cordeiro.

- **Reforma Administrativa** – O projeto neoliberal exigia, por várias razões, a quebra da estabilidade dos servidores públicos e o fim do concurso público. Os servidores deixariam de ser “estatutários”, ou seja, regidos por um estatuto próprio, e se tornariam “celetistas”, regidos pela CLT “flexibilizada”. Com essas medidas, os trabalhadores perderiam muitos dos seus direitos e os sindicatos perderiam em boa parte seu poder de pressão.

- **Reforma da Previdência** – Pretendia acabar, a longo prazo, com a obrigação do Estado de garantir Saúde e Previdência Pública para todos os trabalhadores. Para isso, era necessário, como primeira medida, acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, introduzindo a aposentadoria por tempo de contribuição e o aumento da idade para aposentadoria. Isto estimularia as aposentadorias complementares, ou seja, privadas. Outra proposta era acabar com as aposentadorias especiais em profissões arriscadas ou insalubres. Através de vários mecanismos, o governo persegue esses objetivos. Um deles foi o chamado “Fator

Previdenciário”, um complicado método que estabelece a idade mínima para se aposentar.

Em agosto, a CUT convoca uma Greve Geral contra a política de FHC. Até a Força Sindical, pela primeira vez, adere a uma greve geral e “faz de conta” que participa dela. Na verdade, esta central continuava com sua política. Ela era exatamente contrária a esse movimento, mas precisava “jogar para a platéia”. A greve teve uma adesão parcial e apoiou-se mais numa campanha de *marketing* veiculada pela televisão do que na organização efetiva dos trabalhadores dispostos à luta.

O governo continua seu programa de privatizações. Na mira estão as “jóias da coroa”: Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Telebrás. A outra preciosíssima “jóia”, a Vale do Rio Doce, já estava nas mãos do capital privado.

A privatização do Sistema Telebrás foi a maior privatização do mundo no setor das Comunicações. No Rio de Janeiro, onde se realizava o leilão, cerca de cinco mil manifestantes procuram, inutilmente, impedir o acesso dos compradores à Bolsa de Valores. Trabalhadores telefônicos do Brasil inteiro convergem para o Rio de Janeiro. Mas a população não responde aos chamados da CUT. A campanha desenvolvida pela mídia a favor da privatização venceu a disputa. A imensa maioria dos trabalhadores e da população em geral já considerava a idéia de que “privatizar é bom” e “tudo o que é estatal não funciona”. Seriam necessários anos para que uma parcela consistente da população começasse a admitir que talvez as privatizações não fossem a melhor solução.

**1999**

Em janeiro começa o novo mandato de FHC e, logo em seguida, o real é desvalorizado. Seu valor artificial, de 1/1 com o dólar, mostrou-se completamente irreal. Gradativamente, o valor da moeda americana chega a quase R\$4,00. Com a eleição já realizada, aos poucos vem a público o apoio garantido pelo FMI ao seu candidato FHC. O alto executivo do próprio Fundo, Josef Stiglitz, escreve, num livro, que o FMI facilitara um empréstimo de quarenta bilhões de dólares ao Brasil. Foi dessa maneira

que o governo conseguiu segurar artificialmente o valor do dólar, antes da eleição. Em troca, FHC deveria realizar todas as reformas estruturais que o Fundo exigia.

Com essas medidas econômicas, houve um forte aumento do desemprego e os salários dos trabalhadores do setor público ficaram ainda mais archochados, ou melhor, congelados.

As greves do funcionalismo se repetem, anualmente, com a mesma palavra de ordem, reproduzida em jornais, cartazes e adesivos, só mudando o número de anos: “5 anos sem aumento, não agüento”. Nos anos seguintes mudará para: “6 anos sem aumento, não agüento”, “7 anos sem aumento, não agüento”, e assim por diante.

Enquanto isso, o Governo FHC retirava, a cada dia, mais direitos dos funcionários públicos. Uma lista que apareceria em todos os jornais sindicais, nos anos seguintes, relaciona a perda de 56 direitos.

## 2000

O ano de 2000 vê aumentar o desencanto dos trabalhadores com a política, encoberta pelo real e pela estabilidade da inflação. O desemprego está no patamar dos 20% e a miséria aumenta a olhos vistos. Não há nenhum programa para a construção de habitações populares e as favelas se expandem em todas as grandes cidades. A violência e o desemprego tornam-se as duas preocupações principais da população, apontadas em qualquer pesquisa.

Os funcionários públicos continuam sendo tratados pelo governo como o tal “bode expiatório” e seus salários ficam reduzidos quase à metade. Neste clima, continuam a repetir suas greves anuais, com o monótono refrão dos tantos anos sem aumento.

Enquanto isso, os trabalhadores do setor privado conseguem garantir a reposição da baixa inflação. Em compensação, o ritmo de trabalho nas fábricas aumenta, assim como a produção e os lucros dela decorrentes. Aumentam as doenças no trabalho, como a LER-Dort e o conceito de “assédio moral”, que começa a surgir nas empresas, funciona como uma pressão insuportável para os trabalhadores.

O Governo FHC passa a ser bombardeado por notícias de corrupção. Bilhões de dólares foram desviados, sobretudo na ocasião das grandes privatizações. Entre as maiores denúncias estão os desvios de dinheiro efetuados no caso do Projeto Sivam, destinado à vigilância da Amazônia, e no caso da privatização do sistema Telebrás. Na época, falava-se na “farra das privatizações”.

Desde o começo do ano, movimentos sociais e partidos de esquerda organizam uma grande campanha contra a dívida externa. Um amplo trabalho de conscientização foi realizado, através de milhões de jornais e cartilhas, mostrando o significado e as trágicas conseqüências, para o país, do pagamento da dívida externa. Milhares de reuniões são realizadas em sindicatos, escolas e igrejas. A proposta era divulgar a necessidade, urgente, de suspensão do pagamento dos juros da dívida externa.

Às vésperas do dia 7 de setembro, realiza-se um Plebiscito Popular, não oficial, exigindo uma auditoria sobre a dívida. Durante a Semana da Pátria, mais de seis milhões de pessoas votam e 96% delas exigem uma rediscussão da dívida externa. Todos compreendem que ela estrangulava o país, sobretudo os trabalhadores, e que o Brasil já teria pago, várias vezes, o correspondente ao valor dessa dívida, em juros. Não havia por que continuar a pagar juros exorbitantes. Em resposta a esse movimento, os porta-estandartes da mídia de direita, *Veja*, *Folha de S. Paulo*, *Rede Globo* e *O Globo*, desenvolvem uma forte campanha em defesa dos interesses do capital internacional.

## Novo século, velhas lutas dos trabalhadores

O 31 de dezembro de 2000 foi um dia de festas, fogos, cruzeiros e rios de garrafas de uísque e champanhe para alguns vislumbrados que estavam sentados ao banquete mundial das burguesias. Para bilhões de trabalhadores, ex-trabalhadores, desempregados, camponeses e pobres do mundo inteiro, foi mais um dia igual aos outros. Sem esperanças, sem sonhos, sem perspectivas de melhoras. Mas o maior contingente de “sem-esperança” são os bilhões de pessoas, nos cinco continentes, vítimas da guerra econômica que o neoliberalismo, vitorioso desde os anos de 1980, está

travando contra povos inteiros. Cada vez mais a sociedade do capitalismo puro, no seu estágio neoliberal, mostra que há bilhões de seres que estão sobrando. A alternativa “socialismo ou barbárie” coloca-se hoje com mais tragicidade do que no começo do século XX.

O Século XXI abre enormes perspectivas para as grandes empresas transnacionais, multinacionais, internacionais ou nacionais. Para quem não está convidado para o banquete, dentro do quadro dos vitoriosos, dos que venceram, a barbárie é a única alternativa.

Mas há outro quadro no horizonte que é a perspectiva dos bilhões de condenados a desaparecer e que não estão aceitando este pretense destino. Estes estão continuando a longa história dos trabalhadores que durante os últimos três séculos lutaram contra a lógica, as imposições e as leis que os donos do capital queriam impor. A duras penas arrancaram várias conquistas, várias vitórias e conseguiram sobreviver até o ano 2000.

Para os que não estão sentados à mesa farta dos donos do mundo poderem sobreviver e vencer e chegar aos séculos XXII, XXV ou XXX, será necessário continuar aquelas lutas seculares das gerações que nos antecederam. Este é o sentido da luta da classe trabalhadora contra a barbárie e pela vida.

Os trabalhadores do Brasil, ao apagar dos fogos de artifício do dia 31 de dezembro de 2000, que as televisões mostraram com tanto estardalhaço, defrontaram-se com a dura realidade. A luta continua, precisa continuar. O novo ano, o novo século está aí. O neoliberalismo também. Só que há uma diferença. Milhões, pelo mundo afora, estão percebendo que seus efeitos são desastrosos. São a barbárie. E a luta precisa continuar.

### 2001

Durante este ano, o projeto neoliberal implementado pelo PSDB de Fernando Henrique Cardoso entra numa profunda crise. O governo esperava um ano de crescimento econômico para realizar seu sonho de “um governo de vinte anos”. Porém, a entrada de capitais estrangeiros, que garantiria o sucesso deste modelo econômico, cai de trinta bilhões de dólares, em 2000, para 20, em 2001.

O país, como resultado do longo processo de privatizações que durava quase dez anos, sofre uma grave crise de energia e é obrigada a racioná-la. A falta de energia elétrica logo é apelidada de “apagão” e as vozes de protesto aumentam nas ruas. A insatisfação crescente com o desemprego e, agora, com a crise energética torna-se explosiva.

A revolta do povo argentino contra os efeitos do modelo econômico aplicado em seu país serve como exemplo para o povo brasileiro e como um combustível a mais para a insatisfação popular. A militância de esquerda acompanha e torce pelos “piqueteros” da Argentina. A identidade entre as conseqüências desastrosas do projeto aplicado no país vizinho e o projeto neoliberal brasileiro torna-se cada vez mais clara.

O ano de 2001 vê avolumarem-se as greves no setor do funcionalismo público, que protestava contra oito anos sem reajuste, quase sem concursos públicos, e contra a retirada sistemática de direitos já tradicionais. Enquanto isso, os reajustes de salário para os trabalhadores do setor privado se aproximam e até superam a alta da inflação.

O funcionalismo federal reivindicava um reajuste de 75,48%, correspondente à inflação acumulada nos dois mandatos de FHC. Um setor que se destacou nas greves desse ano foi o dos trabalhadores nas universidades federais. Durante mais de cem dias, professores e funcionários administrativos das 52 universidades federais do país, além dos professores e funcionários das escolas técnicas federais, ficaram paralisados.

O setor que mais apareceu neste movimento grevista foi o dos trabalhadores do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que já mantinha uma tradição de greves anuais. Os trabalhadores das universidades tiveram como saldo várias vitórias. Entre elas, a incorporação e a extensão de algumas gratificações ao salário, um reajuste de 12% a 13% para os professores e a manutenção da contratação pelo Regime Jurídico Único.

Inicialmente, o governo procurou evitar qualquer negociação. Reprimiu e editou medidas legais para impedir que outras greves estourassem no serviço público, mas, no fim, teve que ceder.

Nessa mesma época, os metalúrgicos da Volkswagen de São Bernardo do Campo entram em greve contra a proposta patronal de flexibilização da jornada de trabalho. A empresa propunha a redução da jornada e dos salários em 20%, em troca de uma genérica “garantia no emprego”. Os metalúrgicos rejeitaram a proposta e a Volks demitiu cerca de três mil trabalhadores. Após vários lances muito polêmicos da direção do sindicato, os metalúrgicos acabaram aceitando a redução da jornada e do salário em 15%, em troca do cancelamento das demissões.

Uma grande batalha, que já vinha sendo anunciada há anos, explode entre os trabalhadores e o governo de FHC. As centrais alinharam-se, nesta luta, cada uma de acordo com suas opções políticas. A Força Sindical e a SDS apoiavam totalmente o que o capital neoliberal pretendia, isto é, a diminuição do custo da mão-de-obra e, conseqüentemente, a retirada dos direitos dos trabalhadores. A argumentação do governo era a mesma da Força Sindical, desde a sua criação: para o país crescer, o capital precisava diminuir seus custos e ser incentivado.

A CUT coloca-se contra o Projeto de Lei n.º 5843/01, encaminhado pelo governo, que alterava o artigo 618 da CLT, estabelecendo que “o negociado vale mais do que o legislado”. A fórmula dizia, em linguagem jurídico, que a CLT da “Era Vargas” estava sendo anulada. Vimos que este era o sonho do governo neoliberal desde o dia de sua posse. Tudo poderia ser negociado, passando por cima dos direitos dos trabalhadores e, no caso, passando por cima das leis trabalhistas, fundamentadas na CLT.

Os trabalhadores logo percebem que as conquistas de um século estavam por um fio. Férias, 13.º salário, licença-gestante, jornada de trabalho fixada em lei, 44 horas semanais e muitos outros direitos podiam acabar a qualquer momento. As conhecidas “Marchas a Brasília” são convocadas pela CUT, assim como outras manifestações, para impedir a aprovação do projeto. Enquanto isso, a Força Sindical e a SDS, graciosamente convidadas pelo capital, invadem todos os canais de televisão, todos os rádios e todos os jornais, mostrando as vantagens da retirada dos direitos dos trabalhadores.

No início de dezembro de 2001, os sindicatos da CUT pressionam deputados para que não aprovem o projeto de flexibilização de direitos.

Pneus de táxis e de carros oficiais são furados e vidros de carros são quebrados, num corpo a corpo com as forças policiais. Inútil esforço. A Câmara Federal aprova o projeto, como o governo queria. Faltava ainda a votação no Senado para que este projeto virasse lei. Em 2002, o projeto ainda passa um tempo parado, aguardando a votação pelos senadores.

Em todos os canais de televisão, acontece um assédio moral declarado, nunca visto anteriormente, defendendo o fim dos direitos trabalhistas. O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e de sua central sócia, o Alemão, junto com o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, invadem todos os canais de televisão, de dez em dez minutos. A mensagem dos três, absolutamente idêntica, dizia que a aprovação da flexibilização das leis trabalhistas iria desbloquear a economia e criar milhões de empregos. A burguesia, através das suas duas centrais, com a participação da mídia, procura, a todo custo, convencer a opinião pública a apoiar seu projeto. Mas a aprovação do projeto é retirada da pauta de votação, à espera da eleição presidencial de outubro. Seu desenvolvimento futuro, após a posse do novo presidente, em janeiro de 2003, torna-se altamente polêmico e provocará rachas na Central Única.

Internacionalmente, o ano de 2001 será lembrado pelo atentado às Torres Gêmeas, em Nova Iorque, no dia 11 de setembro. O governo dos EUA aproveita-se do ocorrido para desencadear uma ofensiva político-militar ao Oriente Médio. Qualquer contestação a seu domínio imperial é facilmente rotulada de terrorismo e, sobretudo, abre-se uma brecha para esse país invadir e subjugar qualquer outro que se lhes oponha.

Logo após o atentado de 11 de setembro, os EUA invadem o Afeganistão, país-chave na estratégia geopolítica de garantia de petróleo para todo o século XXI. O pretexto da invasão foi o de caçar Osama Bin Laden, um terrorista formado pela CIA para combater a então União Soviética, na década de 1980, no Afeganistão. Em 2002, os Estados Unidos promovem uma campanha para preparar a ocupação do Iraque, dizendo ao mundo que Saddam Hussein, presidente daquele país, outro ex-aliado, armazenava armas de destruição em massa. Boa parte dos habitantes do planeta estava convencida dessa mentira forjada e apóia a invasão daquele

país árabe. É verdade que houve muitas manifestações, algumas com até um milhão de pessoas, combatendo essa mentira generalizada, espalhada pela mídia do Império.

## 2002

No início do ano, as atenções gerais voltam-se para a eleição presidencial que acontecerá em outubro. A maioria das forças de esquerda concentra-se, de novo, no candidato do PT. O desgaste do Governo FHC é visível. O desemprego, o arrocho salarial, as privatizações recheadas de lances de corrupção apontam para uma possível vitória do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Há restrições e profundas discordâncias, no interior do próprio PT, sobre os rumos da campanha. Mas, para a maioria, a perspectiva de uma vitória encobre as contradições. A campanha, desta vez, fica profissionalizada, com muitos “militantes de aluguel” balançando bandeiras nos cruzamentos, sem nenhum interesse. A campanha é quase que totalmente entregue às mãos de especialistas de *marketing*, o que deixa muitos velhos militantes perplexos. O publicitário contratado pelo PT promovera campanhas de *marketing* do execrado Paulo Maluf, fiel aliado da Ditadura Militar e conhecido pelas acusações de todo o tipo de corrupção. Também trabalhara para o ultraliberal argentino Carlos Menem.

As alianças que o partido de Lula resolveu fazer também foram outro ponto de interrogação. Mas, para a maioria, nada poderia quebrar a esperança de vitória para a construção de um governo diferente dos anteriores. Esperança de um governo que invertesse o rumo imposto pelo neoliberalismo e resgatasse a enorme dívida social acumulada durante 500 anos. Milhares de militantes e milhões de votantes, confiavam em que, finalmente, o Brasil deixaria de ser o campeão mundial de injustiça. Finalmente, o país poderia deixar de lado a longa lista de índices vergonhosos que escancaram a nossa barbárie social.

No meio da campanha eleitoral, as forças que dois anos antes tinham realizado o Plebiscito Popular sobre a dívida externa procuram repetir a dose. Nesse ano, a proposta é consultar o povo sobre o último plano dos

EUA, de implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Para os promotores desse novo plebiscito, a Alca nada mais era do que um plano de dominação da América Latina, uma verdadeira recolonização. De novo, milhões de panfletos, jornais e cartilhas são produzidos e usados em milhares de reuniões, pequenos comícios e cursos de formação política.

No final, no dia 7 de setembro, são recolhidos mais de dez milhões de votos, em urnas improvisadas, fiscalizadas por ativistas dos próprios movimentos populares. O “não” à implantação da Alca, menina-dos-olhos do projeto do imperialismo norte-americano, ganha quase que por unanimidade. Outro tema desse plebiscito era a entrega ou não da base de Alcântara, no Maranhão, para os EUA. O governo FHC estava disposto a liberar seus testes e lançamentos espaciais, do jeito que conviesse aos norte-americanos, sem qualquer participação ou fiscalização brasileira. O plano dos EUA era o de construir uma base nos limites da região amazônica, posição altamente estratégica para seus projetos imperialistas. A resposta a este quesito do Plebiscito Popular, também, foi quase um unânime não.

No fim do mês de agosto, a campanha presidencial entra na reta final. Lula e sua equipe divulgam uma “Carta aos Brasileiros”, na qual o candidato das forças populares compromete-se, diante de todo o país, a manter os compromissos político-econômicos do seu antecessor, FHC. Para um público com maiores exigências políticas, essa carta continha a proposta de continuação do projeto neoliberal. O desencanto começa a se espalhar entre vários militantes históricos, que sonhavam com uma vitória próxima do sonho que sempre acalentaram da construção de uma sociedade socialista. Nestes termos, o compromisso com o capital internacional era impensável. Mas o clima de euforia geral não admitia vozes muito críticas ou pessimistas.

O FMI começa a declarar, então, que não haveria o que temer com o fiador da “Carta aos Brasileiros”. Na reta final, a máquina de propaganda e o dinheiro de uma boa parte dos empresários favoreciam o candidato que prometia mudanças. A esperança do povo não podia mais ser abafada.

A campanha não acaba no primeiro turno, e deixa para a disputa final Lula e o natural continuador das políticas de FHC, o candidato do PSDB e PFL, José Serra.



No fim do mês de outubro, realiza-se o segundo turno. E Lula sai vitorioso. O candidato operário, vindo do Partido dos Trabalhadores, ganha a eleição contra as forças que tradicionalmente dominavam o país. Era a conclusão triunfal de um longo caminho, iniciado 25 anos antes, quando ele, no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, chamava os companheiros metalúrgicos para continuarem a greve, desafiando os patrões da Fiesp e a Ditadura Militar.

Logo, os trabalhadores perceberam que a chegada de um companheiro de classe ao Planalto não representaria, automaticamente, a concretização das suas esperanças. Esperanças sonhadas durante anos e vislumbradas nos frenéticos meses da campanha eleitoral. Um novo período de luta dos trabalhadores se fazia necessário, pois o perigo de o projeto neoliberal pôr a perder o que já havia sido conquistado, ao longo de um século de lutas, continuava.

A conjuntura na qual o PT chegava ao Governo não deixava espaço para ilusões. O novo governo baseava-se numa coligação de partidos sem nenhuma afinidade política e menos ainda ideológica. Juntava-se, tranqüilamente, direita com esquerda. A capacidade de luta dos movimentos sociais estava em baixa, já desde a década anterior. Os compromissos assumidos por Lula com o capital internacional, na véspera de sua eleição, na “Carta aos Brasileiros”, não permitiam sonhar com mudanças revolucionárias.

O quadro político que se esboçava com a eleição do Lula mostrava-se muito complexo. O mesmo eleitorado que colocava Lula na Presidência da República elegia um Congresso reacionário e profundamente corrupto. Governos estaduais e Assembléias Legislativas também estavam nas mãos da direita. Dentro do próprio PT, uma farta falange de dirigentes havia aderido, ou se conformado, com os programas e diretrizes neoliberais e tinham desenvolvido práticas burocráticas e totalmente afastadas dos trabalhadores.

Todos esses fatores mostravam que o sonho da conquista da hegemonia política por parte dos trabalhadores ainda levaria muito tempo para se concretizar. A reflexão sobre a diferença entre estar no governo e estar no poder voltava a ser mais atual do que nunca. A questão de quem continua-

ria a deter a hegemonia na sociedade e dos caminhos que pudessem modificar esse quadro passava a ter uma atualidade trágica.

A frase de Marx, na fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, “A libertação da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora”, voltaria à mente de muitos trabalhadores. Esta frase, para muitos militantes, impõem-se como um referencial cada vez mais necessário para se pensar na construção de uma sociedade justa, igualitária, independente e livre, isto é, socialista.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALVES, Giovanni. **Limites do Sindicalismo**. São Paulo: Práxis, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe Operaria, Sindicatos e Partidos no Brasil**. São Paulo: Ensaio, 1988.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**. Campinas: Unicamp, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Neoliberalismo Trabalho e Sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- AQUINO, Rubin et alii. **Sociedade Brasileira: Uma História**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ARAÚJO D', M. Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ARNS, P. Evaristo, Dom. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AZIZ, Simão. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus, 1966.
- BADARO, Marcelo. **Novos e Velhos Sindicalismo**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- BANDEIRA, Moniz. **O Ano Vermelho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BAUER, Carlos. **O Despertar Literário**. São Paulo: Pulsar, 1994.
- BOITO, Armando. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- BOTOLI, Claudio. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

- CALDEIRA, Jorge. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARONE, Edgard. **Movimentos Operários no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.
- COSTA, Helio. **Em Busca da Memória**. São Paulo: Scritta, 1995.
- COSTA, Sílvio. **Tendências e Centrais Sindicais**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.
- DEMINICIS, Borges Rafael; REIS, Daniel Aarão. **História do Anarquismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad/EdUff, 2006.
- DECCA, Edgar. **1930 – O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DECCA, Edgar. **1930 – O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DEL ROIO, José Luiz. **1 de Maio**. São Paulo: Global/Oboré, 1986.
- DIAS, Everardo. **Histórias das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- DIRCEU, J.; PALMEIRA, W. **Abaixo a Ditadura**. São Paulo: Garamond, 1998.
- DOPS. **A lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Arquivo Público RJ, 1993.
- DREIFUSS, René. **O Jogo da Direita**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DULLES, John. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- ERICKSON, K. Paul. **Sindicalismo no processo político do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1980.
- FERREIRA, M. Nazaré. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.
- FREderICO, Celso. **A Vanguarda Operária**. São Paulo: Símbolo.
- FRENCH, John. **Afogados em Leis**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Letras, 2002.
- GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas**. São Paulo: Símbolo, 1997.

- GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. **CUT ontem e hoje**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- GIANNOTTI, Vito. **A liberdade sindical no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GIANNOTTI, Vito. **Força Sindical: a Central Neoliberal**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- GÓES, M. Conceição de. **A formação da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- GOENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1997.
- HABERT, Nadine. **A Década de 70**. São Paulo: Ática, 1992.
- HARDMAN, F. Foot. **Nem Pátria Nem Patrão**. São Paulo: Unesp, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. **Colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- JOFFILY, Bernardo. **Brasil 500 anos**. São Paulo: Isto é, Editora Três, 2000.
- KENNET, P. Erikson. **Sindicalismo no Processo Político no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- KONDER, Leandro. **História das Idéias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- LOBO, E. Maria. **Rio de Janeiro Operário**. Rio de Janeiro: Access, 1992.
- LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O Desmonte da Nação**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- MARQUES, Guilherme. **O novo Sindicalismo e a estrutura sindical**. Rio de Janeiro: Adia, 2005.
- MAZZEO, C. Antonio; LAGOA, M. Izabel. **Corações Vermelhos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MAZZEO, C. Antonio. **Sinfonia inacabada**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MENDONÇA, Sonia. **A Industrialização Brasileira**. São Paulo: Moderna, 2000.

- MENDONÇA, Sonia; FONTES, Virgínia. **História do Brasil recente**. São Paulo: Ática, 2001.
- MENDONÇA, Sonia. **O Ruralismo Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MERCADANTE O. Aloizio. (Coord.). **Imagens da luta – 1905–1985**. São Bernardo do Campo, 1987.
- MORAES, Dênis de. **Prestes, lutas e autocríticas**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORAES, Dênis de. **A Esquerda e o Golpe de 64**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORISSAWA (Org.). **A História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- OLIVEIRA, L. Lucia. **O Brasil dos Imigrantes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da Fala**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- PARTIDO dos Trabalhadores. **Das origens à vitória de Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PETRAS, James. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PRADO, Jr. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, 22.ª Ed.
- RAINHO, L. Flávio. **Os peões do Grande ABC**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- REIS, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. São Paulo: Record, 2000.
- REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- RODRIGUES, I. Jácome. **Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.
- RODRIGUES, J. Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.
- RODRIGUES, L. Martins. **Força Sindical – uma análise sociopolítica**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- RODRIGUES, Marly. **A Década de 50**. São Paulo: Ática, 1992.
- SADER, Emir. **Século XX - O século do imperialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANTANA, M. Aurélio. **Homens Partidos**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SILVA, Helio. **O primeiro século da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- SIMAO, Aziz. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus/EdUSP, 1966.
- SKIDMORE, Thomas E. 1969. **O Brasil de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 1966.
- SKIDMORE, Thomas E. 1998. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1966.
- SODRÉ, W. Nelson. **A Farsa do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- SOUZA, Jane Vieira. **Círculos Operários**. Rio de Janeiro: Faperj, 2002.
- TRONCA, Ítalo. **A Revolução de 30 a dominação oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- TUMOLO, P. Sergio. **Da contestação à conformação**. Campinas: Unicamp, 2002.
- WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

CARACTERÍSTICAS DESTE LIVRO:

*Formato:* 17 x 24 cm

*Mancha:* 12 x 18,5 cm

*Tipologia:* Garamond 12/15,5

*Papel:* ofsete 75g/m<sup>2</sup> (miolo)

Cartão Supremo 250g/m<sup>2</sup> (capa)

*Gráfica:* Sermograf

*1.ª edição:* 2007

*Para saber mais sobre nossos títulos e autores,  
visite o nosso site:  
[www.mauad.com.br](http://www.mauad.com.br)*



1010788686

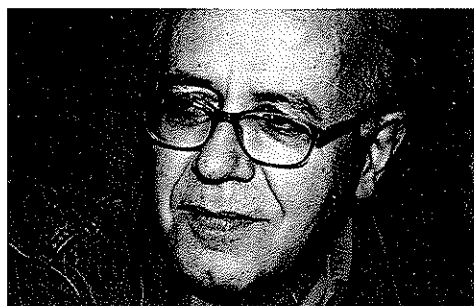


IFCH

UNIBARR

331.880981 G348h

Vito Giannotti



Vito Giannotti fundou no início da década de 1990, juntamente com jornalistas e professores, o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), no Rio de Janeiro, que dirige atualmente. Especialista em História das lutas da classe trabalhadora e em Comunicação dos trabalhadores enquanto disputa de hegemonia, vem através de décadas dando cursos, palestras e escrevendo livros, cadernos e cartilhas sobre esses temas.

Ex-estudante de Filosofia, trabalhou como metalúrgico, lutando contra a Ditadura Militar nas décadas de 1970 e 1980. Foi diretor da CUT São Paulo.

Giannotti nasceu na Itália em 1943 e reside no Brasil há mais de 40 anos. É autor de cerca de 20 livros, entre os quais *Muralhas da linguagem* (Mauad), *O que é Jornalismo Sindical* (Brasiliense), *Força Sindical, a central neoliberal* (Mauad) e *Comunicação Sindical* (Vozes), este em co-autoria com Cláudia Santiago.

Capa:

**Claudia Santiago**

Foto da Capa:

**Jesus Carlos – Imagem Latina**

# HISTÓRIA das LUTAS dos TRABALHADORES no BRASIL

“Vito Giannotti nos brinda com um estudo extremamente claro, didático e pleno de precisão histórica. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil* trata de um tema não muito abordado pelos autores de História da sociedade brasileira. Estudo importante por relatar a luta dos trabalhadores brasileiros, buscando conquistar seus direitos, não só no âmbito de sua profissão, mas também como cidadãos do Brasil.”

*Rubim Santos Leão de Aquino*

Professor de História e escritor

“Este livro é para ser lido e relido, refletido e analisado. (...) É um livro grande? O suficiente para ser um grande livro. Você não pode perder.”

*Regis Moraes*

Professor do Departamento de Ciências Políticas da Unicamp

NPC

Mauad X

ISBN 978-85-7478-211-9



9 788574 782119